Análise das Demonstrações CONTÁBEIS

José Laudelino Azzolin

José Laudelino Azzolin

Análise das Demonstrações Contábeis

IESDE Brasil S.A.
Curitiba
2012

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A998a

Azzolin, José Laudelino.
Análise das demonstrações contábeis / José Laudelino Azzolin.. - Curitiba, PR : IESDE, Brasil, 2012.
292p. : 24 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-387-2950-1

1. Contabilidade. 2. Balanço (Contabilidade). I. Título.

12-4926. CDD: 657.3
CDU: 657.3

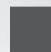
12.07.12 30.07.12 037435

Capa: IESDE Brasil S.A.
Imagem da capa: IESDE Brasil S.A.



IESDE Brasil S.A.
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482. CEP: 80730-200
Batel – Curitiba – PR
0800 708 88 88 – www.iesde.com.br

José Laudelino Azzolin



Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Especialização em Administração Tributária pela Escola de Administração Fazendária – Esaf (Brasília).

Especialização em Metodologia em Ensino Superior pela Escola de Administração Tributária – Esaf (Rio de Janeiro).

Especialização em Gestão da Aprendizagem pela Universidade Positivo (UP).

Bacharelado em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (Fesp).

Aposentado do cargo de auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, onde trabalhou de 1964 a 1996.

Professor das disciplinas de Contabilidade Geral e de Custos, Gestão Financeira e Orçamentária, Controladoria e Jogos Empresariais.

sumário

Contabilidade na administração das empresas 13

Introdução | 13
Princípios da contabilidade | 14
Sistema de informações contábeis | 20
Governança corporativa | 22
Conclusão | 27

Formação do patrimônio das empresas 35

Introdução | 35
Evolução da contabilidade | 36
O patrimônio | 38
Origens e aplicações de recursos | 43
Conclusão | 50

O balanço patrimonial 61

Introdução | 61
O balanço patrimonial | 62
Classificação das contas | 62
Contas redutoras do balanço patrimonial | 69
Conclusão | 76

A demonstração do resultado do exercício 89

Introdução | 89
Apuração do resultado | 89
A demonstração do resultado | 93
Análise dos componentes da demonstração do resultado | 94
Deduções a partir do lucro bruto | 103
Conclusão | 108

A demonstração de lucros e/ou prejuízos acumulados 119

Introdução | 119
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) | 119
Dividendos X reservas | 123
Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 129
Conclusão | 134

A demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado 145

Introdução | 145
Demonstração das origens e aplicações de recursos | 146
Demonstração do fluxo de caixa | 152
Demonstração do valor adicionado | 159
Conclusão | 166

Métodos e procedimentos de análise 175

Introdução | 175
Conceitos fundamentais de contabilidade | 175
Definição, objeto e finalidade da contabilidade | 176
Técnicas, ramos e usuários da contabilidade | 177
Abrangência da expressão "análise de balanços" | 179
Utilidade e campo de ação da análise | 179
Métodos de análise | 180
Processos de análise | 182
Conclusão | 192

sumário

Análise financeira 203

Introdução | 203
Análise por quocientes | 203
Elementos necessários à análise | 204
Reclassificação de contas para fins de análise | 206
Análise financeira | 207
Conclusão | 223

Análise econômica 233

Introdução | 233
Evolução da análise das demonstrações contábeis | 233
Expressões usuais em análises econômico-financeiras | 237
Quocientes para a análise econômica da empresa | 242
Exemplo de cálculo dos quocientes econômicos | 246
Conclusão | 250

Relatório das análises 261

Introdução | 261
DuPont | 262
Valor Econômico Adicionado (VEA) | 267
Índices-padrão | 271
Padrões de análise | 274
Exemplo de análise utilizando a metodologia de Iudícibus e Marion | 279
Conclusão | 282



Apresentação

Cada vez mais presente e exercendo maior influência no mundo globalizado, a Contabilidade vem sendo estudada por profissionais da área e aplicada por todas as entidades, quer sejam públicas ou privadas, pois a Contabilidade deve dar respostas com mais rapidez, com maior segurança e com mais confiabilidade para gestores que estão sujeitos aos diversos fatores que interferem em seus negócios: decisões governamentais, a situação econômica local, nacional e internacional, os fatores climatológicos, a concorrência etc.

Esta obra está estruturada de modo a facilitar a compreensão do leitor ao manter uma lógica didática, partindo de conceitos e desenvolvimento dos temas e, ao mesmo tempo, mantendo uma linha pragmática ao utilizar casos, exemplos, formulação e resoluções de exercícios.

No primeiro capítulo busca-se formatar as considerações iniciais sobre Contabilidade e a sua base de sustentação, que é o conjunto de relações entre os elementos que compreendem um sistema contábil e são chamados de postulados, princípios e convenções. Discorre-se também sobre a governança corporativa buscando chamar a atenção sobre o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas, pois, além dos contadores, os administradores, os auditores e o conselho fiscal também assinam as demonstrações financeiras e, assim, assumem a responsabilidade pela precisão das declarações.

O segundo capítulo descreve, sucintamente, a Contabilidade e a sua associação com os avanços da civilização, do desenvolvimento econômico, a estruturação das corporações e a necessidade da mensuração da riqueza.

Análise das Demonstrações Contábeis

A Contabilidade capta, organiza e compila os dados e, por isso, sua matéria-prima são os fatos que possuem significado econômico-financeiro que podem ser expressos em moeda. Do registro dos fatos resultam as demonstrações financeiras que fornecem uma série de dados sobre a empresa. Os capítulos terceiro ao sexto dispensam um tratamento profundo e analítico das várias demonstrações financeiras elaboradas pelas empresas, enfocadas como insumos básicos da análise de balanços. Somente pelo entendimento da estrutura contábil das demonstrações é que se podem desenvolver avaliações mais acuradas das empresas.

A análise das demonstrações contábeis compreende os capítulos sétimo ao décimo e se dedicam ao desenvolvimento de critérios, metodologia e técnicas financeiras essenciais ao processo de análise de balanços. A análise inicia onde termina a Contabilidade e, por isso, o analista de balanços se preocupa com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir sobre a situação econômica e financeira da empresa.

Trata-se, portanto, de uma obra que se preocupa com a estrutura e a análise das demonstrações financeiras.



Contabilidade na administração das empresas

Introdução

Ao iniciar os estudos de qualquer disciplina deve-se identificar as regras que a regem ou quais são os princípios aplicáveis no seu estudo.

Nas ciências sociais os princípios são considerados axiomas e a contabilidade é uma ciência social. Por isso, ela possui princípios, ou regras, que representam o seu núcleo central e se constituem na espinha dorsal da ciência contábil, revestindo-se dos predicados de aceitação universal e de veracidade. É, pois, um objetivo da contabilidade a geração de informações, por isso os gestores de uma entidade devem obedecer aos seus princípios, para que as informações se tornem universais, verdadeiras e simétricas.

A contabilidade, em decorrência, é caracterizada como um sistema integrado de informações. Assim, é necessário procurar adequá-la às condições estabelecidas pela Teoria da Comunicação, com o objetivo de garantir sua fidedignidade, e é imprescindível que o usuário tenha uma compreensão do exato sentido da informação contábil.

As informações que a contabilidade deve fornecer se referem, principalmente, ao patrimônio da entidade. E o patrimônio é formado pelo conjunto de bens, direitos e obrigações, que devem ser mensurados sob dois aspectos: qualitativo e quantitativo.

Ocorre que, muitas vezes, as informações chegam ao usuário de forma assimétrica, com a possibilidade de existência de fraudes contábeis e de atos de gestão questionáveis, gerando conflitos entre as partes interessadas. Esses conflitos e os atos de uma gestão incompetente aparecem como principais motivadores para a existência de uma governança corporativa que possua técnicas que permitam às empresas agirem com transparência e equidade na divulgação de suas informações.

Princípios da contabilidade

A estrutura da contabilidade baseia-se em um conjunto de relações entre os elementos que compreendem um sistema contábil, chamados de postulados, princípios e convenções.

Os *postulados* tratam das premissas básicas que refletem os ambientes econômico, social e político em que a contabilidade opera.

Os *princípios* são derivados dos postulados e servem como orientação da prática contábil e, além de serem os elementos que disciplinam o comportamento dos profissionais que trabalham com a contabilidade, permitem que os usuários da contabilidade (empresários, bancos, órgãos públicos, fornecedores, clientes etc.) possam efetuar um padrão de compatibilidade e credibilidade, dado que as demonstrações contábeis, relativamente à estrutura, são apresentadas de forma semelhante por todas as empresas.

As *convenções* são mais objetivas e delineiam a aplicação dos princípios, exigindo do profissional da contabilidade o rigor e o respeito à boa técnica contábil.

Diferentemente dos princípios da Matemática, da Física, da Química e de outras ciências naturais, os princípios contábeis não foram deduzidos de axiomas básicos, nem a sua validade é verificável por observação e experiência.

Os princípios contábeis são criados pelos profissionais que militam nessa área e essa denominação é entendida como uma lei ou regra geral a ser usada como guia da ação contábil.

Os princípios evoluem através do seguinte processo: identifica-se um problema e alguém elabora o que acha ser uma boa solução para esse problema; se outras pessoas concordarem que é uma boa solução, seu uso se espalha gradualmente e então se torna um princípio contábil.

De acordo com a Resolução CFC 750/93 e alterações introduzidas pela Resolução 1.282/2010, os princípios da contabilidade são:

- da entidade;
- da continuidade;
- da oportunidade;
- do registro pelo valor original;

- da competência;
- da prudência.

A Resolução CFC 750/93 sofreu alterações em decorrência do processo evolutivo que ainda faz com que outras alterações ocorram.

A Resolução CFC 774/94, na forma de um apêndice da Resolução CFC 750/93, explicitou os Princípios Fundamentais da Contabilidade. A Lei 9.249/95 revogou a correção monetária do balanço para fins fiscais e também para fins societários, tornando impraticável o princípio da atualização monetária.

A resolução vigente é a Resolução CFC 1.282/2010 que introduziu modificações na Resolução CFC 750/93, começando pela nova denominação de princípios[1]:

> Art. 1.º Os "Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)", citados na Resolução CFC nº 750/93, passam a denominar-se "Princípios de Contabilidade (PC)".

[1] A Resolução 1.282/2010 também revogou o princípio da atualização monetária e alterou o texto dos demais princípios.

Além disso, os princípios contábeis não se acham codificados numa única fonte. Os anteriormente citados são, de certa forma, cópias dos princípios contábeis do *American Institute of Certified Public Accountants* (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados).

Outros institutos, como o *American Institute of Accountants* (AIA) e o *American Association of Accountants* (AAA) nas décadas de 1930, 1940 e 1950, promoveram discussões relativas aos princípios contábeis, principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Ao final da guerra constatou-se crescente prosperidade nos Estados Unidos, em consequência houve a necessidade de adequar informações financeiras para aplicação dos recursos gerados por aquela prosperidade.

A mudança mais importante, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 75), "foi a mudança do objetivo da contabilidade, passando da apresentação das informações à administração e credores, para o fornecimento de informações financeiras para investidores e acionistas." Essa mudança ensejou:

- menor ênfase ao balanço patrimonial;
- maior ênfase à demonstração do resultado;
- necessidade de publicações integrais das informações financeiras e o consequente aumento das notas explicativas;
- simetria nas informações.

Segundo Franco (1983, p. 189), além do CFC, a Lei 6.404/76, também conhecida como Lei das S.A., o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto-Lei 1.598/77 e a legislação pertinente) e outras leis que tratam de aspectos contábeis, como, por exemplo, a Lei 9.249/95, que dispõe sobre incorporações, fusões ou cisões e as Instruções Normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também consagram os princípios contábeis.

Segundo Marion (1993, p. 40), vários termos são encontrados na literatura contábil que envolve essa estrutura, porém, dependendo das finalidades, é possível dispensar um estudo mais aprofundado sobre os termos e hierarquias adotados pela ciência contábil e denominar essas regras de princípios básicos de contabilidade. Opta-se, em decorrência, por discorrer sobre aqueles princípios delineados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Entidade contábil

O patrimônio é o objeto da contabilidade, e é necessário diferenciar o patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes. Assim, empresa, como entidade, distingue-se das pessoas a ela associadas.

Muitas vezes, é difícil definir a empresa-entidade para a qual se mantém um conjunto de contas. Veja, por exemplo, o caso de uma pessoa que dirige um pequeno armazém varejista cujo capital não é representado por ações. Legalmente não há distinção entre os negócios financeiros do armazém e os das pessoas que o possuem, mas perante a contabilidade mantém-se um conjunto de contas para o armazém como uma empresa-entidade à parte, e os fatos refletidos nessas contas devem ser os do armazém; os fatos não empresariais, que afetam a família do dono do armazém, não devem ser incluídos nelas. Evidentemente, isso significa que as despesas da família com alimentação, vestuário, moradia, entre outras, devem estar separadas das despesas do armazém.

Continuidade

Pelo princípio da continuidade, supõe-se, a menos que haja uma evidência contrária, que a empresa irá operar indefinidamente, pois ao se constituir uma empresa os seus sócios ou acionistas pressupõem que a empresa continuará para sempre.

Pode-se demonstrar a importância dessa hipótese contrapondo-a a uma possível alternativa, a saber, que a empresa está a ponto de ser liquidada ou vendida. De acordo com a última hipótese, a contabilidade tentaria medir a todo instante o que a empresa vale atualmente para um comprador, mas de acordo com a hipótese de funcionamento não há necessidade de se realizar essa mensuração, pois, pelo princípio da continuidade, a empresa terá duração ilimitada. A reavaliação dos ativos da empresa, que estão registrados pelo custo de aquisição, somente ocorre em algumas hipóteses: fusão, incorporação, cisão, venda, falecimento de um sócio. Se essas hipóteses não ocorrerem, e pressupondo que a empresa existirá para sempre, não se justifica alterar constantemente o valor do registro original.

Oportunidade

Sempre que houver uma variação patrimonial são obrigatórios o registro e o relato quando da ocorrência dessa variação. As origens das variações patrimoniais são, de forma geral, as seguintes:

- transações realizadas com outras empresas ou pessoas, mediante acordo de vontades entre elas, como, por exemplo, aceite de duplicatas emitidas pelos fornecedores e emissão de duplicatas contra clientes;
- eventos de origem externa que ocorrem sem a participação da gestão da empresa, porém, com efeitos que modificam o patrimônio da empresa, como, por exemplo, a variação cambial, falência de clientes e ocorrência de casos fortuitos (incêndio, inundações etc.);
- de acordo com a Resolução CFC 750/93, com a modificação realizada pela Resolução CFC 1.282/2010, o princípio da oportunidade se refere ao processo de mensuração dos componentes patrimoniais e deve produzir informações íntegras e tempestivas. Por isso, os movimentos internos, como a transformação da matéria-prima em produtos semiacabados ou acabados, devem ser registrados pela contabilidade.

Por outro lado, em contabilidade só se registram aqueles fatos que podem ser expressos em termos monetários. Esse conceito impõe uma severa limitação ao alcance de um relatório contábil. A contabilidade não registra o estado de saúde do presidente; não registra o fato de que o gerente de vendas não

se entende com o gerente de produção; não relata que está para começar uma greve; não revela que um concorrente colocou um produto melhor no mercado. A contabilidade não dá, portanto, um relato completo dos acontecimentos numa empresa, nem um quadro preciso de suas condições.

Registro pelo valor original

O princípio do registro pelo valor original, de acordo com a Resolução CFC 750/93, com a modificação realizada pela Resolução CFC 1.282/2010, determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Os ativos são registrados pelos valores pagos, ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa, ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. Admite-se, porém, que os componentes patrimoniais podem sofrer algumas variações.

Em decorrência da entrada em vigor da Resolução CFC 1.282/2010, a adoção do custo corrente faz com que os ativos e os passivos possam ser reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa não descontados.

Pela mesma Resolução, em decorrência do valor presente, os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que, espera-se, seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que, espera-se, seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da entidade.

E, finalmente, a Resolução CFC 1.282/2010 permite que se possa praticar também o valor justo, que é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.

Competência

Esse princípio afirma que as receitas devem ser atribuídas ao período em que foram auferidas e as despesas pertencem ao período em que foram incorridas.

Assim, de acordo com a Resolução CFC 750/93, com a modificação realizada pela Resolução CFC 1.282/2010, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, independentemente do recebimento ou desembolso.

As mesmas resoluções dispõem que o princípio da competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

A alternativa a esse princípio é o chamado regime de caixa, que é utilizado pelos profissionais liberais e pelas microempresas. Segundo o regime de caixa, receitas e despesas são reconhecidas quando há o recebimento e desembolso, respectivamente.

Prudência

O princípio da prudência, de acordo com o CFC 750/93, com a modificação realizada pela Resolução CFC 1.282/2010 orienta que, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, deve-se adotar o menor valor para os componentes do *ativo* e do maior para os do *passivo*. Da mesma forma, impõe-se a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

O CFC legisla sobre o princípio da prudência afirmando que ele pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

O CFC apresenta como exemplo da prudência a provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois sua constituição determina o ajuste, para menos, de valor decorrente de transações com o exterior, das duplicatas ou de contas a receber. A escolha não está no reconhecimento ou não da provisão, indispensável sempre que houver risco de não recebimento de alguma parcela, mas, sim, no cálculo do seu montante.

Sistema de informações contábeis

Só é possível gerir e analisar uma entidade se houver informações e se elas estiverem disponíveis nas demonstrações financeiras que são elaboradas pela contabilidade. É a conclusão de Iudícibus (1997, p. 8) ao afirmar que o objetivo da contabilidade é "[...] o de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação".

A informação contábil, porém, tem que ser útil para o usuário, pois, como ensina Marion (1993, p. 30), "a função básica do contador é produzir informações úteis para os usuários da contabilidade para a tomada de decisões".

As entidades e os órgãos que as compõem têm, a partir das informações contábeis, uma poderosa ferramenta de gestão, pois, por meio das informações extraídas das demonstrações contábeis e dos demais relatórios gerenciais, é possível mensurar o desempenho da organização e realizar o planejamento estratégico adequado a partir dessas informações.

A contabilização é um sistema de informação baseado em um método que desenvolve as atividades de coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade. Cabe à contabilidade, também, apresentar a evolução patrimonial de uma entidade em um determinado período. Em decorrência de a contabilidade ser regida por princípios, é forçoso concluir que ela possui algumas limitações. Um bom exemplo é a adoção do princípio do registro pelo valor original, mesmo que o similar de um bem registrado tenha modificações de seu valor, a contabilidade, por esse princípio, não ajusta nem para menos nem para mais o valor do registro.

Limitações

A primeira limitação que impede uma leitura com resultado idêntico é a denominação de itens que, mesmo sendo coisas diferentes, possuem a mesma designação. Por exemplo, a palavra *custo*, são inúmeras as designações para ela: custos históricos, custos-padrão, custos originais, custos líquidos, custos residuais, custos fixos, custos variáveis, custos marginais, custos de oportunidade, custos diretos, custos indiretos, custos estimados, custos totais etc.

A segunda limitação é que os dados registrados pela contabilidade podem ser aproximados e incompletos. Sendo a contabilidade um sistema para registrar e resumir fatos contábeis, eles partem de uma medição e a empresa, por ser um organismo complexo, possui diversos elementos: numerários, edifícios, máquinas, incentivos, matérias-primas, políticas etc.

A terceira limitação decorre da necessidade de obtenção rápida de informações. A rapidez necessária à produção dos dados e informações para atender o desejo da administração resulta em aproximações e, muitas vezes, torna-se necessário realizar a atividade, pois uma aproximação imperfeita, disponível no momento, é mais útil à administração do que um dado exato publicado daqui a um dia, uma semana ou um mês.

A quarta limitação refere-se ao grau de precisão dos dados que são utilizados para efeitos de desenvolvimento de um planejamento de longo prazo, como um plano de negócios, por exemplo. Os dados de quantidade de vendas, taxas de inflação, taxas de retorno e outros sempre são estimativas do que acontecerá no futuro.

A quinta limitação é que a contabilidade possui uma evidência apenas parcial. Muitos fatores não podem ser reduzidos a números, por exemplo o capital humano e o *know-how*, que possuem um valor não mensurável pela contabilidade.

É importante ressaltar, porém, que as condições limitantes da contabilidade não impedem que ela se constitua no principal sistema de informações, tanto da empresa para a comunidade como desta para a entidade. A empre-

sa, através das informações geradas pela contabilidade, divulga sua saúde financeira e, atendendo aos princípios da governança corporativa, emite sinais para seus parceiros sociais e para a sociedade em geral por meio das demonstrações contábeis devidamente auditadas do relatório do conselho de administração, das notas explicativas e de outros relatórios contábeis.

Governança corporativa

A governança corporativa é a tradução da expressão inglesa *corporate governance* e pode ser entendida como um sistema pelo qual os acionistas governam uma entidade e, por isso, pode ser definida como uma administração corporativa.

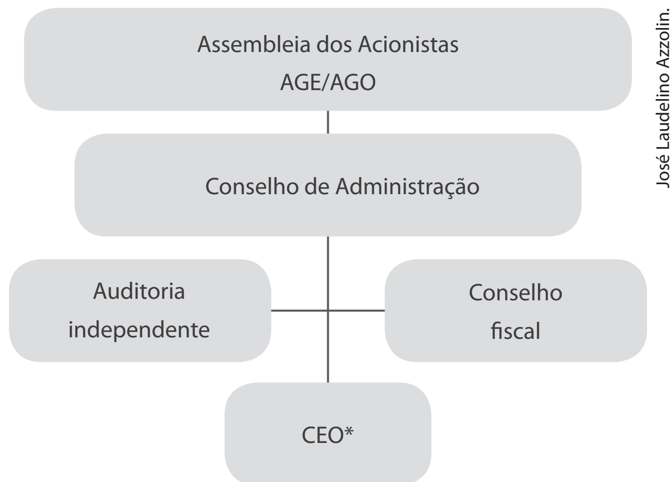
Governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) "é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas (ou cotistas), conselho e administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal" (IBGE, 2010).

Pela legislação brasileira, além dos contadores, os administradores, os auditores e o conselho fiscal também devem assinar as demonstrações financeiras assumindo, assim, responsabilidade pela precisão das declarações. É possível afirmar que a governança corporativa é um controle existente dentro de um modelo balanceado de divisão do poder. É com essa abrangência que se deve olhar a governança corporativa e se atentar para os princípios que a regem.

Os artigos 142 e 146 da Lei 6.404/76, denominada Lei das Sociedades por Ações, determina que o conselho de administração deve definir regras e estratégias que permitam atender aos valores, princípios e comportamentos de diretores e que possibilitem a fiscalização da gestão dos gestores. As atividades de competência do conselho de administração devem estar normatizadas em um regimento interno, tornando claras suas responsabilidades e atribuições e prevenindo situações de conflito com a diretoria executiva, notadamente com o executivo principal (CEO).

Em outras palavras, o que se espera é que as empresas, não importando seu regime jurídico e o objetivo social, sejam geridas por uma série de bons princípios que envolvam o cumprimento das leis e que todos os agentes que compõem a governança corporativa ajam com ética. Ao conselho de administração compete estimular a criação formal de um código de ética.

Um exemplo de como uma empresa de capital aberto deve ser estruturada para atender à governança corporativa pode ser visto na figura 1.



*CEO – *Chief Executive Officer*, diretor-executivo ou diretor-geral, em português, é a pessoa com maior autoridade em uma empresa.

Figura 1 – Estrutura dos órgãos que compõem a governança corporativa.

A assembleia geral dos acionistas, que pode ser ordinária ou extraordinária, é a instância superior de uma empresa. Sua principal função é indicar os membros do conselho de administração e aprovar, ou desaprovar, o relatório do conselho.

O conselho de administração, de acordo a Lei 6.404/76, no artigo 142 e seus incisos, tem como funções fixar a orientação geral dos negócios da companhia, eleger ou destituir os diretores da companhia e fixar suas atribuições, observado o que dispuser o estatuto, fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, convocar a assembleia geral quando julgar conveniente e manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

A auditoria independente, também conhecida por auditoria externa, é um agente da governança corporativa e sua atribuição, de acordo com o artigo 177 da Lei 6.404/76, com as alterações promovidas pela Lei 11.638/2007, é promover o exame das demonstrações contábeis da entidade, considerando em seus trabalhos as práticas adotadas no Brasil e as normas de auditoria editadas, principalmente, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon). A auditoria independente deve verificar se os processos de gestão de riscos e controles internos estão de acordo com os objetivos e necessidades da entidade.

O conselho fiscal, de acordo com o artigo 161 da Lei 6.404/76, com as modificações trazidas pelos artigos 1.066 até o 1.070 da Lei 10.406/2002, é o órgão responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira e deverá emitir parecer sobre as demonstrações contábeis. A ele compete examinar, pelo menos trimestralmente, os livros e papéis da sociedade e o estado da caixa e da carteira, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrir, sugerindo providências úteis para a sociedade e convocar a assembleia dos sócios se a diretoria retardar por mais de trinta dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes.

Aos gestores da empresa (CEO), de acordo com os artigos 143 a 148 da Lei 6.404/76, compete exercer atribuições que a lei, o estatuto social e o conselho de administração lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que em direitos permitidos, necessários ao regular funcionamento da companhia.

Além dos órgãos formais, uma boa governança corporativa deve se socorrer em comitês de atuação diferentes das estruturas hierárquicas para que possa resolver problemas de segregação de funções e de conflitos de interesses. Esses comitês devem ser formalizados por documentos internos, ter definidas suas atribuições, sua subordinação, sua composição e sua duração. Um exemplo é o comitê de ética, que tem a função de orientar e inspirar atitudes, comportamentos e buscar o compromisso de todos para defender aquilo que a empresa e seus colaboradores acreditam, seguindo uma postura responsável, transparente e de respeito mútuo entre todos.

Princípios

Na literatura se encontram inúmeros princípios que devem nortear uma boa governança corporativa. Entre eles alguns que são fundamentais e comuns a diversos autores:

- equidade;
- prestação de contas;
- responsabilidade corporativa;
- transparência.

Equidade

A equidade se caracteriza pelo tratamento justo e igualitário que deverá ser observado aos agentes externos, porém integrados à cadeia dos negócios como credores, fornecedores, terceirizados, clientes e usuários ou consumidores dos produtos da empresa.

A responsabilidade social corporativa está permanentemente em pauta, e as decisões e os resultados das companhias não se restringem apenas aos *shareholders*[1], mas também a todos os *stakeholders*[2].

[1] *Shareholders*, de acordo com o IBGC, correspondem a grupos que podem afetar ou ser afetados, de modo significativo, pela empresa, incluindo os próprios acionistas.

[2] *Stakeholders*, de acordo com o IBGC, são todas as partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa. São elas: os empregados, clientes, fornecedores, credores, governos, entre outros, além dos acionistas.

Prestação de contas (*accountability*)

Os agentes da governança corporativa prestam contas de sua atuação a quem os elegeu. O gestor (CEO) presta contas ao conselho de administração e os membros do conselho prestam contas aos acionistas. O conselho de administração de gestores (CEO) responde integralmente por todos os atos que praticar no exercício de seu mandato. Por isso, os principais executivos devem certificar-se da autenticidade das informações contidas nos relatórios contábeis e se atentar para as observações exaradas pelos comitês internos e pela auditoria independente.

Responsabilidade corporativa

A responsabilidade corporativa diz respeito à visão de longo prazo e à visão ampla da estratégia empresarial. Essa responsabilidade deve contemplar todos os aspectos relacionados à comunidade, como o emprego, a qualificação da força de trabalho, o estímulo ao desenvolvimento científico e a melhoria da qualidade de vida.

As empresas, cada vez mais, enfrentam novas realidades de risco, caracterizadas pela exposição e cobrança de sua responsabilidade, por mudanças climáticas, poluições, problemas de fraude e corrupção e problemas sociais. Se a empresa falhar e agir irresponsavelmente, e não demonstrar ética (entendida como um conjunto de regras e preceitos de ordem moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade), pode sofrer danos em sua reputação e diminuição de seu valor, pois, na opinião de Begara (2006), uma empresa tem valor quando busca constantemente melhorar seu pro-

cesso produtivo de modo que seus processos e seus produtos sejam adequados à realidade ambiental que garanta a sustentabilidade do negócio e, ao mesmo tempo, cuide do ambiente e da sociedade em que a empresa está inserida. Se isso não ocorrer a sociedade que está despertando para a cidadania e criando uma consciência ecológica não irá demandar de produtos oferecidos por entidades anéticas e irresponsáveis.

Transparência (*disclosure*)[3]

A transparência, *disclosure,* extrapola o *dever* de informar, passando a *ter o desejo* de informar. Assim, de acordo com Rodrigues (2003, p. 4), não basta fornecer dados e informações, mas também informar "questões como sucessão, avaliação de desempenho dos executivos, diretores e conselheiros, profissionalização da gestão, independência da auditoria, planejamento tributário, critérios de contabilização etc.".

O compromisso com a transparência exige que a empresa dê conhecimento dos riscos, dos benefícios e das implicações econômicas que resultam dos atos da gestão da empresa.

Além do respeito às relações contratuais a empresa que busca praticar a boa governança corporativa deve preocupar-se também com a sustentabilidade que envolve tanto a eficácia econômica como a sensibilidade social. Rossetti (2008, p. 13) afirma que o foco da administração permanece centrado na busca do retorno dos investimentos, "mas de olhos atentos nas demandas dos demais constituintes organizacionais que possam ser conflituosas com esse propósito" e que são denominados de *entorno*.

Assim, além dos atores envolvidos, *shareholders* e *stakeholders*, a empresa deve se preocupar com o *entorno* que engloba, de acordo com Rossetti (2008, p. 6), "categorias não integradas diretamente nas cadeias de geração de valor, mas também alcançadas pelos objetivos corporativos." Dessa maneira, o entorno, como, por exemplo, a comunidade local, o clube, a igreja, mesmo não participando da geração de valor da empresa, tem que ser considerado quando da enumeração dos objetivos, pois a empresa deve desencadear ações socialmente justas para promover o desenvolvimento social das comunidades no seu entorno.

A governança corporativa deve, portanto, atender os interesses de todos os grupos envolvidos. Atender os *shareholders,* ou seja, os acionistas da empresa, cujo interesse é buscar um fluxo contínuo de dividendos ao longo do tempo e retorno do capital, mediante a maximização do valor da empresa.

[3] *Disclosure* é transparência. Uma empresa *disclosure* é aquela que é transparente para o mercado, o que a torna mais segura para os investidores.

Deve também, conceder aos *stakeholders* internos (conselho de administração, diretoria, outros órgãos da governança corporativa e empregados) recompensas por bases fixas de remuneração e os mais diversos tipos de benefícios pecuniários variáveis (bonificações, participação nos lucros etc.) que possam ser associados à remuneração, como também os não pecuniários (segurança no emprego, reconhecimento, oportunidade de desenvolvimento pessoal etc.). Aos *stakeholders* externos (credores, fornecedores, terceirizados etc.), atentar para a liquidação de dívidas nos prazos contratados, manter regularidade nas compras de insumos e gerar produtos e serviços confiáveis e seguros em níveis crescentes.

A preocupação com o *entorno* deve traduzir-se no atendimento às demandas das comunidades nas quais a empresa está instalada, contribuindo com o seu desenvolvimento, buscando gerar empregos locais e, segundo Rossetti (2008, p. 7), aderir às suas "três principais causas – preservação ambiental, direito das minorias e provisões sociais".

Conclusão

Os princípios da contabilidade e os princípios da governança corporativa exigem de todos boa orientação, envolvimento para uma melhora da comunicação, grande ênfase nos valores da entidade e conduta ética.

A implementação de boas práticas de governança corporativa, relativamente à transparência das informações aos diversos usuários (*shareholders* e *stakeholders*), depende de uma contabilidade e de seus relatórios com qualidade e confiabilidade.

A contabilidade, agora voltada para todas as pessoas que podem influenciar ou ser influenciadas pelas empresas, funciona como um mecanismo que reduz a assimetria de informações e de conflitos, pois uma contabilidade que atenda aos padrões do mercado financeiro é forte aliada do sistema de governança corporativa, por apresentar balanços e demonstrações contábeis confiáveis.

Quem atender aos princípios da contabilidade e adotar as práticas da governança corporativa, com certeza, irá alavancar o valor da empresa, irá abrir caminhos para atrair novos investidores e reter os existentes, conseguirá responder às pressões do mercado, irá assegurar a sustentabilidade da empresa e perpetuar a maneira de fazer negócios.

Ampliando seus conhecimentos

Gestão societária *versus* governança corporativa

(PLÖGER, 2010)

A legítima discussão sobre as melhores práticas para a gestão equilibrada de uma empresa, após abrir seu capital, deve pautar-se pela premissa de que ela cumpra seu objetivo social mais amplo, de gerar riqueza, renda e emprego, beneficiando acionistas de todos os portes e a Nação. Tornou-se comum no Brasil identificar genericamente o processo como governança corporativa, embora a expressão seja própria do mercado norte-americano. Não se trata de mera questão semântica, pois entre o estrangeirismo traduzido e o termo gestão societária, muito mais apropriado à realidade nacional, há substantivas diferenças de premissas, valores e objetivos.

A governança corporativa surgiu nos EUA para restringir poderes dos executivos profissionais nas empresas de controle pulverizado, predominantes naquele país e em boa parte da Europa, no grupo das grandes corporações. No Brasil, a pulverização de capital não é tanta e os grupos de controle são mais definidos. Daí o claro exotismo da sugestão, que já apareceu no debate, de estabelecer rodízio de cinco anos para auditores e também para a diretoria e o conselho de administração. Os norte-americanos têm problemas que talvez possam ser enfrentados assim, mas com a estrutura societária aqui preponderante, o relacionamento entre os responsáveis pelo destino das empresas apresenta outro tipo de equilíbrio, e a garantia de equidade e justiça a todas as partes demanda modelo diferente.

Governança corporativa vem sendo mais utilizada no país como ferramenta de marketing dos candidatos aos conselhos de administração. Temos desperdiçado tempo, oportunidades e esforços ao enfocar a questão por esse ângulo. A urgência não é a de estabelecer regras meramente adaptadas do cenário norte-americano, mas sim a de definir princípios, normas e práticas sobre gestão societária, que, na definição defendida pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), é um conjunto de princípios para a distribuição do poder de comando de uma sociedade. A meta é maximizar os resultados, não só a curto, mas principalmente a longo prazo. Esse é o conceito!

Princípios, normas e práticas da gestão societária estão sendo analisados e debatidos por comissão técnica criada pela Abrasca para definir os pilares

que compõem o conceito: distribuição do poder, sociedades, maximização de resultados e o longo prazo. O exame criterioso de cada item reafirma o quanto é inadequado importar a expressão norte-americana. No caso da distribuição do poder – uma das bases da gestão societária –, consideram-se as prerrogativas, direitos e deveres dos acionistas (controladores e não controladores) e seus representantes na direção executiva, deixando de lado procedimentos administrativos e práticas de transparência, que têm sua importância, mas são mutáveis e secundários no equacionamento dos pontos principais.

O segundo pilar – as sociedades –, no conceito aplicável ao Brasil, são organizações que reúnem pessoas com o objetivo de desenvolver atividade de produção e oferta de bens e/ou serviços, enquadrando-se aí empresas de todos os setores, constituídas como sociedades anônimas ou limitadas. Quanto à maximização de resultados, entende-se que o lucro obtido por um agente econômico em atividade legal é a principal medida do seu valor perante a coletividade. Assim, a referência restringe o escopo da gestão societária aos atos voltados à eficácia e produtividade. Por fim, a orientação para o longo prazo tira ênfase das ações apenas imediatistas, muitas vezes conflitantes com a perenidade, e introduz a noção de sustentabilidade e maximização das metas ligadas aos interesses maiores e atemporais.

A boa gestão societária, portanto, cria condições para que as companhias vençam o complexo e inalienável desafio de garantir administração de qualidade em toda a sua trajetória. Isso é particularmente vital nos momentos de sucessão hereditária ou quando a empresa experimenta saltos de crescimento. Considerando que seus dirigentes nem sempre estão preparados para as mudanças, é preciso garantir que a apropriação, pelos acionistas e todas as partes interessadas, do que lhes cabe dos resultados da companhia obedeça às regras contratadas. Os poderes atribuídos a sócios não controladores devem restringir-se àqueles necessários à manutenção da boa gestão e à distribuição equitativa dos resultados. Em outras palavras, não se trata, propriamente, de compartilhar a gestão pelo potencial de conflitos e desorganização que isso traria, mas, ao contrário, de construir alicerces para a sinergia.

Atividades de aplicação

1. Identifique qual o princípio de contabilidade que o contador decidiu utilizar quando em vez de considerar R$5.000,00 considerou somente R$4.500,00,

já que do total de contas a receber que a empresa deverá receber no próximo ano há um forte indício de que 10% não serão recebidos.

2. Identifique qual o princípio de contabilidade que o contador decidiu utilizar quando não atendeu a um pedido do presidente da companhia, que prefere uma contabilidade em dólar (por ser uma moeda mais estável).

3. Complete o quadro a seguir.

Princípios da governança corporativa

____

____

____

____

4. Complete o quadro a seguir.

Princípios da Contabilidade

____

____

____

____

____

____

Referências

BEGARA, Thalula. **Responsabilidade Social X Responsabilidade Corporativa**. Administradores.com.br – o portal da administração. Disponível em: <www.administradores.com.br/informe-se/informativo/responsabilidade-social-x-responsabilidade-corporativa/7157/>. Acesso em: 19 ago. 2010.

BRASIL. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

______. Ministério da Fazenda. **Lei 9.249**, de 26 de dezembro de 1995. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

______. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas, 1983.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <www.ibgc.org.br/PerguntasFrequentes.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.

PLÖGER, Alfried. **Gestão Societária versus Governança Corporativa**. Canal Executivo – UOL. Disponível em: <www2.uol.com.br/canalexecutivo/artigosout9.htm>. Acesso em: 18 ago. 2010.

PORTAL de contabilidade. **Resolução CFC 750/93**. Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>. Acesso em: 18 ago. 2010.

______. **Resolução CFC 774**, de 16 de dezembro de 1994. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaocfc774.htm>. Acesso em: 18 ago. 2010.

______. **Resolução CFC 1.282/10**. Disponível em: <www.fiscosoft.com.br/g/4z47/resolucao-conselho-federal-de-contabilidade-cfc-n-1282-de-28052010>. Acesso em: 18 ago. 2010.

RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. **Governança Corporativa**: quando a transparência passa a ser uma exigência global. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 13 a 15 de agosto de 2003. Disponível em: <www.ccontabeis.com.br/conv/t04.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2010.

ROSSETTI, José Paschoal *et al*. **Finanças Corporativas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

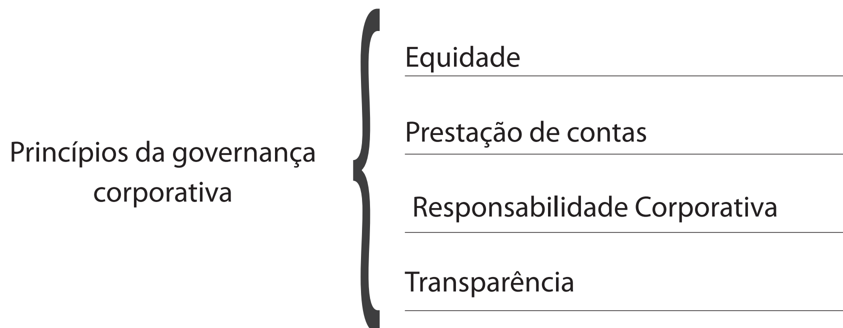
WIKIPÉDIA. Enciclopédia livre. **Governança Corporativa**. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Governan%C3%A7a_corporativa>. Acesso em: 20 fev. 2011.

Gabarito

1. Princípio da prudência: a provisão para créditos de liquidação duvidosa constitui exemplo da aplicação do princípio da prudência, pois sua constituição determina o ajuste, para menos, de valor decorrente de transações com o exterior, das duplicatas ou de contas a receber. A escolha não está no reconhecimento ou não da provisão, indispensável sempre que houver risco de não recebimento de alguma parcela, mas, sim, no cálculo do seu montante.

2. O princípio do registro pelo valor original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Homogeneíza e agrega diferentes itens suscetíveis de avaliação monetária em um denominador monetário comum, o R$.

3.



4.

Princípios da Contabilidade

- Da entidade ____________________
- Da continuidade ____________________
- Da oportunidade ____________________
- Do registro pelo valor original ____________________
- Da competência ____________________
- Da prudência ____________________



Formação do patrimônio das empresas

Introdução

Há muito se observa a associação entre os avanços da civilização, do desenvolvimento econômico, a estruturação das corporações e a necessidade da mensuração da riqueza. É inegável o papel da contabilidade nesse cenário de evolução histórica, comercial e corporativa, pois, pela sua própria natureza, a contabilidade está muito próxima dos fatos que representam o desenvolvimento da humanidade, da tecnologia e da ciência organizacional. A contabilidade acompanha (ou nasce junto) os avanços que impactam os processos e técnicas que fortalecem a lógica e os conceitos, sendo fundamental seu papel para o desenvolvimento dos negócios.

Uma das mais importantes, senão a principal, finalidade da contabilidade é realizar o estudo e o controle do patrimônio, ou riqueza, de uma entidade, seja ela pessoa física ou pessoa jurídica, a fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações qualitativas e quantitativas.

As variações no patrimônio decorrem das origens e aplicações de recursos. As origens provêm de duas fontes básicas, o capital próprio e o capital de terceiros. O capital próprio é representado pelos recursos oriundos das contribuições dos sócios ou acionistas para formação ou aumento do capital social, bem como os acréscimos decorrentes das retenções de lucros. Os capitais de terceiros são representados por recursos obtidos de fontes externas à empresa, compreendendo o prazo de pagamento concedido pelos fornecedores de insumos e de financiamentos obtidos de instituições financeiras e de outras obrigações contraídas pela empresa.

Uma das funções mais importantes na análise da situação patrimonial é o exame do fluxo das origens e aplicações de recursos, e isso envolve um planejamento que, se bem elaborado, resultará em uma gestão adequada do capital de giro e, em consequência, um custo de capital compatível com os negócios da entidade.

Evolução da contabilidade

A história da contabilidade é tão antiga quanto a do homem. Explorações arqueológicas realizadas em cavernas em Israel, na Síria e no Iraque (antiga Mesopotâmia) descobriram fichas de barro que, presumivelmente, eram utilizadas, há 10 000 anos, para realizar alguma forma de controle.

Até chegar às cavernas o homem era nômade[1] e buscava os recursos necessários para sua subsistência diretamente da natureza. Quando os recursos acabavam, ele se deslocava para outras regiões e lá ficava até que, novamente, os recursos se esgotassem. Em decorrência, porém, do aumento de sua prole e das distâncias que deveria percorrer para buscá-los, o homem primitivo trocou a vida errante por uma residência fixa e começou a lavrar a terra e a domesticar os animais e percebeu que poderia acumular riqueza através da criação extensiva de animais e do cultivo de cereais.

[1] Nômade: diz-se das tribos ou povos errantes, sem habitação fixa, que se deslocam constantemente em busca de alimentos, pastagens etc. (FERREIRA, 2004).

Foi o acúmulo da riqueza que gerou a necessidade de se controlar o excedente da produção, aparecendo, em decorrência, como a técnica para o controle do seu patrimônio, a *contabilidade*.

O controle, ou seja, a contagem dos seus excedentes (estoques) era efetuada com pedras, ossos de animais, folhas de árvores ou desenhos e com fichas de argila com sinais pictográficos.

O acúmulo de excedentes de alguns produtos fez com que o homem sentisse a necessidade de possuir outros que não podia produzir. Assim, começou a trocar os bens que possuía por outros. Dessa maneira, por exemplo, quem possuía cereais em excesso trocava por armas; quem possuía animais para criação trocava por peixe seco etc. Por meio dessas trocas, denominadas escambo, surgiu o comércio.

Esse comércio gerou a necessidade de se desenvolver métodos para a agricultura que exigiram o uso de ferramentas de cobre, estanho e bronze com a finalidade de aumentar a produtividade e, como consequência, o excesso de produção deu margem a atividades comerciais que ultrapassaram fronteiras, fazendo com que os produtos fossem comercializados em regiões distantes das de produção.

E apareceu a escrita que, de acordo com historiadores, está relacionada ao incremento de atividades comerciais.

Com a consolidação das atividades agrícolas e mercantis a contabilidade se tornou presente, pois havia a necessidade de registrar as operações e controlar as variações que estavam ocorrendo nos patrimônios das pessoas.

Os registros contábeis eram realizados pela contabilidade sem uniformidade e de forma empírica. Cada proprietário registrava os acontecimentos de acordo com suas conveniências e conhecimento. Os registros das operações, porém, exigiam cada vez mais controle e a formulação de um método uniforme que permitisse maior entendimento foi evoluindo.

Chega-se ao mercantilismo que propicia a expansão dos mercados consumidores e dos produtores de matéria-prima. Acontece a exploração de novas terras e, vindo delas, acumulam-se metais preciosos e surge a moeda lastreada no ouro e na prata.

A Europa vive uma paz relativa, surgem as corporações de ofício e as rotas comerciais se expandem, sendo a mais importante delas a das especiarias vindas da Índia. O monopólio das rotas europeias estava nas mãos das cidades italianas de Gênova e Veneza. Na era mercantilista, ocorrem transformações intelectuais, religiosas, comportamentais, políticas, geográficas e econômicas.

É o fim da Idade Média. Os séculos XV e XVI são a época dos desbravamentos e das descobertas e surge também uma nova mentalidade, o Renascimento. Nascem os primeiros princípios econômicos. O comércio, até então limitado às feiras e às transações internas, voltava-se para o exterior, gerando o acúmulo de capitais em função da prosperidade do Estado.

No século XV, na Itália, o comércio fervilhava e negociações de grande vulto eram realizadas entre os diversos comerciantes. Surge, em decorrência, a preocupação com os registros das operações e controle da riqueza. Os registros contábeis que eram realizados através das partidas simples tornaram-se um método vulnerável para as operações de vendas a prazo, surgindo, em consequência, a preocupação com a sistematização dos registros das operações.

A contabilidade começava a tomar corpo e o frade franciscano, Frei Luca Pacioli, publicava, na Itália, em 1494, a obra intitulada *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni i Proportionalitá* (Suma de Aritmética, Geometria, Pro-

porções e Proporcionalidade), obra esta que contém uma seção sobre registros contábeis segundo o método das partidas dobradas, que tem em sua essência a ideia de que, para cada débito, haverá um crédito correspondente.

O patrimônio

A contabilidade, segundo Marion (1988, p. 34), tem início, praticamente, "no homem primitivo contando (inventariando) seu rebanho". A preocupação não era somente com a contagem, mas com a evolução de seu rebanho e, consequentemente, com a evolução da sua riqueza ou patrimônio.

À época, porém, não havia moeda, não havia escrita formal e não havia até mesmo números. Iudícibus e Marion (1999) ao comentarem a inexistência desses instrumentos, imaginam um pastor de ovelhas executando a contabilidade de seu patrimônio.

Esse pastor, em decorrência dos invernos e para fugir da neve guarda seu rebanho em uma caverna. Ocorre-lhe uma curiosidade no sentido de tentar saber quanto cresceu seu rebanho desde a última vez que esteve nessa caverna. Lembra-se, então, que no inverno anterior, havia colocado em um saco diversas pedrinhas, uma para cada ovelha que entrara naquela caverna. Resolveu realizar o mesmo procedimento e começou a separar uma pedrinha para cada ovelha e fez a comparação com a quantidade de pedras guardadas no inverno anterior, concluindo, então, que seu rebanho havia crescido.

Essas contagens e comparações podem ser mais bem entendidas na figura 1.



Figura 1 – Separação e comparação das pedras no 1.º e 2.º invernos.

Animado e motivado, com a contagem e a constatação que acabara de promover, o pastor não se contentou apenas com o crescimento do rebanho, quis, também, avaliar quais outros bens possuía, pois, durante o ano o rebanho havia produzido lã, o que possibilitava que sua família se agasalhasse.

Lembrou-se, ainda, de que havia trocado parte da lã por instrumentos de caça e pesca. Confiante na memória, o pastor estimou que se fosse trocar ovelhas por agasalhos para vestir toda sua família ele necessitaria de pelo menos duas ovelhas. Por isso, e em virtude de que seu próprio rebanho havia produzido a lã, adicionou mais duas pedrinhas às que havia separado, aumentando, assim, sua riqueza.

O pastor calculou, também, que os instrumentos de caça e pesca obtidos equivaliam a três ovelhas e que toda a lã estocada poderia ser trocada por pelo menos quatro ovelhas.

Dessa maneira, as duas ovelhas correspondentes à roupa de sua família, mais as três referentes aos instrumentos de caça e pesca, mais as quatros equivalentes à lã estocada resultaria em um aumento de riqueza de nove ovelhas, por isso acrescentou mais nove pedrinhas à contagem realizada no segundo inverno.

Essas contagens e comparações podem ser mais bem entendidas na figura 2.

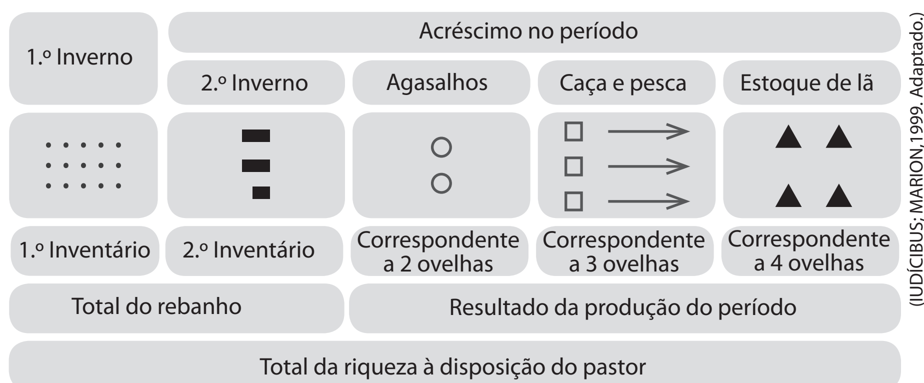


Figura 2 – Acréscimo dos equivalentes de produção entre o 1.º e 2.º invernos.

Se, na época, houvesse a escrita, e se o pastor conhecesse números, ele poderia representar seu patrimônio na forma constante do quadro 1.

Quadro 1 – Inventário de ovelhas e de unidades equivalentes dos dois invernos

Itens	Inverno anterior	Inverno atual
Rebanho de ovelhas	15 ovelhas	20 ovelhas
Estoque de lã	–	Equivalente a 4 ovelhas
Agasalhos de lã	–	Equivalente a 2 ovelhas
Instrumentos de caça e pesca	–	Equivalente a 3 ovelhas
Total	15 ovelhas	Equivalente a 29 ovelhas

(IUDÍCIBUS; MARION, 1999. Adaptado.)

Pelo quadro 1, verifica-se que o patrimônio do pastor variou do inverno anterior para o inverno atual em 14 ovelhas (29 – 15), e essa variação significa que houve um aumento, que pode ser denominado lucro, em seu patrimônio.

Tendo em vista o exposto, é possível definir *patrimônio* como sendo um somatório de bens pertencentes a uma pessoa. A expressão "bens", em contabilidade, identifica somente as coisas úteis e que possam atender às necessidades de uma pessoa, como sua casa, seu automóvel, seus móveis, seus equipamentos etc. Além dos bens, a pessoa pode ter também "direitos", que são valores que a pessoa tem a receber de outras pessoas, como promissórias a receber, duplicatas a receber, cheques a receber etc. Inicialmente, portanto, o patrimônio será o conjunto, o somatório dos bens e dos direitos que uma pessoa possui.

A soma dos bens e dos direitos, porém, não representa, em temos contábeis, a verdadeira situação patrimonial, ou riqueza de uma pessoa. É necessário verificar quais obrigações ou dívidas estão relacionadas aos bens e direitos que ela possui. Suponha, por exemplo, que uma pessoa tenha adquirido um apartamento, que é um bem. Suponha, ainda, que essa pessoa, para adquirir o apartamento, tenha assumido uma obrigação ou dívida junto a uma instituição financeira. Conclui-se que a riqueza dessa pessoa não é o valor do apartamento, pois, para poder tê-lo ela assumiu uma dívida. Assim, se considerar apenas o apartamento e se não fizer uma correspondência com a obrigação decorrente de sua aquisição, a informação não está completa. Os valores que constituem a riqueza de uma entidade são chamados de *patrimônio*.

Os componentes patrimoniais podem ser estudados sob diversos aspectos:

- jurídico;
- econômico;
- financeiro;
- específico;
- administrativo.

Sob o aspecto *jurídico*, o patrimônio é definido como sendo o complexo de relações jurídicas de uma pessoa que tem um valor econômico, ou seja, o conjunto de direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica.

Sob a ótica *econômica* o patrimônio se compõe do conjunto de bens e direitos.

Relativamente ao aspecto *financeiro*, é o conjunto de todas as disponibilidades que a empresa possui. São estudados, em decorrência, os fluxos dos ingressos de recursos e aplicações realizados dentro de um determinado período.

Sob o aspecto *específico*, o patrimônio é dividido de acordo com a natureza de cada um dos elementos que o compõem: imóveis, direitos a receber etc.

Sob a ótica *administrativa* o patrimônio é o conjunto de todos os valores monetários compreendendo os elementos da estática e da dinâmica patrimonial.

Por isso, é necessário definir a palavra "patrimônio" contabilmente. Ele tem sentido amplo, pois, ao mesmo tempo em que, de um lado, apresenta o somatório dos bens e direitos, de outro inclui as obrigações a serem pagas pela pessoa. Assim, se uma pessoa, ou empresa, fizer uma lista de seus bens econômicos (bens) e de todas as importâncias que tem a receber (direitos), bem como de todas as suas dívidas (obrigações), pode-se dar a esta lista o nome de *patrimônio*.

Para exemplificar esses conceitos, apanhe uma folha de papel, divida-a ao meio e represente, graficamente, seu patrimônio. Do lado esquerdo, você deve colocar todos os bens e direitos que você possuir, e do lado direito, as obrigações que você tem com bancos, casas comerciais etc., de acordo com o exemplo do quadro 2.

Quadro 2 – Representação gráfica do patrimônio

BENS	OBRIGAÇÕES
Dinheiro	Cheques a pagar
Móveis e utensílios	Financiamentos a pagar
Veículos	Impostos a recolher
Imóveis	Promissórias a pagar
Equipamentos de infomática	
DIREITOS	
Títulos a receber	
Aluguéis a receber	

José Laudelino Azzolin.

Em contabilidade, o lado esquerdo da folha representa as contas de aplicação de recursos que são denominadas *ativo*. Já o lado direito representa as origens de recursos que são denominadas *passivo* ou *patrimônio líquido*. O valor do ativo deve, necessariamente, ser igual à soma do passivo e do patrimônio líquido e, em decorrência, a equação básica do patrimônio é:

ATIVO = PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio, dada a igualdade existente entre as origens e aplicações, é representado por uma balança, resultando daí a denominação de uma das demonstrações contábeis que é o balanço patrimonial, como pode ser verificado no quadro 3.

Quadro 3 – Representação gráfica do balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	**PASSIVO**
Bens	Origens de Terceiros
Direitos	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
	Capital social
	Lucros retidos

José Laudelino Azzolin.

O balanço patrimonial representa o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade. A palavra entidade é usada para representar uma pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado. Pelo princípio da

entidade pressupõe-se que qualquer entidade seja distinta das demais e, como consequência, os patrimônios do indivíduo e da empresa não se confundem, ou seja, a empresa é uma entidade e seus proprietários são outras entidades, não se pode misturar os negócios dos proprietários com os da empresa.

Origens e aplicações de recursos

Os recursos que são aplicados pela empresa precisam, necessariamente, possuir uma origem. Assim, uma empresa pode aplicar em seu *ativo* somente se em contrapartida tiver uma origem. Se essa origem for de terceiros (fornecedores, bancos etc.) é denominada *passivo*. Se os recursos forem provenientes dos proprietários da empresa, sócios ou acionistas são denominados *patrimônio líquido*. Dessa afirmação decorre que os valores do *ativo* sempre são iguais aos valores resultantes do somatório do *passivo* (origem de terceiros) e do *patrimônio líquido* (origem dos proprietários).

Origens

As empresas necessitam, permanentemente, de recursos financeiros para serem aplicados na atividade, visando alcançar seus objetivos. Os recursos financeiros originam-se, como se viu, de duas fontes: internas e externas.

As fontes internas correspondem ao capital dos proprietários e são denominadas de *capital próprio*. As fontes externas são os recursos provenientes de terceiros, entre os quais os das instituições financeiras, dos fornecedores de materiais e serviços e os das entidades públicas credoras de impostos, taxas e contribuições. Para Iudícibus (1998, p. 38), existem quatro conceitos de capital na contabilidade:

- **capital nominal**: é o investimento inicial realizado pelos sócios;
- **capital próprio**: corresponde ao conceito de patrimônio líquido e abrange o capital nominal mais os lucros;
- **capital de terceiros**: corresponde aos investimentos feitos na empresa com recursos provenientes de terceiros;
- **capital total à disposição da empresa**: é o conjunto de valores da empresa, disponíveis em dado momento.

Os lucros gerados em cada período ou são distribuídos aos sócios ou acionistas, ou são transformados em reservas. Essas reservas mais o capital compõem o grupo de contas denominado patrimônio líquido.

O capital de terceiros se origina de obrigações que a empresa assume com terceiros. Enquanto as contas pertencentes ao patrimônio líquido são inexigíveis, pois os sócios não as cobram, as relativas à divida com terceiros são exigíveis, pois serão cobradas nas respectivas datas de vencimento.

O quadro 4 sintetiza quais as fontes e a denominação que se dá às origens de recursos.

Quadro 4 – Síntese das fontes e denominação das origens de recursos

Origens de recursos	Externas	Obrigações	Denominam-se passivo
	Internas	Capital próprio	Denominam-se patrimônio líquido

José Laudelino Azzolin.

Aplicações

Os recursos financeiros originários de fontes internas ou externas são aplicados, quase sempre, em bens e direitos necessários ao funcionamento e desenvolvimento das empresas.

Os bens de existência própria, independentemente do meio em que se situam, são denominados *tangíveis* ou *materiais*, como o terreno, o prédio, a máquina, o veículo e a ferramenta. Os bens não reconhecíveis visualmente, de forma distinta dos outros, embora possuam valor monetário, são conceituados como *intangíveis* ou *imateriais*, como as marcas e patentes, o fundo de comércio, as benfeitorias em prédios de terceiros.

Há bens que têm a finalidade de *uso* e outros que são *consumíveis* ou *conversíveis* durante as operações da empresa. São considerados bens de uso quando o consumo é gradual, durante longo período, como móveis, máquinas, mobiliário de escritório etc. São considerados bens consumíveis ou conversíveis os que forem consumidos no processo de transformação ou que podem ser convertidos em numerários ou direitos, como estoque de matéria-prima, materiais auxiliares etc.

Os direitos, por outro lado, são caracterizados por diversas formas. Uma empresa que vende seus produtos para recebimento do valor da venda em determinado prazo, que não aquele da venda, obriga-se a emitir, ou aceitar,

um documento que tem a finalidade de poder cobrar o valor da operação. Ela pode emitir uma fatura, pode aceitar cheques com emissão pós-datada, pode aceitar os inúmeros "vales" que circulam por aí (transporte, alimentação, refeição etc.) e pode, simplesmente, emitir um "boleto" de cobrança bancária[2]. A empresa que emitiu o título de crédito ou aceitou cheques pós-datados ou vales como compromisso do comprador de pagamento em prazo convencionado constituiu um direito a receber. Os depósitos bancários a prazo fixo também se constituem em direito da empresa, pois são uma aplicação de recursos que a empresa pode resgatar no prazo convencionado.

[2] Se uma venda for realizada a prazo, há necessidade de se emitir uma fatura para provar a existência de um valor a receber, pois a nota fiscal não cumpre essa função. Hoje, porém, a aceitação de cheques pós-datados e "vales" é utilizada como promessa de pagamento, como se fossem títulos de crédito.

O conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa são itens "positivos" do patrimônio e, para serem considerados como tal, devem, segundo Marion (1988, p. 54), preencher quatro características simultaneamente:

- ser bens ou direitos;
- ser de propriedade da empresa;
- representar benefícios presentes ou futuros para a empresa;
- ser mensuráveis monetariamente.

A primeira característica é a de ser um bem ou um direito. Ferreira (2003, p. 10) define um bem sob duas ópticas. Sob a óptica da Economia, "bens são coisas que servem para satisfazer uma necessidade humana". Pela lógica jurídica, "bem é tudo aquilo que pode ser objeto de direito e é suscetível de ser utilizado e apropriado [...] Isso significa que ele pode ser avaliado em dinheiro e que integra o patrimônio de alguém". Já a expressão direito significa que a empresa possui valores a receber de alguém.

A segunda característica é ser de propriedade da empresa e, por isso, a empresa só registra os bens e direitos que forem de sua propriedade. Os empregados, por exemplo, não são propriedades da empresa, portanto não serão evidenciados. É conveniente ressaltar que o bem de propriedade da empresa é aquele sobre o qual a empresa tem domínio. Quando o bem está em poder da empresa, diz-se que há posse sobre ele. Porém, nem toda posse significa propriedade: pode-se alugar (*leasing*) um veículo e ter posse sobre ele, muito embora não se tenha a propriedade (domínio). Portanto, esse veículo não é apresentado no balanço da empresa.

A terceira característica é a de que o bem ou o direito deve trazer benefícios presentes ou futuros. Se a empresa possui um lote de mercadorias deterioradas, sem perspectiva de ser comercializado, ele não será apresentado no

balanço, embora seja bem de sua propriedade, pois, mercadoria deteriorada não representa benefício presente nem futuro, pois não trará vantagens para a empresa. O mesmo se pode dizer de um título a receber de um cliente que, depois de esgotados todos os recursos possíveis e imagináveis para recebê-lo, chega-se à conclusão de que o mesmo não mais será recebido. Por não representar benefícios presentes ou futuros, não deverá constar no balanço, embora seja um direito de propriedade da empresa.

A quarta característica é a da mensuração monetária. Há certos itens que, embora representem um potencial para a obtenção de benefícios futuros, não serão evidenciados no balanço, pois não podem ser avaliados em dinheiro. O nome, por exemplo, representa algo inestimável para a empresa, mas quase nunca aparece no balanço. A razão principal é que se torna difícil avaliar quanto vale o nome, salvo quando se negocia uma marca, pois, nesse caso, há um valor objetivo de mercado: houve a negociação. Assim, o nome é um bem de propriedade da empresa, proporciona benefícios presentes e futuros, porém não será evidenciado no balanço porque não atende à quarta característica, que é ser mensurável monetariamente.

A figura 3 sintetiza as aplicações de recursos e quais características devem ser observadas para contabilizar um bem ou um direito no ativo.

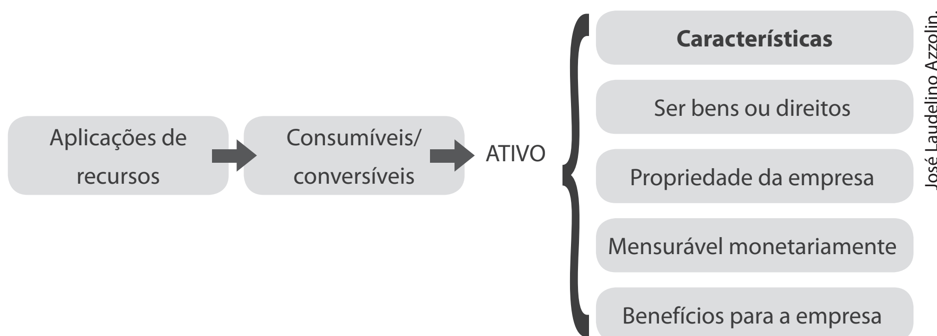


Figura 3 – Denominação e características das aplicações de recursos.

Fluxo das origens e aplicações

Os valores provenientes dos sócios e classificados no patrimônio líquido são de caráter permanente, enquanto os provenientes de terceiros e classificados no passivo têm como característica sua exigibilidade, ou seja, necessidade de pagamento em prazo determinado.

A gestão de passivos deve compreender o domínio dos conceitos relativos aos financiamentos da empresa. Primeiramente, é necessário distinguir o passivo de longo e o de curto prazo.

O passivo de longo prazo representa as dívidas e as obrigações que uma empresa deve saldar em prazo superior a um ano. Essas dívidas são assumidas para suportar investimentos em ativos não circulantes.

O passivo de curto prazo representa dívidas e obrigações que devem ser saldadas em até um ano e é constituído pelas contas relativas à compra de insumos a prazo e saldos a pagar das contas de luz, água, salários etc. Se o volume desses recursos for insuficiente para a empresa manter seu ativo operacional (caixa, estoques e direitos a receber de clientes) há necessidade de buscar recursos junto a instituições financeiras, na contratação de empréstimos para pagamento de curto prazo.

Por isso, é possível classificar os passivos de curto prazo em duas categorias:

- passivo operacional;
- passivo de financiamento.

O passivo operacional, também chamado de passivo de funcionamento, é composto de contas que estão diretamente vinculadas ao negócio da empresa. São as obrigações devidas àquelas pessoas ou empresas ligadas à atividade operacional e funcionamento da gestão, como as provenientes da compra de mercadorias a prazo, dos valores de salários, impostos e outras contas a pagar. Esse passivo é denominado por Oliveira (2008, p. 84) *passivo cíclico*.

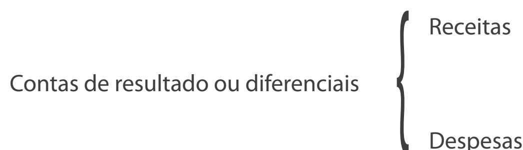
No grupo do passivo de financiamento, também chamado de passivo financeiro, são alocadas as contas referentes a empréstimos e financiamentos bancários. Denominado por Oliveira (2008, p. 85) *passivo não cíclico* ou *errático* é, basicamente, ligado "a dívidas de curto prazo que não estão relacionadas à operação, como empréstimos bancários de curto prazo".

A divisão dos passivos em cíclico e errático é muito importante quando se realiza a análise da liquidez das empresas adotando o modelo dinâmico de análise financeira, conhecido como *Modelo Fleuriet*. Esse modelo foi concebido no Brasil, na década de 1970, com o objetivo de se criar um estilo gerencial voltado para as características da estrutura empresarial do país e capaz de enfrentar um ambiente de rápido crescimento e altas taxas de inflação (DILÁSCIO; SOUZA; OLIVEIRA, 2007).

Além das exigibilidades, a empresa obtém recursos provenientes dos lucros de suas operações, pois o patrimônio das empresas se modifica constantemente em virtude, principalmente, de suas atividades operacionais. Para exercer essas atividades, e para que elas sejam lucrativas, a empresa tem de obter receitas para suportar as despesas e ainda fazer com que sobrem recursos para a geração de lucros. O objetivo das empresas, segundo Franco (1983), é o lucro, ou seja, o resultado positivo de suas atividades. No desenvolvimento dessas atividades, o capital da empresa sofre variações, aumentativas ou diminutivas, através do consumo e da recuperação de bens e serviços.

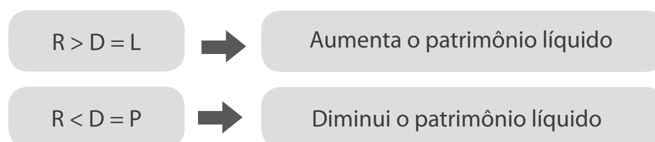
O custo incorrido na empresa é posteriormente recuperado em forma de receitas (vendas e outras), sendo que a recuperação geralmente se dá por um valor de receita superior ao do custo.

As contas de resultado ou diferenciais registram as receitas obtidas, assim como as despesas e os custos incorridos no mesmo período, de acordo com o diagrama a seguir.



Sob a óptica dos registros contábeis, os elementos que afetam o patrimônio líquido, constituídos de receitas e despesas de várias espécies, são controlados à parte. Enquanto as contas patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido) são evidenciadas no balanço patrimonial, as contas de receita e despesas, por serem contas diferenciais, são controladas à parte e se encerram na demonstração do resultado.

Findo o período ou exercício, apura-se a soma da Receita (R) e da Despesa (D), para verificação do resultado que poderá indicar Lucro (L) ou Prejuízo (P), de acordo com o diagrama a seguir.



Se as receitas forem superiores às despesas haverá lucro e ele será adicionado ao patrimônio líquido. De outro lado, se as receitas forem menores que as despesas verifica-se um prejuízo e ele será diminuído do patrimônio líquido.

A principal fonte de fortalecimento da riqueza líquida, para Marion (1988, p. 83), é "o bom lucro", pois a constante obtenção de resultado positivo vem contribuir para um aumento da riqueza, ou patrimônio, de uma entidade.

No quadro 5 é possível constatar as categorias dos passivos.

Quadro 5 – Divisão dos grupos de contas dos passivos

Passivo circulante	
Contas erráticas	**Contas cíclicas**
Empréstimos de curto prazo	Duplicatas a pagar
Dividendos a pagar	Salários a pagar
IRPJ a pagar	Energia elétrica a pagar
Passivo não circulante	
Contas não cíclicas	
Exigível a longo prazo	
Capital social	
Reservas de capital	
Reservas de lucros	

José Laudelino Azzolin.

Por outro lado, para facilitar a leitura, a análise e a interpretação dos componentes patrimoniais, existe uma constante preocupação em estabelecer uma adequada distribuição das contas em grandes grupos e em subgrupos, também no lado das aplicações de recursos. Para Oliveira (2008, p. 82), o ativo circulante é dividido em contas erráticas e contas cíclicas, e o ativo não circulante é composto por contas não cíclicas.

As contas ativas denominadas cíclicas são aquelas que estão diretamente vinculadas ao negócio da empresa, como duplicatas a receber e estoques.

No grupo de contas erráticas são classificadas as contas caixa e bancos e aplicações financeiras realizadas pela empresa.

No quadro 6 é possível constatar as categorias dos ativos.

Quadro 6 – Divisão dos grupos de contas dos ativos

Ativo circulante	
Contas erráticas	**Contas cíclicas**
Caixa	Duplicatas a receber
Bancos	Estoques
Aplicações financeiras	
Ativo não circulante	
Contas não cíclicas	
Realizável a longo prazo	
Investimentos	
Imobilizado	
Intangível	

José Laudelino Azzolin.

Conclusão

A pessoa física ou jurídica obtém e aplica recursos financeiros durante toda a sua existência que, pelo princípio da continuidade, será para sempre. Pela equação que representa o patrimônio (Aplicações = Origens), uma origem deve corresponder, necessariamente, a uma aplicação de recursos.

A empresa aplica seus recursos em bens e direitos, alguns com a finalidade de uso outros com a finalidade de consumo ou conversão. Os bens de uso também serão convertidos, porém isso se dá gradualmente, durante um longo período de tempo.

Para financiar suas aplicações, como os recursos provenientes dos sócios são insuficientes para cobrir as necessidades planejadas, as empresas se valem de recursos de terceiros.

As aplicações e as origens de recursos denominadas, respectivamente, ativo, passivo e patrimônio líquido são evidenciadas no balanço patrimonial de uma entidade.

O balanço patrimonial tem esse nome em função de que o mesmo desenha a ideia de uma balança (com valores), pois fatalmente os dois lados (esquerdo e direito) somados sempre fornecerão o mesmo resultado. Ima-

ginando uma balança de pratos onde o ativo fica na esquerda e o passivo na direita. Se ambos tiverem valores iguais, a balança terá equilíbrio. Mas, considerando que normalmente são valores diferentes, então a balança penderá para o lado cujos valores são maiores; o peso necessário para o novo equilíbrio (no valor da diferença identificada) é o patrimônio líquido, que é o capital pertencente aos acionistas da empresa.

Ampliando seus conhecimentos

Considerações sobre o patrimônio do empresário individual

(VIVAN, 2010)

Interessa-nos especialmente a situação do empresário individual casado pelo regime da comunhão universal ou parcial de bens, e para os quais a empresa individual ou tenha sido constituída após o casamento, ou tendo sido constituída antes, não seja "bem reservado" no pacto antenupcial. É esse empresário (casado) e essa empresa (integrante do patrimônio em comum do casal), que abordaremos ao longo do texto.

O patrimônio "em comum" do casal, constitui uma universalidade de bens, na qual não há a especialização de nenhum bem em favor de um ou de outro cônjuge; cada um deles é proprietário de cinquenta por cento (50%) de um patrimônio que pode ser constituído de bens móveis e imóveis, títulos, créditos, direitos, e tudo o mais que tenha cunho patrimonial. A especialização patrimonial somente pode acontecer em duas hipóteses: na dissolução da sociedade conjugal e no falecimento de um dos cônjuges.

Vale dizer que de um patrimônio de 100%, cada um dos cônjuges é proprietário de exatamente 50%, nem um centavo a menos, nem um centavo a mais.

Os atos de simples administração desse patrimônio podem ser exercidos concomitantemente pelo homem e pela mulher, sendo necessária a participação de ambos somente para a alienação ou oneração de bens imóveis. Os demais atos, como locação de bens móveis ou imóveis, pagamento e recebimento de valores, compra e venda de bens móveis, podem ser feitos por qualquer um dos cônjuges.

Ao adquirir um automóvel, qualquer um dos cônjuges entregará dinheiro em troca de um bem móvel. Esse bem móvel passará a integrar o patrimônio do casal, no lugar do dinheiro que lhe foi dado em pagamento. A depreciação que este bem sofrer com o tempo e com o uso será descontada do patrimônio do casal, e não somente de um dos cônjuges.

Quando um dos cônjuges participa de uma sociedade, e integraliza sua quota-parte em dinheiro, as quotas sociais integralizadas sub-rogam-se no dinheiro que era do casal, e essas cotas, embora frente à sociedade sejam de propriedade somente de um dos cônjuges, na relação interna do casal fazem parte do seu patrimônio "em comum".

A mais valia que essas cotas sociais possam experimentar ao longo do tempo igualmente se incorporam ao patrimônio "em comum" do casal, e para cada centavo que ganharem, ou que perderem, ganha ou perde o casal, e não unicamente um dos cônjuges.

Quando um dos cônjuges deseja exercer a atividade de empresário individual deve, obrigatoriamente, inscrever-se no registro público de empresas mercantis, antes de iniciá-los, por determinação do artigo 967 do NCC. Para tal fim, entre outros requisitos, deve declinar o "capital" que será afeito à empresa individual.

Cada centavo que seja destinado para a atividade de "empresário individual", em dinheiro, em bens móveis ou imóveis, será extraído do patrimônio "em comum" do casal, pois afora os "bens reservados" – dos quais não tratamos aqui –, não há um único centavo que não seja integrante do patrimônio "em comum" do casal. De igual forma, se os bens da empresa individual não bastarem para satisfazer as suas dívidas, responde por elas o patrimônio do empresário, que é o mesmo patrimônio "em comum" do casal.

Vale dizer que o cônjuge do empresário individual, mesmo não participando ostensivamente da empresa, dela compartilha os riscos, os lucros e os prejuízos.

O nome da empresa individual deverá ser o mesmo da pessoa natural (art. 1.156 do NCC), facultando-se abreviar partes do nome. O objetivo da obrigatoriedade é obviamente tornar o mais estreito possível o vínculo entre a empresa individual e a pessoa natural, pois a credibilidade da segunda credita a primeira, e o patrimônio da segunda responde pelas dívidas da primeira.

Quanto ao "capital" destinado ao manejo da empresa individual, ele é simplesmente especificado do patrimônio "em comum" do casal e afeito a uma destinação específica. Na realidade ele não é "alienado", não é tornado alheio, é mantido no mesmo "patrimônio em comum" do casal. Por essa razão, não é necessário, e é até impossível, transmitir um imóvel do casal para a empresa individual; seria o mesmo que transmitir um imóvel de um cônjuge para outro; dar com uma mão e receber com a outra.

Bem entendido que aqui não se trata de "bem reservado", cuja transmissão entre cônjuges é permitida pelo artigo 499 do NCC.

Para destinar um imóvel para a atividade de empresário individual, basta lavrar um instrumento público no qual o cônjuge empresário destina um imóvel para a empresa individual, e o outro cônjuge assina o mesmo instrumento na condição de anuente; não há sequer incidência de Imposto de Transmissão.

Como se percebe, o imóvel afeito à atividade de empresário individual continua a fazer parte do patrimônio "em comum" do casal; ele não passa a ser de propriedade de uma pessoa natural diferente, e muito menos de uma pessoa jurídica diferente, pois o empresário individual não é pessoa jurídica, mas simplesmente a ela equiparado para fins tributários.

Por essa mesma razão, porque o imóvel afetado à empresa individual continua a fazer parte do patrimônio "em comum" do casal, é que na alienação de imóvel titulado como de propriedade do empresário individual, ou da empresa individual, será sempre necessária a anuência de seu cônjuge (nos casos aqui focados).

Haverá quem rebata esses argumentos, alegando que o artigo 978 do NCC autoriza expressamente que o empresário casado aliene imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem necessidade de outorga conjugal.

São argumentos válidos, porém o exegeta deve ser mais crítico e mais inquisitivo que o homem comum.

Plagiando o *Manual de Redação da Presidência da República*, ao tratar da sistemática da lei, item 10.2.1, a existência de um sistema interno deve, sempre que possível, evitar a configuração de contradições lógicas, teleológicas, ou valorativas. Tem-se uma contradição lógica se, *verbi gratia*, a conduta autorizada pela norma 'A' é proibida pela norma 'B'. Verifica-se uma contradição va-

lorativa se se identificam incongruências de conteúdo axiológico dentro do sistema. É o que resulta *verbi gratia*, da consagração de normas discriminatórias dentro de um sistema que estabelece a igualdade como sistema basilar. Constata-se uma contradição teleológica se há uma contradição entre os objetivos perseguidos por disposições diversas, de modo que a observância de um preceito importa a nulificação dos objetivos visados pela outra.

Há de se reconhecer que o Código Civil Brasileiro possui um sistema interno que prioriza a segurança jurídica na transmissão de imóveis, da mesma forma que privilegia a proteção à família e ao seu patrimônio. É na realidade uma questão de eleição de prioridades, em se tratando de imóveis e especialmente de patrimônio familiar, a rigidez da forma e da solenidade prefere a liquidez proporcionada pela flexibilidade. São questões em que se revela a supremacia do interesse público "segurança patrimonial familiar" sobre o interesse privado "disponibilidade do patrimônio". Tudo isso aliado à proteção ao hipossuficiente, em geral, o cônjuge virago.

Em sentido contrário ao sistema interno do Código Civil, é a permissão para que o empresário casado aliene imóveis integrantes do patrimônio da empresa, sem a outorga do cônjuge. Há no caso uma evidente contradição teleológica, pois a observância do artigo 978 do NCC importa a iniquidade dos objetivos visados pelo código como um todo.

Adotada essa postura, permite-se num primeiro momento que o empresário afete um imóvel de propriedade "em comum" do casal para a atividade de empresário individual, com a anuência do cônjuge e, no momento seguinte, aliene-o sozinho. Há assim a possibilidade de o empresário individual consumir com o seu patrimônio sem a interferência do cônjuge. Dessa forma, esvai-se a tão almejada segurança ao patrimônio familiar.

Parece mais lógico, mais coerente, que o legislador quisesse introduzir essa permissão para alienação de imóveis sem a outorga conjugal somente em relação às sociedades, e não em relação à empresa individual. Tanto mais se observarmos que o legislador estabelece o permissivo em relação à "empresa" e não à "empresa individual".

Mesmo que não admitida a contradição teleológica, há de se admitir que o artigo 978, assim como o artigo 977 não obedecem a critérios de sistematização legislativa, pois estão deslocados de seu tema dentro do código.

Ambos os artigos estão localizados dentro do "Título I – Do Empresário, Capítulo II – Da Capacidade", e não tratam de dispositivos concernentes à capacidade do empresário, mas sim de dispositivos gerais concernentes à sociedade.

Por essa razão, os artigos 977 e 978 deveriam estar localizados no "Título II – Da Sociedade, Capítulo único – Disposições Gerais", onde produziriam seus desejados efeitos.

Entrando no assunto de alienação de imóvel titulado como de propriedade de empresa individual, cabe perquirir acerca da necessidade ou não da apresentação das Certidões Negativas Fiscais (INSS e receita federal), posto que a empresa individual não é pessoa jurídica, mas simplesmente a ela equiparada para fins tributários.

A empresa individual é contribuinte da seguridade social, de modo que, para alienação de imóveis, como regra, deve apresentar Certidões Negativas do INSS e da Receita Federal, por disposição do artigo 257, inciso I, "b" do Decreto Federal 3.048/99.

Essas considerações submeto à apreciação dos colegas operadores do direito, para que da discussão faça-se a luz sobre o tema proposto.

Atividades de aplicação

1. Na primeira coluna estão relacionados alguns nomes de origens e aplicações de recursos. Associe-os à segunda coluna (bens ou direitos) ou à terceira coluna (recursos próprios, recursos de terceiros), conforme exemplo.

Nomes	Aplicados	Obtidos
Caixa	Bem	
Capital social		Próprio
Veículos		
Máquinas		
Terrenos		
Duplicatas a receber		
Duplicatas a pagar		

Nomes	Aplicados	Obtidos
Salários a pagar		
Reservas de lucros		
Construção civil		
Impostos a pagar		
Estoque de matéria-prima		
Cheques a receber		
Dividendos a pagar		
Financiamentos bancários		

2. Relacione a coluna da esquerda com a da direita.

1 – Direitos
2 – Bens tangíveis
3 – Bens intangíveis
4 – Passivo
5 – Capital social

( ) Duplicatas a pagar
( ) Marcas patentes
( ) Clientes
( ) Veículos
( ) Patrimônio líquido

3. Coloque (**V**) se verdadeiro e (**F**) se falso.

( ) Elementos positivos são as obrigações.

( ) Elementos positivos são os bens e as obrigações.

( ) Elementos positivos são os bens e os direitos.

( ) O passivo é composto por elementos negativos.

( ) O ativo e o passivo compõem o patrimônio da empresa.

4. Represente em um gráfico em forma de "T", colocando no lado esquerdo os bens e direitos (Ativo) e no lado direito as Obrigações (Passivo), as contas a seguir: Caixa, Veículos, Duplicatas a pagar, Impostos a pagar, Instalações, Duplicatas a receber, Luz e água a pagar, Móveis e utensílios, Estoque de produtos, Salários a pagar.

Referências

DILÁSCIO, Ronaldo Eduardo: SOUZA, José Antônio de; OLIVEIRA, Virgínia Izabel de. **EVA e o Modelo Fleuriet**: o uso de instrumentos de otimização em árvores de criação de valor. 2007. Disponível em: <http://200.253.187.1/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/2251.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica** – patrimônio. 2 jun. 2003. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br/publique/media/AU_05_Ricardo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). **Contabilidade Introdutória**: por uma equipe de professores da FEA da USP. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

______; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1988.

OLIVEIRA, Virginia Izabel de. Gestão da Liquidez. *In*: ROSSETTI, José Paschoal *et al*. **Finanças Corporativas**: teoria e prática empresarial no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

VIVAN, Gilceu Antonio. **Considerações sobre o Patrimônio do Empresário Individual**. Disponível em: <http://walterjunior.com/artigos/10.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2010.

Gabarito

1.

Nomes	Aplicados	Obtidos
Caixa	Bem	
Capital social		Próprio
Veículos	Bem	
Máquinas	Bem	
Terrenos	Bem	
Duplicatas a receber	Direito	
Duplicatas a pagar		Terceiros
Salários a pagar		Terceiros
Reservas de lucros		Próprio
Construção civil	Bem	

Nomes	Aplicados	Obtidos
Impostos a pagar		Terceiros
Estoque de matéria-prima	Bem	
Cheques a receber	Direito	
Dividendos a pagar		Terceiros
Financiamentos bancários		Terceiros

2.

1 – Direitos	(4) Duplicatas a pagar
2 – Bens tangíveis	(3) Marcas patentes
3 – Bens intangíveis	(1) Clientes
4 – Passivo	(2) Veículos
5 – Capital social	(5) Patrimônio líquido

3.

(F) Elementos positivos são as obrigações.

(F) Elementos positivos são os bens e as obrigações.

(V) Elementos positivos são os bens e os direitos.

(V) O passivo é composto por elementos negativos.

(V) O ativo e o passivo compõem o patrimônio da empresa.

4.

Ativo	**Passivo**
Bens e direitos:	Obrigações:
Caixa	Duplicatas a pagar
Veículos	Impostos a pagar
Instalações	Luz e água a pagar
Duplicatas a receber	Salários a pagar
Móveis e utensílios	
Estoque de produtos	



O balanço patrimonial

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem caminhado para a adoção integral da linguagem contábil universal. Isso significa que todos começam a ter condições equitativas de comparação e análise contábeis nos termos criados pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* (IASB), que tem por objetivo emitir normas e pronunciamentos de forma a padronizar conceitos e critérios contábeis por meio dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

No Brasil foi criado o Comitê de Práticas Contábeis (CPC), órgão independente que tem a incumbência de fazer convergir os princípios contábeis com as normas internacionais.

No mesmo rumo seguem a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Algumas normas internacionais já foram incorporadas pela legislação comercial brasileira por meio da edição das Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009.

Neste capítulo serão analisadas e apresentadas as normas pertinentes à estrutura das contas que compõem o balanço patrimonial considerando as três leis editadas sobre o tema, pois o usuário da contabilidade irá, dentro dos próximos quatro ou cinco anos, defrontar-se com as três estruturas.

Isso porque, primeiramente, nem todas as empresas são obrigadas a atender à estrutura definida mais recentemente. Além disso, torna-se importante esse estudo, pois todas as questões constantes de exames, concursos etc. foram redigidas pelas leis anteriores e, para estudá-las, é necessário adequá-las às normas atuais.

O balanço patrimonial

O patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações da entidade (física ou jurídica). O balanço patrimonial é o demonstrativo contábil utilizado para expor a situação do patrimônio em determinado momento, sendo uma das mais importantes demonstrações contábeis.

O balanço é composto do *ativo*, que é conjunto de todos os bens e direitos de uma entidade, do *passivo*, no qual se encontram registradas as obrigações da entidade, e do *patrimônio líquido*, que é a diferença entre o que ela possui de bens e direitos em relação às suas obrigações, e representa a participação dos sócios na sociedade.

Balanço Patrimonial	
Ativo	**Passivo**
(Bens e direitos)	(Obrigações)
	Patrimônio líquido
	(Capital próprio)

Da relação entre ativo, passivo e patrimônio líquido, surge a equação fundamental do patrimônio:

ATIVO = PASSIVO + PL

Classificação das contas

A correta classificação das contas no balanço patrimonial conforme sua natureza é de fundamental importância para possibilitar estudos comparativos, análises e quaisquer outros detalhamentos extraídos da contabilidade. A estrutura do Balanço Patrimonial tem sofrido alterações nos últimos anos, por isso é necessário apresentar as diversas leis que tratam dessas alterações, a saber:

- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007;
- Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.

Estrutura de acordo com a Lei 6.404/76

A estrutura dos balanços patrimoniais dos exercícios financeiros encerrados antes de 2007 obedece à Lei 6.404/76. Por isso, quando da análise comparativa que se faz entre balanços sucessivos, serão utilizadas as estruturas definidas pelas três leis. Assim, a estrutura das Leis 6.404/76 e 11.638/2007 devem ser vistas dentro do período de sua vigência.

De acordo com os artigos 178 e 179 da Lei 6.404/76 (denominada Lei das Sociedades Anônimas), as contas serão classificadas em grupos, segundo os elementos do patrimônio que representam, de acordo com o que pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1 – Antiga classificação dos grupos de contas do balanço patrimonial segundo a Lei 6.404/76

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
Ativo Circulante	**Passivo Circulante**
Disponibilidades	**Passivo Exigível a Longo Prazo**
Direitos a receber	**Resultado de Exercícios Futuros**
Estoques	**Patrimônio Líquido**
Despesas pagas antecipadamente	Capital Social
Ativo Realizável a Longo Prazo	Reservas de Capital
Ativo Permanente	Reservas de Reavaliação
Investimentos	Reservas de Lucros
Imobilizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Diferido	

José Laudelino Azzolin.

A disposição e a correta estrutura das contas que compõem o Balanço Patrimonial, de acordo com a Lei 6.404/76, ressalvado que alguns desses dispositivos foram revogados ou alterados pelas novas leis, são os seguintes:

A Lei 6.404/76 estabelecia

No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e que os elementos registrados devem se realizar no curso do exercício social seguinte.

Art. 179. [...]

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas [...], diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte e no passivo exigível a longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior.

Art 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§1.º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações [...];

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;

d) as doações e as subvenções para investimento.

[...]

§3.º Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo [...] aprovados pela assembleia geral.

§4.º Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

§5.º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Esses enunciados ficam mais evidentes no quadro 2.

Quadro 2 – Quadro sinóptico do balanço patrimonial

Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido
Circulante: são contas que estão constantemente em giro, em circulação, em movimento e a conversão em dinheiro será, no máximo, no próximo exercício social. **Realizável a longo prazo**: são bens e direitos que se converterão em dinheiro após um ano do levantamento do balanço. **Permanente**: são bens e direitos que não se destinam à venda e têm vida útil longa. Divide-se em: **Investimentos**, que são inversões financeiras de caráter permanente, como ações de outras companhias, que geram rendimentos e não são necessárias à atividade da companhia; **Imobilizado**, que são itens de natureza permanente, denominados bens de uso, que serão utilizados para a manutenção das atividades da companhia; **Diferido**, que são gastos com serviços que beneficiarão resultados de exercícios futuros.	**Circulante**: são obrigações que serão liquidadas no próximo exercício social (365 dias após o levantamento do balanço patrimonial). **Exigível a longo prazo**: são obrigações exigíveis em prazo superior a um ano. **Resultado de exercícios futuros**: receitas de exercícios futuros. **Patrimônio líquido**: são os recursos dos proprietários aplicados na empresa assim classificados: **Capital**: refere-se à participação inicial dos sócios ou acionistas; **Reservas de capital**: compreende o prêmio recebido na emissão de debêntures e as doações e as subvenções para investimento; **Reservas de reavaliação**: aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo; **Reservas de lucros**: compreende as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia; **Lucros (prejuízos) acumulados**: saldo remanescente do lucro após a constituição das reservas.

(MARION, 1998, p. 81. Adaptado.)

Estrutura de acordo com a Lei 11.638/2007

A Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, cujo anteprojeto estava tramitando no Congresso Nacional desde 2000, trouxe modificações nos grupos de contas do ativo permanente e do patrimônio líquido, buscando atualizar as regras contábeis brasileiras e harmonizá-las com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), por meio dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

O ativo permanente, a partir de 2008, passou a ser constituído por investimentos, imobilizado, intangível e diferido, em grupos de contas dispostas da seguinte maneira. Conforme a Lei 6.404/76:

> Art. 179. [...]
>
> IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;
>
> V - no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;
>
> VI - no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

O patrimônio líquido, também a partir de 2008, passou a ser constituído pelo capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Como se vê, extingue-se a conta de reservas de reavaliação. Assim, as empresas tributadas pelo lucro real não podiam constituir essa reserva. De acordo com o Fipecafi (2010) "as empresas que não estão obrigadas a seguir a Lei 11.638/2007 podem continuar realizando a reavaliação de ativos [...] dependendo de legislações específicas." De acordo com Sá (2009),

> As sociedades por ações "fechadas" não estão obrigadas a seguir as resoluções de adaptação às normas segundo o texto da Lei 11.638/2007; estabelece no artigo 1.º que "As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas" logo, "poderão" e não "deverão", está claro; trata-se de opção e não de dever ou obrigação.

Cria-se a reserva para ajustes de avaliação patrimonial em que, de acordo com o Fipecafi (2010) devem ser incluídas

> [...] todas as variações de preços de mercado dos instrumentos financeiros, aqueles destinados à venda futura e outros eventuais ajustes de ativos a seu valor de mercado que devam, em função do Regime de Competência, transitar pelo resultado posteriormente. As diferenças de ativos e passivos avaliados a valor de mercado nas reorganizações societárias são outro exemplo de utilização dessa conta.

Desaparece a conta de lucros, permanecendo, tão somente, a conta de prejuízos acumulados. A inexistência da conta de lucros acumulados resulta em que todos os lucros do exercício, ou serão transferidos para as reservas legal, estatutária, lucros a realizar, contingências e orçamentária, ou serão distribuídos.

Estrutura de acordo com a Lei 11.941/2009

A Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, modifica as duas leis anteriores e altera a estrutura do balanço patrimonial.

A estrutura do ativo passa a ser (arts. 178 e 179):

- ativo circulante;
- ativo não circulante com os seguintes grupos de contas: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

A estrutura do passivo passa ser:

- passivo circulante;
- passivo não circulante;
- o patrimônio líquido subdividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

No ativo, extingue-se, como se vê, o ativo diferido e o grupo denominado ativo realizável a longo prazo, deixa de ser um grupo de contas isolado e passa a fazer parte do grande grupo denominado não circulante.

No passivo, extingue-se o grupo de contas denominado resultado de exercícios futuros.

No patrimônio líquido, foram extintas as contas relativas a doações e subvenções para investimento e a reserva de prêmio na emissão de debêntures.

Como todos os incentivos fiscais devem transitar pela demonstração de resultados, os incentivos não farão mais parte do grupo de reservas de capital do patrimônio líquido.

Estrutura comparativa dos três períodos

Com essas explicitações é possível elaborar a estrutura e classificação das contas que compõem o ativo na forma do quadro 3.

Quadro 3 – Estrutura do ativo conforme as Leis 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009

Ativo		
Lei 6.404/76 até 2007	**Lei 11.638/2007 até 2009**	**Lei 11.941/2009 – hoje**
Ativo Circulante	**Ativo Circulante**	**Ativo Circulante**
Disponibilidades	Disponibilidades	Disponibilidades
Direitos a receber	Direitos a receber	Direitos a receber
Estoques	Estoques	Estoques
Desp. pagas antecipadamente	Desp. pagas antecipadamente	Desp. pagas antecipadamente
Ativo Realizável a Longo Prazo	**Ativo Realizável a Longo Prazo**	**Ativo não Circulante**
Ativo Permanente	**Ativo Permanente**	Ativo Realizável a Longo Prazo
Investimentos	Investimentos	Investimentos
Imobilizado	Imobilizado	Imobilizado
Diferido	Intangível	Intangível
	Diferido	

José Laudelino Azzolin.

É possível, também, elaborar a estrutura e classificação das contas que compõem o passivo e o patrimônio líquido, na forma do quadro 4.

Quadro 4 – Estrutura do passivo e do patrimônio líquido conforme as Leis 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009

Passivo		
Lei 6.404/76 até 2007	**Lei 11.638/2007 até 2009**	**Lei 11.941/2009 – hoje**
Passivo Circulante	**Passivo Circulante**	**Passivo Circulante**
Passivo Exigível a Longo Prazo	**Passivo Exigível a Longo Prazo**	**Passivo não Circulante**
Resultado de Exercícios Futuros	**Resultado de Exercícios Futuros**	
Patrimônio Líquido	**Patrimônio Líquido**	**Patrimônio Líquido**
Capital Social	Capital Social	Capital Social
Reservas de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Capital
Reservas de Reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial
Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros
Lucros (prejuízos) acumulados	(Prejuízos) acumulados	Ações em tesouraria
		(Prejuízos) acumulados

José Laudelino Azzolin.

Contas redutoras do balanço patrimonial

O balanço patrimonial é composto de contas patrimoniais e estruturado por grupos de contas de acordo com a sua expressividade.

Contas do circulante

> O primeiro grau de contas, tanto no ativo como no passivo, é o circulante, sendo relevante observar que todas as contas envolvidas (caixa e bancos, estoques, duplicatas a receber, fornecedores, salários a pagar, contas a pagar etc.) estão constantemente em movimento, isto é, seus saldos são frequentemente alterados. (MARION, 1998, p. 74)

São as contas em giro, em circulação, por isso a nomenclatura *circulantes*. São valores (contas do ativo) que se realizarão ou deverão ser pagas no exercício seguinte ao da ocorrência do fato.

Contas de um grupo intermediário

Existe ainda um grupo intermediário de contas tanto no ativo como no passivo.

No ativo são direitos que não são permanentes, pois se destinam à venda e serão transformados em dinheiro no futuro, mas também não são circulantes, pois não se movimentam constantemente. Se, por exemplo, a empresa possuir um título a receber para daqui dois anos, observa-se que não se trata nem de circulante, nem de permanente. Esse é um caso de um realizável em longo prazo, como subgrupo do ativo não circulante, pois é um direito que vai se transformar em dinheiro em longo prazo (pela Lei das Sociedades Anônimas, em período superior a um ano). O mesmo raciocínio poderá ser aplicado para o passivo: todas as obrigações exigíveis que vencerem com prazo de até um ano serão classificadas no passivo circulante; se em prazo superior a um ano serão classificadas no passivo não circulante em um subgrupo denominado exigível em Longo Prazo (THEODORO, 2003).

Contas não circulantes

Contas classificadas como não circulante são as relativas a bens, direitos e obrigações de vida longa.

No ativo, são bens que não se destinam à venda e seus valores não são alterados frequentemente, não havendo uma conotação de giro. São bens e direitos de vida útil longa, são bens permanentes.

As contas do patrimônio líquido também não são frequentemente alteradas. Os sócios injetam recursos, a título de capital, com a pretensão de que eles permaneçam na empresa. Somente parte do lucro é distribuída aos sócios. Assim, ao capital inicial adicionam-se as reservas de capital e de lucros.

Contas redutoras dos circulantes

Liminarmente, convém salientar que os princípios contábeis da competência de exercícios e da prudência indicam que os bens e direitos devem ser avaliados pelo valor de realização e sempre de maneira cautelosa e prudente.

O artigo 183 da Lei 6.404/76, com as modificações trazidas pelas Leis 11.636/2007 e 11.941/2009, na sequência, consagra a aplicação conjugada desses dois princípios nos seus diversos parágrafos.

Os valores lançados nas contas relativas aos ajustes decorrentes da obediência a esses princípios serão demonstrados no balanço patrimonial abaixo da conta que os ensejou, como conta redutora.

Direitos a receber

A conta mais representativa desse subgrupo é a conta *clientes* ou *duplicatas a receber*, que engloba os valores referentes às vendas a prazo realizadas pela empresa.

As duplicatas a receber devem ser avaliadas pelo valor líquido de realização, isto é, pelo valor que realmente se espera receber. Por isso, havendo créditos de liquidação duvidosa, a parcela estimada pela empresa que não será recebida em decorrência da inadimplência deverá ser deduzida de duplicatas a receber (clientes). Comumente, essa conta é denominada provisão para devedores duvidosos.

Parte das duplicatas a receber (clientes) pode ser negociada com instituições financeiras com o objetivo de prover recursos no caixa da empresa. As duplicatas que forem objeto de desconto junto ao banco, denominam-se de duplicatas descontadas e reduzirão o valor das duplicatas a receber (clientes).

Suponha que a Cia. Beta, na data do balanço patrimonial, possui um saldo de duplicatas a receber no valor de R$300.000,00 e que, objeto de operação de desconto, tenha negociado com o Banco Ômega duplicatas no valor de R$50.000,00 e, ainda, que tenha previsto que R$9.000,00 dessas duplicatas tenham sido aceitas por clientes duvidosos. Essas contas serão demonstradas no balanço patrimonial na forma apresentada no quadro 5.

Quadro 5 – Demonstração da conta de duplicatas a receber

Ativo Circulante	
Duplicatas a Receber	R$300.000,00
(–) Duplicatas Descontadas	(R$50.000,00)
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	(R$9.000,00)
Valor de realização	R$241.000,00

Estoques

De acordo com o inciso II, do artigo 183, da Lei 6.404/76 os estoques de matérias-primas, do almoxarifado, dos produtos em fabricação e das mercadorias e produtos do comércio da companhia serão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

Se constatar, por exemplo, que uma matéria-prima adquirida por R$500,00 tenha um valor de realização na data do balanço de R$450,00, deverá ser procedida uma provisão para adequar o valor do bem ao valor de mercado. Assim, será feito um lançamento como despesa do exercício no valor de R$50,00, em contrapartida de uma conta de provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado, também no valor de R$50,00. Essa conta de provisão será alocada como redutora do valor de estoques.

Contas redutoras dos não circulantes

O ativo não circulante, como seu próprio nome indica, são itens que não se destinam à venda e, em decorrência, seus valores não são frequentemente alterados. São bens de vida longa, porém também perdem valor no decorrer do tempo. Os valores relativos às perdas são lançados em contas retificadoras.

O patrimônio líquido também sofre mutações e algumas delas representam fatos contábeis modificativos diminutivos. Os valores desses fatos também são lançados em contas retificadoras das contas do patrimônio líquido.

Investimentos

Todos os investimentos permanentes devem ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Dessa forma, se houver um prejuízo na empresa controlada ou coligada, ele terá uma perda no valor dos investimentos da investidora.

Suponha que a empresa investidora participe com R$500.000,00, e que esse investimento represente 20% do capital da empresa investida, e que esta, no atual período, tenha apurado um prejuízo de R$50.000,00. A investidora terá que efetuar uma provisão para ajuste dos investimentos proporcionalmente à equivalência patrimonial. Dessa maneira, o ajuste será o correspondente a 20% de R$50.000,00, ou seja, R$10.000,00.

Graficamente, o ativo não circulante será demonstrado de acordo com o quadro 6.

Quadro 6 – Demonstração dos investimentos

Ativo não Circulante	
Investimento inicial	R$500.000,00
(–) Provisão para ajustes (20% de R$50.000,00)	(R$10.000,00)
Investimento final	R$490.000,00

Imobilizado e intangível

Com o passar do tempo, os bens vão sofrendo deterioração física ou tecnológica. A perda da eficiência funcional dos bens tangíveis vai sendo acumulada em uma conta denominada depreciação acumulada e que é classificada como redutora do ativo imobilizado.

A depreciação deve ser entendida como a medida de perda de utilidade do bem de uso, representada por cotas periódicas (mês, trimestre ou ano), computadas como custo ou despesa de cada exercício.

A cota de depreciação, computada como custo ou despesa de cada exercício, é obtida através da aplicação de algum método que permite a recuperação do investimento realizado ao fim do período de vida útil, estimada para o bem de uso – no caso, refere-se ao ativo imobilizado.

Depreciação é uma despesa, ou custo, que não representa desembolso de caixa. Esse conceito é muito importante porque vários indicadores econômicos levam em consideração o emprego da depreciação como indicativo de geração de caixa.

A depreciação funcional está ligada às transformações do mercado. Como as preferências do mercado alteram-se, ao longo do tempo, um computador, por exemplo, pode ficar obsoleto, e este fator precisa ser considerado pela depreciação.

O ativo tangível pode ser constituído de recursos naturais, como uma jazida ou uma floresta. Esses bens, com o passar do tempo, são exauridos para suprimento de matéria-prima. A exaustão corresponde à perda de valor decorrente da exploração de recursos minerais ou florestais ou de outros bens aplicados na exploração. Os valores relativos à exaustão dos recursos naturais vão sendo acumulados em uma conta denominada exaustão acumulada e que é classificada como redutora do ativo imobilizado.

Bens intangíveis também têm perdas da capacidade. Essa perda vai sendo acumulada em uma conta denominada amortização acumulada e que é retificadora do intangível. A taxa anual de amortização será fixada tendo em vista o número de anos de existência do direito ou o número de exercícios sociais em que deverão ser usufruídos os benefícios dos itens que compõem o intangível. Se, por exemplo, uma empresa adquirir uma patente de invenção para a fabricação de certa máquina quando, por hipótese, faltar cinco anos para a patente cair em domínio público, a amortização será feita a uma taxa de 20% ao ano. Os valores relativos à amortização do intangível vão sendo acumulados em uma conta denominada amortização acumulada, que é classificada como redutora do ativo intangível.

Suponha os seguintes dados relativos à madeireira Pinho sem Nó:

Floresta com 500 hectares de pinheiros	R$4.000.000,00 (valor avaliado)
Máquinas e tratores utilizados na exploração dos produtos naturais	R$100.000,00
Marca “Pinho sem Nó” registrada nos órgãos competentes	R$3.000,00

Para realização dos cálculos relativos à exaustão, à depreciação e à amortização as seguintes informações estão disponíveis:

- No ano foram exauridos 150 hectares da floresta;
- Máquinas e tratores têm vida útil de 10 anos;
- A empresa tem o direito de uso da marca "Pinho sem Nó" por 5 anos.

Os cálculos dos valores que reduzirão o valor dos ativos tangíveis são os seguintes:

Exaustão:

150ha / 500ha = 30% do total de hectares de pinheiros existentes. Assim, o valor da exaustão será o resultado do cálculo da seguinte fórmula: R$4.000.000,00 . 30% = R$1.200.000,00 de exaustão no ano.

Depreciação:

R$100.000,00 de máquinas e tratores / 10 anos de vida útil = R$10.000,00 de depreciação anual.

Amortização:

R$3.000,00 da marca "Pinho sem Nó" / 5 anos = R$600,00 de amortização no ano.

Essas contas serão demonstradas no balanço patrimonial na forma apresentada no quadro 7.

Quadro 7 – Demonstração das contas do ativo não circulante

ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Imobilizado	
Florestas	R$4.000.000,00
(–) Exaustão acumulada	(R$1.200.000,00)
Máquinas e tratores	R$100.000,00
(–) Depreciação acumulada	(R$10.000,00)
Intangível	
Marcas e patentes	R$3.000,00
(–) Amortização acumulada	(R$600,00)
Ativo não circulante total	R$2.892.400,00

Contas redutoras do patrimônio líquido

Capital social

Quando se constitui uma sociedade, os sócios subscrevem o capital que deverá ser entregue à sociedade, porém, o capital subscrito pode ser integralizado em parcelas de acordo com cronogramas avançados. Subscrição é o ato jurídico formal pelo qual o acionista assume a obrigação de transferir bens ou direitos para o patrimônio da entidade. Integralização corresponde à transferência de recursos do patrimônio particular para o patrimônio da entidade. A parcela que foi integralizada denomina-se capital realizado e a parcela não integralizada denomina-se capital a integralizar.

Suponha que o capital subscrito pelos sócios da Cia. Alfa tenha sido de R$1.000.000,00, sendo que eles entregaram à sociedade recém-constituída somente R$600.000,00 e que o restante seria entregue futuramente de acordo com cronograma financeiro constante da ata de instalação. Graficamente, o patrimônio líquido ficará de acordo com o quadro 8.

Quadro 8 – Demonstração do capital social no patrimônio líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social	R$1.000.000,00
(–) Capital integralizado	(R$600.000,00)
(=) Capital a integralizar	R$400.000,00

Ações em tesouraria

Quando uma empresa adquire suas próprias ações, depara-se com a figura jurídica denominada ações em tesouraria, que pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

- resgate, reembolso ou amortização de ações;
- cancelamento até o valor de reservas, sem diminuição do capital social;
- recebimento das ações em doações;
- aquisição para redução do capital.

As ações em tesouraria, de acordo com o §5º, do artigo 182, da Lei 6.404/76:

> Art. 182. [...]
>
> §5.º [...] deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Prejuízos acumulados

A conta de prejuízos acumulados representa o saldo remanescente da apuração do resultado do exercício. A nova legislação determina que todo o resultado positivo do exercício seja transferido para contas de reserva de lucros ou distribuído sob a forma de dividendos. Assim, no patrimônio líquido constará somente a conta negativa de prejuízos acumulados.

Juntamente com a conta de ações em tesouraria forma o conjunto das contas de natureza devedora que integram o patrimônio líquido.

Conclusão

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que mostra a posição do patrimônio de uma empresa em determinada data e está dividido em ativo, passivo e patrimônio líquido.

O *ativo* é a parte do balanço que demonstra onde foram aplicados os recursos da empresa.

O *passivo* representa os recursos de terceiros colocados na empresa através de obrigações ou dívidas.

O *patrimônio líquido* é a outra parte dos recursos da empresa chamados de próprios, porque pertencem verdadeiramente aos donos. É a diferença entre o ativo e o passivo.

Passivo mais o patrimônio líquido representam o total de recursos disponíveis para a empresa investir no ativo.

A estrutura do ativo sofreu diversas modificações e, atualmente, é composta dos seguintes grupos de contas: ativo circulante e ativo não circulante, e este subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e em intangível.

O passivo é dividido em passivo circulante e passivo não circulante.

A diferença entre o ativo e o passivo é denominada patrimônio líquido, que possui os seguintes grupos de contas: capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

A equação que mostra a situação patrimonial é a seguinte:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO = ATIVO – PASSIVO

Ativo, passivo e patrimônio líquido possuem contas retificadoras provenientes das reduções dos valores de cada conta em decorrência dos ajustes, que resultam em avaliações dos bens, direitos e obrigações a valores mais reais.

Ampliando seus conhecimentos

Como elaborar um plano de contas contábil

(ZANLUCA, 2010)

Plano de contas (ou elenco de contas) é o conjunto de contas, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis.

A montagem de um plano de contas deve ser personalizada, por empresa, já que os usuários de informações podem necessitar detalhamentos específicos, que um modelo de plano de contas geral pode não compreender.

Objetivos do plano de contas

Seu principal objetivo é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização e, na sua montagem, devem ser levados em conta três objetivos fundamentais:

a) atender às necessidades de informação da administração da empresa;

b) observar formato compatível com os princípios de contabilidade e com a norma legal de elaboração do balanço patrimonial e das demais demonstrações contábeis (Lei 6.404/76, a chamada "Lei das S.A.");

c) adaptar-se tanto quanto possível às exigências dos agentes externos, principalmente às da legislação do Imposto de Renda.

Elenco de contas e correspondente conjunto de normas

O plano de contas, genericamente tido como um simples elenco de contas, constitui na verdade um conjunto de normas do qual deve fazer parte, ainda, a descrição do funcionamento de cada conta – o chamado "Manual de Contas", que contém comentários e indicações gerais sobre a aplicação e o uso de cada uma das contas (para que serve, o que deve conter e outras informações sobre critérios gerais de contabilização).

Contas do balanço patrimonial

A empresa deve manter escrituração contábil com base na legislação comercial e com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade.

O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis que visa evidenciar, de forma sintética, a situação patrimonial da empresa e dos atos e fatos consignados na escrituração contábil.

Essa demonstração deve ser estruturada de acordo com os preceitos da Lei 6.404/76 (chamada "Lei das S.A.") e segundo os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Tal estrutura de contas, dentro do conceito legal da própria Lei 6.404/76 (artigos 176 a 182 e artigo 187), em síntese, compõe-se de:

Ativo	Passivo
Circulante Não Circulante Realizável a Longo Prazo Investimentos Imobilizado Intangível	Circulante Não Circulante Patrimônio Líquido

Como exemplo, temos a conta "Caixa", que registrará o dinheiro em espécie (papel-moeda) disponível na tesouraria da empresa. Trata-se de uma conta do ativo circulante, subgrupo disponibilidades.

Sugiro que o plano de contas contenha, no mínimo, quatro níveis:

Nível 1: ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas, custos e despesas.

Nível 2: ativo: circulante, não circulante / passivo e patrimônio líquido: circulante, não circulante e patrimônio líquido / receitas: receita bruta, deduções da receita bruta, outras receitas operacionais / custos e despesas operacionais.

Nível 3: contas que evidenciem os grupos a que se referem. Por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo circulante

Nível 3 – Bancos conta movimento

Nível 4: subcontas que evidenciem o tipo de registro contabilizado. Por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo circulante

Nível 3 – Bancos conta movimento

Nível 4 – Banco A

Abaixo, segue um exemplo bem simples de uma estrutura de plano de contas em quatro níveis:

1 ATIVO

1.1 ATIVO CIRCULANTE
1.1.1 Caixa
1.1.1.01 Caixa Geral
1.1.2 Bancos C/ Movimento
1.1.2.01 Banco Alfa

1.1.3 Contas a Receber
1.1.3.01 Clientes
1.1.3.02 Outras Contas a Receber
1.1.3.09 (–) Duplicatas Descontadas
1.1.4 Estoques
1.1.4.01 Mercadorias
1.1.4.02 Produtos Acabados
1.1.4.03 Insumos
1.1.4.04 Outros

1.2 NÃO CIRCULANTE
1.2.1 Contas a Receber
1.2.1.01 Clientes
1.2.1.02 Outras Contas
1.2.2 INVESTIMENTOS
1.2.2.01 Participações Societárias
1.2.3 IMOBILIZADO
1.2.3.01 Terrenos
1.2.3.02 Construções e Benfeitorias
1.2.3.03 Máquinas e Ferramentas
1.2.3.04 Veículos
1.2.3.05 Móveis
1.2.3.98 (–) Depreciação Acumulada
1.2.3.99 (–) Amortização Acumulada
1.2.4 INTANGÍVEL
1.2.4.01 Marcas
1.2.4.02 *Softwares*
1.2.4.99 (–) Amortização Acumulada

2 PASSIVO

2.1 CIRCULANTE
2.1.1 Impostos e Contribuições a Recolher
2.1.1.01 Simples a Recolher
2.1.1.02 INSS
2.1.1.03 FGTS
2.1.2 Contas a Pagar
2.1.2.01 Fornecedores
2.1.2.02 Outras Contas
2.1.3 Empréstimos Bancários
2.1.3.01 Banco A – Operação X

2.2 NÃO CIRCULANTE
2.2.1 Empréstimos Bancários
2.2.1.01 Banco A – Operação X

2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1 Capital Social
2.3.2.01 Capital Social Subscrito
2.3.2.02 Capital Social a Realizar
2.3.2 Reservas
2.3.2.01 Reservas de Capital
2.3.2.02 Reservas de Lucros
2.3.3 Prejuízos Acumulados
2.3.3.01 Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores
2.3.3.02 Prejuízos do Exercício Atual

3 CUSTOS E DESPESAS

3.1 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS
3.1.1 Custos dos Materiais

3.1.1.01 Custos dos Materiais Aplicados

3.1.2 Custos da Mão de Obra

3.1.2.01 Salários

3.1.2.02 Encargos Sociais

3.2 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

3.2.1 Custo das Mercadorias

3.2.1.01 Custo das Mercadorias Vendidas

3.3 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

3.3.1 Custo dos Serviços

3.3.1.01 Materiais Aplicados

3.3.1.02 Mão de Obra

3.3.1.03 Encargos Sociais

3.4 DESPESAS OPERACIONAIS

3.4.1 Despesas Gerais

3. 4.1.01 Mão de Obra

3.4.1.02 Encargos Sociais

3.4.1.03 Aluguéis

3.5 PERDAS DE CAPITAL

3.5.1 Baixa de Bens do Ativo Não Circulante

3.5.1.01 Custos de Alienação de Investimentos

3.5.1.02 Custos de Alienação do Imobilizado

4 RECEITAS

4.1 RECEITA LÍQUIDA

4.1.1 Receita Bruta de Vendas
4.1.1.01 De Mercadorias
4.1.1.02 De Produtos
4.1.1.03 De Serviços Prestados
4.1.2 Deduções da Receita Bruta
4.1.2.01 Devoluções
4.1.2.02 Serviços Cancelados

4.2 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
4.2.1 Vendas de Ativos Não Circulantes
4.2.1.01 Receitas de Alienação de Investimentos
4.2.1.02 Receitas de Alienação do Imobilizado

Atividades de aplicação

1. Classifique os itens da tabela a seguir em Ativo (A), Passivo (P) ou Patrimônio Líquido (PL).

Terrenos	
Automóvel	
Capital social	
Depreciação acumulada	
Impostos a pagar	
Reservas de capital	
Caixa e bancos	
Prejuízos acumulados	
Contas a receber	
Provisão para devedores duvidosos	
Salários a pagar	
Reservas de lucros	

2. São dadas as seguintes contas e saldos:

Dinheiro em caixa	R$100,00
Móveis e utensílios	R$2.200,00
Duplicatas a receber	R$3.100,00
Contas a pagar	R$700,00
Aluguel a pagar	R$600,00
Veículos	R$1.500,00

Complete as seguintes afirmações:

O Patrimônio bruto é de R$ ________________________________.

Os bens somam R$ ____.

As obrigações somam R$ __________________________________.

A situação patrimonial líquida (PL) é de R$ ___________________.

3. Uma mina foi adquirida por R$20.000,00 e tem uma possança (espessura das paredes) estimada de 25 000m^3. Se durante um ano foram extraídos 5 000m^3 de minério qual será o valor da exaustão que deverá ser lançada nesse ano?

4. Dadas as seguintes contas e saldos:

Fornecedores: R$345,00

Capital Social: R$280,00

Capital a integralizar: R$75,00

Impostos a pagar: R$10,00

Dividendos a pagar: R$25,00

Reservas de capital: R$32,00

Salários a pagar: R$12,00

Determine o valor do passivo circulante e o valor do patrimônio líquido.

5. Estruture o balanço patrimonial da empresa em 31/12/2009, considerando as contas seguintes: duplicatas a receber (vencimento em até 12 meses), R$4.500.000,00; Fornecedores (vencimento em até 6 meses),

R$2.000.000,00; Salários a pagar, R$3.250.000,00; Caixa, R$900.000,00; Imposto de Renda a recolher, R$900.000,00; Reservas de capital, R$1.700.000,00; Contas a pagar (curto prazo), R$100.000,00; Máquinas, R$3.660.000,00; Capital Social, R$5.000.000,00; Móveis e utensílios, R$3.500.000,00; Marcas e patentes, R$100.000,00; Estoques, R$4.950.000,00; Financiamento bancário (30 meses), R$5.160.000,00; Duplicatas a receber (vencimento em 14 meses), R$500.000,00.

Referências

BRASIL. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

______. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

______. **Lei 11.941**, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

CHERMAN, Bernardo. **Goodwill**. Disponível em: <www.vemconcursos.com/opiniao/index.phtml?page_id=1321>. Acesso em: 6 set. 2010.

FIPECAFI. Perguntas e respostas. **Nova Lei das S/A** – Lei 11.638/07. Disponível em: <www.cfc.fipecafi.org/faq/faq.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, Antonio Lopes. **Lei 11.638/07 só se Aplica a Poucas Empresas**. Portal da Administração. 16 fev. 09. Disponível em: <www.administradores.com.br/informe-se/artigos/lei-11-638-07-so-se-aplica-a-poucas-empresas/28087/>. Acesso em: 20 out. 2010.

THEODORO, José Marcos Paula. **Balanço Patrimonial**: grupo de contas. 2003. Disponível em: <www.ebah.com.br/apostila-contabilidade-comercial-ii-doc-a11017.html>. Acesso em: 19 out. 2009.

ZANLUCA, Júlio César. **Como Elaborar um Plano de Contas Contábil**. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm>. Acesso em: 21 out. 2010.

Gabarito

1.

Terrenos	A
Automóvel	A
Capital Social	PL
Depreciação acumulada	(A)
Impostos a pagar	P
Reservas de capital	PL
Caixa e bancos	A
Prejuízos acumulados	(PL)
Contas a receber	A
Provisão para devedores duvidosos	(A)
Salários a pagar	P
Reservas de lucros	PL

2.

O patrimônio bruto: Caixa: R$100,00 + Móveis e utensílios: R$2.200,00 + Duplicatas a receber: R$3.100,00 + Veículos: R$1.500,00. Totalizando: R$6.900,00.

Os bens que são constituídos de caixa: R$100,00 + Móveis e utensílios: R$2.200,00 + Veículos: R$1.500,00. Totalizando: R$3.800,00.

As obrigações, constituídas de contas a pagar: R$700,00 + Aluguel a pagar: R$600,00. Totalizando: R$1.300,00.

A situação patrimonial líquida (PL) que é a diferença entre o patrimônio bruto: R$6.900,00 e as Obrigações: R$1.300,00 é de R$5.600,00

3.

5 000m^3 / 25 000m^3 = 20% de relação percentual.

20% . R$20.000,00 = R$4.000,00 de exaustão do período.

4.

Passivo circulante	
Fornecedores	R$345,00
Impostos a pagar	R$10,00
Dividendos a pagar	R$25,00
Salários a pagar	R$12,00
Total do passivo circulante	R$392,00
Capital Social	R$280,00
(–) Capital a integralizar	(R$75,00)
Reservas de capital	R$32,00
Total do patrimônio líquido	R$237,00

5.

Balanço Patrimonial			
Ativo Circulante		**Passivo Circulante**	
Caixa	R$900.000,00	Fornecedores	R$2.000.000,00
Duplicatas a receber	R$4.500.000,00	Salários a pagar	R$3.250.000,00
Estoques	R$4.950.000,00	Imposto de Renda a pagar	R$900.000,00
Ativo não Circulante		Contas a pagar	R$100.000,00
Realizável a Longo Prazo		**Passivo não Circulante**	
Duplicatas a Receber	R$500.000,00	Financiamentos bancários	R$5.160.000,00
Imobilizado		**Patrimônio Líquido**	
Máquinas	R$3.660.000,00	Capital Social	R$5.000.000,00
Móveis e Utensílios	R$3.500.000,00	Reservas de Capital	R$1.700.000,00
Intangível			
Marcas e Patentes	R$100.000,00		
Ativo Total	**R$18.110.000,00**	**Passivo + PL Total**	**R$18.110.000,00**



A demonstração do resultado do exercício

Introdução

O patrimônio das instituições, representado pelos seus bens, direitos e obrigações, sofre mutações de acordo com as políticas, estratégias de gestão e legislações fiscais e societárias, às quais é submisso. Cabe ao Balanço Patrimonial evidenciar a situação patrimonial da empresa.

Além da representação do patrimônio, há necessidade também de avaliar a situação econômica, observando as variações que ocorrem no patrimônio líquido da empresa.

Algumas dessas variações ocorrem por meio de aumento ou diminuição de capital, por parte dos proprietários e/ou sócios e também por aumento de algumas reservas de capital. Porém, nesse capítulo, verificaremos que na maior parte das vezes a variação decorre do resultado operacional de uma entidade, pois a operação da empresa pode gerar lucro ou prejuízo.

Os tributos, incidentes sobre o faturamento, suportados pelas empresas superam seus lucros e, por isso, torna-se necessário o estudo e a análise de todos eles, de modo a poder aferir sua representatividade na composição do preço do produto e sua interferência no resultado.

Significativo também é o valor dos tributos incidentes sobre o resultado e, em decorrência, é necessário escolher qual a forma de tributação mais adequada para minimizar o pagamento desses tributos.

Apuração do resultado

Inicialmente, cabem algumas considerações sobre a denominação Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que foi instituída pela Lei 6.404/76. À época da edição da lei não existiam grandes corporações, não se falava em governança corporativa e a tributação sobre o resultado provinha de cálculos efetuados sobre o lucro anual. Dessa maneira, a expressão "do

exercício" compreendia o exercício social ou período contábil, ou um prazo máximo de doze meses, em que a empresa apurava o resultado de suas operações. Hoje, porém, dados os avanços verificados no campo da contabilidade e das finanças empresariais, a expressão "exercício" pode ser definida como um período de tempo, onde é apurado o resultado de uma empresa. Além da DRE, que apura o resultado, a empresa deverá elaborar e apresentar as demais demonstrações contábeis, como o balanço patrimonial, por exemplo, para um período que pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual.

Enquanto o balanço patrimonial representa uma imagem congelada em um determinado momento, a demonstração do resultado do exercício se relaciona com um dado intervalo de tempo, ou período, mostrando, ao final, se a empresa gerou lucro ou prejuízo nesse período.

A demonstração do resultado, no que se refere à forma, ao conteúdo e à temporalidade deve ser entendida e interpretada sob a óptica societária, tributária e corporativa.

Legislação societária

De acordo com o artigo 175 da Lei 6.604/76:

> Art. 175. O exercício social terá duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto.

Verifica-se exceção para o período de um ano nos casos de constituição da companhia ou de alteração estatutária (parágrafo único).

Se, por exemplo, uma empresa for constituída em 15 de outubro do ano 1, não é necessário encerrar o exercício social nesse mesmo ano, podendo fazê-lo em dezembro do ano 2. Assim, o exercício social terá a duração de 14 meses e 15 dias (de 15/10/01 a 31/12/02). Para fins societários, em decorrência, o exercício social pode encerrar em qualquer dia do ano, e é normal que empresas escolham o dia da constituição da empresa para o encerramento do exercício social.

Legislação tributária

> Para efeito da incidência do imposto sobre a renda, o lucro real das pessoas jurídicas[1] deve ser apurado na data de encerramento do período de apuração (Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, arts. 1.º e 2.º).

[1] Pessoas Jurídicas Obrigadas ao Lucro Real: a) cuja receita total, no ano calendário anterior, seja superior ao limite de R$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais. b) cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito e instituições financeiras em geral. c) que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior; d) que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto; e) que tenham efetuado pagamento mensal do imposto de renda, na forma do art. 2.º da Lei 9.430, de 1996; f) que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*). (RECEITA FEDERAL, 2010).

> Para fins tributários, o período de apuração encerra-se:
>
> Nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, no caso de apuração trimestral do imposto de renda;
>
> No dia 31 de dezembro de cada ano calendário, no caso de apuração anual do imposto de renda. (RECEITA FEDERAL, 2010)

Governança corporativa

A govenança corporativa, de acordo com o IBGC[2]:

> [...] governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho e administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Em dezembro de 2 000 a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) instituiu os níveis diferenciados 1 e 2 e o Novo Mercado (NM) denominados Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC).

As empresas pertencentes ao nível 1 se obrigam a manter pelo menos 25% do capital da empresa em circulação (*free float*); a colocar novas ações no mercado por meio de oferta pública (dispersão do capital); a divulgar as operações que envolvam ativos da companhia; a prestar informações trimestrais e a publicar um calendário anual com todos os eventos corporativos.

As empresas listadas no nível 2 se obrigam a aderir às regras do nível 1 e, ainda, aderir à câmara de arbitragem, quando houver impasses entre controladores e acionistas; a publicar o balanço anual seguindo normas internacionais (*United States Generally Accepted Accounting Principles* – US GAAP); a, se ocorrer a venda, fazê-la por 100% do preço pago pelas ações do controlador e oferecê-las, primeiramente, aos detentores minoritários de ações; conceder direito a voto aos possuidores de ações preferenciais nos casos de incorporação, cisão ou fusão da empresa; e, se houver fechamento de capital, a oferta de compra de ações em circulação deverá ser feita pelo valor econômico da empresa.

As empresas do novo mercado devem aderir às regras dos níveis 1 e 2; ter apenas ações ordinárias; apresentar todas as operações da empresa e seus derivativos em bases mensais; divulgar a demonstração de fluxo de caixa e o balanço trimestral com revisão especial e consolidado; publicar as posições acionárias acima de 5% e as posições acionárias dos administradores e controladores.

2 IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: <www.ibgc.org.br/PerguntasFrequentes.aspx>.

A criação dessas duas categorias objetivava diminui a assimetria das informações entre investidores e empresas, exigindo delas maior transparência quanto às informações divulgadas.

No mesmo sentido, a Lei 10.303, de 31 de outubro de 2001, teve como objetivo principal fortalecer o mercado de capitais no Brasil, conferindo-lhe mais transparência e credibilidade.

De acordo com a BM&FBOVESPA[3] o novo mercado engloba empresas que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. Entre as práticas destacam-se as de:

- melhoria nas informações prestadas nas Informações Trimestrais (ITRs);
- melhoria nas informações relativas a cada exercício social;
- divulgação de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS[4] ou US GAAP[5].

O mercado de capitais brasileiro, na última década, passou por uma célere evolução, especialmente a partir de 2004. Segundo a *Revista Bovespa* (2005),

> O ano de 2004 foi da governança corporativa. Sete empresas fizeram ofertas públicas iniciais de ações, o maior número em oito anos: cinco no Novo Mercado – Natura Cosméticos, Grendene, Dasa-Diagnósticos da América, CPFL Energia e Porto Seguro Seguros; duas no Nível 2 da Bovespa – ALL-América Latina Logística, que já era de capital aberto, e Gol Linhas Aéreas Inteligentes. Todas elas tiveram valorização de seus papéis, em níveis que chegaram a superar 90%, com elevada liquidez. Por isso, planejam novas iniciativas e atraem mais empresas para a ideia de abrir o capital.

Dessa maneira, as empresas que se comprometerem com o exercício das boas práticas da governança corporativa, trimestralmente, devem divulgar relatórios com a discussão e análise dos fatores que influenciaram preponderantemente o resultado, indicando os principais fatores de risco internos e externos a que está sujeita a companhia. E esses relatórios, de acordo com a Cartilha de Governança Corporativa editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)[6] correspondem à melhoria das informações trimestrais, melhoria das informações relativas a cada exercício social enviadas à CVM e à Bovespa, disponibilização ao público das demonstrações financeiras anuais e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.

[3] Em 2008 ocorreu a integração entre a Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

[4] IFRS – *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Contabilidade).

[5] US GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles in the United States*. (Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos).

[6] A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e tem, entre outras, as atribuições de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão e assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários.

A demonstração do resultado

A demonstração do resultado tem por objetivo fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais à análise da informação do resultado. Por isso, ela deve ser estruturada de modo a atender as ópticas societária, tributária e corporativa. Assim, pode ser definida como a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa durante um período, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período (GONÇALVES; BAPTISTA, 1996).

As contas que compõem a demonstração do resultado são periódicas, o que significa que a cada período contábil os saldos dessas contas são encerrados para se apurar o resultado através da confrontação ordenada e sucessiva dos saldos.

A estrutura da demonstração de resultado está prevista no artigo 187 da Lei 6.404/76 e deverá ser elaborada de forma descritiva e dedutiva, de acordo com o modelo a seguir.

Faturamento bruto[7]
(–) IPI faturado
(=) Receita bruta de vendas e serviços
(–) Deduções (∑ das vendas canceladas, dos abatimentos e dos tributos)
Vendas canceladas
Abatimentos concedidos
Tributos sobre vendas e serviços (∑ do ICMS ou ISS, PIS, Cofins)
ICMS ou ISS
PIS
Cofins
(=) Receita líquida de vendas e serviços
(–) Custo das mercadorias e serviços vendidos
(=) Lucro bruto operacional
(–) Despesas operacionais (∑ das despesas com vendas, financeiras e gerais)
Despesas com vendas
Resultado financeiro líquido (Receitas – Despesas financeiras)
Despesas gerais e administrativas
Outras despesas operacionais

[7] De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 51/78, na receita de vendas não se incluem os impostos não cumulativos e, por isso, não se inclui o IPI. Essa determinação é somente tributária, pois, para fins de análise, é imprescindível que o montante total dos tributos seja demonstrado na demonstração do resultado.

(=) Lucro ou prejuízo operacional
(+) Outras receitas
(–) Outras despesas
(=) Resultado do exercício antes dos tributos sobre resultado
(–) Provisão para os tributos (∑ do IRPJ e da CSLL)
Provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
(=) Resultado do exercício após os tributos sobre resultado
(–) Participações (∑ das seguintes participações)
Debenturistas
Empregados
Administradores
Partes beneficiárias
Fundos de assistência e previdência
(=) Lucro ou (prejuízo) líquido do exercício
(÷) número de ações
(=) Lucro líquido por ação

Análise dos componentes da demonstração do resultado

Como se viu, a estrutura da demonstração de resultados compreende diversos itens que são incluídos em campos ou módulos ao final dos quais são obtidos resultados ou lucros. A seguir, será feito o estudo de cada um deles.

Custo das mercadorias e dos serviços vendidos

O início da análise da demonstração do resultado é o item custo das mercadorias e serviços vendidos.

Os gastos necessários para se colocar um produto à venda denominam-se custo.

Para uma empresa comercial esse gasto compreende:

- o custo de aquisição da mercadoria destinada à revenda;

- os gastos de transporte e seguro até o endereço da empresa compradora;
- os impostos não recuperáveis, no caso, o IPI (RIR/1999, art. 289).

Para uma empresa prestadora de serviços, também se soma o custo da mão de obra do profissional que realiza o serviço.

Em uma empresa industrial, diversos gastos comporão o custo de produção:

- o custo de aquisição da matéria-prima mais os gastos de transporte e seguro até o endereço da empresa industrial compradora;
- o custo do pessoal aplicado na produção, inclusive na supervisão direta, na manutenção e na segurança das instalações de produção;
- os custos de locação, manutenção e reparo e os encargos da depreciação do imobilizado, da exaustão dos recursos naturais utilizados na produção e da amortização do intangível, se diretamente relacionado à produção (RIR/1999, art. 290).

Tanto para as empresas comerciais como industriais, do custo do produto ou da matéria-prima, deve ser excluído o valor dos tributos recuperáveis que são aqueles decorrentes da adoção do princípio da não cumulatividade. Pelo princípio da não cumulatividade, as empresas (contribuintes) têm o direito de compensar os tributos pagos por ocasião da aquisição da matéria-prima em futura operação de venda. Por isso, diz-se que tributos não cumulativos são tributos sobre o valor agregado, pois se abate, em cada operação realizada pela empresa, o tributo pago na operação anterior.

Receita bruta de vendas e serviços

O preço ideal de venda de um produto ou serviço é aquele que cobre os custos e ainda proporciona o retorno (lucro) desejado pela empresa.

Para que uma empresa se torne viável é imprescindível que ela agregue valor ao custo de aquisição ou de produção para determinação de um preço de venda que lhe gere resultado, mesmo atuando em um mercado competitivo, o que a obriga a avaliar se seu preço é compatível com os praticados pelo mercado.

Incluindo o *mark-up*

Em muitas empresas a técnica do *mark-up (MK)* é amplamente usada na formação de preços. Trata-se de um índice aplicado ao custo unitário para se chegar ao preço, o qual é considerado suficiente para cobrir todas as outras despesas não incluídas nos custos do produto, bem como levar a uma lucratividade razoável que garanta a sobrevivência do negócio.

Tome-se, como exemplo, uma empresa industrial que fabrica e vende o produto Alfa e para isso realiza as seguintes operações, por unidade produzida:

- Adquire uma matéria-prima por R$100,00, com ICMS, PIS e Cofins inclusos em percentual relativo aos três tributos de 20%;
- incorre em custos de mão de obra de R$50,00;
- incorre em custos indiretos de fabricação de R$20,00;
- deseja uma margem bruta (MK) de 20% sobre o preço de venda.

Inicialmente, é necessário excluir os tributos incidentes sobre a compra da matéria-prima, dado o princípio da não cumulatividade, que permite abater em operações seguintes os tributos pagos em operações anteriores. Assim, o custo da matéria-prima será de R$80,00 (R$100,00 – R$20,00 de tributos inclusos quando da aquisição).

Dissociados os tributos, o custo de produção será igual a:

Matéria-Prima (MP) + Mão de Obra Direta (MOD) + Custo Indireto de Fabricação (CIF):

R$80,00 + R$50,00 + R$20,00 = R$150,00

O preço de venda, por unidade produzida, considerando apenas a margem de lucro de 20% (MK), será determinado da seguinte forma:

$$\text{Pvda} = \frac{\text{Custo}}{1 - \text{MK}} \qquad \text{Pvda} = \frac{\text{R\$150,00}}{1 - 0{,}20} \qquad \text{Pvda} = \text{R\$187,50}$$

Onde:

Pvda = preço de venda do produto.

Custo = custo de produção.

Mk = margem bruta em % desejada pela empresa vendedora.

Assim, o lucro bruto operacional seria obtido deduzindo-se o custo de aquisição da receita bruta de vendas:

Receita bruta de vendas	R$187,50
(–) Custo das mercadorias vendidas	(R$150,00)
(=) Lucro bruto operacional ou *mark-up* de 20% de R$187,50	R$37,50

Incluindo os tributos

Uma das variáveis mais importantes a ser considerada no processo de precificação é a incidência de tributos, pois a carga tributária brasileira representa um percentual expressivo na composição do preço. Os tributos que estão sob análise na composição da DRE, relativamente aos tributos incidentes sobre vendas, são:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É um imposto federal cobrado das indústrias sobre o total das vendas de seus produtos e das pessoas jurídicas responsáveis pela importação de produtos em geral. Sua alíquota é variável;

- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS. É um imposto estadual não cumulativo. Sua alíquota varia de 7 a 35% (na média, 18%);

- Programa de Integração Social (PIS). Para manutenção do programa as pessoas jurídicas são obrigadas a contribuir com uma alíquota variável (de 0,65% a 1,65%) sobre o total das receitas. Para as empresas comerciais e industriais é um tributo não cumulativo;

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É um tributo cobrado pela União sobre o faturamento bruto das pessoas jurídicas, destinado a atender programas sociais do Governo Federal. A alíquota é de 7,6%, observando-se, em alguns casos, 3%. Para as empresas comerciais e industriais é um tributo não cumulativo (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2010).

Um aspecto a ser considerado no sistema tributário brasileiro é a incidência de diversos tributos sobre uma mesma operação. Por exemplo, o IPI incide sobre o ICMS, sobre o PIS e sobre a Cofins, que, por sua vez, incidem sobre si próprios e uns sobre os outros. Por exemplo, no estado do Paraná, a alíquota do ICMS incidente sobre a energia elétrica é de 29%. Essa é a alíquota nominal. Pela multincidência que caracteriza esse imposto, porém, a alíquota real é de mais de 40%, pois o ICMS incide sobre ele próprio sucessivas vezes (quatorze vezes), de acordo com os seguintes cálculos: sobre os 29%, que é a alíquota nominal, incide 29%, que resulta em 8,41%; sobre esse percentual incide, mais uma vez, 29%, que resulta em 2,44%, sobre o qual incide 29%, gerando mais 0,71%, que é base para mais 29%, resultando em mais 0,21%, novamente base para outra incidência de 29%, resultando em mais 0,06% e, assim, infinitamente, chegando, ao final, em quase 41%.

O PIS e a Cofins obedecem à mesma metodologia de cálculo. É essa a razão da elevada carga tributária brasileira.

Outro aspecto relevante a considerar no cálculo dos tributos refere-se à cumulatividade e à não cumulatividade.

Diz-se cumulativo quando um tributo incide em todas as etapas intermediárias dos processos produtivos e/ou de comercialização de determinado bem, inclusive sobre o próprio imposto/tributo anteriormente pago, da origem até o consumidor final, influindo na composição de seu custo e, em consequência, na fixação de seu preço de venda (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2010). Por não cumulatividade entende-se a possibilidade de se compensar em cada operação o montante do tributo cobrado nas operações anteriores.

Outro aspecto a considerar é a seletividade da alíquota dos tributos. Procura-se fixar uma alíquota maior nas saídas de alguns produtos: bebidas alcoólicas, fumo, perfumes etc. De outro lado, cada estado adota alíquotas diferentes.

O mecanismo de contabilização do ICMS, pelo princípio da não cumulatividade, permite a compensação do ICMS inserido no valor da aquisição. Dessa forma, a empresa recolhe apenas o diferencial de imposto, que irá compor o preço. O *mark-up*, porém, por ser calculado por dentro, ou seja, da mesma forma que se calculam o ICMS, o PIS e a Cofins, o MK também é calculado sobre si próprio sucessivas vezes, agora será calculado também sobre o valor do ICMS.

Incluindo o ICMS

Seguindo o exemplo em questão, admita-se uma alíquota de 18% de ICMS. O impacto final no preço do produto (Pvda), considerando a mesma margem e incluindo o ICMS será:

$$Pvda = \frac{Custo}{1 - (ICMS + MK)}$$

$$Pvda = \frac{R\$150{,}00}{1 - (0{,}18 + 0{,}20)} = \frac{R\$150{,}00}{0{,}62} = R\$241{,}94$$

Onde:

Pvda = preço de venda do produto.

Custo = custo de produção.

Mk = margem bruta em % desejada pela empresa vendedora.

ICMS = alíquota do ICMS incidente no preço de venda do produto.

Com a inclusão do *mark-up* e do ICMS, a estrutura do resultado ficará assim:

Receita bruta de vendas	R$241,94
(–) Impostos	
ICMS de 18% sobre R$241,94	(R$43,549)
(=) Receita líquida de vendas	R$198,39
(–) Custo das mercadorias vendidas	(R$150,00)
(=) Lucro bruto operacional ou *Mark-up* de 20% de R$241,94	R$48,39

Incluindo a Cofins

A Confis deve ser calculada da mesma forma que o *mark-up* e o ICMS. Seguindo o exemplo em questão, admita-se uma alíquota de 3% de Cofins. O impacto final no preço do produto (Pvda), considerando a mesma margem, a mesma alíquota de ICMS e incluindo a Cofins será:

$$\text{Pvda} = \frac{\text{Custo}}{1 - (\text{ICMS} + \text{Cofins} + \text{MK})}$$

Onde:

Pvda = preço de venda do produto.

Custo = custo de produção.

Mk = margem bruta em % desejada pela empresa vendedora.

ICMS = alíquota do ICMS incidente no preço de venda do produto.

Cofins = alíquota da Cofins incidente no preço de venda do produto.

Substituindo:

$$\text{Pvda} = \frac{\text{R\$}150{,}00}{1 - (0{,}18 + 0{,}03 + 0{,}20)}$$

$$\text{Pvda} = \frac{\text{R\$}150{,}00}{1 - 0{,}41} = \frac{\text{R\$}150{,}00}{0{,}59} = \text{R\$}254{,}24$$

Com a inclusão do *mark-up*, do ICMS e da Cofins, a estrutura do resultado ficará assim:

Receita bruta de vendas	R$254,24
(–) Impostos	(R$53,39)
ICMS de 18% sobre R$254,24	R$45,76
Cofins de 3% sobre R$254,24	R$7,63
(=) Receita líquida de vendas	R$200,85
(–) Custo das mercadorias vendidas	(R$150,00)
(=) Lucro bruto operacional ou *mark-up* de 20% de R$254,24	R$50,85

Incluindo o PIS

O PIS deve ser calculado da mesma forma que o *mark-up*, o ICMS e a Cofins. Seguindo o exemplo em questão, admita-se uma alíquota de 1% de PIS. O impacto final no preço do produto (Pvda) será:

$$Pvda = \frac{Custo}{1 - (ICMS + Cofins + PIS + MK)}$$

Onde:

Pvda = preço de venda do produto.

Custo = custo de produção.

Mk = margem bruta em % desejada pela empresa vendedora.

ICMS = alíquota do ICMS incidente no preço de venda do produto.

Cofins = alíquota da Cofins incidente no preço de venda do produto.

PIS = alíquota do PIS incidente no preço de venda do produto.

Substituindo:

$$Pvda = \frac{R\$150,00}{1 - (0,18 + 0,03 + 0,01 + 0,20)} = \frac{R\$150,00}{1 - 0,42} = \frac{R\$150,00}{0,58} = R\$258,62$$

A partir dos cálculos realizados, é possível projetar o resultado:

Receita Bruta de Vendas		R$258,62
(–) Impostos		(R$56,90)
ICMS de 18% sobre R$258,62	R$46,55	
Cofins de 3% sobre R$258,62	R$7,76	
PIS de 1% sobre R$258,62	R$2,59	
(=) Receita líquida de vendas		R$201,72
(–) Custo das mercadorias vendidas		(R$150,00)
(=) Lucro bruto operacional ou *mark-up* de 20% de R$258,62		R$51,72

Calculando o IPI e projetando o resultado

O IPI é calculado por fora. Significa dizer que ele não incide sobre si próprio, nem os outros tributos incidem sobre ele, porém ele incide sobre todos os itens já examinados. Admitindo-se uma alíquota de 15% de IPI, no exemplo em desenvolvimento, o impacto sobre o preço final do produto (Pvda) será:

$$Pvda = \frac{Custo}{1 - (ICMS + Cofins + PIS + MK)} + IPI$$

Onde:

Pvda = preço de venda do produto.

Custo = custo de produção.

Mk = margem bruta em % desejada pela empresa vendedora.

ICMS = alíquota do ICMS incidente no preço de venda do produto.

Cofins = alíquota da Cofins incidente no preço de venda do produto.

PIS = alíquota do PIS incidente no preço de venda do produto.

IPI = alíquota do IPI a ser calculado sobre os itens já analisados.

O preço de venda até então calculado monta em R$258,62. O IPI incidente sobre esse valor corresponde a R$38,79. Acrescido do IPI, o faturamento corresponderá a R$297,41 por unidade.

Supondo-se que tenham sido vendidas 1 000 unidades do produto ALFA no 1.º trimestre de determinado ano, a projeção do resultado será a seguinte:

Faturamento bruto		R$297.410,00
(–) IPI faturado (15% de R$258.620,00)		R$(38.790,00)
(=) Receita bruta de vendas e serviços		R$258.620,00
(–) Deduções (ICMS+PIS+Cofins)		R$(56.896,40)
ICMS (18% de R$258.620,00)	R$46.551,60	
PIS (1% de R$258.620,00)	R$2.586,20	
Cofins (3% de R$258.620,00)	R$7.758,60	
(=) Receita líquida de vendas e serviços		R$201.723,60
(–) Custo das mercadorias e serviços vendidos		(R$150.000,00)
(=) Lucro bruto operacional		R$51.723,60
Ou MK de 20% sobre R$ 258.620,00		R$51.724,00

Outras deduções de vendas

Além dos tributos, as vendas canceladas e abatimentos concedidos também reduzem o valor da receita bruta de vendas.

As "vendas canceladas" correspondem à conta que registra o montante das vendas devolvidas pelos clientes, tendo em vista defeitos apresentados ou o não atendimento das especificações do pedido.

"Abatimentos sobre venda" compreende os descontos incondicionais oferecidos a clientes sem nenhuma condição a ser cumprida. Os descontos incondicionais não se incluem na base de cálculo do ICMS, do PIS e da Cofins.

Deduções a partir do lucro bruto

Além do custo de aquisição ou de fabricação dos produtos e da inclusão dos diversos tributos a empresa incorre em outros gastos.

Despesas operacionais

As despesas operacionais, segundo a Lei das S.A., compreendem as despesas necessárias para a empresa funcionar, isto é, vender, administrar e financiar suas atividades. Não se confundem com as despesas de produção, ou seja, aquelas necessárias para transformar a matéria-prima em produto acabado. São elas:

- despesas de vendas, que representam as despesas necessárias para as vendas, bem como as de promoção e distribuição dos produtos da empresa no mercado, e, ainda, os riscos assumidos pela venda, como garantias e provisão para devedores duvidosos;
- resultado financeiro líquido, que corresponde à diferença entre as despesas e as receitas financeiras. Despesas financeiras representam a remuneração paga a terceiros que financiaram a empresa. Receitas financeiras representam os ganhos de capitais aplicados em investimentos temporários, bem como outros ganhos de natureza financeira como descontos obtidos e juros cobrados de clientes por atraso de pagamentos;

- despesas administrativas, que compreendem as despesas incorridas para a direção e execução das tarefas administrativas, bem como as despesas gerais que beneficiam os negócios da empresa;
- outras despesas operacionais, que compreendem gastos não ligados diretamente às operações da empresa como perdas eventuais e manutenção de prédios não utilizados na produção, por exemplo uma chácara destinada ao lazer dos administradores e empregados, que não está relacionada às operações, porém, proporciona satisfação e, por isso, traz resultado para a empresa.

Resultado não operacional

Com base na interpretação da legislação societária pode-se afirmar que integram o resultado não operacional os ganhos ou perdas de capital e as contrapartidas das perdas prováveis na realização dos investimentos, o valor da reserva de reavaliação quando ela for baixada contra o resultado do exercício.

Para fins tributários, porém, esse grupo de resultado é composto ainda pelas subvenções para investimentos, doações recebidas, valores recebidos a título de ágio na emissão de ações, prêmio recebido na emissão de debêntures.

Provisão para os tributos sobre resultado

No Brasil, o lucro apurado pelas pessoas jurídicas constitui base de cálculo para a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ambos os tributos podem ser calculados sobre o lucro real ou lucro presumido.

Lucro real é o lucro líquido apurado mensalmente ajustado pelas adições, exclusões e compensações prescritas pela legislação tributária.

De acordo com Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999, art. 249) serão adicionados ao lucro líquido:

> Art. 249. [...]
>
> I - os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este decreto, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real.

Por exemplo: resultados negativos de equivalência patrimonial, custos e despesas não dedutíveis.

II - Os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, devam ser computados na determinação do lucro real.

Por exemplo: ajustes decorrentes da aplicação dos métodos dos preços de transferência, lucros auferidos por controladas e coligadas domiciliadas no exterior.

De acordo com Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999, art. 250) serão excluídos do lucro líquido:

Art. 250. [...]

I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Decreto e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;

Por exemplo: depreciação acelerada incentivada.

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam computados no lucro real.

Por exemplo: resultados positivos de equivalência patrimonial, dividendos.

De acordo com o artigo 42 da Lei 8.981, de 20 de janeiro de 1995, poderão ser compensados, total ou parcialmente, à opção do contribuinte, os prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores, desde que observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. O prejuízo compensável é o apurado na demonstração do lucro real de períodos anteriores e registrado no Livro de Apuração do Lucro Real.

Lucro presumido é uma forma de tributação em que se calcula o valor devido com base em percentuais presumidos de lucro fixados pela Secretaria da Receita Federal. Entre os diversos ramos de atividade elencados pela Receita Federal para definir o lucro presumido, relativamente ao IRPJ, destacam-se os de revenda de produtos cujo lucro presumido é de 8% e os de prestação de serviços em geral, cujo lucro presumido é de 32%. Para fins de cálculo da CSLL, para todas as empresas, independentemente de seu ramo de atividade, o lucro presumido é de 12%. Poderão optar por essa forma de tributação as pessoas jurídicas

a. Cuja receita bruta total tenha sido igual ou inferior a R$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), no ano calendário anterior, ou a R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de meses em atividade no ano calendário anterior (Lei 10.637, de 2002, art.46); e

b. que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. (RECEITA FEDERAL, 2010)

Alíquota dos tributos incidentes sobre resultado

De acordo com a legislação do Imposto de Renda, a alíquota do imposto de renda que incidirá sobre a base de cálculo é de 15% (quinze por cento) (RIR/1999, art. 541).

Incide, ainda, um adicional de imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido de 10% (dez por cento) sobre a parcela do lucro presumido que exceder o valor de R$60.000,00 (sessenta mil reais) em cada trimestre. Os mesmos 10% serão devidos pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real sobre a parcela do lucro real que exceder ao valor resultante da multiplicação de R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração. A alíquota da CSLL é de 9%.

Microempresas e empresas de pequeno porte

A Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, relativamente à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições, ao regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias e ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias.

São microempresas (ME) aquelas que aufiram em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). São empresas de pequeno porte (EPP) aquelas que aufiram, em cada ano calendário, receita bruta superior a R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Essas empresas poderão optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e o recolhimento unificado compreende a substituição dos

seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, IPI, INSS (contribuição patronal), as contribuições destinadas ao SESC, SESI, Senai, Senac, Sebrae, Salário-educação e contribuição sindical patronal.

Para as microempresas a alíquota que será aplicada sobre a receita bruta varia de 3,0% a 5,4%, de acordo com faixa de faturamento definida pela Receita Federal.

Para as empresas de pequeno porte, também de acordo com faixa de faturamento definida pela Receita Federal, a alíquota varia de 5,4% a 12,6% aplicada sobre a receita bruta.

Resultado do exercício após os tributos e as participações

Após as provisões para IRPJ e CSLL serem realizadas, parte dos lucros apurados será distribuída aos debenturistas e aos colaboradores da empresa.

Debênture é um título nominativo e negociável e representa uma fração de um empréstimo tomado por uma empresa. Ela rende juros e propicia ao debenturista participar dos lucros da empresa emitente.

A tendência moderna nas relações entre o capital e o trabalho é buscar a competitividade por meio da participação dos administradores e empregados nos lucros das empresas, como uma forma de remuneração variável. De acordo com Dellagnelo e Dellagnelo (1996, p. 53) "a remuneração variável é considerada por muitos autores, consultores e gerentes, como uma das grandes tendências da administração de recursos humanos para o futuro".

Empregados e administradores podem participar dos lucros da empresa e a legislação tributária prevê dedutibilidade do imposto de renda nas participações nos lucros e resultados atribuídas pelo contribuinte a seus empregados.

O artigo 46 da Lei 6.404/76 possibilita à empresa criar títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados "partes beneficiárias", conferindo aos seus titulares direito na participação em até 10% dos lucros anuais.

A destinação de parte do lucro para fundos de pensão é uma forma de prover recursos para a acumulação de reservas destinadas a cobrir pagamentos de aposentadoria e, assim, garantir um nível de renda para os empregados que se aposentam em nível equivalente ao valor recebido durante o tempo de atividade.

De acordo com o artigo 190 da Lei 6.404/76,

> Art. 190. As participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada.

Conclusão

A demonstração de resultado reflete a situação dinâmica do patrimônio das entidades, revelando as receitas e aos gastos ocorridos ao longo de um determinado período de tempo. A diferença entre as receitas e os gastos constitui o lucro da empresa durante o período considerado.

Para apropriar o lucro, porém, há necessidade de desenvolver os cálculos dos valores que são adicionados ao custo do produto, com relevância dos tributos incidentes sobre as operações de produção e de circulação de mercadorias e sobre o faturamento.

A demonstração de resultado, por ser apresentada de forma descritiva e dedutiva, auxilia na análise de cada um de seus componentes e, ao final, apresenta o resultado que a empresa obteve, que é a sua finalidade principal. São diversos os itens que enunciam esse resultado: receitas, lucro bruto e lucro líquido.

Ampliando seus conhecimentos

A vantagem das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil

(PORTAL TRIBUTÁRIO, 2008)

A Lei Complementar 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e em-

presas de pequeno porte no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É também chamada de "Lei Complementar do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte" (LCMEPP).

Substitui, integralmente, a partir de 01/07/2007, as normas do Simples Federal (Lei 9.317/96), vigente desde 1997, e o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei 9.841/99).

Consideram-se microempresa ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), devidamente registrados no registro de empresas mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

1. no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, auferir, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$240.000.00 (duzentos e quarenta mil reais);

2. no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que auferir, em cada ano calendário, receita bruta superior a R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Poderíamos destacar, entre as principais vantagens de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, as seguintes:

Recolhimento unificado de tributos

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);

II. Imposto sobre Produtos industrializados (IPI);

III. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

IV. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

V. Contribuição para o PIS/PASEP;

VI. Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o artigo 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas especificamente;

VII. Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS);

VIII. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Estima-se que em 90% dos casos haja vantagem tributária (menor pagamento de tributos) para as empresas optantes pelo Simples Nacional. A vantagem é maior para as empresas comerciais ou industriais.

Tributação pelo regime de caixa

A partir de 1.° de janeiro de 2009, opcionalmente, as empresas optantes pelo Simples poderão utilizar a receita bruta total recebida no mês – regime de caixa –, em substituição à receita bruta auferida, regime de competência, conforme estabelecido na Resolução CGSN 38/2008.

Fiscalização orientadora

A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Licitações – preferência

O artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006 estabelece que a administração pública poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R$80.000,00 (oitenta mil reais).

O Decreto 6.204/2007 regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal.

Obrigações trabalhistas

As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

- da afixação de quadro de trabalho em suas dependências;
- da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem;
- da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho";
- de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Representação – justiça do trabalho

É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar junto à justiça do trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

Deliberações sociais e da estrutura organizacional

As microempresas e as empresas de pequeno porte são desobrigadas da realização de reuniões e assembleias em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social.

Acesso aos juizados especiais

As empresas enquadradas na LCMEPP, assim como as pessoas físicas capazes, também são admitidas como proponentes de ação perante o Juizado Es-

pecial, excluídos os casos de transferência de direitos de uma pessoa jurídica para outra que seja ME ou EPP, ou seja, os casos de cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Baixa dos registros públicos

As microempresas e as empresas de pequeno porte que se encontrem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos.

Atividades de aplicação

1. A Cia. Alfa apresenta as seguintes informações e dados:

Receita Bruta de Vendas, R$10.000,00 incluídos o ICMS de 12%, PIS de 1% e Cofins de 3%.

O custo das mercadorias vendidas foi de R$3.000,00.

As despesas com vendas montaram em R$2.500,00.

As despesas financeiras foram de R$1.000,00.

As despesas administrativas somaram R$800,00.

Os tributos incidentes sobre o resultado foram: IRPJ, 15%; Contribuição social sobre o lucro líquido, 9%.

Elabore a demonstração do resultado e encontre o lucro líquido do exercício.

2. Correlacione os itens a seguir.

1. Deterioração de matéria-prima
2. Consumo de matéria-prima utilizada na produção

3. Baixa de mercadoria vendida

4. Gasto com propaganda

5. Salário do diretor-geral

6. Juros pagos aos bancos

( ) Despesas com vendas.

( ) Custo de produção do período.

( ) Despesas financeiras.

( ) Despesas administrativas.

( ) Custo da mercadoria vendida.

( ) Perda.

3. Prepare um DRE com as seguintes informações:

Devolução de vendas = R$2.800,00.

Receita bruta de vendas = R$30.000,00.

Despesas de salários da administração = R$3.000,00.

Custo das mercadorias vendidas = R$12.000,00.

Despesas de juros = R$1.000,00.

Despesas de salários do pessoal de venda = R$5.000,00.

ICMS incidente sobre vendas = R$4.000,00.

4. A Cia. Ômega apresenta os seguintes dados e informações:

Custo de aquisição de uma unidade de mercadoria para revenda: R$500,00, com ICMS incluso de R$100,00.

A empresa deseja uma margem bruta (*mark-up*) de 25%.

O ICMS incidente sobre vendas é de 18%.

Determine o preço de venda de uma unidade.

Referências

BM&F BOVESPA. **Governança Corporativa**. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/consultas/governanca-corporativa/governanca-corporativa.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 11 fev. 2011.

BRASIL. **Comissão de Valores Mobiliários** – CVM. Disponível em: <www.cvm.gov.br/indexpo.asp>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 4.357**, de 16 de julho de 1964. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4357.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 7.730**, de 31 de janeiro de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7730.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 7.738**, de 9 de março de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7738.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 8.981**, de 20 de janeiro de 1995. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8981.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 10.303**, de 31 de outubro de 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10303.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. Receita Federal. **Lei Complementar 123**, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006/leicp123.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. Receita Federal. **Lei do Ajuste Tributário 9.430**, de 27 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei943096.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. Receita Federal. **Lucro Presumido**. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr517a555.htm>. Acesso em: 22 out. 2010.

______. Receita Federal. **Lucro Real**. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucroreal.htm>. Acesso em: 20 out. 2010.

DELLAGNELO, Eloise Helena L.; DELLAGNELO, José Renato Garcia. Modelos de eficácia subjacentes aos programas de remuneração variável. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 2, n. 1, p. 53-67, out./dez. 1996.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. Escrituração. *In*:______. **Contabilidade Geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <www.ibgc.org.br/PerguntasFrequentes.aspx>. Acesso em: 11 fev. 2011.

PORTAL DO ADMINISTRADOR. **Economia**: formação do preço de venda. 3 mar. 2006. Disponível em: <www.htmlstaff.org/xkurt/projetos/portaldoadmin/modules/news/article.php?storyid=92>. Acesso em: 11 fev. 2011.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **A Vantagem das Microempresas e Empresas de Pequeno porte no Brasil**. Disponível em: <www.normaslegais.com.br/cont/contabil220806.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **A Vantagem das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil**. Disponível em: <www.normaslegais.com.br/cont/contabil220806.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Glossário de Termos Tributários ou Fiscais**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/glossario.htm>. Acesso em: 22 out. 2010.

REVISTA BOVESPA. **A Transparência das Empresas Veio para Ficar**. jan./mar. 2005.

Gabarito

1.

Demonstração do resultado		
Receita bruta de vendas		R$10.000,00
(–) Deduções		(R$1.600,00)
ICMS 12% . R$10.000,00	R$1.200,00	
PIS 1% . R$10.000,00	R$100,00	

Demonstração do resultado		
Cofins 3% . R$10.000,00	R$300,00	
(=) Receita líquida de vendas		R$8.400,00
(–) Custo das mercadorias vendidas		(R$3.000,00)
(=) Lucro bruto operacional		R$5.400,00
(–) Despesas operacionais		
Despesas com vendas	R$2.500,00	(R$4.300,00)
Despesas financeiras	R$1.000,00	
Despesas administrativas	R$800,00	
(=) Resultado antes dos tributos		R$1.100,00
(–) Tributos sobre resultado		(R$264,00)
IRPJ 15% . R$1.100,00	R$165,00	
CSLL 9% . R$1.100,00	R$99,00	
(=) Lucro líquido do exercício		R$836,00

2.

(4) Despesas com vendas.

(2) Custo de produção do período.

(6) Despesas financeiras.

(5) Despesas administrativas.

(3) Custo da mercadoria vendida.

(1) Perda.

3.

Receita bruta de vendas		R$30,000,00
(–) Deduções de vendas		(R$6.800,00)
ICMS incidente sobre vendas	R$4.000,00	
Devolução de vendas	R$2.800,00	
(=) Receita líquida de vendas		R$23.200,00
(–) Custo das mercadorias vendidas		(R$12.000,00)
(=) Lucro bruto		R$11.200,00

(–) Despesas operacionais		(R$9.000,00)
Despesas de salário de vendas	R$5.000,00	
Despesas de juros	R$1.000,00	
Despesas de salário da administração	R$3.000,00	
(=) Lucro líquido		R$2.200,00

4.

$$\text{Pvda} = \frac{\text{Custo} - \text{ICMS}}{1 - (\text{ICMS} + \text{MK})} = \frac{\text{R\$}400{,}00}{1 - (0{,}18 + 0{,}25)} = \frac{\text{R\$}400{,}00}{0{,}57} = \text{R\$}701{,}75$$



A demonstração de lucros e/ou prejuízos acumulados

Introdução

A Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados (DLPA) tornou-se obrigatória com o advento da Lei 6.404/76 e tem como objetivo evidenciar as mutações ocorridas na conta de lucros (ou prejuízos) acumulados durante um período de apuração contábil. Na elaboração da DLPA adota-se a aplicação do princípio do regime econômico, ou da competência de exercícios[1], pois ajustes de exercícios anteriores sobre elementos patrimoniais não devem afetar o resultado do exercício atual.

A DLPA demonstra o valor das reservas constituídas a partir do lucro líquido e os dividendos a serem pagos aos acionistas. Ponto importante a ser analisado é o conflito que existe entre os administradores que pretendem que a maior parte do lucro permaneça na empresa, como reserva, e o acionista que deseja retorno de seus investimentos através do recebimento de dividendos. Até 2007, as normas brasileiras estabeleciam um dividendo mínimo obrigatório. Agora, porém, os administradores terão que convencer os acionistas da necessidade de destinação de recursos para a constituição dos diversos tipos de reservas de lucros, pois, se isso não ocorrer, todo o lucro será distribuído, com exceção da reserva legal.

Em substituição à DLPA, pode ser elaborada a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), desde que nesta constem os descritores relativos às contas da DLPA. A DMPL substitui com vantagens a DLPA, pois ela evidencia não somente as contas de lucros, mas todas as contas do patrimônio líquido e as mutações verificadas em um período contábil.

[1] O princípio da competência de exercícios determina que as receitas devem ser atribuídas ao período em que foram auferidas e as despesas registradas no período em que foram incorridas. Assim, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, independentemente do recebimento ou desembolso.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

De acordo com o que determina o artigo 186 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a DLPA é um relatório contábil que evidencia:

> Art. 186. [...]
>
> I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
>
> II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
>
> III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

De início, cabem algumas considerações relativas às expressões constantes no diploma legal citado.

Os lucros do período, de acordo com as normas fixadas pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, ou serão destinados à constituição de reservas ou serão distribuídos. Dessa maneira, de acordo com a Fipecafi (2009), a conta de lucros acumulados "não pode mais ficar com saldo positivo no balanço. Ou fica o valor zero (portanto não figurará mais no balanço) ou fica o valor negativo e sob o nome de prejuízos acumulados." Essa conta continuará existindo tão somente no plano de contas e servirá para realizar as contrapartidas da constituição das reservas.

É de se ressaltar, porém, que até o ano 2007 figurava nos balanços patrimoniais das empresas a conta de lucros acumulados e, enquanto não for dado um destino aos seus saldos, ela deve compor os saldos iniciais da DLPA.

Relativamente à correção monetária, é importante tecer algumas considerações.

Desde 1964, com a edição da Lei 4.357, de 16 de julho de 1964, artigo 3.º, tornou-se obrigatória a correção monetária das contas do ativo imobilizado.

A Lei 6.404/76 determinou o reconhecimento das variações do poder aquisitivo da moeda nacional em decorrência da inflação. A correção monetária, de acordo com a lei, incidiria sobre as contas do ativo permanente e do patrimônio líquido e as contrapartidas seriam registradas em uma conta de resultado de correção monetária levada à demonstração do resultado do exercício.

Durante muito tempo, em decorrência dos elevados índices inflacionários, foram baixadas medidas tendentes a amenizar os efeitos da inflação no resultado e no patrimônio das empresas. Pode ser citado, por exemplo, o plano econômico denominado Plano Verão, instituído pela Lei 7.730, de 31 de janeiro de 1989, em que foi revogada a correção monetária, para, em seguida, pela Lei 7.738, de 9 de março de 1989, ser reintroduzida.

Na década de 1990 a inflação atingiu níveis altíssimos. Em dezembro de 1990 chegou a 19,39% e o acumulado no ano de 1990 a 1.198%. Por isso, através da Lei 8.200, de 28 de junho de 1991, reconheceu-se o registro da correção monetária complementar, em decorrência da grande defasagem do valor dos bens ocasionada pela inflação alta e galopante.

Com a implantação do Plano Real, através da Medida Provisória 566, de 29 de julho de 1994, ocorreu uma redução na inflação em níveis anuais de 5% a 7%.

O Plano Real, relativamente ao combate à inflação, foi bem-sucedido e os efeitos perduraram. O Governo Federal, com o propósito de acabar com a cultura inflacionária que ainda dominava a população, resolveu revogar os dispositivos legais que determinavam a realização da correção monetária e sancionou a Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Essa decisão não agradou aos profissionais da contabilidade e às empresas, pois ela afetava as demonstrações contábeis. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) se sentiu ferido, pois um dos Princípios Fundamentais da Contabilidade normatizados pela Resolução CFC 750 de 29 de dezembro de 1993 havia sido revogado. Era o princípio da Atualização Monetária, assim definido pelo artigo 8.º da Resolução CFC 750/93:

> Art. 8.º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.
>
> Parágrafo único. São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:
>
> I - a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;
>
> II - para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;
>
> III - a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Revogado pela Resolução CFC 1.282/10)

Muitas empresas, sentindo-se lesadas, ingressaram com ações judiciais e, por força de decisões exaradas[2] em liminares, continuaram a corrigir seus balanços.

[2] Registradas por escrito.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do Parecer de Orientação CVM 29, de 11 de abril de 1996, declarou que as "informações apresentadas

em moeda de capacidade aquisitiva constante, elaboradas na forma da ainda vigente Instrução CVM 191/92, passaram a ser de caráter voluntário". Se as empresas optassem por realizar a correção monetária a decisão e os cálculos pertinentes deveriam constar nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras.

Para efeitos práticos, porém, a correção monetária das demonstrações financeiras foi revogada, o que eliminou a necessidade de correção monetária do saldo inicial e, de acordo com a Fipecafi (2009), a "correção monetária, seja a integral ou a societária, continua proibida."

De acordo com a Lei 6.404/76, artigo 186:

> Art. 186. [...]
>
> §1.º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em decorrência da Convenção Contábil da Consistência (Res. CFC 750/93) "os critérios adotados no registro dos atos e fatos administrativos não devem mudar frequentemente". Se a mudança, porém, trouxer benefícios visando refletir melhor a situação da empresa, ela pode ser realizada. Um exemplo de mudança é a do critério de avaliação dos estoques que passa de primeiro que entra, primeiro que sai para preço médio, ou vice-versa.

Relativamente à retificação de erros, deverão ser considerados apenas aqueles atribuídos a exercícios anteriores, ou seja, aqueles que não possam ser incluídos no exercício presente. Um bom exemplo é um erro de cálculo do Imposto de Renda que foi efetuado no período de 20X1, em que se deixou de contabilizar e pagar um imposto de R$1.000,00 e que foram pagos em 20X3. O lucro de 20X2 está com um valor de R$1.000,00 a mais e não pode ser retificado. O caminho adequado, em consequência, é o de retificar o saldo de lucros acumulados. Na tabela 1 é apresentado um modelo para elaboração da DLPA.

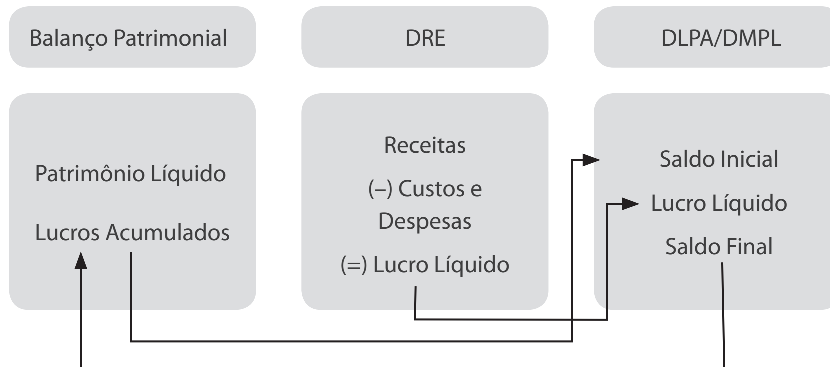
Tabela 1 – Demonstração dos lucros e/ou prejuízos acumulados

Descritores	Ano 1	Ano 2
1. Saldo no início do período		
2. Alterações ocorridas no período		
2.1 Aumento (diminuição de capital)		

Descritores	Ano 1	Ano 2
2.2 Demais alterações		
3. (+ ou –) Ajustes de exercícios anteriores		
4. (=) Saldo ajustado (soma dos itens 1, 2 e 3)		
5. Reversão de reservas de lucros		
6. Lucro ou prejuízo do exercício		
7. (=) Saldo à disposição da AGO[3] (soma dos itens 4, 5 e 6)		
8. Proposição para a destinação dos lucros		
9. Reservas		
10. Dividendos		
11. (=) Saldo do final do exercício (soma de 8, 9 e 10)		

[3] Assembleia Geral Ordinária.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração dos Lucros e ou Prejuízos Acumulados (DLPA) são interdependentes. Os lucros de um período contábil, apurados na DRE, são transferidos para a DLPA, que inicia com o saldo anterior de lucros acumulados constantes do balanço do ano anterior. As destinações dos lucros que são realizadas na DLPA têm como contrapartida contas do patrimônio líquido, grupo de contas do balanço patrimonial. A representação gráfica dessa interdependência pode ser vista no diagrama seguinte:



Dividendos X reservas

Das contas que compõem a DLPA falta analisar as relativas aos dividendos e às reservas.

Dividendos

Dividendo é uma parcela do lucro gerado por uma empresa e que é distribuída aos acionistas proporcionalmente ao número das ações da empresa.

O raciocínio lógico da gestão financeira é que o objetivo principal da empresa é gerar utilidade para os acionistas. Na prática, porém, constata-se que existe um conflito entre os administradores e os acionistas. De acordo com Assaf Neto (2003, p. 427),

> Maior complexidade na definição de uma adequada política de dividendos ocorre, fundamentalmente, no momento em que a empresa abre seu capital como reflexo de seu crescimento. Nessa posição, as decisões relativas aos dividendos não são mais tomadas por um reduzido (ou, muitas vezes, familiar) número de proprietários; deve-se buscar um consenso mais amplo que envolva as inúmeras e diferentes expectativas do mercado acionário.

O conflito entre administradores, que buscam a maximização do valor da empresa e, em consequência, reter os lucros, e os acionistas, que pretendem receber dividendos, é estudado pela Teoria da Agência. Gitman (2004, p. 17) afirma que "na teoria, a maioria dos administradores financeiros concordaria com a meta de maximização da riqueza dos proprietários. Na prática, porém, os administradores também se preocupam com a própria riqueza, com a segurança no emprego e com benefícios indiretos".

Para Assaf Neto (2003, p. 428), "a política de dividendos de uma empresa pode ser definida, basicamente, como a decisão da empresa em reter o lucro visando ao reinvestimento na empresa ou distribuí-lo aos acionistas".

Até o advento da Lei 11.638/2007, as normas brasileiras, objetivando proteger os acionistas minoritários, estabeleciam um dividendo mínimo obrigatório. Muitas empresas destinavam um percentual mínimo para dividendos previsto pela legislação e o restante do lucro tinha como destino a conta de lucros acumulados. Agora, ao determinar que todo o lucro do exercício ou se destine à constituição de reservas, ou ao pagamento de dividendos, obriga que administradores e acionistas passem a negociar o destino dos lucros do período.

Os procedimentos a serem adotados nos cálculos e nos pagamentos dos dividendos estão definidos no artigo 201 e seguintes da Lei 6.404/76. É de se salientar que todo o lucro do exercício, com exceção das parcelas destinadas à constituição das reservas de lucros, deve ser distribuído, pois, no dizer de

Gitman (2004, p. 478), os dividendos "consistem em uma parcela de fluxo de caixa para os acionistas e fornecem informações a respeito do desempenho atual e futuro da empresa".

De acordo com o artigo 202, §4.º da Lei 6.404/76,

> §4.º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.

Reservas

A busca pela maximização da riqueza da empresa, com a consequente retenção de lucros, remonta aos primórdios da civilização. O capítulo 41, versículos 14 a 937, do livro do Gênesis da Bíblia Sagrada detalha o sonho do faraó que viu subirem do rio "sete vacas, formosas à vista e gordas de carne, e pastavam no prado" e, após elas, "outras sete vacas, feias à vista e magras de carne; e paravam junto às outras vacas na praia do rio e as vacas feias à vista e magras de carne comiam as sete vacas formosas à vista e gordas".

Depois de ter dormido, o faraó de novo sonhou. Dessa vez percebeu que "brotavam de um mesmo pé sete espigas cheias e boas e eis que sete espigas miúdas, e queimadas do vento oriental, brotavam após elas e as espigas miúdas devoravam as sete espigas grandes e cheias".

O faraó mandou chamar José, o hebreu, que estava preso, para que interpretasse seus sonhos que nenhum vaticinador do reino podia entender.

Então disse José ao faraó:

> O sonho de faraó é um só; o que Deus há de fazer, mostrou-o ao Faraó. As sete vacas formosas são sete anos, as sete espigas formosas também são sete anos, o sonho é um só. E as sete vacas feias à vista e magras, que subiam depois delas, são sete anos, e as sete espigas miúdas e queimadas do vento oriental serão sete anos de fome. (Versículos 25-27)

O relato bíblico levou José a interpretar que sete anos de grande abundância ocorreriam em toda a terra do Egito. Em seguida, porém, sobreviriam sete anos de fome, e se perderia a recordação de toda essa abundância na terra do Egito, pois a fome esgotaria a terra e não se saberia mais o que era ter fartura.

O que mais importa, porém, é a sugestão de José, que foi aceita pelo faraó, de que haveria necessidade de que o reino instituísse e comissários cobrassem a quinta parte da produção da terra do Egito durante os sete anos de abundância. Esse quinto seria contingenciado e todos os víveres desses sete anos bons seriam estocados sob a autoridade do faraó como *reserva* com vistas aos sete anos de fome que sobreviriam na terra do Egito e, assim, a fome não despovoaria a terra (Versículos 29-36).

Trazendo o exemplo bíblico para os dias atuais, o gestor e os acionistas de uma empresa devem constituir reservas com a finalidade de resguardar a empresa de eventos futuros possíveis. Para isso, a lei societária brasileira instituiu diversas reservas que serão calculadas a partir do lucro líquido do exercício, mediante proposta da administração da companhia à assembleia geral ordinária (Lei 6.404/76, art. 192).

Segundo Iudícibus *et al.* (2003, p. 301), reservas de lucros é a apropriação de partes do lucro líquido do exercício através de uma expectativa de perdas ou prejuízos ainda não incorridos, porém, "por precaução e prudência do agente econômico, que o antevê, retém partes do lucro para suportar financeiramente quando esse prejuízo ocorrer efetivamente".

Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, serão destinados à constituição da reserva legal, que tem como finalidade manter a integridade do capital social. Essa reserva deverá ser constituída até que seu montante atinja 20% do capital social ou quando o somatório dessa reserva e das reservas de capital atinjam 30% do capital social (Lei 6.404/76, art. 193).

Reserva estatutária

Os estatutos da empresa poderão criar reservas, denominadas estatutárias, desde que indiquem, de modo preciso e completo, a sua finalidade, fixem os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição e estabeleçam o limite máximo da reserva (Lei 6.404/76, art. 193).

De acordo com a Nota Explicativa da Instrução CVM 59, de 22 de dezembro de 1986, "a parcela anual do lucro líquido a ser destinada à constituição

da reserva não poderá prejudicar o pagamento do dividendo mínimo obrigatório". É de se acrescentar que não se pode constituir a reserva estatutária para finalidades já atendidas por outras reservas. Vejamos um exemplo em que a empresa Unimed S.A. (2008), em sua Nota Explicativa 15, relativa ao Balanço Patrimonial de 2008, fala sobre a reserva estatutária:

> É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes[4] e reforço do capital de giro, podendo, também, absorver prejuízos. Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. A assembleia geral poderá a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

[4] A Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, alterou a estrutura do Ativo Permanente do Balanço Patrimonial, que é composto de Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Reserva para contingências

Por proposta do Conselho de Administração, a empresa pode destinar parte do lucro para formar uma reserva com a finalidade de compensar a diminuição do lucro em exercício futuro em decorrência de perda julgada provável (Lei 6.404/76, art. 195).

De acordo com a Nota Explicativa da Instrução CVM 59/86,

> Prudentemente, a constituição dessa reserva, prejudicando a distribuição do dividendo obrigatório, busca evitar uma situação de desequilíbrio financeiro, que ocorreria caso se distribuíssem os dividendos em um exercício, face à probabilidade de redução de lucros ou mesmo da ocorrência de prejuízos em exercício futuro, em virtude de fatos extraordinários previsíveis.

A mesma Instrução da CVM orienta que a instituição dessa reserva é "recomendável no caso de determinados ramos de negócios, diretamente sujeitos a fenômenos naturais ou cíclicos, tais como: geadas, secas, inundações".

Há a necessidade de diferenciar a *provisão para contingências* de *reserva para contingências*. De acordo com Zanluca (2010) "a provisão visa à cobertura de um gasto já considerado certo ou de grande possibilidade de ocorrência". Para o mesmo autor, a reserva "é uma condição ou situação cujo resultado final, favorável ou desfavorável, depende de eventos futuros incertos".

Como exemplo de provisões para contingências são as de devedores duvidosos, as constituídas para indenizações contratuais e trabalhistas e as demandas fiscais.

Como exemplo prático, pode-se citar a decisão da prefeitura municipal de resolver realizar obras em uma avenida cujos trabalhos envolvam meses de execução. Durante esse período, provavelmente, as empresas sediadas naquela avenida terão uma redução de receita, correndo o risco, inclusive,

de ter que paralisar suas atividades por um período de tempo, pois a rua fica intransitável, o estacionamento se torna impossível etc. A decisão da prefeitura já é conhecida algum tempo antes da realização das obras. Por isso, no ano anterior a esse acontecimento, a empresa deve contingenciar parte dos lucros para atender às necessidades do período em que irá produzir ou vender menos e, em decorrência, sofrerá uma redução drástica em suas receitas que serão insuficientes para a liquidação de seus gastos.

A reserva para contingências é classificada no grupo de reservas de lucros, no patrimônio líquido.

Reserva de incentivos fiscais

Até a edição da Lei 11.638/2007, as doações e subvenções para investimentos eram registradas em contas de reservas de capital com o título de reservas a doações e subvenções. A partir dessa lei essa reserva não existe mais como reserva de capital "para investimentos". Foi criada uma reserva para incentivos fiscais que pode ser constituída pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) e compreende uma parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. (Lei 6.404/76, art. 195-A).

Um exemplo dessa reserva observa-se na indústria automotiva paranaense. Segundo Azzolin (2002, p. 78), o Protocolo de Acordo Renault do Brasil/ Estado do Paraná de março de 1996, previa que

> Um terreno com área não inferior a 2 500 000m², situado no município de São José dos Pinhais, seja transferido à Renault do Brasil por meio de uma doação livre de quaisquer impostos, taxas e emolumentos, inclusive os decorrentes da transferência da propriedade à Renault do Brasil.
>
> Além desse terreno, o estado do Paraná cuidará para que uma área de 500 000m², adjacente ao terreno, seja reservada em benefício da Renault de maneira a destacá-la, a título gratuito, para uma eventual necessidade de expansão, durante o prazo de 10 anos, a contar da data do registro da escritura pública de transferência da propriedade do terreno.

Reserva de lucros a realizar

A constituição da reserva de lucros a realizar tem como objetivo diferir tanto o pagamento do Imposto de Renda como o pagamento de dividendos. Ela pode ser constituída por proposta dos órgãos da administração e tem como base os lucros contábeis e economicamente existentes, mas fi-

nanceiramente ainda não realizados, como o resultado líquido positivo da equivalência e o lucro contido nas vendas a prazo que vão ser recebidas após o término do exercício social seguinte (Lei 6.404/76, art. 197).

Retenção de lucros

As empresas necessitam de recursos para poder se expandir. Para isso, elaboram um orçamento de capital objetivando determinar as fontes e as aplicações dos recursos necessários à expansão. Esse orçamento deve ser aprovado pela AGO e, a partir dele, os acionistas podem deliberar sobre a constituição de uma reserva que, genericamente, leva o nome de retenção de lucros (Lei 6.404/76, art. 196).

Pela nova redação do artigo dada pela Lei 10.303/2001, a execução do orçamento pode ter a duração de até cinco exercícios sociais e a assembleia geral fará a revisão anual da proposta e execução orçamentária.

Reversão das reservas

Com exceção da reserva legal, cuja finalidade é manter a integridade do capital social, as demais reservas de lucros devem ser revertidas no exercício em que não houver mais razões que justifiquem suas constituições.

No caso das reservas de contingências, por exemplo, se não ocorreu o evento esperado, ou seja, se a obra não se realizou ou se a sua realização não ensejou a perda de receitas, a reserva deve ser revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo para efeito de pagamento do dividendo.

Em se tratando das reservas de lucros a realizar, outro exemplo, à medida que for acontecendo a realização financeira, os valores deverão ser revertidos e servirão de base nos cálculos dos dividendos.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

De acordo com a Lei 6.404/76, no §2.º do artigo 186, a DLPA pode ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), desde que esta seja divulgada pela empresa[5].

[5] A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exige que as companhias de capital aberto apresentem a DMPL.

A DMPL substitui com vantagens a DLPA. A DMPL permite visualizar não somente as mutações ocorridas nos lucros, mas todas as contas componentes do patrimônio líquido.

As contas que compõem o Patrimônio Líquido (PL) sofrem variações por inúmeros motivos. Algumas variações não alteram o valor do total do patrimônio líquido, como a transformação de reservas de capital em capital social; há alteração nas duas contas, porém, não se altera o valor total do PL, pois se trata de um fato contábil permutativo.

A movimentação de algumas contas, porém, altera o valor do PL, como o lucro ou o prejuízo verificado no exercício, a transferência de lucros para contas passivas de dividendos a pagar, acréscimos de doações e subvenções, entre outras. São fatos contábeis modificativos, diminutivos (prejuízo, distribuição de dividendos) ou aumentativos (lucro do exercício). A DMPL, como se vê, é uma demonstração bem mais rica do que a DLPA, sendo que esta constará de uma das colunas da DMPL.

A estrutura da DMPL fica mais bem esclarecida a partir do exemplo a seguir.

1. O patrimônio líquido da Cia. Alfa, em 31 de dezembro de 20X1 era composto das seguintes contas e respectivos saldos:

Capital	R$10.000,00
Reservas de Capital	
Ágio na emissão de ações	R$3.800,00
Reservas de Lucros:	
Reserva Legal	R$500,00
Reserva Estatutária	R$1.000,00
Reserva para Contingência	R$400,00
Lucros Acumulados	R$2.500,00
Total do PL	R$18.200,00

A demonstração das mutações do patrimônio líquido será estruturada da forma descrita na tabela 2.

Tabela 2 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

1	2	3	4	5	6	7	8
Descritor/ Contas	Capital	Ágio	R. Legal	R. Estat.	R. Cont.	Luc. Acum.	Total
Saldo inicial	R$10.000,00	R$3.800,00	R$500,00	R$1.000,00	R$400,00	R$2.500,00	R$18.200,00

No exercício de 20X2, o patrimônio líquido sofreu as seguintes alterações:

Lucro Líquido do Exercício	R$3.000,00
Captação de recursos junto aos acionistas p/ aumento de capital	R$1.000,00
Destinação do Resultado:	
Reserva Legal	5% do LLE
Reserva Estatutária	10% do LLE
Distribuição de dividendos	O restante

Para melhor evidenciar a diferença entre a DLPA e a DMPL, com esses dados a DLPA será estruturada de acordo com a tabela 3.

Tabela 3 – Demonstração dos lucros e/ou prejuízos acumulados

Saldo inicial		R$2.500,00
Lucro Líquido do Exercício		R$3.000,00
(=) Saldo à disposição da AGO		R$ 5.500,00
(–) Destinação do Lucro		
Reserva Legal	5% do LLE	(R$150,00)
Reserva Estatutária	10% do LLE	(R$300,00)
Distribuição de dividendos	O restante	(R$5.050,00)
Saldo final		0,00

A demonstração das mutações do patrimônio líquido com esses mesmos fatos contábeis será estruturada da forma descrita na tabela 4.

Tabela 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

1	1	2	3	4	5	6	7	8
2	Descritor/ Contas	Capital	Ágio	R.Legal	R. Estat.	R. Cont	Luc. Acum.	Total
3	Saldo inicial	R$10.000,00	R$3.800,00	R$500,00	R$1.000,00	R$400,00	R$2.500,00	R$18.200,00
4	Aumento de capital	R$4.300,00	(R$3.800,00)	(R$500,00)	0	0	0	0
5	Aumento de capital	R$1.000,00	0	0	0	0	0	R$1.000,00
6	Lucro Líquido	0	0	0	0	0	R$3.000,00	R$3.000,00
7	Reserva Legal	0	0	R$150,00	0	0	(R$150,00)	0
8	Res. Estatutária	0	0	0	R$300,00	0	(R$300,00)	0
9	Dividendos	0	0	0	0	0	(R$5.050,00)	(R$5.050,00)
10	Saldo final	R$15.300,00	–	R$150,00	R$1.300,00	R$400,00	–	R$17.150,00

Explicações dos cálculos e da elaboração da tabela:

- A coluna 7 da DMPL retrata exatamente os valores constantes da DLPA, por isso a informação de que DLPA pode ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- As linhas 1, 2 e 3 repetem os dados constantes da tabela 1.
- Na linha 2 observa-se que os valores do ágio (coluna 3) e da Reserva legal (coluna 4) são transferidos para a conta Capital. Por tratar-se de permutação de valores esse fato não alterou o total do PL (linha 4, coluna 8).
- Na linha 5, coluna 2, foi registrado o aumento do capital proveniente de recursos aportados pelos acionistas. É um fato contábil modificativo aumentativo, pois resulta em aumento do PL (linha 5, coluna 8).
- Na linha 6, coluna 7, foi registrado o Lucro Líquido do Exercício caracterizando um fato contábil modificativo aumentativo, pois resulta em aumento do PL (linha 6, coluna 8).
- Na linha 7 foi constituída a Reserva Legal. Do Lucro Líquido do Exercício foram subtraídos 5%, R$150,00 (coluna 7) e transferidos para a Reserva Legal (coluna 4). Por tratar-se de permutação de valores esse fato não alterou o total do PL (linha 7, coluna 8).
- Na linha 8 foi constituída a Reserva Estatutária. Do Lucro Líquido do Exercício foram subtraídos 10%, R$300,00 (coluna 7) e transferidos para a Reserva Estatutária (coluna 5). Por se tratar de permutação de valores, esse fato não alterou o total do PL (linha 8, coluna 8).
- O saldo remanescente de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados (coluna 7), foi retirado do Patrimônio Líquido R$5.050,00 e transferido para uma conta de Passivo Circulante como Dividendos a Pagar, de modo que a conta de Lucros Acumulados, de acordo com a nova legislação, tenha saldo zero. A distribuição de dividendos caracteriza-se como um fato contábil modificativo diminutivo, pois resulta em redução do PL (linha 9, coluna 8).
- Na linha 10 constata-se o saldo final das contas do Patrimônio Líquido.

Conclusão

A Demonstração de Lucros e ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou, em substituição, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) objetivam evidenciar as modificações sofridas pelas contas componentes do Patrimônio Líquido ao longo de um período de apuração contábil. A demonstração obrigatória é a DLPA, porém a DMPL é mais completa porque, além de conter as informações relativas ao lucro do período e sua destinação, ela relata a movimentação de todas as contas do PL ocorrida durante o exercício, de modo que todo acréscimo e diminuição do patrimônio líquido são evidenciados através dessa demonstração.

Uma observação relevante que deve ser colocada é sobre a nova estrutura do patrimônio líquido trazida pela Lei 11.638/2007 que não mais contempla a conta de lucros acumulados. Assim, a partir de 2008, não existe mais a possibilidade de manter lucros sob o título de acumulados. Essa conta somente conterá valores existentes até o exercício de 2007. Dessa maneira, parece inadequado que a lei não tenha alterado a denominação da demonstração de lucros e/ou prejuízos acumulados.

Junto com o balanço patrimonial e com a demonstração do resultado do exercício, a DLPA (ou a DMPL) é fundamental para se desenvolver a análise das demonstrações financeiras.

Ampliando seus conhecimentos

Nova lei e lucros acumulados

(SÁ, 2008)

A exclusão dos "lucros acumulados" do grupo do patrimônio líquido, segundo a Lei 11.638/2007, que modificou a das sociedades por ações, criou algo fora da realidade. Como em contabilidade cada conta possui uma função específica torna-se falso atribuir a um valor de "lucro ainda não destinado" qualquer das classificações que a lei determina.

O texto legal refere-se apenas a capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos

acumulados. Considera os prejuízos acumulados (logo o sem destinação), mas não segue o mesmo critério em relação aos lucros, adotando, pois, dois pesos e duas medidas para um mesmo fato, ou seja, o do resultado sem destinação.

Diante do fato consumado pela legislação o profissional deixa de ter alternativa, posto que nenhum dos itens relacionados como partes do patrimônio líquido equivale ao que habitualmente se praticava, que era deixar a definição da distribuição para o futuro.

Infere-se que o compulsoriamente estabelecido determina a destinação, e, nesse caso, só uma opção restaria: a de "reserva de lucro" (denominação genérica dada pela lei). Doutrinariamente, entretanto, a reserva é algo específico que envolve um fato diferente daquele relativo à simples "acumulação".

Uma coisa é "deixar um lucro para ver o que se fará com o mesmo" e outra é "atribuir a responsabilidade de uma destinação". É quanto a esse particular que o problema se estabelece, ou seja, quanto à exclusão da liberdade de "não destinar".

A reserva, única opção que resta, é algo obrigatório quanto à destinação e esta não tem o caráter técnico do amplo livre-arbítrio no que tange ao destino.

O poder da assembleia de acionistas em destinar ficou tolhido porque este envolvia inclusive o de "deixar em suspenso os resultados". Nesse particular a norma contábil inserida na lei tornou-se maior que o próprio espírito da lei em dar poder amplo aos acionistas.

Ou seja, a assembleia geral de acionistas tudo pode fazer com os lucros, menos deixar de totalmente destiná-los livremente (porque se tolhe o direito de deixar sem destinação face à nova lei); logo, por paradoxal que pareça aquela não tem pleno poder quanto ao destino de seu capital próprio (porque lucros nestes se inserem).

O artigo 121 da Lei 6.404/76 cujo texto de forma hialina estabelece que: "A assembleia geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento" perde vigor, sem dúvida, diante da Lei 11.638/2007 no que esta disciplina sobre o patrimônio líquido.

Se a assembleia julgar conveniente que os lucros fiquem acumulados, e pode fazê-lo segundo o artigo citado, ficará, todavia, impedida de fielmente informar que isso é patrimônio líquido.

Mesmo podendo ter ação sobre as demonstrações contábeis face a Lei 10.303/2001, que dá ao órgão o poder de tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, ficará impedida de denunciar com fidelidade técnica os lucros em suspenso ou acumulados.

A questão, portanto, ainda trará sérios problemas, evidenciando que mesmo através de remendos, resoluções, expedientes, normas, pronunciamentos – seja o que for – se permanecer o erro da Lei 11.638/2007 (que considera perda, mas não considera lucro acumulado) a expressão analítica do patrimônio líquido continuará sendo informada falsamente.

Modificação da Lei das Sociedades por Ações e dúvidas quanto aos lucros em suspenso

(SÁ, 2011)

As modificações que no apagar das luzes de 2007 foram sancionadas no sentido de reformar a lei das sociedades por ações continuam a sustentar dúvidas.

Seguindo o critério de todos os muitos defeitos contábeis contidos na Lei 6.404/76 a alteração recente em vez de corrigi-los os manteve e alguns se ampliaram.

Ficou consagrada oficialmente a elaboração de demonstrações ao sabor do interesse de cada utente das mesmas e se abriram todas as janelas para um "liberalismo de avaliações".

Hoje possuímos informes para o mercado de capitais, para o fisco, para atender a lei das sociedades, para fins gerenciais, uma variada oferta.

Portanto, é justo um contador perguntar, a quem lhe pedir um balanço, qual será o da sua preferência.

Por incrível que possa parecer hoje possuímos uma fartura de "verdades", ou seja, cada uma ao sabor de uma conveniência.

Como a ciência só aceita uma verdade, portanto, nenhum informe é útil quando enseja contradição; sendo o científico o fundamentado no lógico ele é avesso à transgressão do princípio de que "uma coisa não pode ser e deixar de ser ao mesmo tempo".

É fácil inferir, portanto, que para efeitos de aplicação da ciência da contabilidade estamos diante de uma situação não só atípica em relação à história, mas de "conflitos".

Não se trata de uma "nova contabilidade" como querem fazer crer que seja, mas da consagração de normas feitas ao sabor do mercado de capitais, a serviço dos especuladores em Bolsa de Valores, procedimentos que a lei ampara no sentido de que ela mesma não tenha eficácia perante o informe.

Como vários são os erros que as Normas possuem em sua elaboração, várias são as portas abertas ao "alternativo" e consequentemente à insegurança. É nesse ambiente que as incertezas imperam e as dúvidas ocorrem.

As falhas da lei que já eram diversas, face à realidade, confirmam e completam tal quadro por acréscimos.

Uma delas refere-se à questão dos "lucros pendentes" ou "lucros acumulados", implicando velha polêmica que tem merecido tratamento ambíguo.

Está posto na Lei 11.638 de 28/12/2007, referida em seu artigo 1.º reformando o 178 da Lei 6404/76 que o patrimônio líquido "será dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados".

Continuou excluída (como antes já o era), no caso, do texto, a expressão "lucro acumulado."

Como o lucro pendente de destinação, na essência, até que definido, integra em verdade o patrimônio líquido, mas não se sabe ainda como será distribuído, fica uma dúvida entre o legislado e a realidade que se esperava viesse a ser esclarecida.

A "apropriação", como conceito, exige "definição de destino" coisa que um lucro não distribuído não possui e por isto é simplesmente "pendente de solução".

Não sendo, também, o "lucro acumulado" uma reserva, posto que esta já seja uma destinação, dependente sempre de definição (contratual ou de assembleia), realmente a matéria fica sem fixação expressa quanto à apropriação.

"Apropriação" e "destinação" são conceitos diferentes na terminologia contábil; apropriar é imputar algo "próprio" a uma conta adequada com a intenção de ali permanecer; destinação é "definição" de destino ao que deve ser "apropriado".

Agrava a questão interpretativa o fato da lei referir-se a "prejuízos acumulados", pois confirma a exclusão de "lucros acumulados", estabelecendo, portanto, que o "acumulado não é uma apropriação", pois, se fosse, não mereceria destaque quanto ao "prejuízo".

O conceito de "acumulado" está consagrado no texto da Lei, portanto, como algo "a ser decidido quanto ao destino final" sobre o que fazer, mas não quanto ao "lucro acumulado", pois este não está ostensivo.

Restaria, talvez, uma interpretação que se poderia forçar, admitindo como "reserva de lucros" o referido resultado positivo pendente.

Ocorre que tais reservas acham-se definidas na Lei 6.404/76, no artigo 182 §4.º, como "apropriação de lucros" (como já era anteriormente) e apropriação, já foi referida como "destino definido", coisa que o não destinado não possui.

Entretanto, o conceito que se pode inferir da Norma Internacional IAS 18 de 2004 do IASB é amplo; entende a mesma o rédito como um acréscimo do capital próprio ou patrimônio líquido, ou seja, tudo o que é obtido e retido em razão da atividade; nesse caso, não se trata de destinação ou não, mas apenas de incorporação, quer transitória, quer definitiva.

Se o procedimento no Brasil já se fez cativo do alienígena então bem se aplicará o critério de manter a conta de "lucros acumulados" no patrimônio líquido, mas, se adstrito se estiver ao texto da legislação das sociedades por ações a dúvida permanecerá no ar posto, face a imprecisão.

Como os índices que se apuram entre dividendo e patrimônio líquido, como uma relação de rentabilidade, melhoram se excluídos os lucros acumulados, alguns interessados em tal evidência defendem a "não inclusão" do que se acha "pendente".

Há, também, quem defenda (como os estadunidenses) até o valor do "dividendo a distribuir" como patrimônio líquido.

Outros expurgam os valores destinados à distribuição e já os colocam como exigibilidades. O caráter opcional, todavia, parece que não foi ainda convenientemente definido.

Cientificamente, todavia, é, sim, parte do capital próprio ou patrimônio líquido, o "lucro acumulado", pois essa é a lógica da prevalência da essência sobre a forma.

Inclusive as antecipações para aumento de capital são, segundo o princípio referido, partes do capital próprio, embora as leis assim não reconheçam e as fiscais imponham até limitações.

Atividades de aplicação

1. Quais são as reservas de lucros e qual é a finalidade da constituição de cada uma delas?

2. A Cia. Alfa apresentou no ano de 20X1 um Lucro Líquido do Exercício (LLE) de R$500.000,00 e a proposta de destinação do lucro é a seguinte:

   Reserva Legal, 5% do LLE;

   Reserva Estatutária, 10% do LLE;

   Reserva Orçamentária, 8% do LLE;

   O restante para pagamento de dividendos.

   Elabore a DLPA.

3. A Cia. Beta apresenta a seguinte composição de contas de patrimônio líquido em 31/12/X1:

Patrimônio Líquido	X1
Capital Social	R$20.000,00
Reservas de Capital	R$2.000,00
Reserva Legal	R$500,00
Reserva Estatutária	R$600,00
Lucros Acumulados	R$1.800,00
Total	R$24.900,00

No ano de X2 a entidade apresentou um lucro líquido de R$15.000,00. Por proposta da diretoria, a empresa destinará:

Reserva Legal, 5% do LLE;

Reserva Estatutária, 10% do LLE;

Reserva Orçamentária, 8% do LLE;

O restante para pagamento de dividendos.

Elabore a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

AZZOLIN, José Laudelino. **Uma Avaliação da Fórmula de Distribuição do Imposto Relativo às Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos Municípios Paranaenses**. 2002. Dissertação de mestrado. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1694/000355360.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 fev. 2011.

GÊNESIS. *In*: BÍBLIA Sagrada. Tradução de: FIGUEIREDO, Pe. Antonio Pereira. Rio de Janeiro: Encyclopédia Britânica, 1980. Edição Ecumênica.

BRASIL. **Lei 4.357**, de 16 de julho de 1964. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4357.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 7.730**, de 31 de janeiro de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7730.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 7.738**, de 9 de março de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7738.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 8.981**, de 20 de janeiro de 1995. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8981.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 10.303**, de 31 de outubro de 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10303.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Medida Provisória 566**, de 29 de julho de 1994. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/mpv/1990-1995/566.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Nota Explicativa da Instrução CVM 59 de 22 de dezembro de 1986**. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?Tipo=N&File=%5Cnota%5Cnota059.htm>. Acesso em: 1 set. 2010.

______. **Parecer de Orientação CVM 29, de 11 de abril de 1996**. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?Tipo=P&File=/pare/pare029.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

FIPECAFI. Perguntas e respostas. **Nova Lei das S/A** – Lei 11638/07. 2009. Disponível em: <www.cfc.fipecafi.org/faq/faq.pdf. 2009>. Acesso em: 25 out. 2010.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBDCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SÁ, Antônio Lopes de. Nova lei e lucros acumulados. **Jus Vigilantibus**, 2 maio 2008. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/33180>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. Modificação da Lei das Sociedades por Ações e dúvidas quanto aos Lucros em Suspenso. **Universo Jurídico**. Disponível em: <www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/4871/Modificacao_da_Lei_das_Sociedades_por_Acoes_e_duvidas_quanto_aos_Lucros_em_Suspenso>. Acesso em: 11 fev. 2011.

UNIMED S/A. **Balanço Patrimonial Unimed Seguros**. 2008. Disponível em: <www.unimed.com.br/pct/servlet/ServletDownload?id...>. Acesso em: 28 out. 2010.

ZANLUCA, Júlio César. **Provisão X Reservas** – diferenciação contábil. 2010. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/provisoesxreservas.htm>. Acesso em: 24 out. 2010.

Gabarito

1.

- Reserva legal tem como finalidade manter a integridade do capital social.
- Reserva estatutária é criada de acordo com o estatuto com finalidade específica.
- Reserva para contingência que tem por finalidade compensar a diminuição do lucro em exercício futuro em decorrência de perda julgada provável.
- Reserva de incentivos fiscais compreende uma parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.
- Reserva de lucros a realizar que tem como finalidade diferir tanto o pagamento do Imposto de Renda como o pagamento de dividendos e é constituída com base nos lucros contábeis e economicamente existentes, mas financeiramente ainda não realizados.

2.

Lucro Líquido do Exercício		R$500.000,00
(–) Destinação do Lucro		
Reserva Legal	5% do LLE	R$25.000,00
Reserva Estatutária	10% do LLE	R$50.000,00
Reserva Orçamentária	8% do LLE	R$40.000,00
Distribuição de dividendos	O restante	R$385.000,00

3.

Saldo em 31/12/X1	R$20.000,00	R$2.000,00	R$500,00	R$600,00	R$1.800,00	R$24.900,00
Lucro Líquido X2	–	–	–	–	R$15.000,00	R$15.000,00
Reserva Legal	–	–	R$750,00	–	(R$750,00)	–
Reserva Estatutária	–	–	–	R$1.500,00	(R$1.500,00)	–
Distrib. Dividendos					(R$12.750,00)	(R$12.750,00)
Total	R$20.000,00	R$2.000,00	R$1.250,00	R$2.100,00	R$1.800,00	R$27.150,00



A demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado

Introdução

As novas demonstrações tornadas obrigatórias a partir do ano de 2007 por força da edição da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 são a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

É apresentada também a demonstração das origens e aplicações de recursos que, embora tenha sido substituída pela demonstração do fluxo de caixa, deve continuar sendo elaborada por apresentar informações das mutações ocorridas na posição financeira das empresas, informações relacionadas às origens e aplicações de recursos e o reflexo no capital circulante líquido.

Na comparação entre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) verifica-se que a DOAR é mais abrangente, por apresentar as variações de todas as contas que afetam o CCL (Capital Circulante Líquido) e não só as disponibilidades (caixa e bancos) como demonstra a DFC.

A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia todo o numerário que transita pela empresa em um determinado período. Essa demonstração tem que ser analisada sob ópticas de gestão e financeiro-contábil. Gerencialmente, ela deve proporcionar uma visão futura e representa, em consequência, uma prospecção, um orçamento de caixa, e é um instrumento indispensável para a gestão das disponibilidades. Relativamente à óptica contábil e financeira, ela é elaborada com base em dados passados e representa, por isso, uma retrospecção. Sua elaboração tornou-se obrigatória com o advento da Lei 11.638/2007, em vigor desde janeiro de 2008.

A demonstração do valor adicionado é um relatório contábil de natureza econômica e indica os meios usados pela empresa para gerar riqueza. Essa riqueza se constitui no valor que a empresa adiciona sobre o valor de aquisição de mercadorias ou de insumos destinados à venda ou à produção.

As informações contidas nessa demonstração fazem parte do balanço social e sua obrigatoriedade atende reivindicações não só do governo e de investidores como também de empregados e de empresas que prestam serviços às empresas.

Demonstração das origens e aplicações de recursos

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) era de elaboração e publicação obrigatórias de acordo com o artigo 176, inciso IV, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Pelas modificações trazidas pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, ela foi substituída pela demonstração do fluxo de caixa e deixou de ser obrigatória, porém, dada a sua importância e relevância, as empresas podem utilizar essa demonstração como forma de ferramenta gerencial.

Relativamente à DOAR, de acordo com a Fipecafi[1] em resposta a perguntas formuladas pelo público contábil, "as entidades podem continuar publicando, e é recomendável essa continuidade em razão do relevante conteúdo informacional trazido pela demonstração". A mesma resposta foi dada pela fundação à pergunta se os professores devem continuar ensinando a DOAR aos seus alunos. Ademais, ela é obrigatória para apresentação junto com as demais demonstrações contábeis encerradas somente até 31 de dezembro de 2007.

[1] Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 3.6), aprovada pela Resolução CFC 686, de 14 de dezembro de 1990, "a demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, em um determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade". Assim, a DOAR permite visualizar como foram obtidos e aplicados os recursos que afetam o capital de giro das empresas, também denominado capital circulante líquido.

O Capital Circulante Líquido (CCL) é a diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

$$CCL = AC - PC$$

Dessa maneira, o objetivo da DOAR é evidenciar as mutações sofridas pelo CCL entre o início e o término do exercício.

Uma melhor compreensão do que seja o CCL é apresentada nas figuras 1 e 2.

Onde:

AC = Ativo Circulante.

ANC = Ativo não Circulante.

PC = Passivo Circulante.

PNC = Passivo não Circulante.

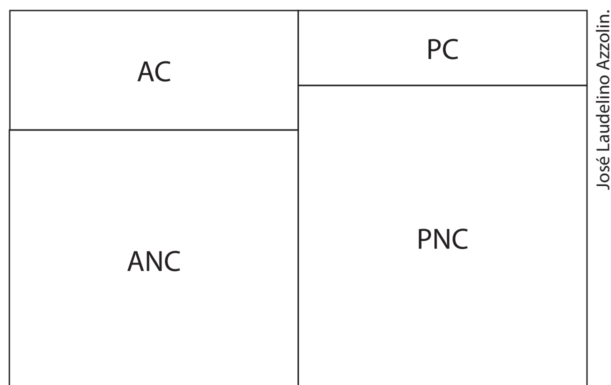


Figura 1 – Capital Circulante Líquido (CCL) positivo.

A figura 1 mostra que o Ativo Circulante é maior do que o Passivo Circulante, significando que a empresa está operando com capital de giro próprio, ou CCL positivo.

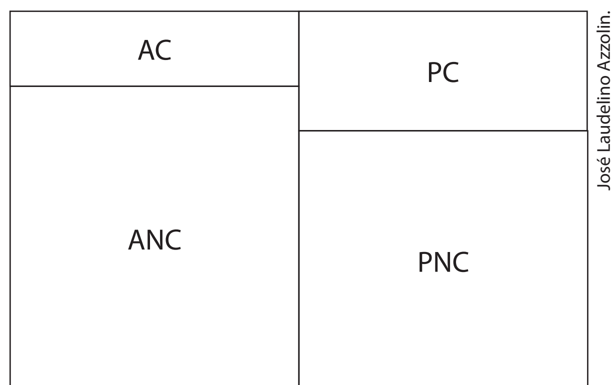


Figura 2 – Capital Circulante Líquido (CCL) negativo.

A figura 2 mostra que o Passivo Circulante é maior do que o Ativo Circulante, significando que a empresa está operando com capital de giro de terceiros, ou CCL negativo.

Estrutura da DOAR

A estrutura da DOAR de acordo o artigo 188 (antes da redação dada pela Lei 11.638/2007) da Lei 6.404/76 deverá discriminar:

> Art. 188. [...]
>
> I - as origens de recursos, agrupados em:
>
> a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
>
> b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
>
> c) recursos de terceiros, originados de aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.
>
> II - as aplicações de recursos agrupadas em:
>
> a) dividendos distribuídos;
>
> b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
>
> c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
>
> d) redução do passivo exigível a longo prazo.
>
> III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido.
>
> IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Sintetizando, é possível afirmar que a DOAR é composta de quatro partes:

- origem de recursos;
- aplicações de recursos;
- aumento ou redução (variação) do capital circulante líquido;
- variações dos componentes do ativo e do passivo circulantes.

As origens representam os financiamentos, tanto os oriundos de capital próprio e de capital de terceiros como os financiamentos de longo prazo. As origens mais comuns são:

- as provenientes do lucro do exercício. Na hipótese da ocorrência de prejuízo ocorre uma aplicação que deve ser apresentada na parte 2 da DOAR;

- as derivadas dos aumentos de capital integralizado pelos acionistas;
- dos empréstimos obtidos junto a instituições financeiras;
- das vendas de ativo imobilizado;
- da transferência de valores do ativo não circulante para o ativo circulante;
- da depreciação, exaustão e amortização que representam recuperação de valores.

As aplicações referem-se aos investimentos de recursos nos diversos ativos. As aplicações mais comuns são:

- aumento no valor dos investimentos não circulantes;
- aquisição de ativos imobilizados;
- formação de ativos intangíveis;
- transferência de valores do passivo não circulante para o passivo circulante;
- remuneração dos acionistas por meio de dividendos.

A variação do capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante na data do encerramento do exercício.

As variações dos componentes do ativo e do passivo circulantes são obtidas no confronto das cotas que integram os dois grupos de um exercício com outro.

Exemplo de elaboração da DOAR

Para melhor entendimento das questões, tome-se como exemplo os dados fornecidos pela Cia. Beta relativamente aos exercícios de 20X1 e 20X2:

- O lucro apurado em 20X2 foi de R$500,00 e foi proposta a distribuição de R$90,00 a título de dividendos;
- Os balanços patrimoniais apresentam as contas e respectivos saldos constantes da tabela 1.

O primeiro procedimento a ser realizado é verificar as variações ocorridas nas diversas contas quando comparamos os exercícios de 20X1 e 20X2, constantes das colunas 2 e 3, e obtemos os resultados das colunas 4 e 5 da tabela 1.

Tabela 1 – Balanços patrimoniais da Cia. Beta

Balanços Patrimoniais e variações				
Col. 1	Col. 2	Col. 3	Col. 4	Col. 5
CONTAS	X1	X2	Variações	
			Origens	Aplicações
ATIVO CIRCULANTE	R$400,00	R$750,00		R$350,00
Disponibilidades	R$400,00	R$750,00		R$350,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R$680,00	R$1.250,00		R$570,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	R$180,00	R$250,00		R$70,00
Empréstimos a coligadas	R$100,00	R$250,00		R$150,00
Imóveis para venda	R$80,00	R$0,00	R$80,00	
Investimentos	R$104,00	R$253,00		R$149,00
Participação em coligadas	R$120,00	R$290,00		R$170,00
(–) Prov. ajustes investimentos	(R$16,00)	(R$37,00)	R$21,00	
Imobilizado	R$356,00	R$712,00		R$356,00
Imóveis de uso	R$300,00	R$600,00		R$300,00
(–) Depreciação acum. imóveis	(R$24,00)	(R$48,00)	R$24,00	
Máquinas e acessórios	R$100,00	R$200,00		R$100,00
(–) Depr. acum. máquinas e acessórios	(R$20,00)	(R$40,00)	R$20,00	
Intangível	R$40,00	R$35,00	R$5,00	
Marcas e patentes	R$50,00	R$50,00		R$0,00
(–) Amortização acumulada	(R$10,00)	(R$15,00)	R$5,00	
ATIVO TOTAL	R$1.080,00	R$2.000,00		R$920,00
PASSIVO CIRCULANTE	R$250,00	R$375,00	R$125,00	
Fornecedores	R$250,00	R$375,00	R$125,00	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R$280,00	R$470,00	R$190,00	
Financ. internos longo prazo	R$110,00	R$270,00	R$160,00	
Financ. externos longo prazo	R$170,00	R$200,00	R$30,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R$550,00	R$1.155,00	R$605,00	
Capital	R$350,00	R$500,00	R$150,00	
Reserva de Capital	R$105,00	R$150,00	R$45,00	
Reservas de Lucros	R$95,00	R$505,00	R$410,00	
PASSIVO + PL TOTAL	R$1.080,00	R$2.000,00	R$920,00	

José Laudelino Azzolin.

O segundo passo é o de verificar as mutações ocorridas no patrimônio líquido com o objetivo de se certificar de que as variações decorrem somente do lucro do período ou de valores que não transitaram pelo resultado, como, por exemplo, aumento de capital com recursos providos pelos sócios.

É de se relevar que as despesas computadas para apuração do lucro líquido, mas que não afetam o CCL, devem ser somadas ao lucro, como as despesas de depreciação, as variações monetárias passivas e a perda decorrente dos prejuízos constatados em empresas coligadas.

De outro lado, devem ser deduzidas do lucro líquido as receitas que compõem o lucro líquido, porém não afetam o CCL, como as receitas de variações monetárias ativas relativas ao ativo não circulante (realizável a longo prazo) e o lucro de investimentos em coligadas.

A tabela 2 mostra as mutações ocorridas no PL da Cia. Beta.

Tabela 2 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Saldo final (20X2)		R$1.155,00
(–) Saldo inicial (20X1)		(R$550,00)
Variação		R$605,00
Fatores da variação		R$410,00
(+) Lucro líquido de 20X2	R$500,00	
(–) Prov. pgto. dividendos	(R$90,00)	
(=) Origens externas		R$195,00

José Laudelino Azzolin.

Como se observa, o valor do patrimônio líquido de 20X2 é de R$605,00, maior do que o de 20X1. Os lucros gerados no exercício de 20X2 contribuíram com R$410,00 (lucro menos dividendos) no aumento do PL e, em consequência, o valor restante provém de recursos que não transitaram pelo resultado, no caso, aumento de capital com recursos externos.

Com esses procedimentos realizados é possível elaborar a demonstração das origens e aplicações de recursos na forma da tabela 3.

Tabela 3 – Demonstração das origens e aplicações de recursos

Origens (longo prazo)		R$885,00	
Lucro Líquido	R$500,00		
Aumento de PL (capital)	R$150,00		
Aumento de PL (reservas de capital)	R$45,00		
Aumento Passivo não Circulante	R$190,00		
Aplicações (longo prazo)		R$660,00	
Aumento de Ativo não Circulante	R$500,00		
Aumento Ativo Realizável Longo Prazo	R$70,00		
Distribuição dividendos	R$90,00		
Variação (I - II)		R$**225,00**	
Demonstração do CCL	X2	X1	Variação
Ativo Circulante	R$750,00	R$400,00	R$350,00
Passivo Circulante	R$375,00	R$250,00	R$125,00
Variações	R$375,00	R$150,00	R$**225,00**

José Laudelino Azzolin.

Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa deve ser estudada sobre duas ópticas: a do futuro e a do passado.

Sob a óptica futura, trata-se de uma previsão de entradas e saídas de caixa para um determinado período futuro e que é realizada com base em dados levantados em projeções econômico-financeiras do presente e do passado. O objetivo da demonstração do fluxo de caixa para o futuro é o de prever, antecipadamente, as necessidades de captação de recursos e sobras de caixa para que se possam aplicar os excedentes.

Sob a óptica do passado, convém citar o artigo 188 da Lei 6.404/76, pela redação dada pela Lei 11.638/2007.

> Art. 188. [...]
>
> I - demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:
>
> a) das operações;

b) dos financiamentos;

c) dos investimentos.

Em virtude de sua importância, serão analisadas as duas visões. Para melhor dissertar sobre o tema, e para os fins deste capítulo, o fluxo de caixa sob a óptica futura será denominado de Projeção do Fluxo de Caixa (PFC) e, sob a óptica passada, será denominado de Demonstração do Fluxo de Caixa.

Projeção do Fluxo de Caixa (PFC)

A PFC é um instrumento de análise e de avaliação da empresa e proporciona aos seus usuários uma visão futura dos recursos financeiros que entrarão e sairão do caixa da empresa, possibilitando a tomada de decisões relativas a compras e vendas, aos investimentos em capital de giro e em ativos fixos aos financiamentos ou próprios ou de terceiros. A PFC deve indicar não somente o valor dos investimentos e financiamentos, como também em que oportunidade eles devem ser gerados e aplicados.

Assim, a PFC olha para o futuro e busca retratar uma situação real do caixa da empresa, por isso ela deve proporcionar também o acompanhamento entre o fluxo orçado e o realizado. A PFC pode ser melhor entendida no exemplo a seguir.

Para elaborar a projeção do fluxo de caixa para o 1.º trimestre de X1, a Cia. Beta possui as seguintes informações:

- política de recebimento de vendas: 10% à vista, 30% em 30 dias, 30% em 60 dias e 30% em 90 dias;
- as compras serão pagas em quatro parcelas iguais a partir do mês de compra;
- incorrer-se-á em despesas com vendas correspondentes a 10% das vendas totais e serão pagas no mês seguinte;
- as despesas de aluguel, de salários e tributárias serão pagas no mês seguinte ao da ocorrência;
- o material de consumo é pago no próprio mês;
- os acionistas promoverão um aumento do capital social em R$4.000,00, em fevereiro de X1;

- a receita de R$8.000,00 obtida com a venda de máquina usada começa a ser recebida no mês de dezembro, como na projeção;
- os pagamentos de R$15.000,00 relativos à aquisição da máquina serão efetuados da forma descrita na projeção;
- se o saldo inicial do caixa for positivo a empresa receberá receitas financeiras correspondentes a 1% do saldo. Se o saldo for negativo incorre-se em despesas financeiras de 3%;
- as projeções de entrada e saída de numerário são as seguintes:

Itens/mês	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Vendas	R$15.000,00	R$12.000,00	R$12.000,00	R$12.000,00	R$15.000,00	R$15.000,00
Compras MP	R$6.000,00	R$4.800,00	R$4.800,00	R$4.800,00	R$6.000,00	R$6.000,00
Aluguel	R$500,00	R$500,00	R$500,00	R$845,00	R$875,00	R$875,00
Tributárias	R$1.700,00	R$2.040,00	R$2.550,00	R$1.360,00	R$1.190,00	R$1.700,00
Sal./ encargos	R$2.000,00	R$2.500,00	R$3.000,00	R$3.000,00	R$2.500,00	R$3.000,00
Mat. Consumo	R$1.000,00	R$1.100,00	R$1.200,00	R$1.000,00	R$1.200,00	R$1.100,00
Aquis. Maq.	–	–	–	R$3.000,00	R$3.000,00	R$3.000,00
Venda Máq.	–	–	R$2.000,00	R$2.000,00	R$2.000,00	R$2.000,00

José Laudelino Azzolin.

Para realizar a PFC, inicialmente é necessário elaborar um mapa auxiliar de recebimento de vendas, em decorrência da política de recebimento das vendas. Esse mapa pode ser observado da tabela 4.

Tabela 4 – Mapa auxiliar de recebimento de vendas

Política de recebimento de vendas				À vista 10%	30 dias 30%	60 dias 30%	90 dias 30%
Mês da venda	Valor da venda	Meses de recebimento das vendas					
		Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Out.	R$15.000,00	R$1.500,00	R$4.500,00	R$4.500,00	R$4.500,00	–	–
Nov.	R$12.000,00	–	R$1.200,00	R$3.600,00	R$3.600,00	R$3.600,00	–
Dez.	R$12.000,00	–	–	R$1.200,00	R$3.600,00	R$3.600,00	R$3.600,00
Jan.	R$12.000,00	–	–	–	R$1.200,00	R$3.600,00	R$3.600,00
Fev.	R$15.000,00	–	–	–	–	R$1.500,00	R$4.500,00
Mar.	R$15.000,00	–	–	–	–	–	R$1.500,00
Entrada de caixa na PFC do 1.º trimestre					R$12.900,00	R$12.300,00	R$13.200,00

José Laudelino Azzolin.

Na sequência, é necessário elaborar um mapa auxiliar de pagamento de compras, em decorrência da política de pagamento a fornecedores. Esse mapa pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 – Mapa auxiliar de pagamento de compras

Política de pagamento de compra		À vista 25%	30 dias 25%	60 dias 25%	90 dias 25%		
Mês da compra	Valor da compra	Meses de pagamento das compras					
		Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Out.	R$6.000,00	R$1.500,00	R$1.500,00	R$1.500,00	R$1.500,00	–	–
Nov.	R$4.800,00	–	R$1.200,00	R$1.200,00	R$1.200,00	R$1.200,00	–
Dez.	R$4.800,00	–	–	R$1.200,00	R$1.200,00	R$1.200,00	R$1.200,00
Jan.	R$4.800,00	–	–	–	R$1.200,00	R$1.200,00	R$1.200,00
Fev.	R$6.000,00	–	–	–	–	R$1.500,00	R$1.500,00
Mar.	R$6.000,00	–	–	–	–	–	R$1.500,00
Saída de caixa na PFC do 1.º trimestre					R$5.100,00	R$5.100,00	R$5.400,00

José Laudelino Azzolin.

A seguir, elabora-se a projeção do fluxo de caixa de acordo com a tabela 6.

Tabela 6 – Projeção do Fluxo de Caixa (PFC) para o 1.º trimestre de X1

N.º	Descritores \ Meses	Jan.	Fev.	Mar.
1	Saldo inicial (= final mês anterior)	0	R$(1.450,00)	R$1.101,50
2	Entradas (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	R$14.900,00	R$18.300,00	R$15.211,02
2.1	Vendas (mapa auxiliar)	R$12.900,00	R$12.300,00	R$13.200,00
2.2	Aumento de capital	–	R$4.000,00	–
2.3	Venda da máquina velha	R$2.000,00	R$2.000,00	R$2.000,00
2.4	Receitas financeiras	–	–	R$11,02
3	Disponibilidades (1 + 2)	R$14.900,00	R$16.850,00	R$16.312,52
4	Saídas (4.1 + ... 4.8)	R$16.350,00	R$15.748,50	R$15.565,00
4.1	Compras (mapa auxiliar)	R$5.100,00	R$5.100,00	R$5.400,00
4.2	Desp. Vendas 10% vendas mês ant.	R$1.200,00	R$1.200,00	R$1.500,00
4.3	Desp. Aluguel	R$500,00	R$845,00	R$875,00
4.4	Desp. Salários	R$3.000,00	R$3.000,00	R$2.500,00
4.5	Desp. Tributárias	R$2.550,00	R$1.360,00	R$1.190,00
4.6	Material de consumo	R$1.000,00	R$1.200,00	R$1.100,00
4.7	Compra de máquina	R$3.000,00	R$3.000,00	R$3.000,00
4.8	Desp. Financeiras	–	R$43,50	–
5	Saldo final (3 – 4)	(R$1.450,00)	R$1.101,50	R$747,51

José Laudelino Azzolin.

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

De acordo com Iudícibus e Marion (1999, p. 218), a DFC "demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo".

Tipos de transações de caixa

A DFC, em conformidade com o NPC 20/99[2],

> A "Demonstração dos Fluxos de Caixa" refletirá as transações de caixa oriundas:
>
> a) das atividades operacionais;
>
> b) das atividades de investimentos;
>
> c) das atividades de financiamentos.
>
> Também, deverá ser apresentada uma conciliação entre o resultado e o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais visando fornecer informações sobre os efeitos líquidos das transações operacionais e de outros eventos que afetam o resultado. (IBRACON 20, 1999)

As atividades operacionais representam pagamentos e recebimentos relacionados ao fluxo operacional da empresa.

As atividades de investimentos relacionam-se com os aumentos e diminuições dos ativos não circulantes.

As atividades de financiamento representam pagamentos e recebimentos vinculados ao passivo não circulante (credores) e ao patrimônio líquido (acionistas).

Essas atividades já vigoravam nos Estados Unidos desde 1987, em decorrência de regulamentação baixada pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), entidade que regulamenta as políticas e procedimentos contábeis naquele país.

Formas de apresentação da DFC

Há dois métodos para a apresentação da DFC:

- método direto, onde se relacionam as principais classes de recebimento e pagamentos;

[2] Pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) 20 de 30/04/1999.

- método indireto, que parte do lucro ou prejuízo líquido com os ajustes decorrentes das transações que não envolvem o caixa, dos diferimentos ou outras apropriações realizadas pelo regime de competência e os itens de receitas ou despesas vinculadas com fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

Método direto

A demonstração do fluxo de caixa pelo método direto é apresentada na tabela 7.

Tabela 7 – Demonstração do fluxo de caixa pelo método direto

Descritores	Valores
Atividades operacionais	
Recebimento de clientes	
Recebimento de juros	
Duplicatas descontadas	
Outros recebimentos	
(–) Pagamentos	
a fornecedores de mercadorias	
de impostos	
de salários	
de juros	
de despesas pagas antecipadamente	
outros pagamentos	
(=) Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	
Atividades de investimentos	
Recebimento pela venda de imobilizado	
Pagamento pela compra de imobilizado	
(=) Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	
Atividades de financiamentos	
Aumento de capital	
Empréstimos de curto prazo	
Pagamento de dividendos	

Descritores	Valores
(=) Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	
Aumento líquido no caixa e equivalente – Caixa	
Saldo de caixa + Equivalente de caixa em X0	
Saldo de caixa + Equivalente de caixa em X1	

Composição do caixa e equivalentes de caixa (Conciliação entre DFC e BP)		
Descritores	31/12/X0	31/12/X1
Caixa		
Bancos		
Aplicações financeiras		
Total		

(IUDÍCIBUS *et al*. 2010. Adaptado.)

Método indireto

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto é apresentada na tabela 8.

Tabela 8 – Demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto

Descritores	Valores
Atividades operacionais	
Lucro líquido	
Mais: depreciação	
Menos: lucro na venda de imobilizado	
Lucro ajustado	
Aumento em duplicatas a receber	
Aumento de provisões para perdas de duplicatas	
Aumento de duplicatas descontadas	
Aumento em estoques	
Aumento em despesas pagas antecipadamente	
Aumento em fornecedores	
Redução em provisão para imposto de renda a pagar	
Redução em salários a pagar	

(IUDÍCIBUS *et al*. 2010. Adaptado.)

Descritores	Valores
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	
Atividades de investimentos	
Recebimento pela venda de imobilizado	
Pagamento pela compra de imobilizado	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	
Atividades de financiamentos	
Aumento de capital	
Empréstimo de curto prazo	
Distribuição de dividendos	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	
Aumento líquido nas disponibilidades	
Saldo de caixa + Equivalentes de caixa em X0	
Saldo de caixa + Equivalentes de caixa em X1	

Como pode ser observado, a diferença na elaboração das DFCs, pelos métodos direto ou indireto, encontra-se apenas no grupo das atividades operacionais.

Demonstração do valor adicionado

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região, que pode ser o país, os estados e as cidades, durante um determinado período (mês, trimestre, semestre e ano). O PIB é um indicador que tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma região e leva em conta apenas bens e serviços finais, excluindo-se, em consequência, os bens de consumo de intermediários. Essa metodologia tem a finalidade de evitar problema de dupla contagem, quando os valores gerados na cadeia produtiva aparecem contados duas vezes na soma do PIB. (MANKIW, 2001, p. 496-498).

Dessa maneira, é necessário calcular o tamanho da produção com base somente no valor adicionado. Assim, por exemplo, para se determinar quanto a produção de um automóvel gera de valor adicionado ao setor automobilístico é necessário deduzir o valor de todos os bens e serviços empregados desde as vendas de cada setor.

Para produzir o automóvel foi necessário consumir o aço. Para produzir o aço e o automóvel foi necessário consumir energia elétrica. Assim, para determinação do PIB dos setores de siderurgia e automobilístico, se não se descontar a energia elétrica consumida por ambos os setores, o valor da energia elétrica seria contado por três vezes.

Para Mankiw (2001, p. 496), o PIB "é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período" e é composto por quatro elementos: o consumo, o investimento, as compras do governo e as exportações líquidas. O consumo exclui a compra de imóveis; o investimento inclui estoques, equipamento de capital, imóveis e estrutura; as compras do governo incluem salários dos funcionários e obras públicas; as exportações líquidas são a diferença entre importações e exportações.

Como se pode medir a riqueza gerada por um país, por uma região, por um setor etc. é possível medir, também, a riqueza gerada por uma empresa. Para isso basta diminuir do valor das vendas o custo de todos os bens e serviços que ela adquiriu de outras empresas. Todas as empresas geram riquezas, pois elas compram insumos que são convertidos ou processados num novo produto ou serviço que, por sua vez, são vendidos para os usuários. O valor adicionado gerado pela empresa é a diferença entre o valor final das vendas e os insumos comprados para a produção. A riqueza gerada pela empresa é dividida, normalmente, em quatro partes:

- empregados;
- governo;
- fornecedores de capital;
- própria empresa.

Antes do advento da Lei 11.638/2007, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era obrigatória, porém sua elaboração era incentivada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, por meio do Parecer de Orientação CVM 24/92, sugeriu "a utilização do modelo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi)" (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 583).

O artigo 188 da Lei 6.404/76, redação dada pela Lei 11.638/2007, determina que:

Art. 188. [...]

II - demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

De acordo com o CFC 1.138/2008, a Demonstração de Valores Adicionados (DVA) "deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas."

Para o CFC,

A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:

a) pessoal e encargos;

b) impostos, taxas e contribuições;

c) juros e aluguéis;

d) juros sobre o capital próprio (JSCP) e dividendos;

e) lucros retidos/prejuízos do exercício. (CFC 1.138/2008)

A tabela 9 apresenta modelo de DVA segundo o CFC 1.138/2008.

Tabela 9 – Demonstração do valor adicionado

DESCRIÇÃO	Em milhares de R$	Em milhares de R$
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Prov. créditos liq. duv. – Reversão / (Constituição)		

(CFC 1.138/2008.)

DESCRIÇÃO	Em milhares de R$	Em milhares de R$
	20X1	20X0
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (= ao 7)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – FGTS		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

De acordo com Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC 1.138 de 21 de novembro de 2008,

> 10. A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.
>
> 11. Existem, todavia, diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico no cálculo do valor adicionado. A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência. Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em cada período [...]. (CFC 1.138/2008)

Por outro lado, a DVA é uma parte do balanço social, pois, por meio dessa demonstração, sabe-se o quanto uma empresa contribui para a geração de riquezas no país.

A DVA é elaborada com base nas informações e dados da demonstração do resultado do exercício como no exemplo a seguir.

A Cia. Delta apresenta a seguinte demonstração do resultado referente ao exercício de 20X1 de acordo com a tabela 10.

Tabela 10 – Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Delta

Receita Bruta de Vendas		R$120.000,00
(–) Tributos incidentes sobre vendas		(R$21.000,00)
(=) Receita Líquida de Vendas		R$99.000,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas		(R$32.000,00)
(=) Lucro Bruto Operacional		R$67.000,00
(–) Despesas Operacionais		(R$22.000,00)
Despesas de salários	R$9.000,00	
Encargos sociais sobre salários	R$3.000,00	
Despesas de serviços terceirizados	R$2.000,00	
Gastos com energia elétrica e comunicações	R$3.000,00	
Despesas de publicidade	R$5.000,00	
(=) Lucro Líquido Operacional		R$45.000,00

José Laudelino Azzolin.

Com os dados constantes da DRE da tabela 10 é possível verificar qual foi a geração de valor adicionado pela empresa de acordo com a tabela 11.

Tabela 11 – Demonstração da geração de valor adicionado da Cia. Delta

Receita de Vendas	R$120.000,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(R$32.000,00)
(–) Despesas de serviços terceirizados	(R$2.000,00)
(–) Gastos com energia elétrica e telecomunicações	(R$3.000,00)
(–) Despesas de publicidade	(R$5.000,00)
(=) Valor Adicionado	R$78.000,00

José Laudelino Azzolin.

Exemplo mais amplo pode ser verificado com os dados a seguir, a partir da DRE da Cia. Ômega que consta na tabela 12.

Tabela 12 – Demonstração do resultado da Cia. Ômega

Receita Bruta de Vendas		R$10.000,00
(–) Tributos incidentes sobre vendas		(R$2.100,00)
ICMS	R$1.700,00	
PIS	R$100,00	
Cofins	R$300,00	
(=) Vendas Líquidas		R$7.900,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas		(R$5.000,00)
(=) Lucro Bruto		R$2.900,00
(–) Despesas Operacionais		(R$1.500,00)
Despesas com pessoal	R$600,00	
Gastos com Encargos sociais	R$400,00	
Despesas de Depreciação	R$300,00	
Despesas de energia elétrica	R$100,00	
Despesas de juros	R$100,00	
(+) Receita de juros		R$200,00
(+) Resultado da equivalência patrimonial		R$500,00
(=) Resultado antes dos tributos		R$2.100,00
(–) IRPJ e CSLL		(R$700,00)
(=) Lucro Líquido		R$1.400,00

José Laudelino Azzolin.

A demonstração do valor adicionado da Cia. Ômega, com base na DRE anterior, é apresentada na tabela 13.

Tabela 13 – Demonstração do valor adicionado da Cia. Ômega

Descrição	Valores
A - Geração do Valor Adicionado	
1. RECEITAS	R$10.000,00
1.1 Receitas de vendas	R$10.000,00
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(R$5.100,00)
2.1 Custos das Mercadorias Vendidas	R$5.000,00
2.2 Gastos com energia elétrica	R$100,00
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)	R$4.900,00
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO	(R$300,00)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 – 4)	R$4.600,00
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS	R$700,00
6.1 Resultado da equivalência patrimonial	R$500,00
6.2 Receita de juros	R$200,00
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	R$5.300,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R$5.300,00
8.1 Remuneração do trabalho (Desp. Salários)	R$1.000,00
8.2 Remuneração do Governo	R$2.800,00
8.3 Remuneração do capital de terceiros (juros)	R$100,00
8.4 Remuneração dos acionistas	R$1.400,00

José Laudelino Azzolin.

A diferença fundamental entre a DRE e a DVA é que a primeira considera a parcela de gastos com governo, empregados e instituições financeiras como custos, pois eles representam redução dos lucros; a segunda está focada na agregação de valor e está direcionada à continuidade da empresa. As duas demonstrações se complementam.

A DVA, por outro lado, está contida no balanço social das entidades cuja elaboração, com certeza, será obrigatória. O balanço social, além do valor adicionado, traz informações que envolvem os aspectos econômicos e ambientais de uma empresa, as estratégias de gestão de riscos, oportunidades de crescimento e demonstra à sociedade em geral a estratégia e a gestão dos dirigentes da empresa.

Conclusão

No Brasil, a partir de 2008, tornou-se obrigatória a elaboração da demonstração do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado, importantes instrumentos de gestão financeira pelas relevantes informações que contêm relativamente ao fluxo operacional, ao fluxo de financiamento e o consequente investimento das empresas.

A DFC tem como característica a evidenciação das transações que movimentam efetivamente o caixa e sua elaboração, e tem como objetivo gerar informações sobre os fluxos de caixa de uma empresa com a finalidade de proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade da empresa em gerar caixa e valores equivalentes ao caixa. Como a DFC embasa-se em fatos já ocorridos, é importante frisar que se deve, também, realizar uma projeção do fluxo de caixa visando antecipar sobras de caixa, para aplicar, ou falta de caixa, para provê-la de recursos.

A DVA tem como objetivo demonstrar o desempenho econômico da empresa e o relacionamento dela com a sociedade. É uma demonstração econômica porque evidencia o quanto uma empresa agrega de valor, ou seja, quanto de riqueza é criada pela empresa.

Ampliando seus conhecimentos

Publique seu balanço social

(IBASE, 2003)

O que é?

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades

que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

O balanço social é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta.

Histórico

Nos anos 1960, nos EUA e na Europa, o repúdio da população à guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito. A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. A elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social resultaram no que hoje se chama de balanço social.

No Brasil a ideia começou a ser discutida na década de 1970. Contudo, apenas nos anos 1980 surgiram os primeiros balanços sociais de empresas. A partir da década de 1990 corporações de diferentes setores passaram a publicar balanço social anualmente.

A proposta, no entanto, só ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou, em junho de 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social. Com o apoio e a participação de lideranças empresariais, a campanha decolou e vem suscitando uma série de debates através da mídia, seminários e fóruns. Hoje é possível contabilizar o sucesso dessa iniciativa e afirmar que o processo de construção de uma nova mentalidade e de novas práticas no meio empresarial está em pleno curso.

Por que fazer?

- Porque é ético... ser justo, bom e responsável já é um bem em si mesmo.
- Porque agrega valor... o balanço social traz um diferencial para a imagem da empresa que vem sendo cada vez mais valorizado por investidores e consumidores no Brasil e no mundo.
- Porque diminui os riscos... num mundo globalizado, onde informações sobre empresas circulam mercados internacionais em minutos, uma

conduta ética e transparente tem que fazer parte da estratégia de qualquer organização nos dias de hoje.

- Porque é um moderno instrumento de gestão... o balanço social é uma valiosa ferramenta para a empresa gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos.
- Porque é instrumento de avaliação... os analistas de mercado, investidores e órgãos de financiamento (como BNDES, BID e IFC) já incluem o balanço social na lista dos documentos necessários para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa.
- Porque é inovador e transformador... realizar e publicar balanço social anualmente é mudar a antiga visão, indiferente à satisfação e ao bem-estar dos funcionários e clientes, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam as práticas de responsabilidade social e ambiental.

Os beneficiários

O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve. Seu processo de realização estimula a participação dos funcionários e funcionárias na escolha das ações e projetos sociais, gerando um grau mais elevado de comunicação interna e integração nas relações entre dirigentes e o corpo funcional.

Aos fornecedores e investidores, informa como a empresa encara suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza, o que é um bom indicador da forma como a empresa é administrada.

Para os consumidores, dá uma ideia de qual é a postura dos dirigentes e a qualidade do produto ou serviço oferecido, demonstrando o caminho que a empresa escolheu para construir sua marca. E ao Estado, ajuda na identificação e na formulação de políticas públicas. Enfim, como dizia Betinho: "o balanço social não tem donos, só beneficiários".

O modelo

Desde 1997, o sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) vêm chamando à atenção empresários e toda a

sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

Por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de corporações, o Ibase, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar seu balanço social, independentemente do tamanho e setor.

Se a forma de apresentação das informações não seguir um padrão mínimo, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos. A predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa é fundamental para enriquecer esse tipo de demonstrativo. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatos sociais é uma tarefa fácil, porém, os indicadores desenvolvidos do modelo Ibase ajudam nas análises comparativas da própria empresa ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor. No modelo sugerido pelo Ibase, a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados.

O selo

Em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, o Ibase lançou o Selo Balanço Social Ibase/Betinho. O selo é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo Ibase, dentro da metodologia e dos critérios propostos.

Através deste selo as empresas podem mostrar – em seus anúncios, embalagens, balanço social, sites e campanhas publicitárias – que investem em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente.

O Selo Balanço Social Ibase/Betinho demonstra que a empresa já deu o primeiro passo para tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã, comprometida com a qualidade de vida dos funcionários, da comunidade e do meio ambiente; apresenta publicamente seus investimentos internos e externos através da divulgação anual do seu balanço social.

Quem faz

O número de empresas que realizam e publicam anualmente o balanço social tem crescido de maneira acelerada.

Atividades de aplicação

1. A partir das contas e valores descritos a seguir, determine, na forma da DOAR, o capital circulante líquido de X2.

Descritor	X1	X2
Ativo Circulante	R$40.000,00	R$46.000,00
Ativo não Circulante	R$70.000,00	R$84.000,00
Descritor	X1	X2
Passivo Circulante	R$38.000,00	R$43.700,00
Passivo não Circulante	R$72.000,00	R$86.400,00

2. A demonstração do resultado da Cia. Ypsilon, de 31/12/X1 era a seguinte:

Descritor	Valor	Valor
Receita Bruta de Vendas		R$425.000,00
(–) Deduções de vendas		(R$95.000,00)
Devoluções	R$30.000,00	
Impostos sobre vendas	R$65.000,00	
(=) Receitas líquidas		R$330.000,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas		(R$210.000,00)
(=) Lucro Bruto		R$120.000,00
(–) Despesas		(R$60.800,00)
Despesas de Comissão Empregados	R$1.100,00	
Despesas de Comissão Pessoas Jurídicas	R$5.000,00	
Despesas de transportes pagas a transportadoras	R$4.800,00	
Despesas de aluguel pagas a pessoas físicas	R$2.600,00	
Material de consumo	R$1.200,00	
Despesas de salários	R$27.000,00	
Despesas com encargos sociais e previdenciários	R$6.000,00	
Despesas financeiras líquidas	R$6.800,00	
Despesas de depreciação e amortização	R$6.300,00	
Dividendos recebidos		R$1.000,00
Lucro Operacional		R$60.200,00
(–) Prejuízo na venda de ações de Coligadas		(R$6.200,00)
(=) Lucro Antes do IRPJ e CSLL		R$54.000,00
(–) Provisão para tributos		(R$5.520,00)

Descritor	Valor	Valor
Provisão para IRPJ	R$3.600,00	
Provisão par CSLL	R$1.920,00	
(=) Lucro Líquido do Exercício		R$48.480,00
Destinação do Lucro		R$(18.480,00)
Destinação para Reserva Legal	R$924,00	
Destinação para outras Reservas de Lucros	R$13.167,00	
Dividendos a Distribuir	R$4.389,00	

Elabore a demonstração do valor adicionado.

3. Os seguintes pagamentos e recebimentos foram realizados pela Cia. Alfa:

Integralização de Capital em dinheiro	R$2.500,00
Pagamento de despesas administrativas	R$1.200,00
Pagamento de juros	R$400,00
Recebimento de vendas	R$4.200,00
Pagamento de compras de mercadorias	R$2.100,00
Pagamento de compra de móveis	R$300,00
Saldo inicial de caixa	R$200,00
Despesas de vendas	R$600,00

Elabore uma projeção do fluxo de caixa.

Referências

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Publique seu Balanço Social**. 26 jun. 2003. Disponível em: <www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2&tpl=printerview>. Acesso em: 8 out. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

IUDÍCIBUS, de Sergio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. Coordenador: FIPECAFI – FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NPC** – Normas e Procedimentos de Contabilidade. NPC 20 – pronunciamento do instituto dos auditores independentes do Brasil. Ibracon, n. 20, 30 abr. 1999. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc20.htm>. Acesso em: 10 out. 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 9**. Demonstração do valor adicionado. Aprovado em 30 out. 2008. Disponível em: <www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em: 11 out. 2010.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Edital de Audiência Pública SNC 10/2008**. Disponível em: <www.cvm.gov.br/port/audi/ed1008snc.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.138**, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 3.7 – demonstração do valor adicionado. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc>. Acesso em: 11 nov. 2010.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 3.6** – Da demonstração das origens e aplicações de recursos. Aprovada pela Resolução CFC 686, de 14 de dezembro de 1990. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t36.htm>. Acesso em: 10 nov. 2010.

FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Perguntas e respostas. **Nova Lei das S/A** – Lei 11.638/07. Disponível em: <www.cfc.fipecafi.org/faq/faq.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

Gabarito

1.

Demonstração do CCL	X2	X1	Variação
Ativo Circulante	R$46.000,00	R$40.000,00	R$6.000,00
Passivo Circulante	R$43.700,00	R$38.000,00	R$5.700,00
Variações	R$2.300,00	R$2.000,00	R$300,00

2.

1 – Receitas	R$388.800,00
Receita efetiva de Vendas (excluídas as devoluções)	R$395.000,00
(–) Prejuízo na venda de ações de Coligadas	(R$6.200,00)
2 – Insumos adquiridos de terceiros	R$221.000,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	R$210.000,00
(–) Serviços de terceiros (com. Fretes e mat. Consumo)*	R$11.000,00
3 – Valor adicionado Bruto (1 – 2)	R$167.800,00
4 – Retenções	R$6.300,00
Despesas de depreciação e amortização	R$6.300,00
5 – Valor Adicionado Líquido produzido pela Companhia (3 – 4)	R$161.500,00
6 – Valor Adicionado recebido em transferência	R$1.000,00
Dividendos recebidos	R$1.000,00
7 – Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	R$162.500,00

*Serviços de terceiros são comissões de vendas a pessoas jurídicas, despesas de transportes pagas a pessoas jurídicas e material de consumo.

3.

Saldo inicial	R$200,00
(+) Entradas	R$6.700,00
Integralização de capital	R$2.500,00
Receita de Vendas	R$4.200,00
(=) Disponibilidades	R$6.900,00
(–) Saídas	R$4.600,00
Pagamento de despesas administrativas	R$1.200,00
Pagamento de juros	R$400,00
Pagamento de compras de mercadorias	R$2.100,00
Pagamento de compra de móveis	R$300,00
Despesas de vendas	R$600,00
(=) Saldo final	R$2.300,00



Métodos e procedimentos de análise

Introdução

A expressão "análise de balanços" pode variar de denominação – análise contábil, análise financeira, análise econômico-financeira etc., porém, qualquer que seja a denominação que se dê, ela é uma das técnicas da contabilidade utilizada como meio de se obter informações econômico-financeiras das empresas.

A análise de balanços propicia informações sobre o desenvolvimento da empresa e contribui para que os gestores avaliem suas ações e projetem ações futuras.

A análise de balanços surgiu ao final do século XIX com os banqueiros exigindo a apresentação dos balanços para promover empréstimos às empresas solicitantes.

Com o surgimento dos bancos governamentais, a abertura dos capitais das empresas e com o crescimento do mercado financeiro, a análise de balanços se tornou um instrumento indispensável às empresas e às pessoas que desejam investir e se tornar acionistas dessas empresas.

Conceitos fundamentais de contabilidade

A função básica da contabilidade é produzir informações para que usuários possam tomar decisões. Entre os usuários das informações contábeis, podem ser citados investidores, fornecedores de bens e serviços, instituições financeiras, governos e todos os agentes que compõem a governança corporativa.

Para entender a análise de balanços, é necessário, inicialmente, definir contabilidade e circunscrever seu objeto.

Definição, objeto e finalidade da contabilidade

A contabilidade possui um objeto determinado e um método de investigação próprio e, por isso, no dizer de Franco (1989, p. 19) "ela é uma ciência do grupo das ciências econômicas e administrativas." A contabilidade é, portanto, uma ciência que tem por objeto o estudo do patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa (FRANCO, 1989).

No mesmo sentido, Padoveze (1996) ensina que a contabilidade baseia-se em estudo próprio, utiliza métodos racionais, estabelece relações entre os elementos patrimoniais, apresenta constante evolução, seus estudos têm o caráter de generalidade e está relacionada com outros ramos do conhecimento.

Buscando a origem da palavra, Campiglia (1966, p. 10) ensina que "a palavra contabilidade, originária do francês *contabilité* empregava-se para designar a arte de escriturar as contas revelando, pois, o aspecto meramente instrumental da disciplina."

De acordo com a doutrina oficial brasileira,

> A contabilidade possui objeto próprio – o patrimônio das entidades – e consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de generalidade, certeza e busca das causas, em nível qualitativo, semelhante às demais ciências sociais. A resolução alicerça-se na premissa de que a contabilidade é uma ciência social com plena fundamentação epistemológica. Por consequência, todas as demais classificações – método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte, para citarmos as mais correntes – referem-se a simples facetas ou aspectos da contabilidade, usualmente concernentes à sua aplicação prática, na solução de questões concretas. (RESOLUÇÃO CFC 774/94)

A doutrina oficial brasileira define dois objetivos da contabilidade: o objetivo científico e o objetivo pragmático.

> O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob ótica pragmática, a aplicação da contabilidade, a uma entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios. (RESOLUÇÃO CFC 774/94)

Técnicas, ramos e usuários da contabilidade

Para atingir seus objetivos, a contabilidade utiliza um conjunto de métodos organizados de forma sistemática que se denominam técnicas contábeis. São elas:

- escrituração;
- elaboração das demonstrações contábeis;
- auditoria;
- análise de Balanços.

A contabilidade possui diversos ramos, como Contabilidade Agrícola, Contabilidade Ambiental, Contabilidade Bancária, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Contabilidade Financeira, Contabilidade Fiscal etc.

Escrituração

A escrituração é o registro dos fatos administrativos ocorridos na entidade. O registro é realizado em ordem cronológica e é evidenciado através de expressão matemática.

Escriturar consiste em coletar, registrar e consolidar todos os fatos contábeis que modificam o patrimônio das entidades.

Demonstrações contábeis

A coleta e o registro dos fatos, porém, em decorrência de seu volume e heterogeneidade, não são suficientes para atingir a finalidade informativa da contabilidade. Assim, é necessário reunir esses fatos de forma ordenada, por meio de relatórios contábeis denominados demonstrações.

Demonstrações contábeis são demonstrações expositivas e compreendem o resumo e ordenação de dados colhidos da contabilidade objetivando relatar aos usuários os principais fatos registrados por ela. Melhor será

denominá-las demonstrações financeiras, em decorrência das informações e dados econômicos e financeiros que elas trazem, como é o caso da demonstração do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado. As demonstrações são um canal de comunicação que deve atingir tanto os usuários internos como os usuários externos da entidade.

Auditoria

Com o objetivo de proporcionar credibilidade às informações divulgadas, faz-se uma auditoria que compreende a confrontação dos elementos da contabilidade com as operações da empresa. A auditoria das demonstrações contábeis é constituída por um conjunto de procedimentos técnicos visando à emissão de opinião externada por meio de um parecer sobre a adequação das demonstrações com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com as mais diversas legislações vigentes no campo comercial, tributário e societário.

A auditoria pode ser:

- operacional contábil, quando confronta os elementos da contabilidade com as operações da empresa;
- de gestão, quando tiver o objetivo de avaliar a qualidade da estrutura e cultura organizacional, avaliando os sistemas de informações e forma de utilização dos controles internos;
- de riscos, quando se procura verificar possibilidades de expansão e revisão de resultados operacionais em confronto com informações orçamentárias e sistema de informações;
- específica, quando se deseja, por exemplo, emitir um laudo para instruir atos societários de fusão, incorporação etc.

Para a realização de uma boa análise é necessário que as demonstrações financeiras sejam corretamente elaboradas e que sejam submetidas à auditoria.

Análise de balanço

A análise de balanços é uma técnica especializada que a contabilidade dispõe e que permite decompor, comparar e interpretar as demonstrações contábeis oferecendo dados analíticos e interpretativos dos componentes patrimoniais, financeiros e econômicos.

Abrangência da expressão "análise de balanços"

A expressão "análise de balanços" é utilizada em virtude de as instituições financeiras americanas, no final do século XIX e início do século XX, exigirem o balanço das empresas para poder analisá-lo antes da concessão de empréstimos. Com o decorrer do tempo, porém, começou-se a exigir outras demonstrações com a finalidade de analisar não somente o patrimônio, mas também a situação econômica e financeira da empresa.

De acordo com Marion (1988, p. 472), a "análise de balanço" é tradicionalmente utilizada porque, além do balanço patrimonial, "a demonstração do resultado do exercício foi conhecida, em certo período, como balanço econômico (balanço de resultado). A denominação do fluxo de caixa já foi conhecida como balanço financeiro,... então tudo era balanço".

O Código Civil Brasileiro (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) cita o "balanço de resultado econômico" que é a denominação empregada para evidenciar a demonstração do resultado do exercício.

O Código Comercial Brasileiro que vigorou de 1850 a 2002 (Lei 556, de 25 de Junho de 1850, revogada pela Lei 10.406/2002) já mencionava o balanço geral, ao tratar das obrigações comuns a todos os comerciantes em seu Capítulo II, artigo 10, §4.º, determina que todos os comerciantes devem

> §4.º A formar anualmente um balanço geral do seu ativo e passivo, o qual deverá compreender todos os bens de raiz móveis e semoventes, mercadorias, dinheiro, papéis de crédito, e outra qualquer espécie de valores, e bem assim todas as dívidas e obrigações passivas; e será datado e assinado pelo comerciante a quem pertencer.

Utilidade e campo de ação da análise

A análise das demonstrações financeiras pode ser orientada em dois sentidos: a interna e a externa.

A análise interna é promovida por analista vinculado diretamente com a empresa objeto da análise. Nessa hipótese, o analista pode aprofundar seus conhecimentos, dado que tem maior facilidade de acesso às informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Os objetivos da análise interna são o controle operacional, a avaliação do desempenho e a coleta e fornecimento de dados para que a empresa possa tomar decisões para corrigir o comportamento dela e de seus agentes.

A análise externa é promovida por analista não vinculado à empresa e é realizada para atender finalidades nos campos micro e macroeconômico. De acordo com Florentino (1974, p. 4) os campos microeconômicos são:

- empresa isolada;
- mercado de capitais;
- financiamento e concessões de crédito;
- projetos de instalação ou ampliação de empresas;
- fiscalização tributária;
- grupos de empresas;
- seleção de empresas para procedimentos licitatórios.

De acordo com Florentino (1974, p. 5) os campos macroeconômicos são:

- mercados setoriais;
- contabilidade nacional.

Métodos de análise

Marion (1988, p. 34) afirma que a "contabilidade é tão antiga quanto à origem do homem" e, como exemplo, relata a história de Jacó (Gênesis), um pastor de ovelhas que trabalhou de graça para Labão durante quatorze anos para ter direito a desposar Raquel, filha de Labão. Depois de todo esse tempo de trabalho sem remuneração, Jacó foi falar com Labão e este exigiu que Jacó trabalhasse outros sete anos. Jacó, graças à sua experiência dos quatorze anos que lhe habilitaram a entender do ramo, concordou com a nova exigência e disse a Labão: "Não me darás nada; tornarei a apascentar e a guardar o teu rebanho se me deres todas as crias salpicadas, malhadas e escuras, até o momento em que o meu rebanho se torne maior que o seu rebanho".

Ora, se o rebanho de Labão crescera durante 14 anos e Jacó não possuía nenhum rebanho, como o deste se tornaria maior que o daquele? Jacó separou os machos e as fêmeas salpicados, malhados e escuros e todas as vezes

que uma matriz entrava no cio providenciava para que ela fosse coberta por machos salpicados, malhados e escuros de modo que, muito em breve, seu rebanho se tornou maior que o de Labão. E Jacó se enriqueceu sobremaneira, e teve grande número de servas e servos e enormes rebanhos, camelos e jumentos etc.

Esse, sem dúvida, é o primeiro relato escrito da contagem e da evolução de um rebanho e da riqueza de dois homens. Ressalte-se que, na época, não existia calendário. Mesmo assim, de acordo com Iudícibus (1988, p. 19) "é muito provável que já se realizasse algum tipo de análise horizontal ou vertical." Dessa maneira, é possível supor um inventário de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 – Inventário do rebanho

Animais	Ano 3689 a.C.	Ano 3688 a.C.
	Dia da 3.ª lua cheia	Dia da 3.ª lua cheia
Cabras	1 100	1 155
Vacas	300	380
Carneiros	50	40

(IUDÍCIBUS, 1988. Adaptado.)

Naquele tempo não existia moeda, porém, existia troca (escambo). É possível, em decorrência, de acordo com Iudícibus (1988, p. 19), "estabelecer uma homogeneização total, expressando tudo em termos de vaca". Se cada vaca pudesse ser trocada por 10 carneiros e 11 cabras, por exemplo, poder-se-ia listar que todo o rebanho de reses seria convertido em termos de vacas. A tabela 2 avalia o rebanho existente no ano 3689 a.C., em termos de vaca.

Tabela 2 – Inventário do rebanho com equivalência em vacas

Animais	Ano de 3689 a.C.	Unid. Equiv.	Equivalência
	Dia da 3.ª lua cheia		
Cabras	1 100	11	100
Vacas	300	1	300
Carneiros	50	10	5
Total de unidades equivalentes a vacas			405

(IUDÍCIBUS, 1988. Adaptado.)

A tabela 3 avalia o rebanho existente no ano 3688 a.C., em termos de vaca.

Tabela 3 – Inventário do rebanho com equivalência em vacas

Animais	Ano de 3688 a.C.	Unid. Equiv.	Equivalência
	Dia da 3.ª lua cheia		
Cabras	1 155	11	105
Vacas	380	1	380
Carneiros	40	10	4
Total de unidades equivalentes a vacas			489

(IUDÍCIBUS, 1988, p. 20, Adaptado.)

Processos de análise

Processo pode ser entendido como uma técnica para analisar as demonstrações e serão vistos três desses processos de análise.

O primeiro é denominado método das diferenças absolutas e é usado para possibilitar a elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos. Os outros dois destacados por Franco (1989, p. 97) são:

1. Determinação da porcentagem de cada conta ou grupo de contas em relação ao seu conjunto (coeficientes), chamada por alguns de análise vertical.
2. Comparação entre componentes do conjunto em sucessivos períodos (índices), chamada por alguns de análise horizontal.

Método das diferenças absolutas

Esse método consiste em comparar duas situações de cada vez, apurando suas diferenças absolutas entre valores monetários de uma mesma conta, ou de grupo de contas, e não pode ser adotado em regimes inflacionários, uma vez que grandezas monetárias de datas diferentes, sem levar em conta a deterioração da moeda, não permitem comparabilidade entre si. Exemplo desse método se encontra na tabela 4.

Tabela 4 – Método das diferenças absolutas

Balanços Patrimoniais da Cia. Absoluta				
Contas	2001	2002	Variações	
			Origens	Aplicações
Ativo Circulante	R$500,00	R$600,00		R$100,00
Caixa	R$100,00	R$120,00		R$20,00
Duplicatas a Receber	R$400,00	R$480,00		R$80,00
Ativo não Circulante	R$650,00	R$790,00		R$140,00
Imobilizado	R$600,00	R$720,00		R$120,00
Intangível	R$50,00	R$70,00		R$20,00
Ativo Total	R$1.150,00	R$1.390,00		R$240,00
Passivo Circulante	R$355,00	R$392,00	R$37,00	
Fornecedores	R$300,00	R$320,00	R$20,00	
Contas a Pagar	R$55,00	R$72,00	R$17,00	
Patrimônio Líquido	R$795,00	R$998,00	R$203,00	
Capital	R$700,00	R$700,00	R$0,00	
Reservas de Capital	R$95,00	R$298,00	R$203,00	
Passivo + PL total	R$1.150,00	R$1.390,00	R$240,00	

José Laudelino Azzolin.

Análise vertical

A análise vertical, também denominada análise de estrutura, ou método de percentagens verticais, consiste em determinar a participação percentual dos diversos elementos que compõem as demonstrações financeiras com relação ao total de que é parte. O instrumento de comparação é um coeficiente ou percentual. Busca-se saber quanto uma parte representa do todo, como quanto por cento cada conta do ativo constante da tabela 5 representa do ativo total.

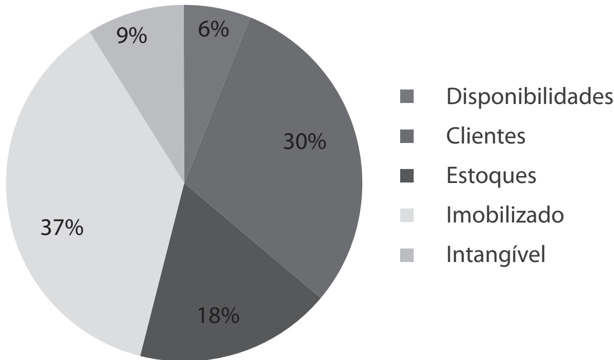
Tabela 5 – Contas do ativo

Ativo	
Disponibilidades	R$150,00
Clientes	R$800,00
Estoques	R$500,00
Imobilizado	R$1.000,00
Intangível	R$250,00
Total	**R$2.700,00**

José Laudelino Azzolin.

Graficamente, os percentuais de cada conta sobre o ativo total constam no gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação de cada conta do ativo no total do ativo



José Laudelino Azzolin.

Segundo Fernandes (1997, p. 66), análise vertical:

> [...] é o processo que objetiva a medição percentual de cada componente em relação ao total de que faz parte. A proporção de cada parte em relação ao total é definida mediante aplicação da regra de três simples. A determinação da porcentagem de cada elemento patrimonial em relação ao conjunto indica o coeficiente dos diversos grupos patrimoniais, fornecendo, assim, ideia precisa de distribuição dos valores no conjunto patrimonial.
>
> É importante saber a porcentagem de cada grupo em relação ao total, pois, por meio dessa análise, podemos aquilatar se há excesso de imobilização, insuficiência de capitais ou de disponibilidades, excesso de determinada despesa etc.

Retornando-se ao inventário do rebanho da tabela 1, constata-se que o rebanho, relativamente ao ano de 3689 a.C., é composto de 1 450 reses. Desse total de reses (1 100 + 300 + 50), percentualmente, quantas são cabras? A resposta será:

1 450 ——— 100%

1 100 ——— X

X = (1 100 . 100%) / 1 450 = 75,86% (arredondados) é proporção do número das cabras sobre o número total das reses.

Vê-se, portanto, que o total é representado pela percentagem 100% (cem por cento) e, pela análise vertical, calcula-se a proporção de cada item em relação ao total. Veja um exemplo com valores monetários referentes a contas patrimoniais:

Estrutura do ativo		
Partes	Ativo Circulante	R$30.000,00
	Ativo Realizável a Longo Prazo	R$15.000,00
	Ativo Imobilizado	R$41.000,00
Total	Ativo Total	R$86.000,00

José Laudelino Azzolin.

Os cálculos relativos à análise vertical serão os seguintes:

- Proporção do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total:

  R$86.000,00 ——— 100%

  R$30.000,00 ——— X

  X = (R$30.000,00 . 100%) / R$86.000,00 = 34,88% (arredondados)

- Proporção do Ativo Realizável a Longo Prazo em relação ao Ativo Total:

  R$86.000,00 ——— 100%

  R$15.000,00 ——— X

  X = (R$15.000,00 . 100%) / R$86.000,00 = 17,44% (arredondados)

- Proporção do Ativo Imobilizado em relação ao Ativo Total:

  R$86.000,00 ——— 100%

  R$41.000,00 ——— X

  X = (R$41.000,00 . 100%) / R$86.000,00 = 47,67% (arredondados)

Para análise da demonstração do resultado, a relação é estabelecida entre o valor da receita líquida, representada por 100% (cem por cento) e cada item de custo ou despesa que faz parte da demonstração. Veja um exemplo com valores monetários referentes a contas de resultado:

Estrutura da Demonstração do Resultado		
Total	Receita Líquida de Vendas	R$120.000,00
Partes	Custo dos produtos vendidos	R$55.000,00
	Despesas com Vendas	R$10.000,00
	Despesas Administrativas	R$12.000,00
	(=) Lucro	R$43.000,00

José Laudelino Azzolin.

Os cálculos relativos à análise vertical serão os seguintes:

- Proporção do custo dos produtos vendidos em relação à receita líquida de vendas:

  R$120.000,00 ——— 100%

  R$55.000,00 ——— X

  X = (R$55.000,00 . 100%) / R$120.000,00 = 45,83% (arredondados)

- Proporção das Despesas com Vendas em relação à Receita Líquida de Vendas:

  R$10.000,00 ——— 100%

  R$120.000,00 ——— X

  X = (R$10.000,00 . 100%) / R$120.000,00 = 8,33% (arredondados)

- Proporção das Despesas Administrativas em relação à Receita Líquida de Vendas:

  R$12.000,00 ——— 100%

  R$120.000,00 ——— X

  X = (R$12.000,00 . 100%) / R$120.000,00 = 10%

- Proporção do Lucro em relação à Receita Líquida de Vendas:

  R$43.000,00 ——— 100%

  R$120.000,00 ——— X

  X = (R$43.000,00 . 100%) / R$120.000,00 = 36% (arredondados)

A análise vertical pode ser sintética ou analítica. É sintética quando é tomada a participação de cada conta em relação ao total de todos os grupos, por exemplo quando se divide o ativo circulante pelo total do ativo. É analítica quando se toma o valor de cada conta e se calcula quanto ela representa do total de seu grupo, como quando se divide a conta clientes pelo ativo circulante. Segue exemplo apresentado na tabela 6:

Tabela 6 – Exemplo de análise vertical sintética e analítica

Estrutura do Ativo			Sintética	Analítica
Ativo Circulante		R$30.000,00	34,88%	100,00%
Clientes	R$18.000,00			60,00%
Estoques	R$12.000,00			40,00%
Ativo Realizável LP		R$15.000,00	17,44%	
Ativo Imobilizado		R$41.000,00	47,67%	100,00%
Máquinas	R$30.000,00			73,17%
Veículos	R$11.000,00			26,83%
Ativo Total		R$86.000,00	100,00%	

Assim, a conta de clientes e de estoques correspondem, respectivamente, a 60% e a 40% do ativo circulante (analítica) que, por sua vez, corresponde a 34,88% do ativo total (sintética).

Da mesma forma, máquinas e veículos correspondem, respectivamente, a 73,17% e a 26,83% do ativo imobilizado (analítica) que, por sua vez, corresponde a 47,67% do ativo total (sintética).

Análise horizontal

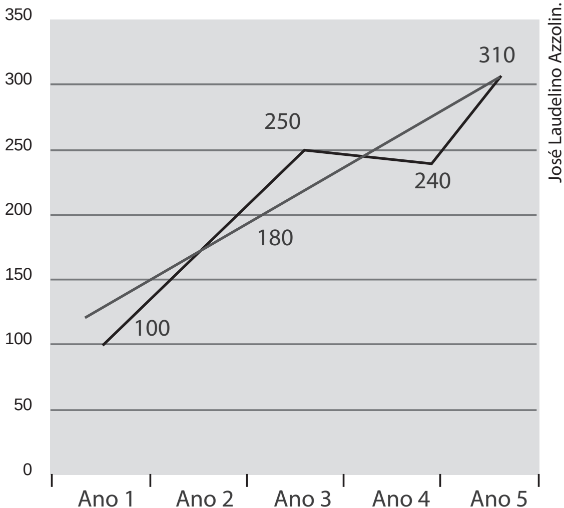
A análise horizontal, também denominada análise de evolução, ou método de percentagens horizontais, consiste em verificar a evolução, através do tempo, dos diversos itens que compõem as demonstrações financeiras. A análise horizontal permite, em consequência, avaliar o crescimento ou a diminuição dos componentes das demonstrações financeiras através de uma série histórica (vários períodos), como o valor dos lucros obtidos pela empresa em cinco anos, descritos na tabela 7.

Tabela 7 – Valores de lucros de 5 anos

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
R$100,00	R$180,00	R$250,00	R$240,00	R$310,00

José Laudelino Azzolin.

O gráfico 2 demonstra a evolução dos lucros apontados na tabela 7.



Segundo Fernandes (1997, p. 67), a análise horizontal

> [...] corresponde ao estudo das variações ocorridas, em períodos de tempos consecutivos, nos itens que compõem esses demonstrativos.

Adota-se o índice 100 (cem) como representativo dos valores monetários do ano que serve para confronto com os valores dos demais períodos.

Pela regra de três simples, calculam-se os índices correspondentes aos períodos que serão confrontados com o período-base. Dependendo da utilidade, face ao objetivo da análise, pode-se calcular a AH alternada, ou seja, considerando-se o ano imediatamente anterior como base.

Esse tipo de análise tem por objetivo a apreciação da evolução dos componentes patrimoniais ou de resultado em determinada série de exercícios. Presta-se, também, à análise prospectiva do patrimônio ou de resultado no horizonte temporal, permitindo a avaliação das perspectivas econômicas e financeiras da entidade.

A razão principal da utilização de números-índices, nesse tipo de análise, é a facilidade que esse sistema proporciona para a observação do crescimento dos saldos das contas componentes dos demonstrativos.

Retornando-se ao inventário do rebanho da tabela 1 constata-se que o rebanho, quando comparados os anos de 3689 a.C. e de 3688 a.C., sofreu alterações no número de reses. A questão "qual foi a evolução do rebanho?" será respondida utilizando o método da análise horizontal.

Para o cálculo, adota-se o índice 100 como representativo do ano que serve de base (3689 a.C.)[1] para confrontação com o ano seguinte (3688 a.C.). Pela regra de três, simples e direta, calculam-se os índices do ano que é comparado com o ano-base.

[1] É importante observar que, em se tratando de antes de Cristo (a.C.), o ano anterior é o maior, tendo em vista que essa série de anos vai chegar ao ano 1, que é o do nascimento de Cristo.

Os cálculos relativos à análise horizontal são os seguintes:

Rebanho de cabras:

1 100 ——— 100%

1 155 ——— X

X = (1 155 . 100%) / 1 100 = 105, ou seja, no ano de 3688 a.C., o rebanho de cabras é 105% maior que no ano 3689 a.C., ou seja, teve uma evolução de 5%, como pode ser visto na tabela 8.

Rebanho de vacas:

300 ——— 100%

380 ——— X

X = (380 . 100%) / 300 = 126,67 ou seja, no ano de 3688 a.C., o rebanho de vacas é 126,67% maior que no ano 3689 a.C., ou seja, teve uma evolução de 26,67%, como pode ser visto na tabela 8.

Rebanho de carneiros:

50 ——— 100%

40 ——— X

X = (40 . 100%) / 50 = 80,00 ou seja, no ano de 3688 a.C., o rebanho de carneiros teve uma involução de 20,00%, como pode ser visto na tabela 8.

Tabela 8 – Evolução (análise horizontal) do rebanho

Animais	Ano de 3689 a.C.	Ano de 3688 a.C.	Análise horizontal	Evolução
	Dia da 3.ª lua cheia	Dia da 3.ª lua cheia		
Cabras	1 100	1 155	105	5,00%
Vacas	300	380	126,7	26,67%
Carneiros	50	40	80,0	–20,00%

(IUDÍCIBUS, 1998, p. 20. Adaptado.)

Como se observa comparando os dois anos e os totais de cabras, vacas e carneiros houve:

- um aumento de 55 cabeças de cabras, equivalente a 5%, ou seja, o rebanho de cabras é 105% maior de um ano para o outro;
- um aumento de 80 cabeças de vacas, equivalente a 26,67%, ou seja, o rebanho de vacas é 126,7% maior de um ano para o outro;
- uma redução de 10 carneiros, representando uma diminuição de 20%, ou seja, o rebanho de carneiros representa 80% se comparado com o ano anterior.

Análises vertical e horizontal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado

A seguir são apresentados os balanços patrimoniais (tabela 9) e as demonstrações de resultado (tabela 10) da Cia. Hipotética.

Tabela 9 – Balanços patrimoniais com análise horizontal e vertical

Balanço Patrimonial da Cia. Hipotética			Evolução	Estrutura	
Contas	**2001**	**2002**	**AH 02/01**	**AV 01**	**AV 02**
Ativo Circulante	**R$30.000,00**	**R$33.545,00**	11,82%	42,86%	45,33%
Disponibilidades	R$2.000,00	R$2.000,00	0,00%	2,86%	2,70%
Clientes	R$8.500,00	R$9.775,00	15,00%	12,14%	13,21%
(–) Prov. devedores duvidosos	(R$500,00)	(R$510,00)	2,00%	-0,71%	-0,69%

José Laudelino Azzolin.

Balanço Patrimonial da Cia. Hipotética			Evolução	Estrutura	
Estoques	R$20.000,00	R$22.280,00	11,40%	28,57%	30,11%
Produtos elaborados	R$14.000,00	R$15.680,00	12,00%	20,00%	21,19%
Produtos em elaboração	R$2.000,00	R$1.800,00	-10,00%	2,86%	2,43%
Matéria-prima	R$4.000,00	R$4.800,00	20,00%	5,71%	6,49%
Ativo não Circulante	**R$40.000,00**	**R$40.455,00**	1,14%	57,14%	54,67%
Ativo realizável a longo prazo	R$2.500,00	R$2.655,00	6,20%	3,57%	3,59%
Investimentos	R$3.000,00	R$3.300,00	10,00%	4,29%	4,46%
Imobilizado	R$27.500,00	R$28.000,00	1,82%	39,29%	37,84%
Imobilizações técnicas	R$30.700,00	R$32.000,00	4,23%	43,86%	43,24%
(–) Depreciação acumulada	(R$3.200,00)	R$(4.000,00)	25,00%	-4,57%	-5,41%
Intangível	R$7.000,00	R$6.500,00	-7,14%	10,00%	8,78
Ativo Total	**R$70.000,00**	**R$74.000,00**	5,71%	100,00%	100,00%
Passivo Circulante	**R$23.600,00**	**R$28.200,00**	19,49%	33,71%	38,11%
Fornecedores	R$11.100,00	R$12.000,00	8,11%	15,86%	16,22%
Empréstimos a pagar	R$10.000,00	R$9.000,00	-10,00%	14,29%	12,16%
Contas a pagar	R$2.500,00	R$7.200,00	188,00%	3,57%	9,73%
Passivo não Circulante	**R$11.400,00**	**R$9.800,00**	-14,04%	16,29%	13,24%
Financiamentos no exterior	R$10.000,00	R$6.000,00	-40,00%	14,29%	8,11%
Financiamentos nacionais	R$1.400,00	R$3.800,00	171,43%	2,00%	5,14%
Patrimônio Líquido	R$35.000,00	R$**36.000,00**	2,86%	50,00%	48,65%
Capital Social	R$30.000,00	R$25.000,00	-16,67%	42,86%	33,78%
Reservas de Lucros	R$5.000,00	R$11.000,00	120,00%	7,14%	14,86%
Passivo + PL totais	**R$70.000,00**	**R$74.000,00**	5,71%	100,00%	100,00%

Tabela 10 – Demonstrações do resultado com análise horizontal e vertical

Demonstração do resultado da Cia. Hipotética			Evolução	Estrutura	
Contas	2001	2002	AH 02/01	AV 01	AV 02
Faturamento bruto	R$120.000,00	R$140.000,00	16,67%	100,00%	100,00%
(–) IPI faturado	(R$12.000,00)	(R$12.800,00)	6,67%	10,00%	9,14%
(=) Receita bruta de vendas	R$108.000,00	R$127.200,00	17,78%	100,00%	100,00%

José Laudelino Azzolin.

Demonstração do resultado da Cia. Hipotética			Evolução	Estrutura	
Contas	2001	2002	AH 02/01	AV 01	AV 02
ICMS + PIS + Cofins	(R$20.520,00)	(R$27.984,00)	36,37%	19,00%	22,00%
(=) Receita líquida de vendas	R$87.480,00	R$99.216,00	13,42%	81,00%	78,00%
Serviços vendidos	(R$43.200,00)	(R$50.880,00)	17,78%	40,00%	40,00%
(=) Lucro bruto	R$44.280,00	R$48.336,00	9,16%	41,00%	38,00%
(–) Despesas operacionais	(R$22.788,00)	(R$23.864,00)	4,72%	21,10%	18,76%
Despesas com vendas	R$13.122,00	R$13.253,00	1,00%	12,15%	10,42%
Resultado financeiro líquido	R$6.124,00	R$5.511,00	90,00%	5,67%	4,33%
Despesas administrativas	R$3.542,00	R$5.100,00	43,97%	3,28%	4,01%
(=) Lucro operacional	R$21.492,00	R$24.472,00	13,86%	19,90%	19,24%
(–) Outras despesas	(R$2.600,00)	(R$3.200,00)	23,08%	2,41%	2,52%
(=) Resultado antes dos tributos	R$18.892,00	R$21.272,00	12,60%	17,49%	16,72%
(–) Provisão de tributos	(R$4.534,00)	(R$5.105,00)	12,53%	4,20%	4,01%
Imposto de renda pes. jurídica	R$2.834,00	R$3.191,00	12,60%	2,62%	2,51%
Cont. social s/ lucro	R$1.700,00	R$1.914,00	12,59%	1,57%	1,50%
(=) Lucro líquido exercício	R$14.358,00	R$16.166,00	12,59%	13,29%	12,71%
(÷) Número de ações	100 000	100 000	0,00%	92,59%	78,62%
(=) Lucro por ação	0,1435792	0,1616637	12,60%	0,00%	0,00%

Conclusão

Neste capítulo verificou-se, através de uma revisão da literatura, que um analista pode utilizar três métodos para o exame das demonstrações contábeis: diferenças absolutas, análise vertical e análise horizontal.

No método das diferenças absolutas se compara duas situações de cada vez, determinando as diferenças absolutas entre os valores monetários de uma mesma conta ou de um mesmo grupo de contas.

Na análise vertical, também denominada análise de estrutura ou método de percentagens verticais, relacionam-se valores de contas com o montante do respectivo grupo ou grupos de contas com os valores da soma de todos os grupos. Essa análise permite conhecer a composição percentual de cada um dos elementos patrimoniais.

A análise horizontal, também denominada análise de evolução ou método de percentagens horizontais, determina a tendência de valores absolutos ou relativos das diversas grandezas monetárias, apurando-se o percentual de crescimento ou diminuição dos valores das contas confrontando pelos menos dois períodos.

Ampliando seus conhecimentos

Análise do endividamento e liquidez de empresas por meio de um sistema especialista difuso

(FASSINA, 2006)

Principais técnicas de análise de balanços na visão tradicional

A análise de balanços tem como objetivo melhorar as informações compiladas nas demonstrações contábeis, para disponibilizar melhores bases aos tomadores de decisões. Para Matarazzo (1998, p. 17), "a análise de balanços objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para tomada de decisões".

Esse processo tem como contribuição, aos tomadores de decisões, fornecer informações sintetizadas e simplificadas, reduzindo o volume de dados produzidos e inseridos nas demonstrações contábeis, relativas à situação do passado, possibilitando projeção para o futuro. Para Assaf Neto (2002, p. 48), "a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras".

A estrutura contábil tem toda uma sequência ordenada. A partir da coleta dos fatos econômicos e financeiros, registra-se contabilmente esses fatos, levantando as demonstrações contábeis, seguido-se das técnicas de análise de balanços contemplando as informações para tomada de decisões. Essa cadeia

sucessiva de construção de informações econômicas e financeiras tem como objetivo resumir, simplificar e facilitar o excesso de informações contábeis, convertendo-os em indicadores gerenciais. A figura 1 ilustra essa ideia.

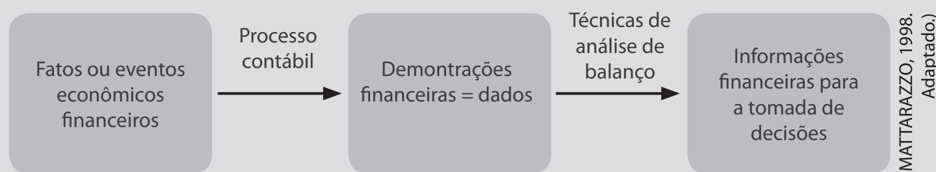


Figura 1 – Sequência do processo contábil.

Observa-se, por meio da figura 1, que a contabilidade executa sua função de registrar, controlar e informar, destacando que a análise de balanços começa exatamente após a elaboração das demonstrações contábeis. A análise de balanços é uma etapa e um produto complementar à estrutura da informação contábil. Conforme Silva (2004), a análise financeira de uma empresa consiste nas atividades de coletar, conferir, preparar, processar, analisar e concluir sobre os dados extraídos da contabilidade.

Para Silva (2004, p. 27), a conclusão é a fase mais importante da análise:

> Consiste em identificar, ordenar, destacar e escrever sobre os principais pontos e recomendações acerca da empresa. Não basta ser um bom analista, é preciso saber expor seu parecer em linguagem simples, clara e consistente, de modo que o usuário da análise, pela leitura do relatório, conheça a empresa e possa tomar decisão sobre a mesma.

Conforme Matarazzo (1998, p. 19), "o contador procura captar, organizar e compilar dados". O analista desenvolve a análise de balanços para expedir informações, destacando se a empresa está sendo bem administrada, merece ou não créditos, têm ou não condições de pagar suas dívidas, têm evolução positiva ou negativa, é lucrativa ou não, irá falir ou continuar suas atividades.

Quanto mais consistentes e fidedignas forem as demonstrações contábeis, melhor será a análise de balanços, pois esta dependente daquela. Para Assaf Neto (2002, p. 49), "a análise de balanços é fundamentalmente dependente da qualidade das informações (exatidão dos valores registrados, rigor nos lançamentos e princípios contábeis adotados etc.) e do volume de informações disponíveis ao analista".

Desta forma, aplicam-se algumas técnicas para análise das demonstrações contábeis, apresentadas por diferentes autores, e que se encontram relacionadas a seguir. Iudícibus (1998) e Marion (2005) apresentam as seguintes técnicas:

- índices financeiros (ou índices financeiros e econômicos);
- análise horizontal e vertical;
- análise da demonstração das origens e aplicações de recursos;
- análise da taxa de retorno sobre investimento (margem de lucro *versus* giro do ativo).

Matarazzo (1998) afirma que as técnicas de análise de balanços possibilitam grande número de informações sobre as empresas, as quais são relacionadas abaixo:

- análise através de índices;
- análise vertical e horizontal;
- análise do capital de giro;
- modelos de análise de rentabilidade – análise do ROI – análise da alavancagem;
- análise das demonstrações das origens e aplicações de recursos e fluxo de caixa;
- análise prospectiva.

Assaf Neto (2002) relaciona, como principais técnicas de análise de balanços, as seguintes:

- análise vertical e horizontal;
- indicadores econômicos e financeiros;
- diagrama de índices.

Por sua vez, Gitman (2005) aponta duas técnicas para uma análise completa de balanços:

- análise através dos índices financeiros;
- sistema de análise DuPont.

Pela revisão da literatura, os autores relacionados foram unânimes e apontaram os índices econômicos e financeiros como a técnica de análise mais conhecida e empregada.

Tanto Matarazzo (1998) quanto Iudícibus (1998) e Marion (2005) consideram os índices como instrumentos úteis para avaliar a saúde das empresas.

Atividades de aplicação

1. Realize a análise vertical sintética e analítica do balanço da Cia. Alfa.

Balanço patrimonial da Cia. Alfa	
Ativo Circulante	**R$112.000,00**
Caixa e Bancos	R$20.000,00
Duplicatas a receber	R$50.000,00
Estoques	R$42.000,00
Ativo não Circulante	**R$80.000,00**
Investimentos	R$20.000,00
Imobilizado	R$40.000,00
Intangível	R$20.000,00
Ativo Total	**R$192.000,00**
Passivo Circulante	**R$61.000,00**
Fornecedores	R$50.000,00
Contas a pagar	R$10.000,00
Financiamentos	R$1.000,00
Patrimônio Líquido	**R$131.000,00**
Capital	R$110.000,00
Reservas	R$21.000,00
Passivo Total	**R$192.000,00**

2. Realize a Análise Horizontal dos Balanços da Cia. Alfa.

Balanço Patrimonial da Cia. Alfa		
Contas	Ano 1	Ano 2
Ativo Circulante	**R$112.000,00**	**R$130.900,00**
Caixa e Bancos	R$20.000,00	R$18.000,00
Duplicatas a receber	R$50.0000,00	R$62.500,00
Estoques	R$42.000,00	R$50.400,00
Ativo não Circulante	**R$80.000,00**	**R$78.000,00**
Investimentos	R$20.000,00	R$20.000,00
Imobilizado	R$40.000,00	R$38.000,00

Balanço Patrimonial da Cia. Alfa		
Contas	**Ano 1**	**Ano 2**
Intangível	R$20.000,00	R$20.000,00
Ativo Total	**R$192.000,00**	**R$208.900,00**
Passivo Circulante	**R$61.000,00**	**R$68.700,00**
Fornecedores	R$50.000,00	R$57.500,00
Contas a pagar	R$10.000,00	R$11.000,00
Financiamentos	R$1.000,00	R$200,00
Patrimônio Líquido	**R$131.000,00**	**R$140.200,00**
Capital	R$110.000,00	R$115.500,00
Reservas	R$21.000,00	R$24.700,00
Passivo Total	**R$192.000,00**	**R$208.900,00**

3. Após verificar a demonstração do resultado da Cia. Beta a seguir:

Contas	Valor
Receita de Vendas	R$110.000,00
(–) Tributos	(R$10.000,00)
(=) Receita Líquida	R$100.000,00
(–) Custo da Mercadoria Vendida	(R$40.000,00)
(=) Lucro Bruto	R$60.000,00
(–) Despesas Operacionais	(R$25.000,00)
(=) Lucro Operacional	R$35.000,00
(–) Tributos sobre resultado	(R$7.000,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R$28.000,00

Responda às seguintes questões:

a) Qual é o percentual do Lucro Líquido em relação à Receita Líquida?

b) Qual é o percentual das Despesas Operacionais em relação à Receita Líquida?

c) Qual é o percentual do Lucro Bruto em relação à Receita de Vendas?

d) Qual é o percentual do Lucro Líquido do Exercício em relação à Receita de Vendas?

Referências

BRASIL. **Lei 556**, de 25 de Junho de 1850. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em: 25 nov. 2010.

______. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. **Contabilidade Básica**. São Paulo: USP, 1966.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 774**, de 16 de dezembro de 1994. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_774.doc>. Acesso em: 24 nov. 2010.

FASSINA, Paulo Henrique. **Análise do endividamento e liquidez de empresas por meio de um sistema especialista difuso**. Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. 2006. Disponível em: <http://proxy.furb.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-05-17T102314Z-290/Publico/Diss%20Paulo%20Henrique%20Fassina.pdf>. Acesso em: 28 out. 2010.

FERNANDES, Pedro Onofre. Análise de balanços no setor público: em que consiste a análise de balanços e qual a sua importância para o setor público? **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano 26, n. 108, p. 60-68, nov./dez. 1997.

FLORENTINO, Américo Matheus. **Análise Contábil**. Rio de Janeiro: FGV, 1.974.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**: de acordo com a nova Lei das S.A. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GÊNESIS. *In*: BÍBLIA Sagrada. Antigo Testamento. Tradução de: FIGUEIREDO, Pe. Antonio Pereira. Rio de Janeiro: Encyclopédia Britânica, 1980. Edição Ecumênica.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica**: uma introdução à prática contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Gabarito

1.

Balanço Patrimonial da Cia. Alfa		AV Analítica	AV Sintética
Ativo Circulante	**R$112.000,00**	100,00%	58,33%
Caixa e Bancos	R$20.000,00	17,86%	10,42%
Duplicatas a receber	R$50.000,00	44,64%	26,04%
Estoques	R$42.000,00	37,50%	21,88%
Ativo não Circulante	**R$80.000,00**	100,00%	41,67%
Investimentos	R$20.000,00	25,00%	10,42%
Imobilizado	R$40.000,00	50,00%	20,83%
Intangível	R$20.000,00	25,00%	10,42%
Ativo Total	**R$192.000,00**		100,00%
Passivo Circulante	**R$61.000,00**	100,00%	31,77%
Fornecedores	R$50.000,00	81,97%	26,04%
Contas a pagar	R$10.000,00	16,39%	5,21%
Financiamentos	R$1.000,00	1,64%	0,52%
Patrimônio Líquido	**R$131.000,00**	100,00%	68,23%
Capital	R$110.000,00	83,97%	57,29%
Reservas	R$21.000,00	16,03%	10,94%
Passivo Total	**R$192.000,00**		100,00%

2.

Balanço Patrimonial da Cia. Alfa			
Contas	Ano 1	Ano 2	AH Ano 2
Ativo Circulante	**R$112.000,00**	**R$130.900,00**	116,9
Caixa e Bancos	R$20.000,00	R$18.000,00	90,0
Duplicatas a receber	R$50.000,00	R$62.500,00	125,0
Estoques	R$42.000,00	R$50.400,00	120,0
Ativo não Circulante	**R$80.000,00**	**R$78.000,00**	97,5

Balanço Patrimonial da Cia. Alfa			
Contas	**Ano 1**	**Ano 2**	**AH Ano 2**
Investimentos	R$20.000,00	R$20.000,00	100,0
Imobilizado	R$40.000,00	R$38.000,00	95,0
Intangível	R$20.000,00	R$20.000,00	100,0
Ativo Total	**R$192.000,00**	**R$208.900,00**	108,8
Passivo Circulante	**R$61.000,00**	**R$68.700,00**	112,6
Fornecedores	R$50.000,00	R$57.500,00	115,0
Contas a pagar	R$10.000,00	R$11.000,00	110,0
Financiamentos	R$1.000,00	R$200,00	20,0
Patrimônio Líquido	**R$131.000,00**	**R$140.200,00**	107,0
Capital	R$110.000,00	R$115.500,00	105,0
Reservas	R$21.000,00	R$24.700,00	117,6
Passivo Total	**R$192.000,00**	**R$208.900,00**	108,8

3.

a) R$28.000,00 / R$100.000,00 = 28,00%

b) R$25.000,00 / R$100.000,00 = 25,00%

c) R$60.000,00 / R$110.000,00 = 54,55%

d) R$28.000,00 / R$110.000,00 = 25,45%



Análise financeira

Introdução

A análise financeira surgiu quando profissionais da área contábil perceberam que o balanço patrimonial e outras demonstrações eram o caminho para se obter informações sobre os fatos patrimoniais.

A análise financeira diz respeito ao grau de solvência da empresa, à sua estrutura patrimonial e à velocidade com que os elementos patrimoniais se renovam.

A solvência é analisada mediante o cálculo dos quocientes de liquidez que procuram evidenciar a capacidade de pagamento da empresa no curtíssimo, no curto e no longo prazo.

Na análise da estrutura patrimonial procura-se retratar as origens entre si, relacionando o capital próprio com capital de terceiros para determinar, principalmente, o grau de endividamento da empresa.

A velocidade na renovação dos componentes patrimoniais circulantes influencia tanto a liquidez como a rentabilidade da empresa e, por isso, o cálculo e a análise dos indicadores de velocidade ou rotatividade são de muita importância.

É necessário relevar, também, o cálculo do capital de giro necessário para que a empresa realize seu ciclo operacional, pois a tomada de empréstimos para manutenção do capital de giro, além de comprometer a liquidez, influencia o resultado das empresas.

Análise por quocientes

A análise por quocientes consiste em verificar a situação econômico-financeira por meio da relação existente entre os componentes das demonstrações financeiras e das informações internas da empresa.

Quociente, de acordo com Franco (1989, p. 144), "é o resultado da comparação entre dois componentes do conjunto. Não se confunde, pois, com coeficiente, que é a porcentagem de um componente em relação ao conjunto".

Realizando uma revisão de literatura sobre o tema constata-se que os diversos autores usam índice, quociente ou indicadores, ou, em muitos casos, consideram que as expressões são sinônimas.

Para Iudícibus (1995, p. 81) é quociente, pois "a análise e a interpretação de balanços têm se valido do expediente de calcular uma série de quocientes, relacionando as mais variadas contas do balanço e do demonstrativo operacional, procurando atribuir um significado aos resultados de tais cálculos".

Para Matarazzo (1995, p. 154) é índice, ao alertar que "o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada na análise".

O quociente é utilizado quando se analisa dois valores heterogêneos e se busca avaliar a proporção de um sobre o outro. De acordo com Walter (1978, p. 119), "a análise por quociente visa estabelecer a relação entre dois valores heterogêneos, indicando quantas vezes um contém o outro". Dessa forma, necessita-se, pelo menos, de duas quantidades, uma aparecendo no numerador e outra no denominador da razão, de modo a estabelecer quantas vezes o numerador está contido no denominador.

De acordo com Silva (2007), designar o quociente de índice

> foge da terminologia lógica: um quociente é uma relação, e um índice é uma comparação entre dados de períodos diferentes; no ponto de vista contábil, um quociente pode se tornar um índice, porém aquele não é igual a este; a natureza de um apesar de influenciar a do outro, não permite que se afirme a igualdade.

Elementos necessários à análise

Para se promover a análise das demonstrações financeiras de uma empresa é necessário que o analista tenha acesso a alguns elementos:

- relatório do conselho de administração e do conselho fiscal;
- demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido (ou de-

monstração de lucros e/ou prejuízos acumulados), demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e as notas explicativas às demonstrações contábeis;

- parecer dos auditores independentes;
- informações de uso interno, como volume de vendas à vista e a prazo, volume de compras à vista e a prazo, níveis de estoques etc.;
- informações externas para determinar a situação de empresas do mesmo setor econômico, situações de mercado etc.;
- livros fiscais.

A demonstração mais importante para a análise financeira é o balanço patrimonial. As alterações ocorridas na estrutura do balanço patrimonial determinadas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 diminuíram a necessidade de se promover uma quantidade enorme de reclassificações de contas dessa demonstração, para fins de análise.

A análise financeira é realizada por meio de indicadores estáticos e patrimoniais e de atividades (também chamados de velocidade), formados pela conjugação entre elementos patrimoniais e de resultado.

Os principais indicadores para a promoção da análise financeira são:

- solvência:
  - liquidez geral;
  - liquidez corrente;
  - liquidez seca;
  - liquidez imediata;
- estrutura patrimonial:
  - imobilização do ativo não circulante;
  - composição do endividamento;
  - endividamento geral;
  - capital de terceiros em relação ao capital próprio;

- de atividade:
  - prazo médio de estocagem;
  - prazo médio de recebimento das duplicatas a receber;
  - prazo médio de pagamento de compras;
  - posicionamento relativo;
  - posicionamento de atividade.

Reclassificação de contas para fins de análise

Com a nova estrutura do balanço patrimonial decorrente da edição das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, a necessidade de reclassificar as contas foi minimizada. Algumas contas, porém, devem ser reclassificadas para se promover a análise, como as contas descritas a seguir.

No ativo circulante, encontra-se um grupo de contas denominado despesas pagas antecipadamente, por exemplo a conta de seguros antecipados que não se refere ao exercício social encerrado, mas a exercícios futuros, cuja ativação decorre da adoção do regime de competência. Os seguros antecipados são classificados no ativo por representarem direito. A empresa que pagou o seguro, antecipadamente, tem o direito de ser ressarcida na ocorrência de um caso fortuito, como no caso de roubo do automóvel. Esse direito, porém, é específico e dependente da ocorrência do fato. Essas contas, em decorrência, devem ser retiradas do ativo circulante, pois, na realidade, representam valores que não serão realizáveis, isto é, não se pode pagar obrigações com esses “direitos”.

No ativo circulante, deduzindo do valor de duplicatas a receber, é contabilizada a conta de duplicatas descontadas. Essa conta representa o montante das duplicatas negociadas junto a instituições financeiras. Como existe a corresponsabilidade pelo recebimento da duplicata que foi descontada quando do seu vencimento, ela deve ser reclassificada no passivo circulante por representar, potencialmente, uma obrigação.

Algumas contas do ativo podem ser fictícias, pois representam valores que estão registrados no balanço patrimonial, porém, de fato, são consideradas superavaliadas ou de valor fictício.

São superavaliados, por exemplo, os bens obsoletos e os que estão sem condições de uso ou invendáveis. São fictícios os valores que representam cheques sem fundo e duplicatas incobráveis e os depósitos judiciais realizados em decorrência de recursos fiscais e trabalhistas, por exemplo.

Antecedendo os cálculos dos quocientes é necessário, portanto, examinar todos os itens das demonstrações contábeis e reclassificar as contas para melhor espelhar a situação patrimonial da empresa.

Análise financeira

Para melhor compreender o significado dos indicadores financeiros, os quocientes são divididos em grupos homogêneos de análise. O primeiro dos grupos que se vai analisar é o da solvência, depois o da estrutura patrimonial e, por último, a velocidade na renovação dos componentes patrimoniais.

Solvência

Entende-se por solvência a capacidade que a empresa tem de efetuar o pagamento de suas obrigações. É necessário evidenciar que os indicadores de solvência, por refletirem uma posição estática, exigem cautela na sua interpretação, pois a análise contábil da solvência é bem mais complexa do que simples cálculos matemáticos.

Considere-se, por exemplo, que uma empresa possua direitos que se realizarão somente no segundo trimestre de determinado exercício e que as obrigações vençam no primeiro mês do primeiro trimestre. Como os indicadores de solvência exprimem uma posição financeira em dado momento, sem levar em consideração as datas de vencimento de pagamento ou recebimento, é necessário atentar para as limitações decorrentes dos cálculos. Os indicadores que medem a solvência da empresa são os quocientes de liquidez: geral, corrente, seca e imediata.

Periódicos especializados em análise de empresas não utilizam os quatro quocientes nas suas análises. O anuário do jornal *Valor Econômico* (2009), que divulga a análise econômico-financeira de mil empresas, utiliza a liquidez seca e a liquidez corrente. O anuário da revista *Exame* (2010), que publica o *ranking* das 500 maiores empresas brasileiras, utiliza a liquidez corrente e a liquidez geral.

Liquidez geral

A liquidez geral estuda a capacidade de a empresa pagar suas obrigações de curto e de longo prazo. Para isso, somam-se todos os valores que a empresa pode transformar em dinheiro no curto e longo prazo e, dividindo esse valor pelo total das obrigações de curto e de longo prazo, determina-se quanto a empresa possui de ativos para cada R$1,00 de passivos. Quanto maior for o quociente de liquidez geral melhor será a situação da empresa.

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo circulante + Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante + Passivo não circulante}}$$

Liquidez corrente

O quociente de liquidez corrente (ou comum) indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (correntes) utilizando os bens e direitos transformáveis em dinheiro no curto prazo. Esse quociente determina quanto a empresa tem em valores circulantes para cada R$1,00 de dívidas. Quanto maior for o quociente de liquidez corrente melhor será a situação da empresa.

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Liquidez seca

Os estoques e outras contas, como tributos a recuperar, não apresentam, normalmente, liquidez compatível com as demais contas do seu grupo patrimonial, pois sua realização pode ser bem mais demorada. Por isso, para extrair da análise de curto prazo a baixa liquidez dessas contas, criou-se o quociente de liquidez seca. Esse quociente determina quanto a empresa tem em valores circulantes, afastadas as dívidas de prazos de realização de estoque e de recuperação de tributos, para cada R$1,00 de dívidas. Quanto maior for o quociente de liquidez seca melhor será a situação da empresa.

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo circulante – Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$$

Liquidez imediata

Esse quociente é o menos importante e é obtido mediante a divisão dos valores disponíveis de imediato (caixa e bancos) pelo valor do passivo cir-

culante. Esse quociente determina quanto a empresa tem de disponibilidades para saldar, imediatamente, cada R$1,00 de dívidas. Atualmente, com a evolução do mercado de crédito, esse quociente tem pouca relevância, pois a empresa não mantém elevados valores em caixa em detrimento de aplicações na própria atividade. Dessa maneira, diferentemente dos demais quocientes de liquidez, onde quanto maior for o quociente melhor será a situação da empresa, o quociente de liquidez imediata, se elevado, pode representar ociosidade de recursos financeiros.

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo circulante}}$$

Exemplo de cálculo dos quocientes de liquidez

O balanço patrimonial da Cia. Ômega, encerrado em 31 de dezembro do ano 1, é composto das contas e saldos constantes do quadro 1.

Quadro 1 – Balanço patrimonial da Cia. Ômega de 31/12/X1

Ativo Circulante	**R$687.500,00**	**Passivo Circulante**	**R$464.500,00**
Disponibilidades	R$2.500,00	Fornecedores	R$400.000,00
Duplicatas a receber	R$25.000,00	Empréstimos bancários	R$45.000,00
(–) Prov. dev. duvid.	(R$10.000,00)	Contas a Pagar	R$19.500,00
Estoques	R$250.000,00	**Passivo não Circulante**	**R$164.000,00**
Ativo não Circulante	**R$420.000,00**	Financiamentos internos	R$64.000,00
Duplicatas a Receber	R$30.000,00	Financiamentos externos	R$100.000,00
Imobilizado	R$390.000,00	**Patrimônio Líquido**	**R$479.000,00**
Ativo Total	R$1.107.500,00	**Passivo + PL Total**	**R$1.107.500,00**

Cálculo do quociente de liquidez geral

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PNC} = \frac{R\$687.500,00 + R\$30.000,00}{R\$464.500,00 + R\$164.000,00} = 1,14$$

Cálculo do quociente de liquidez corrente

$$LC = \frac{AC}{PC} = \frac{R\$687.500,00}{R\$464.500,00} = 1,48$$

Cálculo do quociente de liquidez seca

$$LS = \frac{R\$687.500,00 - R\$250.000,00}{R\$464.500,00} = 0,94$$

Cálculo do quociente de liquidez imediata

$$LI = \frac{R\$2.500,00}{R\$464.500,00} = 0,00538$$

Análise dos quocientes de liquidez da Cia. Ômega

Ao promover a análise dos diversos quocientes calculados constata-se que a empresa não terá dificuldades em pagar suas obrigações.

No quociente de liquidez geral, quando se confronta o valor de todos os itens transformáveis em moeda com todos os valores exigíveis, verifica-se que para cada R$1,00 de obrigações a empresa tem R$1,14 de recursos disponíveis ou realizáveis.

Quando se confronta o valor dos itens transformáveis em moeda no curso do ano seguinte com as obrigações vencíveis no ano seguinte, a situação é ainda mais confortável, pois se verifica, por meio do cálculo do quociente de liquidez corrente, que para cada R$1,00 de obrigações a empresa tem R$1,48 de recursos disponíveis ou realizáveis.

Mesmo com a exclusão do valor do estoque, cuja realização é mais remota que as duplicatas a receber, verifica-se um quociente de liquidez seca muito próximo de 1. A empresa tem, para cada R$1,00 de exigível de curto prazo, R$0,94 de valores que podem ser disponibilizados sem realização de qualquer estoque, denotando-se, portanto, uma situação confortável.

O quociente de liquidez imediata teve grande importância quando o mercado financeiro e de capitais era restrito. Hoje, esse quociente não mais é importante.

Resumindo, a Cia. Ômega se apresenta em situação confortável relativamente à capacidade de solver seus compromissos.

Estrutura patrimonial

Os quocientes da estrutura patrimonial são utilizados para aferir a estrutura das origens de recursos, por isso, ilustram a forma pela qual os recursos de terceiros são utilizados pela empresa e fornecem elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro da empresa em relação aos credores e sua capacidade de cumprir seus compromissos financeiros. A relação dos recursos de terceiros e dos recursos próprios retrata a dependência do capital de terceiros por parte da empresa.

Ao realizar uma revisão da literatura é possível constatar em muitas obras inúmeros quocientes da estrutura patrimonial. Em outras, porém, como as de Assaf Neto (2010), Iudícibus (1995) e Gitman (2004) o número de indicadores para analisar a estrutura patrimonial é bem reduzido.

Periódicos especializados em análise de empresas acompanham o entendimento desses autores. O anuário do jornal *Valor Econômico* (2009) apresenta somente o quociente de imobilização de ativo não circulante/PL. O anuário da revista *Exame* (2010) utiliza somente o índice de endividamento a longo prazo (PNC/ativo total) e o índice de endividamento geral ((PC + PNC)/ativo total).

Por isso, serão analisados os quocientes constantes do quadro 2.

Quadro 2 – Quocientes de endividamento e de estrutura de capital

Quociente	Utilizado por
Imobilização do Ativo não Circulante	*Valor Econômico* (2009), Franco (1989)
Composição do Endividamento	*Exame* (2010), Franco (1989)
Endividamento Geral	*Exame* (2010), Iudícibus (2005), Assaf Neto (2010), Franco (1989)
Capital de terceiros em relação ao capital próprio.	Iudícibus (2005), Assaf Neto (2010), Franco (1989)

José Laudelino Azzolin.

Imobilização do ativo não circulante

O quociente de imobilização do ativo não circulante revela a porcentagem dos recursos próprios que estão imobilizados. Quanto maior for esse índice menor será a participação de capitais próprios no capital de giro da empresa e, em consequência, maior será a necessidade de a empresa ter que financiar suas operações (capital de giro) com recursos de terceiros.

$$\text{Imobilização do ANC} = \frac{\text{Ativo não circulante}}{\text{Patrimônio líquido}} \cdot 100\%$$

Composição do endividamento

O quociente de composição do endividamento representa a relação das exigibilidades e tem como objetivo identificar que percentual de dívidas da empresa corresponde às de curto prazo. As dívidas de curto prazo são utilizadas normalmente para financiar o ativo circulante e as de longo prazo para financiar o ativo não circulante. Uma proporção favorável seria a de maior participação de dívidas de longo prazo, propiciando mais tempo para que a empresa gere recursos que saldarão os compromissos.

$$\text{Composição do endividamento} = \frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \cdot 100\%$$

Endividamento geral

O quociente de participação do capital de terceiros sobre o total de recursos, também conhecido como grau de endividamento e por endividamento geral, é o quociente mais utilizado na análise da estrutura patrimonial e expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre todas as fontes de recursos. Endividamento é uma situação oposta à liquidez. Se o resultado for superior a 50% indica que a empresa utiliza mais capital de terceiros do que capital próprio e, de acordo com Gitman (2004, p. 51) “quanto mais alto for o valor desse índice, maior o grau de endividamento da empresa e mais elevado seu grau de alavancagem financeira”.

$$\text{Endividamento geral} = \frac{\text{Capital de terceiros (PC + PNC)}}{\text{Capital de terceiros} + \text{Capital próprio}} \cdot 100\%$$

Participação de capital de terceiros sobre capital próprio

A participação do capital de terceiros sobre o capital próprio é bastante significativa, pois evidencia se os recursos provenientes de terceiros superam os recursos originários dos acionistas.

$$\text{Garantia do capital de terceiros} = \frac{\text{Capital de terceiros (PC + PNC)}}{\text{Patrimônio líquido}} \,.\, 100\%$$

Exemplo de cálculo dos quocientes da estrutura de capital

O balanço patrimonial da Cia. Beta, encerrado em 31 de dezembro do ano 1, é composto das contas e saldos constantes do quadro 3.

Quadro 3 – Balanço patrimonial da Cia. Beta de 31/12/X1

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	**R$60.000,00**	**Passivo Circulante**	**R$55.000,00**
Ativo não Circulante	**R$70.000,00**	**Passivo não Circulante**	**R$25.000,00**
Realizável L.P.	R$30.000,00	**Patrimônio Líquido**	**R$50.000,00**
Imobilizado	R$40.000,00	Capital	R$50.000,00
Total do Ativo	**R$130.000,00**	**Total do Passivo**	**R$130.000,00**

José Laudelino Azzolin.

Cálculo da imobilização do ativo não circulante

$$\text{Imobilização do ANC} = \frac{\text{R\$70.000,00}}{\text{R\$50.000,00}} = 140{,}00\%$$

Cálculo da composição do endividamento

$$\text{Composição do endividamento} = \frac{\text{R\$55.000,00}}{\text{R\$55.000,00} + \text{R\$25.000,00}} = 69\%$$

Cálculo do endividamento geral

$$\text{Endividamento geral} = \frac{\text{R\$55.000,00} + \text{R\$25.000,00}}{\text{R\$130.000,00}} = 62\%$$

Cálculo da participação do Capital de terceiros sobre o capital próprio

$$PCR = \frac{R\$55.000,00 + R\$25.000,00}{R\$50.000,00} = 160,00\%$$

Análise da estrutura patrimonial

Analisando-se isoladamente os quocientes da estrutura patrimonial é possível afirmar que:

- a imobilização representa 140% do capital próprio, o que significa que boa parte do ativo não circulante é financiada por capital de terceiros;
- do total de recursos de terceiros 69% vencem em curto prazo, o que evidencia a possibilidade de dificuldade para pagamento de suas dívidas;
- a Cia. Beta tem uma excessiva participação de capital de terceiros, pois o capital de terceiros representa 62% do total de recursos necessários ao funcionamento da empresa;
- confirmando o item anterior, o montante de capital de terceiros é 160% maior que o capital próprio;
- um ponto favorável à empresa é a comparação do ativo circulante e do passivo circulante, constatando-se que a empresa conseguirá quitar suas dívidas no curto prazo, uma vez que possui R$60.000,00 de recursos conversíveis em dinheiro no curto prazo para pagar R$55.000,00 de dívidas exigíveis no curto prazo.

Atividade

Os indicadores de atividade, também conhecidos como de rotatividade, rotação e de velocidade, determinam a "velocidade com que as várias contas são convertidas em vendas ou em caixa – entradas ou saídas" (Gitman, 2004, p. 42).

No cálculo dos indicadores de atividade são necessários alguns dados que não constam das demonstrações financeiras, pois os períodos que compõem o ciclo operacional da empresa são distintos daqueles das demonstrações. Ciclo

operacional representa as atividades de produção (ou compra) e estocagem de bens e serviços, a realização da venda, o recebimento das vendas e o pagamento dos fornecedores.

O ciclo operacional é o intervalo de tempo necessário para que sejam executadas todas as fases operacionais existentes no interior da empresa; fases essas que vão desde a aquisição da matéria-prima até o recebimento do valor referente à venda.

A figura 1 apresenta uma sequência das fases operacionais (ciclo operacional) de uma empresa industrial.

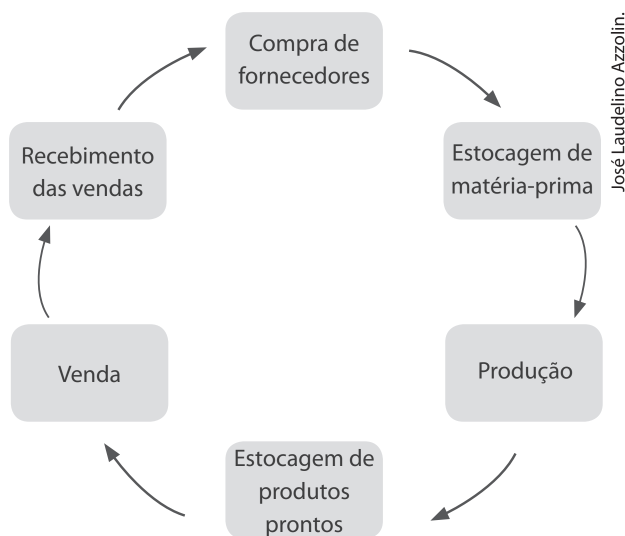


Figura 1 – Ciclo operacional de uma empresa industrial.

- Os fornecedores de matérias-primas abastecem os estoques e concedem um prazo para que a empresa compradora pague o valor das compras.
- Os estoques de matérias-primas permanecem na empresa compradora até que sejam utilizados na produção.
- A empresa conclui a produção dos produtos e os estoca até o momento da venda.
- Os produtos são vendidos aos clientes, e a empresa concede um prazo para que eles paguem pela compra realizada.
- Decorrido o prazo, os clientes efetuam o pagamento e a empresa liquida suas dívidas com os fornecedores.

O ciclo operacional é medido em dias através do somatório dos seguintes componentes: PMEPM + PMF + PMEPP + PMRV, de acordo com o gráfico apresentado na figura 2.

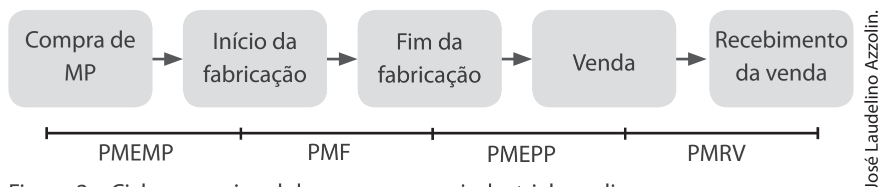


Figura 2 – Ciclo operacional de uma empresa industrial em dias.

Onde:

PMEMP = Prazo Médio de Estocagem de Matéria-prima.

PMF = Prazo Médio de Fabricação.

PMEPP = Prazo Médio de Estocagem de Produtos Prontos.

PMRV = Prazo Médio de Recebimento das Vendas.

Suponha o ciclo operacional da Cia. Industrial Celta com a seguinte velocidade:

- prazo de estocagem das matérias-primas: 15 dias;
- tempo de duração da produção: 20 dias;
- tempo de estocagem dos produtos acabados: 36 dias;
- tempo para recebimento das vendas dos produtos: 60 dias.

O ciclo operacional medido em dias será: 15 + 20 + 36 + 60 = 131 dias.

Os estudos sobre o ciclo operacional devem garantir uma adequada política de compras e estocagem de matéria-prima, de produção, de estocagem de produtos prontos, de venda dos produtos e do recebimento das vendas dos produtos.

De outro lado, o ciclo financeiro, também conhecido como ciclo de caixa, mede o período relacionado à movimentação do caixa compreendendo desde o desembolso efetuado pelo pagamento aos fornecedores até o recebimento efetivo da venda. Assim, o ciclo financeiro representa o tempo decorrido entre o instante do pagamento dos fornecedores pelas matérias-primas adquiridas e o recebimento das vendas dos produtos através do seguinte cálculo: Ciclo Operacional (CO) – Prazo Médio de pagamento (PMP).

Utilizando os mesmos tempos descritos anteriormente, suponha-se que a Cia. Industrial Celta pague seus fornecedores com um prazo médio de 90 dias. Como a empresa demora 131 dias para receber e tem somente 90 dias de prazo para pagar, possui uma política inadequada de gestão de capital de giro, pois o cálculo do ciclo financeiro resulta em uma diferença de 41 dias (131 dias de ciclo operacional – 90 dias de prazo médio para pagamento) e isso enseja a necessidade de financiamentos (investimentos em capital de giro).

Além do ciclo operacional e do ciclo financeiro existe, ainda, o ciclo econômico, que é o tempo em que insumos e produtos permanecem estocados, não levando em consideração o tempo de recebimento das vendas.

Os quocientes que se relacionam com o ciclo operacional e o ciclo financeiro são os de atividades e representam a velocidade com que os elementos patrimoniais se renovam durante determinado período. Por sua natureza dinâmica, têm seus resultados apresentados em dias. Para calcular os quocientes de atividades é necessário buscar os dados na demonstração do resultado e no balanço patrimonial.

Os quocientes de rotação permitem conhecer o ritmo ou velocidade de transformação de contas do ativo e do passivo.

O valor médio é obtido pela soma dos valores constantes no ano anterior mais os valores do ano atual e a soma dividida por 2. O ano comercial possui 360 dias.

Prazo médio de estocagem

O prazo médio de estocagem mostra quantos dias o estoque demora para ser vendido e é calculado da seguinte maneira:

$$\text{Prazo médio de estocagem} = \frac{\text{Estoque (Médio)}}{\text{CMV}} \cdot 360$$

Prazo médio de recebimento das duplicatas a receber

O prazo médio de recebimento das duplicatas indica quantos dias a empresa deverá esperar, em média, para receber suas vendas a prazo e é obtido pela fórmula seguinte:

$$\text{Prazo médio de recebimento de duplicatas} = \frac{\text{Duplicatas a receber (média)}}{\text{Receita de vendas}} \cdot 360$$

Prazo médio de pagamento de compras

O prazo médio de pagamento das duplicatas indica quantos dias a empresa pode esperar, em média, para pagar suas compras e é obtido pela fórmula seguinte:

$$\text{Prazo médio de pagamento de duplicatas} = \frac{\text{Fornecedores (médio)}}{\text{Compras}} \cdot 360$$

Posicionamento relativo

O quociente de posicionamento relativo permite conhecer a relação existente entre os prazos de recebimento e de pagamentos e é calculado da seguinte forma:

$$\text{Posicionamento relativo} = \frac{\text{Prazo médio de recebimentos}}{\text{Prazo médio de pagamentos}}$$

Posicionamento de atividade

O quociente de posicionamento de atividade indica se o prazo médio de recebimento das vendas, mais o prazo que demora para receber as vendas, está compatível com o prazo necessário para pagamento das compras e é obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{Posicionamento de atividade} = \frac{\text{PM estocagem} + \text{PM recebimentos}}{\text{Prazo médio de pagamentos}}$$

Exemplo de cálculo dos prazos médios e quocientes de posicionamento e atividade

Calcular os prazos médios e os quocientes de posicionamento relativo e de atividade a partir dos dados constantes do quadro 4.

Quadro 4 – Dados para cálculo dos prazos médios

Descritores	Ano 1	Ano 2
Estoque de mercadorias	R$500,00	R$600,00
Custo das mercadorias vendidas	R$1.300,00	R$3.600,00

José Laudelino Azzolin.

Descritores	Ano 1	Ano 2
Duplicatas a receber	R$700,00	R$600,00
Duplicatas a pagar	R$1.300,00	R$2.000,00
Vendas a prazo	R$3.600,00	R$8.000,00
Compras	R$2.800,00	R$5.000,00

Cálculo do prazo médio de estocagem

$$PME = \frac{(R\$500,00 + R\$600,00) / 2}{R\$3.600,00} . 360 = 55$$

Cálculo do prazo médio de recebimento das duplicatas a receber

$$PMR = \frac{(R\$700,00 + R\$600,00) / 2}{R\$8.000,00} . 360 = 29,25$$

Cálculo do prazo médio de pagamento de compras

$$PMPC = \frac{(R\$1.300,00 + R\$2.000,00) / 2}{R\$5.000,00} . 360 = 118,8$$

Cálculo do quociente de posicionamento relativo

$$\text{Posicionamento relativo} = \frac{29,25}{118,80} = 0,25$$

Cálculo do quociente do posicionamento de atividade

$$\text{Posicionamento de atividade} = \frac{55 + 29,25}{118,80} = 0,71$$

Análise dos prazos médios

Os estoques da empresa são de lenta realização, pois as mercadorias permanecem estocadas durante 55 dias.

O prazo de 29,25 dias para recebimento de vendas é razoável, pois é próximo do prazo que as instituições gerenciadoras de cartão de crédito demoram para realizar a liquidação de compras realizadas com a utilização de cartões.

O prazo de 118,80 dias para pagamento das compras é muito bom se comparado com o prazo dos valores a receber.

Dessa maneira, é possível concluir que a empresa não possui gargalo, pois o posicionamento de atividade resultou em 0,71, ou seja, o prazo de estocagem mais o prazo de recebimento das vendas é menor que o prazo para pagamento das compras.

Projeção da necessidade de investimentos em capital de giro

É de fundamental importância a análise do capital de giro de uma empresa, pois ele é uma fonte que compromete a solvência e se reflete sobre a posição econômica de uma empresa. Para o seu cálculo é necessário estudar aquelas contas do ativo circulante e do passivo circulante denominadas cíclicas. São cíclicas as contas que se renovam constantemente, em decorrência da atividade operacional. No ativo, são as contas de duplicatas a receber, estoques, impostos a recuperar e despesas pagas antecipadamente. No passivo, são as contas de fornecedores, impostos a pagar, provisões trabalhistas e despesas operacionais a pagar.

O estudo da projeção da necessidade de investimentos em capital de giro (NIG) é realizado com base nos indicadores de atividade. A partir dos dados e informações constantes do quadro 4, e efetuando uma projeção para o mês de janeiro do ano 3, obtém-se os valores mensais constantes do quadro 5.

Quadro 5 – Dados trimestrais para cálculo da NIG

Descritores	Ano 2	Projeção p/ janeiro Ano 3[1] (30 dias)
Custo das mercadorias vendidas	R$3.600,00	R$300,00
Vendas a prazo	R$8.000,00	R$666,67
Compras	R$5.000,00	R$416,67
Despesas incorridas	R$1.000,00	R$83,33
Prazo médio de pagamento das despesas		20 dias

[1] Resultado do Ano 2 dividido por 12 meses.

No quadro 5 foram incluídas as despesas incorridas no ano 2 que serão pagas somente no ano 3 e que representam capital de giro positivo, pois são valores que estão disponíveis na empresa. Para a determinação da NIG, serão observados os prazos médios já calculados.

Prazos do ciclo operacional e cálculo da NIG

Valor dos investimentos em decorrência do prazo de estocagem (PME)

$$PME = \frac{Estoques}{CMV} \;.\; 30 \text{ dias}$$

Calculando:

$$55 = \frac{Estoques}{300} \;.\; 30 \text{ dias} = R\$550{,}00$$

Valor dos investimentos em decorrência do prazo de recebimento das duplicatas (PMR)

$$PMR = \frac{\text{Valor a receber}}{\text{Vendas}} \;.\; 30 \text{ dias}$$

Calculando:

$$29{,}25 = \frac{\text{Valor a receber}}{R\$667{,}67} \;.\; 30 \text{ dias} = R\$650{,}98$$

Valor dos financiamentos em decorrência do prazo de pagamento de duplicatas (PMPC)

$$PMPC = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \;.\; 30 \text{ dias}$$

Calculando:

$$118{,}80 = \frac{\text{Fornecedores}}{R\$416{,}67} \;.\; 30 \text{ dias} = R\$1.650{,}01$$

Valor dos financiamentos em decorrência do prazo de pagamento de despesas a pagar (PMPD)

$$PMPD = \frac{\text{Despesas a pagar}}{\text{Despesas incorridas}} \;.\; 30 \text{ dias}$$

Calculando:

$$20 = \frac{\text{Despesas a pagar}}{83,33} \,.\, 30 \text{ dias} = \text{R\$}55,55$$

Necessidade de investimento em giro

A Necessidade de Investimento em Giro (NIG) é o resultado da seguinte equação:

NIG = PME + PMR – PMPC – PMPD

Resolvendo a equação:

Utilizando-se dos valores resultantes dos cálculos das quatro operações anteriores e adotando valores ao invés de prazos, chega-se ao valor da Necessidade de Investimento em Giro, como se observa a seguir:

NIG = PME + PMR – PMPC – PMPD

NIG = 550,00 + 650,98 – 1.650,01 – 55,55

NIG = –504,58

Esses cálculos conduzem à conclusão de que a empresa não necessita de aporte de recursos por meio de empréstimos, pois o volume de recursos provenientes dos fornecedores e das contas a pagar supera o volume de recursos aplicados em estoques e em duplicatas a receber.

É relevante acrescentar que o passivo cíclico não ocasiona, de forma explícita, a ocorrência de encargos financeiros. Já o passivo não cíclico é oneroso, pois produz ônus financeiro pela tomada de recursos de terceiros sobre os quais incidem juros, comissões e serviços.

Efeito tesoura

A análise do capital de giro é de fundamental importância para a empresa, pois se a gestão desses recursos ocorrer de forma desequilibrada ocasiona um crescimento das atividades operacionais acima da capacidade de financiamento. Se esse desequilíbrio acontecer por vários anos seguidos, apresentando NCG superiores ao CGL, no ensinamento de Assaf Neto (2010, p. 190), "diz-se que ela convive com o denominado efeito tesoura, identificado por um crescente saldo de disponível negativo".

O efeito tesoura, para Pedrosa (2009, p. 45), "é mais comum de ocorrer na fase inicial de pequenas e médias empresas, já que estas apresentam, mais comumente, evoluções bruscas de faturamento, e em geral possuem maior dificuldade de acesso a fontes externas de capital".

A figura 3 representa graficamente o efeito tesoura.

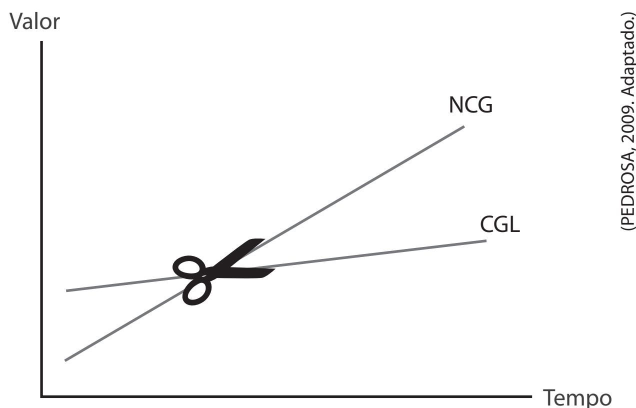


Figura 3 – Representação gráfica do efeito tesoura.

Conclusão

A análise financeira tem como finalidade obter informações sobre a situação das empresas com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões.

Uma revisão da literatura conduz a autores que trazem um sem número de cálculos de coeficientes e quocientes para fins de análise. De acordo com alguns autores e, principalmente, os periódicos especializados em análise e classificação de empresas, não são necessários muitos indicadores para realizar a análise financeira de uma empresa.

Um dos instrumentos utilizados para analisar a situação econômico-financeira de uma empresa é o quociente, ou seja, o resultado da comparação entre grandezas. A utilização de quocientes facilita o trabalho de análise porque a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa que a observação de montantes.

Existem diversos quocientes para análise das demonstrações financeiras e cabe ao analista decidir qual utilizar de acordo com o objetivo da análise, sendo-lhe permitido, inclusive, criar os que lhe convém. É oportuno acrescentar que a análise deve ser elaborada com o maior número possível de informações para contribuir com a tomada de decisões pela empresa. Não há,

porém, um modelo padrão ou um modelo ideal para elaborar uma análise. Por isso, é importante que ela abranja a maior quantidade e a qualidade de informações que permitam ao gestor a avaliação, comparação, a projetação e a tomada de decisões.

Ampliando seus conhecimentos

Alguns cuidados para a análise

(MARION, 2005)

O professor Irineu da Silva Dias, em sua dissertação de Mestrado na PUC-SP/2000, com o título *Uma contribuição ao estudo das limitações dos principais indicadores de análise de balanços para a tomada de decisões*, no capítulo 4 "Limitações da análise de balanços", dá destaque a alguns autores que ressaltam problemas que poderão existir na análise. Citamos, a seguir, alguns desses autores:

Segundo Iudícibus (1998, p. 21), "Consideramos que a análise de balanço é uma arte, pois, embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso. Ou, melhor dizendo, cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeira ou até completamente diferenciadas. É provável, todavia, que dois analistas experimentados, conhecendo igualmente bem o ramo de atividade da empresa, cheguem a conclusões bastante parecidas (mas nunca idênticas) sobre a situação atual da empresa, embora quase sempre apontariam tendências diferentes, pelo menos em grau, para o empreendimento".

Para Leite (1994, p. 72) "Por outro lado, como todos os índices calculados a partir de dados dos balanços patrimoniais, os índices de liquidez refletem uma situação estática, ou seja, referem-se a determinado momento na vida da empresa, o momento em que o balanço foi levado. Num momento seguinte, a situação dessas relações pode se alterar consideravelmente". Fazendo referência ainda à análise de balanço e aos seus indicadores Leite (1999, p. 72) continua: "Além disso, o índice de liquidez corrente não pode dar ao analista uma noção sobre a qualidade dos ativos circulantes. Com efeito, uma empresa pode ter um alto índice de liquidez corrente e não estar em

boas condições financeiras, se os estoques estiverem superdimensionados, ou com muitos itens 'fora de moda' e as duplicatas a receber incluírem créditos praticamente incobráveis. Nessas circunstâncias, a empresa pode não conseguir cobrir seus compromissos a curto prazo pontualmente, malgrado o elevado índice de liquidez corrente que apresenta".

Ainda para Leite, os índices de liquidez não são, necessariamente, os indicadores mais apropriados da eficiência da administração financeira de uma empresa. Há outros indicadores, talvez, mais importantes, para se avaliar a capacidade financeira da empresa, como a sua capacidade de gerar lucros em suas operações. Não percamos de vista que os estoques estão avaliados pelo custo e não pelo preço de venda a que serão, efetivamente, transformados em caixa.

Outros autores que se referem ao capital circulante líquido ponderam: "Por fim, é importante ratificar o capital circulante líquido que *per se* não é um indicador incontestável para se conhecer a situação de curto prazo de uma empresa, pois engloba, sem qualquer ponderação, contas de giro com diferentes níveis de liquidez" (ASSAF; SILVA, 1995, p. 31).

Para Braga (1989, p. 139-140), "Apesar de tratarem matematicamente os dados contábeis, as técnicas de análise nem sempre fornecem respostas completas ou inquestionáveis. Atuando sobre as mesmas demonstrações de uma empresa, dois analistas poderão chegar a conclusões diferentes. Se ambos forem bons profissionais, tais conclusões deveriam ser semelhantes, mas não necessariamente iguais. Isso ocorre porque cada empresa constitui um organismo vivo e suas forças e fraquezas poderão invadir diagnósticos tecnicamente bem elaborados. Assim, somos levados a considerar a análise financeira como uma arte que reúne conhecimentos teóricos, experiência prática e, sobretudo, sensibilidade, argúcia, empenho e bom senso".

Ainda para Braga (1989, p. 142) "Dois procedimentos preliminares são fundamentais para o desenvolvimento de uma correta análise financeira:

- eliminar as distorções provocadas pela inflação nos valores constantes das demonstrações contábeis;
- reclassificar algumas contas do balanço e da demonstração do resultado. Exemplos:
  - transferir o saldo das duplicatas descontadas para o passivo circulante, considerando-as como passivos onerosos, pois essas operações

provocam despesas financeiras e, se o sacado não pagar no vencimento, o banco debitará o valor da duplicata na conta da empresa;

- se houver alguma despesa registrada no diferido (ativo permanente)[1] que contrarie os princípios contábeis, esta deverá ser abatida do patrimônio líquido, uma vez que pertence ao resultado de algum exercício anterior;
- determinar o valor tecnicamente correto do resultado operacional, onde não devem ser computadas as despesas e receitas financeiras.

[1] Com a alteração trazida pela Lei 11941/2009, somente as despesas pagas antecipadamente serão abatidas do PL, pois o diferido deixa de existir.

A análise financeira é muito mais do que o simples cálculo de índices e porcentagens. A avaliação desses indicadores exige que se considerem inúmeros aspectos internos à empresa e muitos fatores externos que interferem nas suas atividades e resultados.

Segundo Sanvicente (1997, p. 1991-192) "Costuma-se pensar que uma das principais limitações dessa análise residiria no fato de, por estar baseada em dados contábeis, ser aplicável apenas no passado. Isso não faz muito sentido, pois feitas as hipóteses apropriadas, qualquer demonstração pode ser projetada para o futuro, permitindo o cálculo dos índices desejados.

Entretanto, são os dados básicos que padecem de alguns defeitos inerentes aos métodos usados na sua geração. Os valores contidos em demonstrações financeiras resultam de:

- fatos registrados (relacionados a transações empresariais, tais como o disponível, no valor nominal de contas a receber, a pagar etc., com base nos registros históricos das transações, aos diferentes preços em que são realizadas);
- convenções adotadas para facilitar a técnica contábil; por exemplo, a ficção de suspensão de atividades ('Balanço em 31/12') ou segmentação por período, exigindo alocação correspondente de receitas e custos; a depreciação do ativo fixo *versus* a depreciação 'real', e a avaliação dos estoques 'a custo ou mercado, o que for mais baixo';
- postulados criados para implantar os procedimentos convencionais; alguns exemplos são: (1) o postulado da permanência, ou de 'empresa em funcionamento', que nos leva a basear o valor dos ativos ao custo menos a depreciação acumulada, embora, em caso de liquidação, o valor real possa ser muito diferente; (2) o postulado monetário, registrando-se to-

das as transações aos valores correntes, como se a unidade monetária valesse a mesma coisa em datas distintas; (3) o postulado da realização, segundo o qual a receita só é reconhecida quando a venda tem lugar, mesmo que não seja recebida ou que o processo de produção do bem vendido tenha tomado muito tempo;

- juízos pessoais usados na aplicação dos postulados e das convenções: FIFO ou custo médio, na avaliação dos estoques? Como tratar os descontos na compra de matéria-prima ou mercadoria: como redução de custo ou acréscimo de receitas?"

Para Ross *et al*. (1995, p. 44), "O valor dos ativos de uma empresa é geralmente chamado de valor histórico ou valor contábil dos ativos. Segundo os princípios contábeis geralmente aceitos, as demonstrações financeiras auditadas das empresas, nos Estados Unidos, apresentam os ativos pelo custo. Assim, os termos valor histórico e valor contábil constituem uma escolha infeliz. Eles contêm a palavra "valor", quando na verdade os números são baseados em custos. Isso leva muitos leitores de demonstrações financeiras a pensar que os ativos da empresa estão registrados pelos seus verdadeiros valores de mercado. Valor de mercado é o preço pelo qual compradores e vendedores interessados negociariam os ativos. Na verdade, a tarefa do administrador é criar um valor, para a empresa, superior ao custo".

Demonstram os autores que não devemos ter como verdade absoluta o valor contábil de um terreno, um prédio, uma máquina – há uma valorização imobiliária ou monetária até compulsória desses ativos devido ao processo inflacionário – que eles têm em valor sempre maior do que os registros contábeis, e isso mascara qualquer indicador que tivesse como base esses ativos, principalmente os indicadores de giros e rentabilidades.

Afirma Treuherz (1999, p. 72) que "Apesar das grandes vantagens que nos proporciona a análise por meio de índices, não será demais chamarmos a atenção para as limitações a que ela está sujeita. A primeira, e também a mais óbvia, é a variedade de métodos contábeis utilizados pelas empresas, o que contribui para diminuir sobremaneira a comparação em várias situações, inclusive na mesma indústria. Os métodos de avaliação e registro de itens do ativo, de custos e despesas etc. variam de acordo com o costume, a política e as características das firmas. Por exemplo, os vários métodos de avaliação de inventários oferecem à administração caminhos diferentes a seguir. De modo análogo, a depreciação do imobilizado pode apresentar flutuações consideráveis.

Por isso, não existe a possibilidade de se comparar perfeitamente uma empresa com outra em igualdade de condições. Além dessas limitações devemos convir que as nossas expectativas se referem ao que poderá acontecer no futuro. Os demonstrativos espelham somente o que aconteceu no passado e por isso podem ser considerados somente como pistas para o futuro".

Para Gitman (1997, p. 106) "Quando os índices de uma empresa são comparados com os de outra ou com os da própria empresa ao longo do tempo, os resultados podem ser distorcidos devido à inflação.

Essa pode fazer com que os valores contábeis dos estoques e dos ativos depreciáveis sejam muito diferentes dos seus verdadeiros valores (de reposição). Adicionalmente, as baixas contábeis do custo dos estoques e da depreciação podem diferir de seus valores verdadeiros e, assim, distorcer os lucros. Esses efeitos inflacionários geralmente têm maior impacto. Quanto maiores forem as diferenças nas idades dos ativos das empresas que estão sendo comparadas. Sem ajustes, a inflação tende a fazer com que as empresas mais antigas (ativos mais antigos) pareçam ser mais eficientes e lucrativas que as empresas mais novas (ativos mais novos). Obviamente, deve-se tomar cuidado ao comparar índices de empresas mais antigas com mais novas ou da própria empresa em um longo período de tempo".

Atividades de aplicação

1. Balanço patrimonial da Cia. Alfa:

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	R$600,00	Passivo Circulante	R$500,00
Disponibilidades	R$30,00	Fornecedores	R$420,00
Duplicatas a receber	R$300,00	Contas a pagar	R$80,00
Estoques	R$270,00	Passivo não Circulante	R$500,00
Ativo não Circulante	R$900,00	Patrimônio Líquido	R$500,00
Ativo total	R$1.500,00	Passivo total	R$1.500,00

Calcule:

a) quociente de liquidez corrente;

b) quociente de liquidez geral;

c) quociente de liquidez seca.

2. Balanço patrimonial da Cia. Beta:

ATIVO		PASSIVO	
Descritor	**Ano 1**	**Descritor**	**Ano 2**
Circulante	R$50.000,00	Circulante	R$100.000,00
Não Circulante	R$70.000,00	Não Circulante	R$50.000,00
		Patrimônio Líquido	R$150.000,00
Total Ativo	R$120.000,00	Total Passivo	R$300.000,00

Calcule:

a) quociente de liquidez corrente;

b) endividamento geral;

c) composição do endividamento.

3. Balanços patrimoniais da Cia. Celta:

Descritores	Valores
Disponibilidades	R$21.860,00
Duplicatas a receber	R$25.000,00
Estoques	R$27.500,00
Ativo Circulante	R$74.360,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	R$10.000,00
Ativo Imobilizado (não circulante)	R$61.640,00
Ativo não Circulante	R$71.640,00
Total do Ativo	R$146.000,00
Passivo Circulante	R$55.000,00
Passivo não Circulante	R$35.000,00
Exigível total (capital de terceiros)	R$90.000,00
Patrimônio Líquido	R$56.000,00
Total do Passivo	R$146.000,00

Calcule os quocientes de:

a) liquidez geral;

b) liquidez corrente;

c) liquidez seca;

d) liquidez imediata;

e) imobilização do ativo não circulante;

f) composição do endividamento;

g) endividamento geral;

h) capital de terceiros em relação ao capital próprio.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

______. **Lei 11.941**, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.

EXAME. **Melhores e Maiores Empresas do Brasil**. São Paulo: Abril, 2010.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**: de acordo com a nova Lei das S.A., Lei 6.404, de 15-12-1976. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo: JB, 2006.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**, 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Alguns cuidados para a análise. Disponível em: <www.marion.pro.br/portal/modules/wfdownloads/visit.php?cid=17&lid=167>. Acesso em: 1 out. 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PEDROSA, Sérgio Eustáquio. **A Busca da Necessidade de Capital de Giro Zero como Possibilidade de Aumento da Geração de Caixa das Empresas** – utopia ou realidade? Faculdades Pedro Leopoldo. 2009. Disponível em: <www.unipel.edu.br/2010/media/pdf/mestrado/dissertacoes_2009/dissertacao_sergio_eutaquio_pedrosa_2009.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2010.

SILVA, Rodrigo Antônio Chaves da. Análise dos fenômenos de vendas e lucros com relação à liquidez. **Gestiopolis**, 2007. Disponível em: <www.gestiopolis.com/canales8/fin/liquidez-con-relacion-a-la-ventas-y-lucros.htm>. Acesso em: 2 nov. 2010.

VALOR. **1000 Maiores Empresas**. São Paulo: Valor Econômico, 2009.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à Análise de Balanços**: de acordo com a nova Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. São Paulo: Saraiva, 1978.

Gabarito

1.

Liquidez corrente	AC/PC	1,2
Liquidez geral	AC / (PC + PNC)	0,6
Liquidez seca	(AC – Estoques) / PC	0,66

2.

a) Liquidez corrente: R$50.000,00 / R$100.000,00 = 0,5

b) Endividamento geral: ((R$100.000,00 + R$50.000,00) / R$300.000,00) . 100% = 50%

c) Composição do endividamento: R$100.000,00 / (R$100.000,00 + R$50.000,00) . 100% = 66,66%

3. Balanços patrimoniais da Cia. Celta:

L.G.	(AC + ARLP) / (PC + PELP)	(R$74.360,00 +R$10.000,00) / (R$55.000,00 + R$35.000,00)	0,937
L.C.	AC/PC	R$74.360,00/R$55.000,00	1,352
L.S.	(AC – Estoques) / PC	(R$74.360,00 – R$27.500,00)/ R$55.000,00	0,852
L.I.	Disponibilidades / PC	R$21.860,00/R$55.000,00	0,40
Imob.	(ANC/PL) . 100%	(R$71.640,00/R$56.000,00) . 100%	127,93%
Comp.	(PC / Capital de terceiros) . 100%	(R$55.000,00 / R$90.000,00) . 100%	61,11%
Endiv.	(Cap. terc./Passivo total) . 100%	(R$90.000,00/R$146.000,00) . 100%	61,64%
Cap. terc.	(Cap. terc./ Cap. Próprio) . 100%	(R$90.000,00/R$56.000,00) . 100%	160,71%



Análise econômica

Introdução

Investir em uma empresa é uma das alternativas que se apresenta a um indivíduo. Ao decidir por esse investimento assume certos riscos que têm, em contrapartida, a expectativa de aumentar o valor de suas economias. Por isso, as empresas têm como um dos objetivos principais a geração de lucros que remunerem o aplicador.

A riqueza daqueles que aplicaram seus recursos em uma empresa é medida pelo preço da ação no mercado e, em decorrência disso, as decisões financeiras têm como meta o aumento do valor da ação.

As empresas têm que demonstrar esse valor, e isso é feito analisando-se as demonstrações financeiras.

A análise econômica é realizada por meio do cálculo de quocientes de rentabilidade, que mostram o quanto renderam os investimentos realizados pelos investidores, e indica qual é o desempenho e a saúde da empresa. Ela proporciona, também, uma avaliação da situação patrimonial e indica ao investidor melhores condições para a tomada de decisão.

A análise econômica determina os aspectos relacionados com a estrutura de capitais, com o lucro e com a remuneração dos investidores.

Evolução da análise das demonstrações contábeis

Em 1915, o Federal Reserve Board (Banco Central dos Estados Unidos) determinou que somente os títulos a receber de empresas americanas que apresentassem seus balanços poderiam ser descontados (MATARAZZO, 2003, p. 20) e, em decorrência, deu-se início ao que se denomina análise de balanço.

Os procedimentos de análise foram evoluindo e, em 1932, de acordo com Silva (1997), Paul J. Fitz Patrick[1] comparou as demonstrações contábeis e os indicadores de solvência de 19 empresas que haviam falido com as de outras 19 empresas que eram bem-sucedidas, dando início a tratamento estatístico de quocientes financeiros para prever insolvência e falências.

[1] Pioneiro em fórmula de como prever falências.

A partir daí, embasando-se em quocientes extraídos das demonstrações contábeis, muitos estudiosos estabeleceram relações estatísticas para definir a situação de solvência das empresas.

Modelo de Altman

Em 1968, Altman[2] construiu um modelo de análise multivariada para medir a saúde financeira das empresas. Da mesma forma que Patrick, aumentando, porém, o número de empresas, ele comparou as demonstrações contábeis e os indicadores de solvência de 33 empresas que estavam em situação de insolvência com outras 33 empresas em situação de solvência e conseguiu atingir um acerto de 95% no desenvolvimento de seu modelo, cuja fórmula é apresentada a seguir.

[2] ALTMAN, Edward I. Professor de Finanças da Universidade de Nova York. Conhecido pelo desenvolvimento do Z-Score, fórmula de previsão de falências. <www.provenmodels.com/597/z-score/edward-i.-altman/>.

$$Z_1 = -1{,}44 - 4{,}03X_2 - 2{,}25X_3 - 0{,}14X_4 - 0{,}42X_5$$

ou

$$Z_2 = -1{,}84 - 0{,}51X_1 - 6{,}32X_3 - 0{,}71X_4 - 0{,}52X_5$$

Onde:

X_1 = (Ativo Circulante – Passivo Circulante) / Ativo Total

X_2 = (Reserva + Lucros Acumulados) / Ativo Total

X_3 = EBITDA / Ativo Total

X_4 = Patrimônio Líquido / Exigível Total

X_5 = Vendas / Ativo Total

O objetivo da utilização de dois modelos é a necessidade de suas adaptações a diferentes circunstâncias: o Z_1 é utilizado para empresas em geral e o Z_2 para empresas industriais e mercados emergentes. Segundo o autor, os modelos apresentam resultados análogos.

Modelo de Kanitz

No Brasil, Kanitz[3] desenvolveu um modelo de como prever falências, também por meio de tratamento estatístico de índices financeiros de algumas empresas que haviam falido. O método foi publicado inicialmente pela revista *Exame*, sendo denominado de "termômetro de insolvência", em dezembro de 1974, com o uso da seguinte função discriminante:

[3] KANITZ, Stephen. Consultor de empresas e conferencista. Mestre em Administração de Empresas pela Harvard University, foi professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

$$FI = X_1 + X_2 + X_3 - X_4 - X_5$$

Onde:

X_1 = Retorno do Patrimônio Líquido x 0,05.

X_2 = Quociente de Liquidez Geral x 1,65.

X_3 = Liquidez Seca x 3,55.

X_4 = Liquidez Corrente x 1,06.

X_5 = Participação do Capital de Terceiros x 0,33.

Da mesma forma que Patrick e Altman, de acordo com Kanitz (1978, p. 33), foram analisadas milhares de demonstrações contábeis de empresas brasileiras, das quais foram selecionadas 42; 21 delas faliram nos anos de 1972 a 1974 e 21 formaram grupo-controle.

Ao confrontar os modelos de Altman e de Kanitz é possível observar que Altman se baseia no ativo total enquanto Kanitz toma como base os quocientes de liquidez.

Os dois modelos de Altman apresentam como ponto crítico o Zero e a faixa crítica está entre – 0,34 e 0,20. Assim, as empresas que se situam acima de 20, apresentam pouca probabilidade de insolvências e aquelas empresas situadas abaixo de – 0,34 têm grandes possibilidades de falência.

O modelo de Kanitz resulta em um fator de insolvência que deverá ser comparado com o termômetro constante da figura 1, com as seguintes escalas de variações:

- valores abaixo de –3 representam insolvência, indicam propensão à falência;
- valores acima de 0 indicam intervalo de solvência, porém com menores probabilidades de falência;

- valores entre 0 e –3 representam situação de penumbra (indefinida).

Para Kanitz, quanto menor for o valor do fator de insolvência, maiores são as probabilidades de falência.

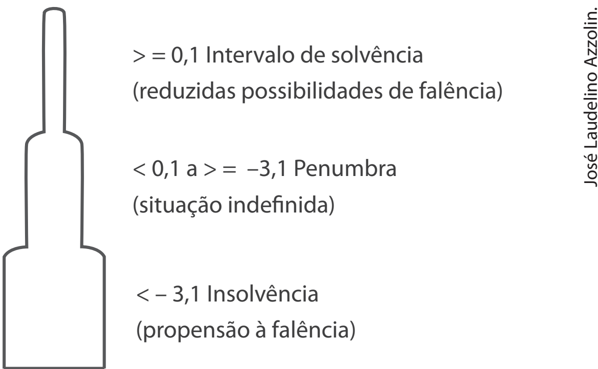


Figura 1 – Termômetro de insolvência.

Aplicação do modelo de Kanitz

A Cia. Alfa apresenta as demonstrações contábeis constantes na tabela 1.

Tabela 1 – Demonstrações contábeis da Cia. Alfa

BALANÇO PATRIMONIAL			
Descritores	**2001**	**Descritores**	**2001**
Ativo Circulante (AC)	**R$7.050,00**	**Passivo Circulante (PC)**	**R$6.526,00**
Caixa e Bancos	R$250,00	Fornecedores	R$4.226,00
Clientes	R$4.200,00	Empréstimos bancários	R$2.300,00
Estoques	R$2.600,00	**Passivo não Circulante**	**R$1.800,00**
Ativo não Circulante	**R$6.076,00**	Financiamentos	R$1.800,00
Realizável a Longo Prazo (RLP)	R$1.076,00	**Total exigibilidades (EXIG)**	**R$8.326,00**
Imobilizado Líquido	R$5.000,00	**Patrimônio Líquido (PL)**	**R$4.800,00**
Imobilizado	R$6.000,00	Capital	R$4.000,00
(–) Depreciação Acumulada	(R$1.000,00)	Reservas	R$800,00
Ativo Total	**R$13.126,00**	**Passivo Total**	**R$13.126,00**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDA			
Lucro Líquido do Exercício (LLE) de 2001			R$1.350,00

José Laudelino Azzolin.

Tabela 2 – Cálculo dos quocientes da Cia. Alfa

Nome quocientes	Fórmula	Quociente
Retorno Patrimônio Líquido	LLE / PL	0,281
Quociente de Liquidez Geral	(AC + RLP) / EXIG	0,976
Quociente de Liquidez Seca	(AC – Est) / PC	0,682
Quociente de Liquidez Corrente	AC / PC	1,080
Participação do Capital de Terceiros	EXIG / PL	1,735

José Laudelino Azzolin.

Tabela 3 – Cálculo dos quocientes multiplicados pelos fatores

Nome quocientes	Quociente	Fator	Quoc. Fatorado
Retorno Patrimônio Líquido	0,281	0,05	0,014
Quociente de Liquidez Geral	0,976	1,65	1,610
Quociente de Liquidez Seca	0,682	3,55	2,421
Quociente de Liquidez Corrente	1,080	1,06	1,145
Participação do Capital de Terceiros	1,735	0,33	0,573

José Laudelino Azzolin.

Fator de insolvência = 0,014 + 1,610 + 2,421 – 1,145 – 0,573 = 2,327

Ao se confrontar esse resultado com os relativos ao Termômetro, constata-se que a Cia. Alfa, por ter um fator superior a 0,1, está no intervalo de solvência com reduzidas possibilidades de falência.

Expressões usuais em análises econômico-financeiras

A análise econômico-financeira de uma empresa é realizada por meio de indicadores denominados quocientes que são inter-relações das contas que compõem as demonstrações contábeis.

É necessário, por isso, examinar as diversas expressões que são utilizadas para identificar as contas.

Expressão receita

A demonstração do resultado discrimina duas expressões para identificar a receita: receita bruta e receita líquida.

Para a Receita Federal (Decreto 3000/99 – RIR),

> Art. 279. A receita bruta das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações de conta alheia.
>
> Parágrafo único. Na receita bruta não se incluem os impostos não cumulativos cobrados, destacadamente, do comprador ou contratante, dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.
>
> Art. 280. A receita líquida de vendas e serviços será a receita bruta diminuída das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (Resolução CFC 1.138/2008), a

> Receita de venda de mercadorias, produtos e serviços representa os valores reconhecidos na contabilidade a esse título pelo regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do período.
>
> Outras receitas representam os valores que sejam oriundos, principalmente, de baixas por alienação de ativos não circulantes, tais como resultados na venda de imobilizado, de investimentos, e outras transações incluídas na demonstração do resultado do exercício que não configuram reconhecimento de transferência à entidade de riqueza criada por outras entidades.

Em complementação, a Resolução 1.138/2008 especifica que a "venda" representa o faturamento bruto e inclui todos os tributos que incidem sobre as receitas e, em consequência, o somatório do IPI, ICMS (ISS, se for empresa de serviços), PIS e Cofins.

Por meio de uma revisão mais profunda da literatura é possível concluir que os valores relativos aos tributos não são benefícios econômicos que laboram a favor da empresa e, por isso, devem ser excluídos da determinação da receita de vendas.

A partir dessas duas definições, é possível demonstrar as duas receitas da seguinte forma:

Faturamento bruto

(–) IPI faturado

(=) Receita bruta de vendas e serviços

(–) Deduções

Vendas canceladas

Abatimentos concedidos

Tributos sobre vendas e serviços (do ICMS ou ISS, PIS, Cofins)

(=) Receita líquida de vendas e serviços.

Dessa maneira, ao se proceder a análise econômica, quando for necessário reportar-se à Receita, adotar-se-á a receita líquida de vendas e serviços sob a denominação de "vendas".

Expressão lucro

A expressão "lucro" também aparece por diversas vezes na demonstração do resultado.

O lucro bruto é obtido quando se deduz da receita líquida de vendas o custo dos produtos vendidos ou das mercadorias vendidas.

Do lucro bruto são deduzidos os gastos com as atividades não ligadas diretamente ao processo produtivo, como despesas com vendas e despesas gerais e administrativas. Então se obtém o lucro líquido operacional, denominado de EBITDA[4], modelo implantado nos Estados Unidos para identificar a geração de caixa antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Atualmente é utilizado no Brasil com algumas restrições, como pode ser constatado no Relatório Anual da Gerdau de 31 de dezembro de 2009, que inseriu um parágrafo explicando que

[4] EBITDA é uma sigla da expressão inglesa *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization.*

> EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não é padronizado, não podendo, portanto, ser comparado ao EBITDA de outras companhias. Em razão disso, a Gerdau apresenta de forma transparente como o EBITDA foi calculado.

A Demonstração do EBITDA da empresa Gerdau consta na tabela 4

Tabela 4 – Demonstração do EBITDA da Gerdau

Composição do EBITDA (R$ milhões)	Exercício de 2009	Exercício de 2008
Lucro Líquido	1.005	4.945
Provisão para IR e CS	27	948
Resultado financeiro líquido	(185)	2.235
Depreciação e amortizações	1.745	1.896
Perdas por baixas contábeis de ativos	1.223	0
EBITDA	3.815	10.024

(GERDAU, 2009, p. 31)

Após a dedução dos juros, da depreciação e da amortização chega-se ao novo lucro denominado resultado do exercício antes dos impostos.

Deduzidos os tributos sobre resultado, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obtém-se novo lucro, denominado resultado do exercício após os tributos.

Desse resultado deduzem-se as participações de debenturistas, empregados, administradores, partes beneficiárias e fundos de assistência e previdência para, finalmente, chegar-se ao lucro (prejuízo) líquido.

Dessa maneira, o lucro líquido é o valor que fica à disposição dos acionistas e que será utilizado para realizar os cálculos dos diversos quocientes relativos à análise econômica, sob essa denominação.

Lucro e rentabilidade

Como se viu, muitos conceitos de lucro poderão ser utilizados. Em resumo, é possível afirmar que lucro é o retorno obtido pela empresa e corresponde à diferença entre o valor gerado pelas receitas e os gastos incorridos para a realização das receitas.

Lucro líquido é a expressão que determina o resultado final do período, ou seja, a parcela que fica à disposição dos acionistas (ou sócios) para ser retirada sob a forma de dividendos, ou retida sob a forma de reservas.

Já a rentabilidade é uma medida que é obtida pela divisão do lucro líquido pelo que se deseja medir. Por exemplo, se o objetivo é medir quanto os acionistas lucraram com seus investimentos, divide-se o lucro líquido pelo patrimônio líquido; se a finalidade é determinar o retorno dos investimentos realizados nos ativos, divide-se o lucro líquido pelo ativo.

Os quocientes de rentabilidade são econômicos, por evidenciarem qual foi a rentabilidade dos capitais investidos, e devem ser expressos em valores percentuais, pois comparar lucros de diferentes empresas e afirmar que a que obteve maior lucro é a melhor pode não ser verdadeiro, como explica Iudícibus (2010, p. 105):

> Afirmar que a General Motors teve lucro de, digamos, 5 bilhões de reais, em 20X6, e que a empresa Descamisados Ltda. teve lucro de duzentos mil reais, no mesmo período, pode impressionar no sentido de que todo mundo vai perceber que a General Motors é uma empresa muito grande e a outra muito pequena, e só; não refletirá, todavia, qual das duas deu maior retorno relativo.

Bom exemplo é a análise de alguns dados extraídos das demonstrações financeiras do ano de 2009 fornecidos pela Economática[5] relativamente a algumas empresas brasileiras cujos valores do lucro líquido, do ativo total e do patrimônio líquido se encontram na tabela 5.

[5] Economática Software de Apoio a Investidores Ltda. – Ferramentas para Análise de Investimentos.

Tabela 5 – Valores de lucro líquido, ativo total e de patrimônio líquido de empresas brasileiras

Empresas / Contas	Lucro Líquido	Ativo Total	Patrimônio Líquido
Petrobras	R$24.587.717,00	R$507.697.010,00	R$297.360.982,00
Vale	R$20.067.815,00	R$209.939.401,00	R$114.226.027,00
AmBev	R$4.975.599,00	R$42.934.285,00	R$24.111.097,00
Gerdau	R$1.773.464,00	R$42.808.317,00	R$19.055.681,00
Telemar	R$1.367.162,00	R$62.892.598,00	R$8.169.337,00
Braskem	R$475.712,00	R$32.560.866,00	R$9.178.220,00
Pão de Açúcar	R$303.600,00	R$18.608.465,00	R$6.878.753,00

José Laudelino Azzolin.

Com base nos dados da tabela 5, o cálculo da rentabilidade sobre o ativo Total das empresas listadas se encontra na tabela 6.

Tabela 6 – Rentabilidade do ativo de algumas empresas brasileiras

Empresas / Contas	Lucro Líquido	Ativo Total	Rentabilidade do Ativo
Petrobras	R$24.587.717,00	R$507.697.010,00	4,84%
Vale	R$20.067.815,00	R$209.939.401,00	9,56%
AmBev	R$4.975.599,00	R$42.934.285,00	11,59%
Gerdau	R$1.773.464,00	R$42.808.317,00	4,14%
Telemar	R$1.367.162,00	R$62.892.598,00	2,17%
Braskem	R$475.712,00	R$32.560.866,00	1,46%
Pão de Açúcar	R$303.600,00	R$18.608.465,00	1,63%

José Laudelino Azzolin.

Com base nos dados da tabela 5, o cálculo da rentabilidade sobre o patrimônio líquido das empresas listadas se encontra na tabela 7.

Tabela 7 – Rentabilidade do patrimônio líquido de algumas empresas brasileiras

Empresas / Contas	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Rentabilidade do PL
Petrobras	R$24.587.717,00	R$297.360.982,00	8,27%
Vale	R$20.067.815,00	R$114.226.027,00	17,57%
AmBev	R$4.975.599,00	R$24.111.097,00	20,64%
Gerdau	R$1.773.464,00	R$19.055.681,00	9,31%
Telemar	R$1.367.162,00	R$8.169.337,00	16,74%
Braskem	R$475.712,00	R$9.178.220,00	5,18%
Pão de Açúcar	R$303.600,00	R$6.878.753,00	4,41%

José Laudelino Azzolin.

Constata-se que a Petrobras apresenta o maior lucro, porém, ao se analisar a rentabilidade sobre o ativo (tabela 1) constata-se que ela ocupa o terceiro lugar, ficando atrás da AmBev e da Vale. Relativamente à rentabilidade sobre o patrimônio líquido (tabela 2) a Petrobras está classificada em 5.º lugar entre as 7 empresas listadas.

Quocientes para a análise econômica da empresa

Ao realizar uma revisão de literatura é possível constatar, em muitas obras, inúmeros quocientes para realizar a análise econômica. Os mais indicados, de acordo com Assaf Neto (2010), Iudícibus (2010), Gitman (2004) e Marion (2010) e pelos periódicos especializados em análise de empresas, Anuário do jornal *Valor Econômico* (2009) e Anuário da revista *Exame* (2010) são:

- giro do ativo;
- rentabilidade do ativo total;
- rentabilidade do patrimônio líquido;
- margem das vendas;
- margem EBITDA;
- alavancagem financeira;
- taxa de crescimento do lucro líquido;

- lucro por ação;
- valor patrimonial da ação.

Giro do ativo

O giro do ativo evidencia a proporção existente entre o volume de vendas e os investimentos totais realizados pela empresa, ou seja, quanto a empresa vendeu para cada R$1,00 de investimentos no ativo. É obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{Giro do ativo} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

Alguns autores consideram a possibilidade de adotar outra fórmula para cálculo do giro do ativo. Ao invés de apropriar o ativo total utiliza-se somente o ativo operacional, que é o que resta após a verificação da existência de ativos improdutivos ou que estão sendo subutilizados, que prejudicam o desempenho operacional da empresa devido ao aumento dos custos.

Rentabilidade do ativo total

Todos os investimentos realizados pela empresa em disponibilidades, estoques, imobilizado etc. denominam-se ativo. A empresa, obviamente, deseja obter retorno dos investimentos realizados. O quociente que evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa considerando os valores investidos denomina-se rentabilidade do ativo, também conhecido pela literatura como retorno sobre investimentos, rentabilidade dos investimentos, poder de ganho da empresa. Na literatura internacional denomina-se ROI (*Return on Investiment*). Esse quociente mede a eficiência global da administração apurando o retorno obtido em relação ao total de recursos aplicados, tanto próprios como de terceiros, e é obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

Rentabilidade do patrimônio líquido

Este quociente mede a capacidade de a empresa gerar retorno, indicando quanto a empresa obtém de lucro para cada R$1,00 de capital próprio. Na literatura internacional denomina-se ROE (*Return on Equity*). É a taxa de retorno dos acionistas e mede o desempenho do lucro em relação ao capital próprio e é obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

Margem das vendas

Esse quociente revela a rentabilidade obtida pela empresa em função de seu faturamento, ou quanto a empresa obtém de lucro para cada R$1,00 vendido. Na literatura internacional é denominado ROS (*Return on Sales*) e é obtido aplicando-se a seguinte a fórmula:

$$\text{ROS} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$$

Margem EBITDA

É a margem de lucro operacional. O EBITDA identifica a geração de caixa antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, indicando, em decorrência, se a empresa apresentou superávit ou déficit, se houve lucro ou prejuízo. Entretanto, é possível que uma empresa altamente endividada possa apresentar um bom EBITDA, porém lucro final negativo ou ruim. A margem do EBITDA é obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Margem EBITDA} = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Receita Líquida}}$$

Alavancagem financeira

A alavancagem financeira[6] ocorre quando os capitais de terceiros (passivos) produzem efeitos positivos sobre o patrimônio líquido. Na literatura existem inúmeras fórmulas para calcular o Grau de Alavancagem Financeira (GAF), porém a que melhor conduz à sua interpretação é:

[6] Do inglês, *Financial Leverage*.

$$GAF = \frac{\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido}}{\text{Retorno sobre o Ativo}}$$

Taxa de crescimento do lucro líquido

A taxa de crescimento do lucro líquido é o percentual de lucro distribuído aos acionistas na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio e, de acordo com Assaf Neto (2010, p. 215), é conhecida como índice de *pay out*" e é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\textit{Pay out} = \frac{\text{Dividendos}}{\text{Lucro Líquido}}$$

Lucro por ação

O lucro por ação representa a parcela do lucro líquido que compete a cada ação da empresa e é obtido através da seguinte fórmula:

$$LPA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Número de ações}}$$

As empresas constituídas sob a forma de sociedade por ações devem apresentar esse indicador após o lucro líquido na demonstração do resultado do exercício.

Valor patrimonial da ação

O valor nominal das ações, denominado valor de face, é o constante dos estatutos sociais. Se os estatutos não determinarem esse valor, basta dividir-se o capital social pela quantidade de ações para achar o valor nominal.

Parte dos lucros gerados nos diversos períodos fica retida na empresa sob a forma de reservas, resultando em aumentos do patrimônio líquido. O resultado é que o valor patrimonial é diferente do valor nominal e será determinado através da seguinte fórmula:

$$VPA = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Quantidade de ações}}$$

Exemplo de cálculo dos quocientes econômicos

Para realizar os cálculos dos quocientes econômicos é necessário coletar dados da demonstração do resultado e do balanço patrimonial.

As demonstrações do resultado da Cia. Beta são apresentadas na tabela 8.

Tabela 8 – Demonstrações do Resultado da Cia. Beta

Descritores	2010	2011
Receita Líquida de Vendas	R$25.670,00	R$30.705,00
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(R$17.455,60)	(R$20.879,40)
(=) Lucro Bruto Operacional	R$8.214,40	R$9.825,60
(–) Despesas Operacionais	(R$5.450,00)	(R$5.760,00)
Despesas com Vendas	R$1.000,00	R$1.080,00
Despesas Gerais e Administrativas	R$1.870,00	R$1.940,00
Despesas de Aluguel (1)	R$350,00	R$350,00
Despesas de Depreciação	R$2.230,00	R$2.390,00
EBITDA	R$2.764,40	R$4.065,60
(–) Despesas Financeiras	(R$910,00)	(R$930,00)
Lucro antes dos Tributos sobre Resultado	R$1.854,40	R$3.135,60

José Laudelino Azzolin.

Descritores	2010	2011
(–) Imposto de Renda e Contribuição Social (2)	(R$445,06)	(R$752,54)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R$1.409,34	R$2.383,06
Dividendos propostos	R$1.268,41	R$2.144,75
Quantidade de ações	7 800	7 878
Lucro por ação = LLE / Quantidade de ações	0,18	0,30
Dividendos por ação (3)	0,16	0,27

Os balanços patrimoniais da Cia. Beta são apresentados na tabela 9.

Tabela 9 – Balanços patrimoniais da Cia. Beta

Descritores	2010	2011
Ativo Circulante	R$10.040,00	R$12.230,00
Caixa	R$2.880,00	R$3.630,00
Clientes	R$4.160,00	R$5.710,00
Estoques	R$3.000,00	R$2.890,00
Ativo não Circulante	R$22.660,00	R$23.740,00
Realizável a Longo Prazo	R$960,00	R$980,00
Imobilizado	R$42.260,00	R$45.710,00
(–) Depreciação	(R$20.560,00)	(R$22.950,00)
Total do Ativo	R$32.700,00	R$35.970,00
Passivo Circulante	R$4.830,00	R$6.200,00
Fornecedores	R$2.700,00	R$3.820,00
Impostos a Pagar	R$990,00	R$790,00
Financiamentos	R$1.140,00	R$1.590,00
Passivo não Circulante	R$9.670,00	R$10.230,00
Total dos Passivos	R$14.500,00	R$16.430,00
Patrimônio Líquido	R$18.200,00	R$19.540,00
Capital Social	R$3.900,00	R$3.910,00
Ágio na emissão das ações	R$4.180,00	R$4.280,00
Reservas de Lucros	R$10.120,00	R$11.350,00
Total do Passivo e PL	R$32.700,00	R$35.970,00

José Laudelino Azzolin.

Cálculo do giro do ativo

$$\text{Giro do ativo} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

O ativo médio é o resultado da divisão do somatório do total do ativo de 2010 e 2011 dividido por 2.

R$30.705,00 / ((R$32.700,00 + R$35.970,00) / 2) = 0,894.

Significa que no ano de 2011 o ativo girou 89,4%, ou seja, a receita de vendas de um ano quase atinge o valor de todos os investimentos realizados no ativo total.

Cálculo da rentabilidade do ativo total

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

O ativo médio é o resultado da divisão do somatório do total do Ativo de 2010 e 2011 dividido por 2.

R$2.383,06 / ((R$32.700,00 + R$35.970,00) / 2) = 0,0695.

Significa que no ano de 2011 a rentabilidade do ativo total foi de 6,95%.

Cálculo da rentabilidade do patrimônio líquido

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

O patrimônio líquido médio é o resultado da divisão do somatório do PL de 2010 e 2011 dividido por 2.

R$2.383,06 / ((R$18.200,00 + R$19.540,00) / 2) = 0,126.

Significa que no ano de 2011 a rentabilidade do patrimônio líquido foi de 12,6%.

Cálculo da margem das vendas

$$\text{ROS} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$$

R$2.383,06 / R$30.705,00 = 0,0776

Significa que no ano de 2011 a margem do lucro líquido sobre as vendas foi de 7,76%.

Cálculo da margem EBITDA

$$\text{EBITDA} = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Receita Líquida}}$$

R$4.065,60 / R$30.705,00 = 0,1324.

Significa que no ano de 2011 a margem do EBITDA sobre as vendas foi de 13,24%.

Cálculo da alavancagem financeira

$$\text{GAF} = \frac{\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido}}{\text{Retorno sobre o Ativo}}$$

GAF = 12,6% / 6,95% = 1,81.

Quando o grau de alavancagem financeira for maior do que 1 indica que o endividamento tem um efeito de alavanca sobre o lucro, pois o grau de alavancagem é calculado dividindo-se a taxa de retorno obtida com a utilização dos empréstimos. Assim, pode-se afirmar que quando o GAF é maior que 1 é interessante captar empréstimos.

Cálculo da Taxa de Crescimento do Lucro Líquido

$$\textit{Pay out} = \frac{\text{Dividendos}}{\text{Lucro líquido}}$$

R$2.144,75 / R$2.383,06 = 0,90.

Significa que no ano de 2011 a Cia. Beta distribuiu 90% do lucro gerado no exercício.

Cálculo do lucro por ação

$$\text{LPA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Número de ações}}$$

R$2.383,06/ 7 878 ações = R$0,302 por ação.

Cálculo de valor nominal das ações (VNA) e valor patrimonial das ações (VPA)

$$VNA = \frac{\text{Capital}}{\text{Quantidade de ações}}$$

R$3.910,00 / 7 878 ações = R$0,4963 por ação.

$$VPA = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Quantidade de ações}}$$

R$19.540,00 / 7 878 ações = R$2,48 por ação.

Conclusão

No início do século XX, começou uma evolução acentuada dos procedimentos de análise da situação econômica das empresas, e, a partir dos quocientes extraídos das demonstrações contábeis, muitos estudiosos estabeleceram relações estatísticas para definir a situação de solvência das empresas.

Na aplicação dos modelos de Altman e Kanitz, que indicam a situação de solvência de uma empresa, foram inseridos não somente quocientes financeiros como também econômicos.

A partir de 2007, o Brasil começou a adotar as normas internacionais de contabilidade e auditoria e, como consequência, expressões novas estão sendo traduzidas ou adaptadas pela literatura contábil brasileira.

Uma revisão de literatura leva à constatação da existência de inúmeros quocientes para realizar a análise econômica. Por isso, foram escolhidos aqueles indicados por renomados autores nacionais e internacionais e os utilizados pelos periódicos especializados em análise de empresas.

Além da definição e da fórmula dos diversos indicadores buscou-se dar exemplos objetivos e práticos para cada um deles, com o objetivo de facilitar seu entendimento.

Ampliando seus conhecimentos

EBITDA: indicador importante para o investidor

(PEREIRA, 2008)

Muitos termos técnicos começam a fazer parte de nosso dia a dia a partir do momento que decidimos mergulhar de cabeça no mundo dos investimentos. Conhecer de perto o que representam esses termos e siglas pode facilitar a avaliação de algumas empresas na difícil tarefa de encontrar bons fundamentos e negócios.

Um indicador financeiro bastante utilizado pelas empresas de capital aberto e pelos analistas de mercado é o chamado EBITDA, também conhecido como Lajida, cujo conceito ainda não é claro para muitas pessoas. A sigla corresponde a *Earning Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*, ou seja, Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas através de suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Por isso, alguns profissionais chamam o EBITDA de fluxo de caixa operacional. Difere do EBIT, conhecido como o lucro na atividade, no que se refere à depreciação e amortização.

A importância do EBITDA

A utilização do EBITDA ganhou importância porque analisar apenas o resultado final da empresa (lucro ou prejuízo) muitas vezes não ilustra bem o potencial de desempenho em um dado período, já que muitas vezes os dados finais são influenciados por fatores difíceis de serem mensurados. Popularizada nos EUA dos anos 1970, a análise através do EBITDA é muito comum também por analistas brasileiros, especialmente aqueles voltados para o mercado de ações.

Como calcular o EBITDA?

O primeiro passo é calcular o lucro operacional, que, de acordo com o critério utilizado no Brasil, é obtido com a subtração, a partir da receita líquida, do custo dos produtos vendidos (CPV), das despesas operacionais e das despesas financeiras líquidas (despesas menos receitas com juros e outros itens financeiros).

Depois, basta somar ao lucro operacional os juros, a depreciação e amortização inclusas no CPV e nas despesas operacionais. Note que essas contas não representam saída de caixa. Por exemplo, a depreciação de um equipamento quantifica a perda de sua capacidade produtiva graças ao uso ou tempo, e, portanto, a perda de seu valor para a empresa. Essa perda não é financeira, já que não há desembolso efetivo de recursos no período.

Por que é interessante usar o EBITDA?

Segundo especialistas, o indicador pode ser utilizado na análise da origem dos resultados das empresas e, por eliminar os efeitos dos financiamentos e decisões contábeis, é capaz de medir com mais precisão a produtividade e a eficiência do negócio. E isso é essencial na hora de investir, especialmente se levado em conta o longo prazo.

É muito comum notar o termo margem EBITDA sendo usado no mercado. Desta forma, o percentual pode ser usado para comparar as empresas quanto à eficiência dentro de um segmento. Mais interessante, a variação do indicador de um ano em relação a outro mostra aos investidores se uma empresa conseguiu ser mais eficiente ou aumentar sua produtividade.

Por outro lado, como ressalva, vale lembrar que o EBITDA pode dar uma falsa ideia sobre a efetiva liquidez da empresa, segundo comentários do consultor Carlos Alberto Zaffani. Além disso, ele ressalta que:

- o indicador não considera o montante de reinvestimento requerido (pela depreciação), fator especialmente crítico nas empresas que apresentam ativos operacionais de vida curta;
- o EBITDA não considera as mudanças no capital de giro e, portanto, sobrevaloriza o fluxo de caixa em períodos de crescimento do capital de giro;

- o EBITDA nada apresenta sobre a qualidade dos lucros.

Para ver um exemplo de cálculo de EBITDA e como ele influencia os resultados das empresas, leia o artigo "EBITDA – virtudes e defeitos", do consultor Carlos Alberto.

Por retratar o "operacional da empresa", o EBITDA é utilizado como aferidor de desempenho na geração de recursos próprios decorrentes da atividade fim do negócio. Por isso desconsidera em seus cálculos toda e qualquer receita ou despesa não decorrente da operação principal da empresa.

Igualmente importante, ao desconsiderar os resultados financeiros, o EBITDA elimina, por exemplo, toda e qualquer dificuldade gerada em função de uma eventual desvalorização de moeda. As receitas oriundas de aplicações financeiras, assim como as despesas provenientes do aporte de recursos junto a terceiros, não se vinculam ao objetivo principal do negócio, justificando, dessa forma, a sua não inclusão no cálculo.

EBITDA como instrumento de análise

Segundo estudo realizado pela Professora Yumara Lúcia Vasconcelos, publicado em um artigo muito interessante chamado "EBITDA – redescoberta do potencial informativo dos indicadores absolutos", a leitura proporcionada pela análise do EBITDA apoia decisões diversas, a saber:

Mudanças na política financeira da empresa

Ora, se o ingresso efetivo de recursos, no período considerado para análise, encontra-se em nível insatisfatório comparativamente à capacidade operacional de geração de caixa da empresa, a política financeira, por certo, precisará ser reformulada caso a liquidez efetiva da empresa esteja baixa.

Visualização do grau de cobertura das despesas financeiras

Os resultados operacionais cobrem as despesas financeiras? Qual o percentual de segurança, ou seja, qual a parcela mínima de receitas à vista para cobertura dessas despesas?

Monitoramento de estratégias financeiras empreendidas

De que forma repercutiu a estratégia financeira adotada? Quanto maior o volume de recursos gerados na atividade da empresa, melhor a flexibilidade dos gestores para tomada de decisões pertinentes à aquisição e alocação de ativos, assim como melhor será sua liquidez, se em adequada sintonia de prazos.

Pode ser utilizado como *benchmark* financeiro

O analista não deve privar-se de analisar a empresa de forma dinâmica, comparando seus indicadores, estáticos ou absolutos, com medidas de empresas congêneres.

Serve de base para avaliação de empresas, uma vez que evidencia a viabilidade dos negócios (termômetro de eficiência e produtividade)

O EBITDA é a variável mestra em avaliações de empresa, uma vez que reflete o puro desempenho do empreendimento no segmento econômico. Existe uma tendência por parte dos analistas em recomendar negócios com empresas que apresentam EBITDA positivo, afinal quanto maior a geração de recursos via operações da empresa, mais atrativo é o negócio, especialmente quando comparamos o indicador absoluto com o volume de investimentos operacionais. É forçoso lembrar ainda que o valor da empresa tem variado na razão direta de seu EBITDA.

Atividades de aplicação

1. A Cia. Ômega disponibilizou os seguintes dados e informações:

Descritores	Valores
Receita Líquida de Vendas	R$21.500,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	(R$11.000,00)
(=) Lucro Bruto Operacional	R$10.500,00

Descritores	Valores
(–) Despesas Operacionais	(R$5.000,00)
(=) Lucro Líquido Operacional	R$5.500,00
(–) IR e CSLL	(R$1.300,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R$4.200,00
Ativo Total	R$30.000,00
Patrimônio Líquido	R$16.000,00
Quantidade de Ações	8 000

Calcule:

a) o valor patrimonial das ações;

b) a margem das vendas;

c) a rentabilidade do ativo.

2. A Cia. Celta disponibilizou os seguintes dados e informações:

Lucro Líquido do Exercício	R$200.000,00
Dividendos propostos	R$68.000,00
Quantidade de ações	7 800
Patrimônio Líquido	R$486.180,00
Capital Social	R$350.000,00
Ágio na emissão das ações	R$4.180,00
Reservas de Lucros	R$132.000,00

Calcule:

a) a rentabilidade do patrimônio líquido;

b) o valor nominal da ação;

c) a taxa de crescimento do lucro líquido.

3. A Cia. Beta apresenta os seguintes dados:

Lucro Líquido	R$100.000,00
Ativo Total	R$900.000,00
Patrimônio Líquido	R$600.000,00

Calcule:

a) o retorno sobre o ativo;

b) o retorno sobre o patrimônio líquido;

c) a alavancagem financeira.

4. Relacione a primeira coluna com a segunda.

( )	Giro do Ativo	1 –	Lucro Líquido/Ativo Total Médio
( )	Rentabilidade do PL	2 –	Vendas / Ativo Total
( )	Rentabilidade do Ativo Total	3 –	EBITDA / Receita Líquida
( )	Margem de Vendas	4 –	Lucro Líquido / PL Médio
( )	Margem EBITDA	5 –	Lucro Líquido / Vendas

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Decreto 3.000**, de 26 de março de 1999. Disponível em: <www.portaldeauditoria.com.br/resolucoes/resolucaocfc1138_2008.htm>. Acesso em: 25 fev. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.138**, de 21 novembro de 2008. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc>. Acesso em: 25 fev. 2011.

ECONOMÁTICA. Software de Apoio a Investidores Ltda. Ferramentas para Análise de Investimentos.

EXAME. **Melhores e Maiores Empresas do Brasil**. São Paulo: Abril, 2010.

GERDAU. **Relatório Anual**. 2009. Disponível em: <http://v3.gerdau.infoinvest.com.br/ptb/4195/2009RelatorioAnualGerdauport.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2011.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira.** 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KANITZ, Stephen Charles. **Como Prever Falências**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**: contabilidade empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, Ricardo. EBITDA: indicador importante para o investidor. 14 maio 2008. **Economia Geral**. Ações e Derivativos. Disponível em <http://dinheirama.com/blog/2008/05/14/ebitda-indicador-importante-para-o-investidor/>. Acesso em: 4 dez. 2010.

PIRES, Marco Antonio Amaral. Análise moderna do fenômeno patrimonial. **Revista Brasileira de Contabilidade,** jul./ago. 1996. n. 100. Disponível em: <www.peritoscontabeis.com.br/trabalhos/analise_rbc-100.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

VALOR. **1000 Maiores Empresas**. São Paulo: Valor Econômico, 2009.

WALLHOFF, John. **Análise de Risco com o Modelo DuPont**. Disponível em: <www.scillani.se/assets/pdf/Whitepaper%20Risk%20Analysis%20using%20the%20DuPont%20model.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

Gabarito

1.

a) O valor patrimonial das ações = PL / Qde. ações = R$16.000,00 / 8 000 ações = R$2,00 por ação.

b) A margem das vendas = LLE / Vendas = R$4.200,00 / R$21.500,00 = 0,195, ou 19,5%.

c) A rentabilidade do ativo = LLE / Ativo Total = R$4.200,00 / R$30.000,00 = 0,14, ou 14%.

2.

a) Rentabilidade do patrimônio líquido = R$200.000,00 / R$486.180,00 = 0,411.

b) Valor nominal da ação = R$350.000,00 / 7 800 ações = R$44,87 por ação.

c) Taxa de crescimento do lucro líquido = R$68.000,00 / R$200.000,00 = 0,34.

3.

a) Retorno sobre o ativo = R$100.000,00 / R$900.000,00 = 0,111.

b) Retorno sobre o patrimônio líquido = R$100.000,00 / R$600.000,00 = 0,167.

c) Alavancagem financeira = 0,167 / 0,111 = 1,500.

4.

(2) Giro do Ativo
(4) Rentabilidade do PL
(1) Rentabilidade do Ativo Total
(5) Margem de Vendas
(3) Margem EBITDA



Relatório das análises

Introdução

O objetivo do relatório de análise é demonstrar os procedimentos usados para avaliar uma empresa e, a partir dessa avaliação, indicar aos investidores uma alternativa segura para aplicar seus investimentos, pois quem investe quer assumir certo risco, porém, em troca, quer um aumento no seu patrimônio ou riqueza pessoal.

Gestores financeiros são obrigados a rever e analisar periodicamente as demonstrações financeiras para identificar possíveis problemas e para avaliar o progresso em direção às metas estabelecidas. A utilização da fórmula DuPont permite ao gestor decompor o retorno do capital próprio em rentabilidade das vendas, eficiência na utilização de ativos e o uso de capitais de terceiros e, em consequência, essa fórmula é uma excelente ferramenta de diagnóstico e estabelecimento de metas para melhoria.

No mundo globalizado a busca pelo resultado é uma constante, porém, além do resultado, é necessário se assegurar que o capital aplicado em uma empresa apresente resultados maiores que em outras aplicações. Para se chegar a essa conclusão utiliza-se o conceito de Valor Econômico Agregado (VEA), que é uma medição de criação ou destruição de valores em um determinado período de tempo.

É possível avaliar uma empresa com a utilização de índices obtidos a partir dos dados contábeis. Essa análise pode ser realizada comparando-se os dados obtidos ao longo de vários períodos contábeis ou pela comparação com os índices de diversas empresas mediante a utilização de um índice-padrão. Para estabelecer os índices-padrão é necessário socorrer-se na estatística e hoje existem diversos métodos e modelos para esse fim.

DuPont[1]

[1] DuPont Powder Company, empresa americana de explosivos fundada em 1903.

Na década de 1920, surgiu um modelo de análise da rentabilidade da empresa DuPont que decompunha a taxa de retorno em taxas de margem de lucro e giro dos negócios, chamado de análise do ROI (*Return on Investment*), também conhecido como ROA (*Return on Asset* ou Retorno do Ativo). O modelo foi criado e implementado na empresa DuPont por F. Donaldson Brown, um engenheiro elétrico, e, posteriormente, na General Motors Corp., quando a DuPont adquiriu parte das ações dessa empresa (WESTON, 2000).

A utilização desse modelo tem como objetivo localizar e avaliar o desempenho das diversas divisões e dos diversos produtos da empresa e, em consequência, avaliar seus gerentes. O modelo de análise, como pode ser visualizado na figura 1, compreende:

- a divisão do lucro pelas vendas, obtendo-se a margem;
- a divisão das vendas pelos investimentos realizados obtendo-se o giro do ativo[2];
- a multiplicação da margem pelo giro, obtendo-se o ROI.

[2] Na linguagem financeira, a expressão investimento refere-se a todas as aplicações realizadas nos investimentos, imobilizado e intangível.

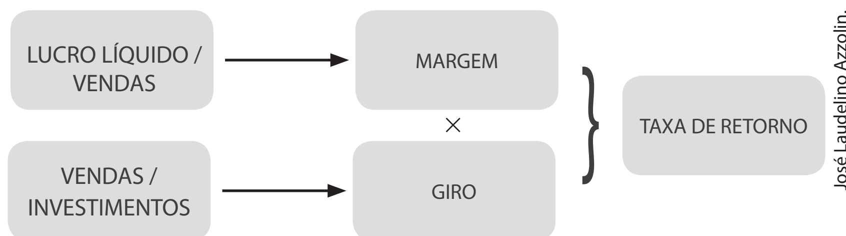


Figura 1 – Retorno dos investimentos da fórmula DuPont.

Dessa maneira, qualquer alteração que ocorrer nas contas de resultado ou nos investimentos provoca uma mudança da ROI.

Essa análise é empregada por corporações que possuem muitas fábricas ou divisões. O gestor principal da empresa (CEO)[3] que precisa analisar o desempenho de seus gerentes utiliza-se da ROI de cada uma das unidades administradas para avaliá-las e para determinar a elaboração de planos visando melhorar os resultados.

[3] CEO – *Chief Executive Officer*.

Um bom exemplo é o que se desenvolve a seguir.

As demonstrações financeiras resumidas da Cia. Alfa são as constantes nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Balanço patrimonial da Cia. Alfa

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	**R$333,00**	**Passivo Circulante**	**R$208,00**
Caixa e Bancos	R$12,00	Fornecedores	R$132,00
Clientes	R$227,00	Contas a pagar	R$76,00
Estoque	R$94,00	**Passivo não Circulante**	**R$427,00**
Ativo não Circulante	**R$411,00**	**Total do Passivo**	**R$635,00**
Investimentos	R$12,00	**Patrimônio Líquido**	**R$109,00**
Imobilizado	R$380,00	Capital	R$100,00
Intangível	R$19,00	Reservas de Lucros	R$9,00
Total Ativo	**R$744,00**	**Total do Passivo + PL**	**R$744,00**

José Laudelino Azzolin.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado da Cia. Alfa

Demonstração do Resultado	
Itens	Valores
Vendas	R$1.453,00
(–) CPV	(R$1.114,00)
(=) Lucro bruto	R$339,00
(–) Despesas com vendas	(R$26,00)
(–) Despesas com assistência técnica	(R$59,00)
(–) Despesas administrativas	(R$50,00)
(=) EBITDA	R$204,00
(–) Despesas financeiras	(R$160,00)
(=) Lucro antes IR	R$44,00

José Laudelino Azzolin.

O cálculo da taxa de retorno, de acordo com o modelo DuPont, encontra-se na figura 2.

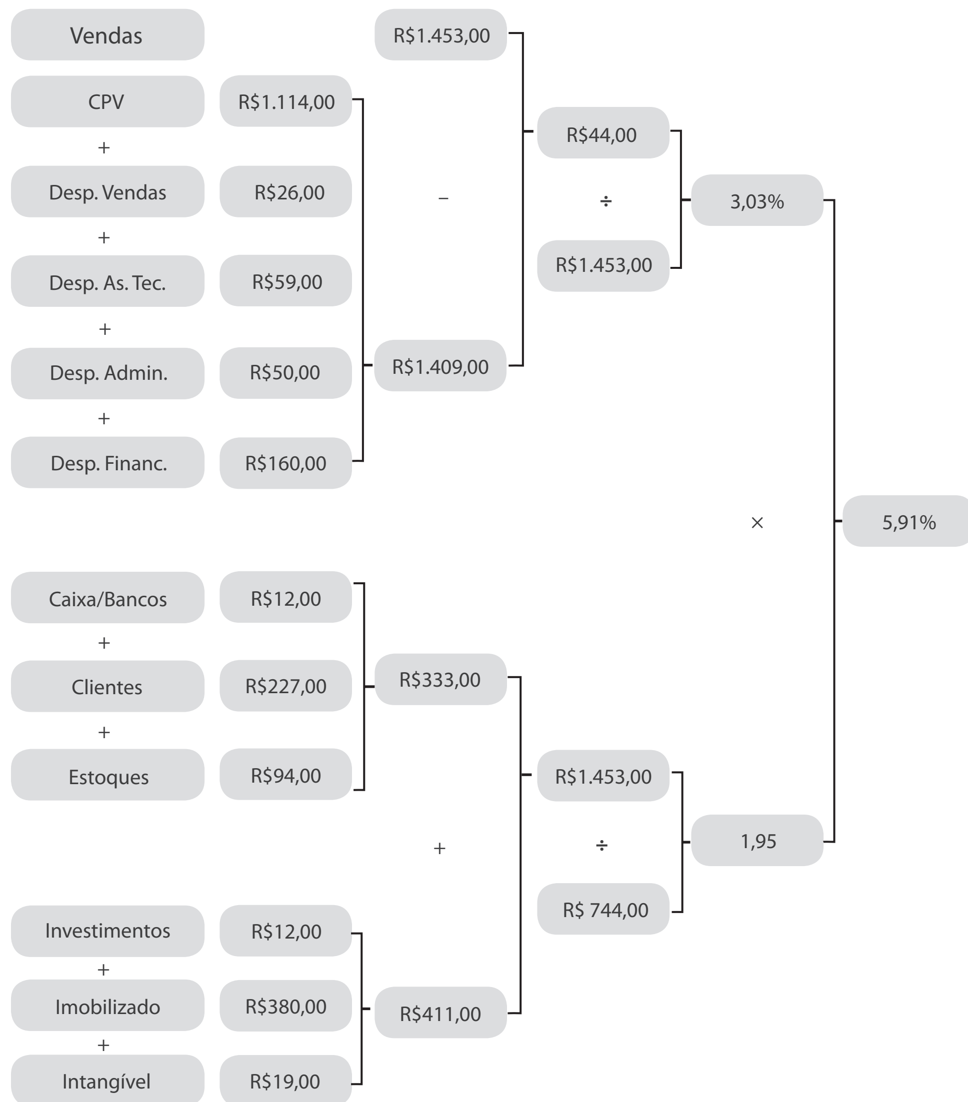


Figura 2 – Cálculo da taxa de retorno DuPont.

Partindo-se do pressuposto de que é possível melhorar, determinou-se ao gerente que elaborasse um plano de ação com a finalidade de aumentar a taxa de retorno para o próximo período.

Do plano elaborado constam as seguintes estratégias:

- melhorar quantitativa e qualitativamente as vendas com base em uma política mais agressiva de promoções e de comercialização, com previsão de aumento no volume de receitas em 0,5%.

- aplicar um sistema de custo-padrão na área fabril objetivando o controle do custo por responsabilidade setorial e por item de custo, gerando uma redução de custo de produção de 1,0%;
- aplicar um programa de redução de 1,0% das despesas de assistência técnica através de orçamentos setoriais, em todas as áreas;
- dinamizar os setores de crédito, embarque e de depósito para dar melhor suporte às vendas reduzindo:
  - em 2 dias (de 30 dias para 28 dias) o prazo médio de recebimento das vendas;
  - em 1 dia (de 8 para 7 dias) o prazo médio de estocagem;
- depurar os imobilizados ociosos que sobrecarregam as despesas de depreciação, reduzindo o ativo imobilizado em 1%;
- reduzir em 3% as despesas financeiras.

Os cálculos decorrentes da adoção das estratégias definidas são os seguintes:

- Receita bruta de vendas: R$1.453,00 + 0,5% = R$1.460,00 (arredondando).
- Custo dos produtos vendidos: R$1.114,00 – 1% = R$1.103,00 (arredondando).
- Despesas de Assistência Técnica: R$59,00 – 1,0% = R$58,00 (arredondando).
- Prazo médio de recebimento de vendas: 2 dias de redução em 30 dias correspondem a uma diminuição de 6,67% (2/30). Com a redução do prazo de recebimento das vendas, a conta Clientes apresentará um valor menor. Assim, haverá uma diminuição de 6,67% da conta clientes, o que resulta em novo montante de R$212,00 (arredondando).
- Prazo médio de estocagem: 1 dia de redução em 8 dias corresponde a uma diminuição de 12,5% (1/8). Com a redução do prazo de estocagem, a conta Estoques apresentará menor valor. Assim, haverá uma diminuição de 12,5% na conta estoques, o que resulta em novo montante de R$82,00 (arredondando).

- Imobilizado: R$380,00 – 1% = R$376,00 (arredondando).
- Despesas financeiras: R$160,00 – 3% = R$155,00 (arredondando).

O novo cálculo da taxa de retorno encontra-se na figura 3.



Figura 3 – Cálculo da taxa de retorno DuPont com as alterações propostas.

Inicialmente, a fórmula DuPont reúne a margem de lucro e o giro do ativo, indicando a eficiência com que a empresa usa os ativos para gerar vendas (Retorno Sobre o Ativo – ROA). Em uma segunda etapa, a fórmula DuPont

relaciona o retorno do ativo ao retorno do patrimônio líquido (*Return on Equity – ROE*). Na fórmula sugerida por Gitman (2004, p. 61) multiplica-se o Retorno do Ativo (ROA) pelo Multiplicador da Alavancagem Financeira (MAF), ou seja, "é o quociente entre o ativo total e o patrimônio líquido" (GITMAN, 2004, p. 62) e que é calculado pela seguinte fórmula:

$$ROE = ROA \cdot MAF$$

Simplificando a equação, tem-se como resultado a expressão apresentada a seguir:

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \cdot \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \cdot \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Considerando os valores constantes dos quadros 1 e 2, o retorno do ativo, segundo a fórmula apresentada por Gitman (2004, p. 62) seria de:

$$ROA = \frac{R\$44{,}00}{R\$744{,}00} \cdot \frac{R\$744{,}00}{R\$109{,}00} \cdot \frac{R\$44{,}00}{R\$109{,}00} = 0{,}163 \text{ ou } 16{,}3\%$$

Valor Econômico Adicionado (VEA)[4]

O Valor Econômico Adicionado (VEA) é um indicador para avaliar com clareza se o capital empregado num determinado negócio está sendo aplicado adequadamente.

Quando se realiza uma avaliação de um empreendimento verifica-se, inicialmente, o montante de recursos que foram aplicados.

O passo seguinte é determinar o custo dos capitais investidos, seja próprio ou de terceiros, de forma a se identificar a taxa de atratividade e a capacidade de geração de valor.

O custo total de capital equivale aos retornos exigidos pelos financiadores do empreendimento (credores e proprietários). O custo do capital é obtido ponderando os valores, fontes e custos dos financiamentos.

$$\text{Custo médio ponderado do capital}^{5} = (W_1 \cdot K_1) + (W_2 \cdot K_e)$$

Onde:

W_1 = Proporção de fundos de terceiros.

W_2 = Proporção de fundos próprios.

[4] Em inglês: *Economic Value Added (EVA)* foi patenteado pela empresa de consultoria americana Stern Stewart & Company.

[5] Em inglês: *Weighted Average Cost of Capital* (WACC).

K_1 = Custo do capital de terceiros.

K_e = Custo do capital próprio.

O custo do capital de terceiros é obtido pela seguinte fórmula:

Despesas financeiras / Passivo de financiamento

Exemplificando, suponha os seguintes dados colhidos da contabilidade da Cia. Delta:

Capital próprio: R$10.000,00.

Capital de terceiros: R$3.000,00.

Investimentos: R$13.000,00.

Lucro operacional: R$2.000,00.

Encargos financeiros incorridos no exercício: R$280,00.

Taxa de atratividade para o capital próprio: Selic, fixada em 10,75%[6].

O custo do capital de terceiros será: R$280,00 / R$ 3.000,00 = 9,34%.

A participação do capital de terceiros corresponde a 23,08% (R$3.000,00/ R$13.000,00).

A participação do capital próprio corresponde a 76,92% (R$10.000,00/ R$13.000,00).

O custo médio ponderado do capital é dado pelos seguintes cálculos:

CMPC = (9,34% . 0,2308) + (10,75% . 0,7692)

CMPC = 2,16% + 8,27% = 10,42%

O custo médio ponderado do capital representa a menor remuneração a ser almejada pelos provedores de capital.

Assim, para um financiamento total de R$13.000,00 (credores e acionistas) a remuneração mínima exigida seria de R$1.354,60 (R$13.000,00 . 10,42%).

A partir desses dados é possível calcular o valor econômico adicionado, da seguinte forma:

[6] Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa em dezembro de 2010.

Lucro operacional:	R$2.000,00
(–) Remuneração mínima desejada:	(R$1.354,60)
(=) Valor econômico adicionado:	R$645,40

Alternativamente, pode ser usada a seguinte fórmula:

VEA = Lucro operacional – (Investimentos . CMPC)

VEA = R$2.000,00 – (R$13.000,00 . 10,42%)

VEA = R$2.000,00 – R$1.354,60 = R$645,40

Para apuração da remuneração esperada, Ross (2000, p. 330) acrescenta ao custo do capital o coeficiente Beta (β) da empresa. Esse coeficiente, no modelo CMPC, indica o risco sistemático de determinado investimento.

Beta (β) é definido como o coeficiente angular ou inclinação de uma reta de regressão linear e mostra aderência de determinado ativo às oscilações do mercado.

O coeficiente Beta pode resultar nos seguintes valores:

> 1: quando o ativo tem comportamento mais agressivo que o mercado.

= 1: quando o ativo acompanha perfeitamente as oscilações do mercado.

< 1: quando o ativo tem comportamento conservador em relação ao mercado.

< 0: quando o ativo se movimenta em direção contrária ao mercado.

O coeficiente Beta pode ser expresso pela seguinte fórmula:

$$\beta = \frac{cov_{(RF\,;\,RM)}}{var_{RM}}$$

Onde:

$cov_{(RF;RM)}$ = Covariância entre o ativo em análise e o mercado.

var_{RM} = Variância do mercado.

Para o cálculo do CMPC, Ross (2000, p. 331) utiliza o coeficiente β para definir o risco sistemático das empresas, de acordo com a fórmula a seguir:

$$Ki = Rf + \beta i(Rm - Rf)$$

Onde:

Rf = prêmio pago ao ativo livre de risco (espera).

Rm−Rf = Prêmio por risco.

β = Medida do risco do ativo em relação à uma carteira padrão.

A tabela 3 a seguir contém betas de 60 períodos de algumas empresas que negociam suas ações na Bovespa.

Tabela 3 – Coeficiente Beta de algumas empresas que operam na Bovespa

Empresas	Classe de ações	β
Alpargatas	ON[7]	1,3
Bombril	PN[8]	0,7
Bradesco	PN	1,7
Brasil	ON	1,3
Brasmotor	PN	0,8
BRF Foods	ON	1,4
Cacique	PN	0,7
Cesp	PNA[9]	0,9
Comgas	PNA	0,5
Confab	PN	0,8

José Laudelino Azzolin.

[7] ON – Ordinárias Nominativas.

[8] PN – Preferenciais Nominativas.

[9] PNA – Preferenciais Nominativas, categoria A (vantagens em caso de dissolução da sociedade).

Os investidores levam em consideração os riscos a que estão sujeitos em decorrência das suas aplicações e, por isso, se utilizam do coeficiente β, tanto para a análise dos riscos como da vulnerabilidade da empresa onde investem.

Os investimentos que têm mais riscos e, em consequência, têm a possibilidade de serem mais rentáveis, são aqueles aplicados em empresas com maior coeficiente β, pois ele é usado para medir o risco não diversificável, isto é, fatores de mercado que afetam todas as empresas, por exemplo a inflação e os eventos internacionais, como guerra, terrorismo etc. Como os investimentos estão sujeitos às variações não controláveis o risco será maior e, em consequência, exige-se um prêmio maior (SANTOS; FONTES, 2010),

Há que se ter cuidado, porém, em decidir sobre investimento com base em β, pois, segundo Santos e Fontes (2010), ele não incorpora novas informações a respeito da empresa, como novas dívidas assumidas. Ele é apenas uma fotografia do passado comparado à carteira perfeitamente variada.

O Beta da carteira Ibovespa é sempre igual a 1, uma vez que ela é a base para o cálculo comparativo. Assim, o β do Ibovespa é o β médio de todos os títulos disponíveis (SANTOS; FONTES, 2010).

Dessa maneira, segundo Santos e Fontes (2010), é possível concluir que:

- quando β for igual a 1 ele representa o ativo médio e sua variação tende a acompanhar perfeitamente o mercado;
- quando β for < 1, ele representa um ativo defensivo e retrata oscilações inferiores ao mercado e no mesmo sentido;
- quando β for >1, ele representa um ativo agressivo e demonstra que houve oscilações maiores do que o mercado e no mesmo sentido.

Índices-padrão

A análise de uma empresa com base na análise de balanços só é consistente e objetiva quando os índices são comparados com padrões. Matarazzo (1992, p. 95) diz que "o uso de índices-padrão é vital na análise de balanços. Não se pode conceber uma boa análise sem a comparação dos índices da empresa analisada com padrões".

Para estabelecer os índices-padrão é necessário socorrer-se na estatística.

Para Stevenson (1981, p. 21), mediana é "um conjunto ordenado de dados em dois grupos iguais; a metade terá valores inferiores à mediana, a outra metade terá valores superiores à mediana".

A mediana, porém, muitas vezes, é insuficiente para comparações. Por isso, utilizam-se outras medidas estatísticas da mesma natureza da mediana, como quartis e percentis.

Os quartis dividem os dados em conjuntos ordenados em quatro partes iguais e são "medidas estreitamente relacionadas com a mediana" (Stevenson, 1981, p. 22). Nos quartis 25% dos elementos são inferiores ao primeiro quartil (Q_1), 50% (mediana) são inferiores ao segundo quartil (Q_2) e 75% dos elementos são inferiores ao terceiro quartil (Q_3).

Os percentis distribuem os dados em 100 subgrupos iguais. O mais utilizado é o decil pelo qual se dividem os dados em fatias cada uma contendo 10% dos elementos.

A revista *Exame* publica anualmente os dados das 500 maiores empresas de acordo com o valor do faturamento informado.

Para elucidação das medidas apresentadas das 500 empresas foram selecionadas as 40 empresas do setor de energia que apresentaram maior faturamento. Para exemplo, dessas 40 empresas foi extraído o quociente de liquidez geral que é apresentado a seguir em ordem crescente:

0,27 – 0,36 – 0,40 – 0,45 – 0,46 – 0,53 – 0,55 – 0,56 – 0,59 – 0,64 – 0,67 – 0,68 – 0,69 – 0,69 – 0,69 – 0,69 – 0,70 – 0,71 – 0,71 – 0,71 – 0,72 – 0,73 – 0,74 – 0,77 – 0,78 – 0,80 – 0,83 – 0,84 – 0,85 – 0,89 – 0,90 – 0,96 – 1,05 – 1,07 – 1,22 – 1,28 – 1,43 – 1,75 – 1,75 – 1,76

Cálculo da mediana

Se o conjunto de números for ímpar, localiza-se aquele que está no meio e esse número será a mediana.

Se o conjunto de números for par localizam-se os dois centrais e a mediana será a média aritmética obtida. No exemplo, em decorrência de o número dos elementos serem pares, os dois elementos centrais são os números 0,71 e o 0,72, resultando uma média aritmética igual a 0,715, que é a mediana.

Cálculo dos quartis

O 1.º quartil é o valor que deixa 25% dos elementos do conjunto abaixo e 75% acima de si.

No exemplo são considerados 40 elementos. A quantidade de elementos em cada quartil será determinada pela divisão de 40 por 4. Assim, cada quartil será composto por 10 elementos.

O 1.º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 10.º e do 11.º elementos. Ou seja: 0,655.

O 2.º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 20.º e do 21.º elementos. Ou seja: 0,715.

O 3.º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 30.º e do 31.º elementos. Ou seja: 0,895.

O 4.º quartil representa os elementos que estão acima do elemento 0,895.

Cálculo dos decis

O 1.º decil é o valor que deixa 10% dos elementos do conjunto abaixo e 90% acima de si.

No exemplo existem 40 elementos. Logo o 1.º decil deixa 4 elementos abaixo e 36 acima de si.

O 1.º decil é obtido através da média aritmética dos valores do 4.º e 5.º elementos:

$$\frac{0{,}45 + 0{,}46}{2} = 0{,}455$$

Os demais decis são os seguintes:

2.º decil = 0,575 (média aritmética entre 0,56 e 0,59).

3.º decil = 0,685 (média aritmética entre 0,68 e 0,69).

4.º decil = 0,695 (média aritmética entre 0,69 e 0,70).

5.º decil = 0,715 (média aritmética entre 0,71 e 0,72).

6.º decil = 0,775 (média aritmética entre 0,77 e 0,78).

7.º decil = 0,845 (média aritmética entre 0,84 e 0,85).

8.º decil = 1,005 (média aritmética entre 0,96 e 1,05).

9.º decil = 1,355 (média aritmética entre 1,28 e 1,43).

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 250), "índices-padrão revelam os indicadores médios representativos de um grande número de empresas".

No Brasil somente as sociedades anônimas e as empresas que exercem atividades sujeitas ao controle de Agências Reguladoras são obrigadas a publicar e divulgar suas informações contábeis e isso pode ocasionar uma assimetria ou ausência absoluta das informações. Como um exemplo de assime-

tria, e até ausência de dados, pode-se citar a indústria automotiva brasileira, como Renault, Audi/VW etc., que são constituídas sob a forma de Sociedades por Quotas de Responsabilidade Ltda. e se limitam a publicar o menor número possível de dados e informações.

Padrões de análise

No dizer de Marion (2005, p. 15), "só temos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise: liquidez (situação financeira), rentabilidade (situação econômica) e endividamento (estrutura de capital)" e, de acordo com Matarazzo (1992, p. 96), "o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa segundo o grau de profundidade desejada da análise".

Realizando uma revisão da literatura a respeito, constata-se que diversos autores utilizam a metodologia de pontuar as empresas através de notas, destacando-se Matarazzo, Iudícibus e Marion.

Matarazzo (1992, p. 166) utiliza os seguintes índices e pesos correspondentes:

Grupo	Peso
Estrutura de capitais	0,4
Liquidez	0,2
Rentabilidade	0,4

Os índices que compõem os grupos, por sua vez, também possuem diversos pesos.

Grupo de Estrutura de Capitais		
Índice	Fórmula	Peso dentro do grupo
Participação de Capitais de Terceiros	CT / PL	0,6
Composição do Endividamento	PC / CT	0,1
Imobilização do Patrimônio Líquido	ANC / PL	0,2

Grupo de Estrutura de Capitais		
Índice	**Fórmula**	**Peso dentro do grupo**
Imobilização dos Recursos não Correntes	ANC / (PL + PNC)	0,1

Grupo de Liquidez		
Índice	**Fórmula**	**Peso dentro do grupo**
Liquidez Geral	(AC+RLP) / Cap. terc.	0,3
Liquidez Corrente	AC / PC	0,5
Liquidez Seca	(AC – Est.) / PC	0,2

Grupo de Rentabilidade		
Índice	**Fórmula**	**Peso dentro do grupo**
Giro do Ativo	V / AT	0,2
Margem Líquida	LLE / V	0,1
Rentabilidade do Ativo	LLE / AT	0,1
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	LLE / PL	0,6

Com base nesses pesos, Matarazzo (1992, p. 167) elaborou a seguinte fórmula:

$$NGE = 0{,}4\ NE + 0{,}2\ NL + 0{,}4\ NR$$

Onde:

NGE = Nota geral da empresa.

NE = Nota da estrutura.

NL = Nota da liquidez.

NR = Nota da rentabilidade.

Para pontuar a empresa Matarazzo (1992, p. 169-170) montou as planilhas apresentadas nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Modelo de avaliação de índices financeiros

Exercício	2011			
Índice	**Peso**	**Valor**	**Nota**	**Peso x Nota**
CT/PL PC/CT ANC/PL ANC/(PL+PNC)				
Nota da estrutura de capitais				
Liquidez Geral Liquidez Corrente Liquidez Seca				
Nota de Liquidez				
V / AT LLE /V LLE / AT LLE / PL				
Nota da Rentabilidade				

(MATARAZZO, 1992, p. 169. Adaptado.)

Tabela 5 – Avaliação das categorias de índices financeiros

Categorias de Índices	Peso	Nota	Peso x Nota
Estrutura de capitais			
Liquidez			
Rentabilidade			
Nota geral			

(MATARAZZO, 1992, p. 169. Adaptado.)

A metodologia apresentada por Iudícibus e Marion (1982, p. 151) utiliza os seguintes índices e pesos correspondentes:

Grupo	Peso
Liquidez	0,3
Rentabilidade	0,4
Estrutura de capitais	0,3

Os índices que compõem os grupos, por sua vez, também possuem diversos pesos.

Grupo de Liquidez		
Índice	**Fórmula**	**Peso dentro do grupo**
Liquidez Comum	AC / PC	0,4
Liquidez Seca	(AC – Est) / PC	0,3
Liquidez Geral	(AC+RLP) / Cap. terc.	0,2
Liquidez Imediata	Disponib. / PC	0,1

Grupo de Rentabilidade		
Índice	**Fórmula**	**Peso dentro do grupo**
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	LLE / PL	0,6
Rentabilidade do Ativo	LLE / AT	0,4

Grupo de Estrutura de Capitais ou Endividamento		
Índice	**Fórmula**	**Peso dentro do grupo**
Participação de Capitais de Terceiros	CT / PL	0,5
Composição do Endividamento	CT/Recursos Totais	0,5

Antes de pontuar os diversos índices, alguns autores procuram estabelecer um conceito que traduza a *performance* da empresa no aspecto que está sendo analisado. A denominação desse conceito difere de autor para autor. Os autores da metodologia que está sendo apresentada, Iudícibus e Marion, estabeleceram quatro conceitos para as quatro faixas que compõem a metodologia:

Deficiente	até 2,5
Regular	de 2,6 a 5,0
Bom	de 5,1 a 7,5
Ótimo	de 7,6 até 10

Há autores que trabalham com a *mediana*, ou com a *média*, e alguns com *decis*. Iudícibus e Marion, em sua metodologia, utilizam as medidas estatísticas *quartis* e *oitavis* para definir os conceitos.

Para Iudícibus e Marion (1982, p. 87), os conceitos deficiente, regular, bom e ótimo são atribuídos com esta visão:

O 1.º oitavil será o valor que deixar 1/8 dos valores, ou 12,5% das ocorrências, abaixo de si.

O 1.º quartil será o valor que deixar 1/4 dos valores, ou 25% das ocorrências, abaixo de si.

O 3.º quartil será o valor que deixar 3/4 dos valores, ou 75% das ocorrências, abaixo de si.

O 7.º oitavil será o valor que deixar 7/8 dos valores, ou 87,50% das ocorrências, abaixo de si.

A tabela 6 mostra esses percentuais.

Tabela 6 – Representação dos quartis e oitavis

Descritor	Abaixo	Acima
1.º Oitavil (12,5%)	12,50%	87,50%
1.º Quartil	25%	75%
3.º Quartil	75%	25%
7.º Oitavil (87,5%)	87,50%	12,50%

(IUDÍCIBUS; MARION, 1982, p. 87. Adaptado.)

Para pontuar a empresa Iudícibus; Marion (1982, p. 153) montaram a planilha apresentada na tabela 7.

Tabela 7 – Conceituação dos índices

Discriminação	Peso	Exercício de 2011			
		Conceito	Nota	Pontos	Total
Comum	0,4				
Seca	0,3				
Geral	0,2				
Imediata	0,1				
LIQUIDEZ	0,3				
LL / PL	0,6				
LL / AT	0,4				
RENTABILIDADE	0,4				
CT / Rec. Próprios	0,5				
CT / Recursos Totais	0,5				

(IUDÍCIBUS; MARION,1982, p. 153. Adaptado.)

Discriminação	Peso	Exercício de 2011			
		Conceito	Nota	Pontos	Total
ENDIVIDAMENTO	0,3				

Exemplo de análise utilizando a metodologia de Iudícibus e Marion

Tabela 8 – Balanço patrimonial da Cia. Ômega de 31/12/2011

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	R$7.924,00	PASSIVO CIRCULANTE	R$4.700,00
Caixa	R$250,00	Fornecedores	R$2.400,00
Clientes	R$4.200,00	Empréstimos bancários	R$2.300,00
(–) Prov. dev. duvidosos	(R$26,00)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R$1.850,00
Estoques	R$3.600,00	Empréstimos bancários	R$1.850,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R$4.576,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R$5.950,00
Clientes de longo prazo	R$1.076,00	Capital	R$4.000,00
Imobilizado	R$5.000,00	Reservas	R$468,00
(–) Depreciação acumulada	(R$.500,00)	Lucros Acumulados	R$1.482,00
ATIVO TOTAL	R$12.500,00	PASSIVO + PL TOTAIS	R$12.500,00

José Laudelino Azzolin.

Tabela 9 – Demonstração do resultado do exercício da Cia. Ômega de 2011

Descrição	Valor
Receita Bruta de Vendas	R$21.960,00
(–) Tributos	(R$3.960,00)
(=) Receita Líquida de Vendas	R$18.000,00
(–) CPV	(R$12.000,00)
(=) Lucro Bruto Operacional	6.000,00
(–) Despesas	(R$3.920,00)
(=) Lucro Líquido Operacional	R$2.080,00
(–) Impostos provisionados	(R$730,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R$1.350,00

José Laudelino Azzolin.

A análise discriminante, realizada em empresas do mesmo setor ao qual pertence a Cia. Ômega (dados hipotéticos, para fins didáticos), indicou os quocientes nos respectivos oitavis e quartis de acordo com a tabela 10:

Tabela 10 – Quocientes e respectivos oitavis e quartis

Quociente/Conceito	1.º Oitavil	1.º Quartil	3.º Quartil	7.º Oitavil
	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo
Liquidez comum	< 1,14	1,3	1,6	> 1,61
Liquidez seca	< 0,32	0,4	0,60	> 0,61
Liquidez geral	< 0,74	1	1,1	> 1,11
Liquidez imediata	< 0,02	0,03	0,055	> 0,0551
Retorno capital	< 0,08	0,15	0,19	> 0,1901
Retorno investimentos	< 0,02	0,09	0,13	> 0,1301
Capital de terceiros	> 1,12	0,9	0,5	< 0,501
Endividamento	> 0,83	0,74	0,59	< 0,58

O primeiro passo é calcular os quocientes que compõem o modelo:

Liquidez comum	R$7.924,00 / R$4.700,00	1,680
Liquidez seca	(R$7.924,00 – R$3.600,00)/ R$4.700,00	0,92
Liquidez geral	(R$7.924,00 + R$1.076,00)/(R$4.700,00 + R$1.850,00)	1,37
Liquidez imediata	R$250,00 / R$4.700,00	0,053
Retorno do capital	R$1.350,00 / R$5.950,00	0,23
Retorno dos investimentos	R$1.350,00 / R$12.500,00	0,11
Capital de terceiros	(R$4.700,00 + R$1.850,00) / R$5.950,00	1,1
Endividamento	(R$4.700,00 + R$1.850,00) / R$12.500,00	0,52

O segundo passo é confrontar os quocientes obtidos com os quocientes da tabela 10 e verificar em que coluna se enquadram e atribuir o conceito proposto.

Liquidez comum	1,680	7.º oitavil	Ótimo
Liquidez seca	0,92	7.º oitavil	Ótimo
Liquidez geral	1,37	7.º oitavil	Ótimo
Liquidez imediata	0,053	3.º quartil	Bom
Retorno do capital	0,23	7.º oitavil	Ótimo
Retorno dos investimentos	0,11	3.º quartil	Bom
Capital de terceiros	1,1	1.º quartil	Regular
Endividamento	0,52	7.º oitavil	Ótimo

O terceiro passo é, a partir do conceito atribuído, apropriar uma nota de acordo com as faixas definidas pela metodologia que estabelece os conceitos deficiente, regular, bom e ótimo.

O apontamento e atribuição de notas e a definição da proximidade do índice-padrão tem um caráter subjetivo, pois é o analista que os concede, obedecendo, tão somente, às faixas.

Por isso, para o estabelecimento dos conceitos e notas, como são diversos os analistas que aplicam a metodologia, utiliza-se a média de notas apontadas e discute-se o distanciamento do índice-padrão entre elas.

Liquidez comum	1,680	Ótimo	9,2	Próximo do padrão
Liquidez seca	0,92	Ótimo	9,8	Muito acima do padrão
Liquidez geral	1,37	Ótimo	9,8	Muito acima do padrão
Liquidez imediata	0,053	Bom	7,4	Próximo do padrão
Retorno do capital	0,23	Ótimo	9,2	Próximo do padrão
Retorno dos investimentos	0,11	Bom	5,1	Próximo do padrão
Capital de terceiros	1,1	Regular	2,6	Próximo do padrão
Endividamento	0,52	Ótimo	9,2	Próximo do padrão

O quarto passo é transferir as notas atribuídas e ponderá-las de acordo com o modelo proposto.

Índices e Peso/Anos		2011		
Discriminação	**Peso**	**Nota**	**Pontos**	**Total**
Liquidez comum	0,4	9,2	3,68	xx
Liquidez seca	0,3	9,8	2,94	xx
Liquidez geral	0,2	9,8	1,96	xx
Liquidez imediata	0,1	7,4	0,74	xx
SOLVÊNCIA	0,3	xx	9,32	2,796
Retorno do capital	0,6	9,2	5,52	xx
Retorno do investimento	0,4	5,1	2,04	xx
RENTABILIDADE	0,4	xx	7,56	3,024
Capital de terceiros	0,5	2,6	1,30	xx
Endividamento	0,5	9,2	4,60	xx
ESTRUTURA PATRIMONIAL	0,3	xx	5,90	1,770
NOTA FINAL	xx	xx	xx	7,590

Conclusão

A gestão financeira tem como objetivo buscar o conhecimento exato se os gestores estão criando ou destruindo a riqueza dos acionistas e, para isso, utiliza modelos e métodos pertinentes à análise das demonstrações financeiras.

Essa análise é realizada comparando os resultados da própria empresa e, principalmente, mediante comparações com resultados de outras empresas, pois a avaliação que classifica os índices como ótimo, bom, satisfatório etc. supõe a existência de uma relação com outros elementos que viabilizem a construção de indicadores-padrão apurados setorialmente.

No Brasil, porém, nem todas as empresas fornecem os dados para o estabelecimento de índices-padrão, o que resulta em dificuldades para cálculos mais confiáveis, tendo em vista a ausência de informações sobre os concorrentes disponíveis no mercado.

Mesmo assim, diversos estudiosos e autores têm elaborado métodos que propiciam análise econômico-financeira das empresas e permitem dotar os gestores de elementos para a tomada de decisões.

Ampliando seus conhecimentos

Comparação dos Betas de RCTB 41 e PETR 4

(GARCIA, 1999)

Uma ação que é comprada e vendida com o objetivo de giro (oportunidade de ganho com movimentos de compra e venda rápidos) deve apresentar três componentes fundamentais:

- Liquidez – normalmente leva em conta o número de negócios realizados e volume financeiro transacionado de uma ação com relação a um índice. Nesse trabalho a liquidez é entendida como volume financeiro transacionado. Se a liquidez for elevada, existe a possibilidade de compra ou venda de grandes lotes com relativa facilidade.
- Volatilidade ou risco de mercado – o quanto de incerteza os investidores têm com relação aos movimentos futuros nos preços dos ativos fi-

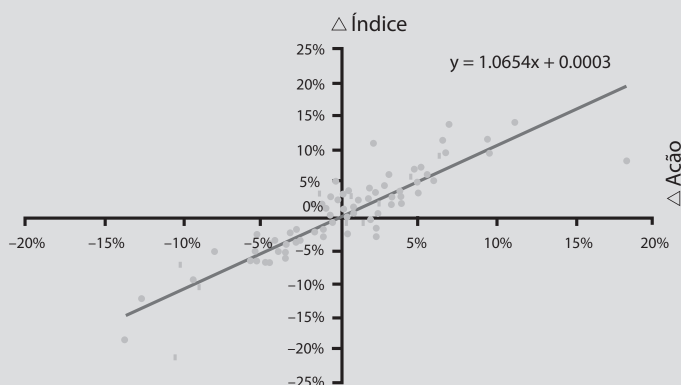
nanceiros. Quando essa medida de risco é elevada, existe a possibilidade de ganhos com grandes flutuações de preços, desde que a liquidez também seja boa.

- Beta – capta a relação entre o retorno de uma ação e seu *benchmark* que, normalmente, trata-se de um índice de ações. Ele representa uma medida de "agressividade" de uma determinada ação em relação a um índice, ou seja, para cada incremento (x) no índice quanto é esperado de ganho (y) na ação.

Até a crise de julho de 1997, a antiga Telebras PN (atual RCTB 41) detinha aproximadamente 60% do Ibovespa. Atualmente, esse número caiu para mais ou menos 40%. Apesar da liquidez desse ativo estar caindo nesses últimos 2 anos não se encontrou ainda o seu substituto. A Petrobras PN vem ganhando importância em termos de participação no Ibovespa, mas ainda não conseguiu assumir o posto de carro-chefe das negociações. No que diz respeito à volatilidade, Petrobras PN e RTCB 41 apresentam um comportamento semelhante ao longo do tempo, com a primeira sendo um pouco mais volátil do que a segunda (3,37 e 3,14 de valor médio, respectivamente). No tocante ao coeficiente b, o beta da primeira vem aumentando enquanto o beta da segunda está diminuindo, se plotados no tempo usando-se uma janela móvel.

O beta de uma ação é o coeficiente angular de uma reta de regressão linear que relaciona o retorno de uma ação e retorno de um *benchmark*, no caso, um índice de ações.

O gráfico abaixo ilustra a relação da mudança no preço da ação dada a variação no índice.



Assim, as ações como beta maior do que 1, como o caso ilustrado anteriormente ($\beta = 1{,}0654$), devem, teoricamente, oscilar mais do que o índice, enquanto aquelas com o beta menor do que 1, normalmente, apresentam um comportamento mais suave ao longo do tempo. Vale lembrar que o beta analisado nesse trabalho é diferente do coeficiente β apresentado pelo modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), pois esse é estimado em função de uma cesta de ações setorial, enquanto aquele é mensurado com relação a um índice de ações.

O beta é normalmente calculado a partir de um modelo de regressão linear univariada, podendo ser descrito como:

$$r_{i,t} = \beta_{0,t} + \beta_{1,t}\, r_{m,t} + \varepsilon_t \qquad (1)$$

Onde:

$r_{i,t}$ = Retorno de uma determinada ação.

$r_{m,t}$ = Retorno de um índice de ações.

$\beta_{1,t}$ = Coeficiente beta de uma regressão linear.

$\beta_{0,t}$ = Coeficiente específico de uma ação, dada uma variação nula no índice, geralmente rejeitado por testes de hipótese, quando o modelo de regressão linear univariada é aplicado para o mercado de ações.

ε_t = erro aleatório não captado pelo modelo de regressão, com $E[\varepsilon t] = 0$, $E[\varepsilon t]^2 = \sigma\varepsilon(t)$ e $E[\varepsilon t, \varepsilon t\text{-}1] = 0$, ou seja, média 0, variância constante (homocedasticidade) e autocorrelação nula para um *lag* de defasagem no tempo.

Para a estimação dos coeficientes da reta de regressão, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, deve-se resolver a seguinte equação na forma matricial:

$$\beta = (X'X)^{-1} X'Y \qquad (2)$$

Onde:

β = Vetor coluna dos coeficientes da regressão, no caso 2 x 1.

X = Matriz n x 2, cuja primeira coluna é composta por n “1s” , a segunda coluna é formada pelos retornos de uma ação, X' é um vetor transposto e o coeficiente –1 indica inversão de matriz.

Y = Vetor coluna n x 1 dos retornos de um índice.

Apesar do modelo de cálculo de beta demonstrado em (1) ser muito utilizado, apresenta alguns problemas de falta de ajustamento. Para contornar essa deficiência, existe um outro modelo de estimação baseado em três regressões lineares estimadas via (1), da seguinte forma:

$$\beta_n \frac{(\beta_1 + \beta_2 + \beta_3)}{[1 + 2\rho(r_{m,t} r_{m,t-1})]} \qquad (3)$$

Onde:

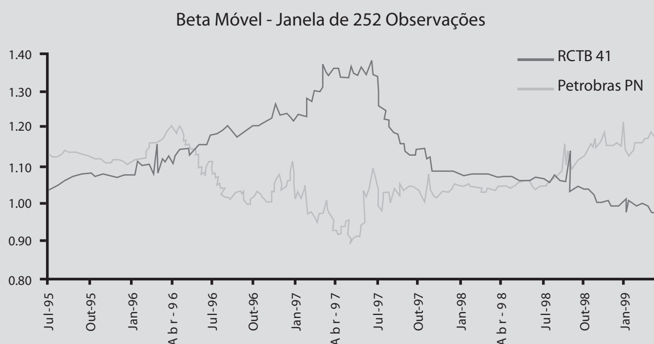
$\beta 1$ estimado fazendo-se uma regressão linear entre ri,t e rm,t.

$\beta 2$ estimado fazendo-se uma regressão linear entre ri,t-1 e rm,t.

$\beta 3$ estimado fazendo-se uma regressão linear entre ri,t+1 e rm,t.

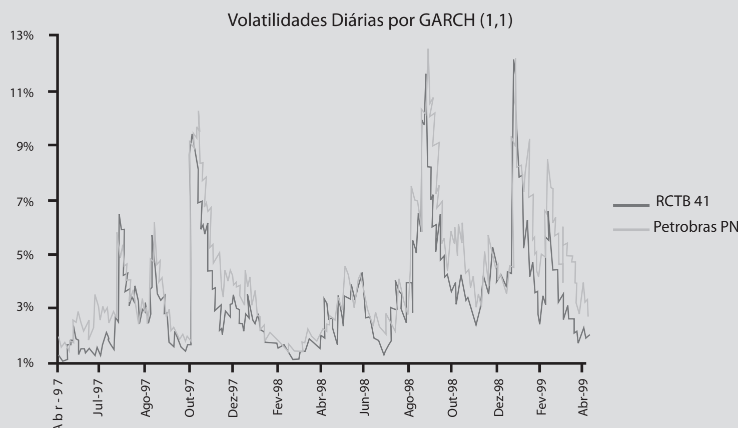
ρ é a primeira autocorrelação da série de retornos do Ibovespa.

Para fazer uma comparação entre Petrobras PN e RCTB 41 estimou-se os respectivos betas móveis pelo método apresentado em (3), utilizando-se uma janela móvel de 252 pregões, desde o início do Plano Real até março de 1999. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos betas das duas ações no tempo.



Como se pode observar claramente pela análise do gráfico acima, o beta do RCTB 41 apresenta dois movimentos distintos. Houve uma clara tendência de alta até atingir um patamar próximo a 1,4, que coincidiu com o período anterior à crise de julho de 1997. Após o final da crise, esse valor entrou numa tendência de baixa que o projetou até patamares inferiores a 1,0. No caso da Petrobras PN, o beta acumulou um período de queda até atingir 0,9, coincidindo com o primeiro pico atingido pelo RCTB 41. Posteriormente, esse valor passou a crescer lentamente já atingindo 1,2. Com relação aos risco de mer-

cado dos papéis, a volatilidade da primeira é mais elevada e mais instável do que a segunda, possibilitando maiores oscilações de preços no tempo (vide gráfico a seguir).



Como se pôde concluir no trabalho apresentado, o beta da Petrobras PN já é maior do que o beta do RCTB 41. Esse fator, aliado à volatilidade elevada, proporciona à primeira maiores possibilidades de ganhos com movimentos rápidos de compra e venda do que à segunda. No entanto, a liquidez de RCTB 41 ainda permite que esse papel mantenha a posição de "carro-chefe" do Ibovespa, apesar da volatilidade e beta estarem caindo.

Atividades de aplicação

1. Os seguintes dados foram retirados das demonstrações financeiras da Cia. Alfa:

   Lucro Líquido: R$2.300,00.

   Vendas: R$90.000,00.

   Investimentos: R$100.00,00.

   Determine a taxa de retorno de acordo com a fórmula DuPont.

2. Os seguintes dados colhidos da contabilidade da Cia. Beta:

   Capital próprio: R$15.000,00.

   Capital de terceiros: R$5.000,00.

Investimentos: R$20.000,00.

Lucro operacional: R$3.000,00.

Encargos financeiros incorridos no exercício: R$480,00.

Taxa de atratividade para o capital próprio: Selic, fixada em 11,25%[10].

[10] Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa em dezembro de 2010.

Calcule:

a) o custo do capital de terceiros;

b) a participação do capital de terceiros;

c) a participação do capital próprio;

d) o custo médio ponderado do capital.

3. As empresas do setor farmacêutico apresentaram os seguintes índices de liquidez imediata:

0,46 – 0,53 – 0,55 – 0,56 - 0,59 – 0,64 – 0,67 – 0,68 – 0,69 – 0,69 – 0,69 – 0,69 – 0,70 – 0,71 – 0,71 – 0,71 – 0,72 – 0,73 – 0,74 – 0,77 – 0,78 – 0,80 – 0,83 – 0,84 – 0,85 – 0,89 – 0,90 – 0,96.

Calcule os elementos que compõem cada quartil para definição do índice-padrão.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ECONOMÁTICA. Software de Apoio a Investidores Ltda. Ferramentas para Análise de Investimentos.

GARCIA, Bernardo Alonso S. **Comparação dos Betas RCTB 41 e PETR 4**. Bradesco Corretora. São Paulo, 10 jun. 1999. Disponível em: <http://www.shopinvest.com.br/br/biblioteca/beta.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2010.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Weslley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Análise de Balanços**: livro de exercícios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

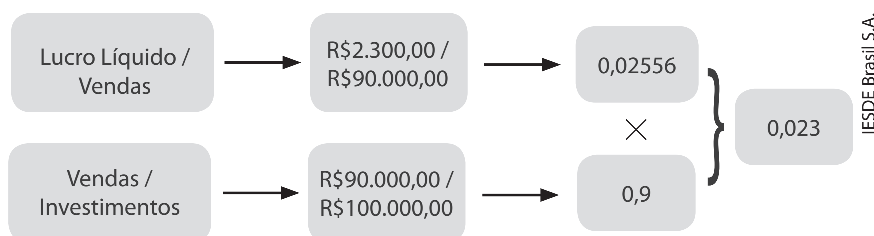
SANTOS, José Odálio dos; FONTES, Ricardo José da Silva. Análise da Relação entre o Coeficiente Beta, o Índice de Alavancagem D/E e a Taxa de Retorno de Ações Ordinárias de uma Amostra de Empresas listadas no Ibovespa. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2010. Disponível em: <www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/74.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

STEVENSON, William J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

Gabarito

1.



2.

Capital próprio: R$15.000,00.

Capital de terceiros: R$5.000,00.

Investimentos: R$20.000,00.

Lucro operacional: R$3.000,00.

Encargos financeiros incorridos no exercício: R$480,00.

Taxa de atratividade para o capital próprio: SELIC, fixada em 11,25%.

a) Custo do capital de terceiros = R$380,00 / R$5.000,00 = 9,6%.

b) A participação do capital de terceiros: 25,00% (R$5.000,00 / R$ 20.000,00).

c) A participação do capital próprio: 75,00% (R$15.000,00 / R$20.000,00).

d) O Custo médio ponderado do capital: CMPC = (9,6% . 25%) + (11,25% . 75%) = CMPC = 0,024 + 0,0844 = 10,83%.

3.

Quantidade de elementos de cada quartil: 28 / 4 = 7.

O 1.º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 7.º e do 8º elementos. Ou seja: 0,675.

O 2.º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 14.º e do 15.º elementos. Ou seja: 0,71.

O 3.º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 21.º e do 22.º elementos. Ou seja: 0,79.

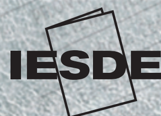
O 4.º quartil representa os elementos que estão acima do elemento 0,79.





Anotações

Análise das Demonstrações CONTÁBEIS



www.iesde.com.br

Fundação Biblioteca Nacional
ISBN 978-85-387-2950-1

